

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL ANTUNES DO CANTO

OS BIJAGÓS DA GUINÉ-BISSAU
ANCESTRALIDADE, CULTURA MARÍTIMA E RESISTÊNCIA HISTÓRICO-
CULTURAL

PORTO ALEGRE

2020

RAFAEL ANTUNES DO CANTO

OS BIJAGÓS DA GUINÉ-BISSAU
ANCESTRALIDADE, CULTURA MARÍTIMA E RESISTÊNCIA HISTÓRICO-
CULTURAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo (UFRGS)

PORTO ALEGRE

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Claudia Wasserman

Vice-Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Fábio Kühn

Coordenadora Substituta: Regina Weber

CIP – Catalogação na Publicação

Canto, Rafael Antunes do Canto
OS BIJAGÓS DA GUINÉ-BISSAU: ANCESTRALIDADE, CULTURA
MARÍTIMA, E RESISTÊNCIA HISTÓRICO-CULTURAL / Rafael
Antunes do Canto Canto. -- 2020.
210 f.
Orientador: José Rivair Macedo.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. África. 2. Cultura marítima. 3. Guiné-Bissau. 4.
Bijagós. 5. Cultura. I. Macedo, José Rivair, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).|

RAFAEL ANTUNES DO CANTO

OS BIJAGÓS DA GUINÉ-BISSAU
ANCESTRALIDADE, CULTURA MARÍTIMA E RESISTÊNCIA HISTÓRICO-
CULTURAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Porto Alegre, 24 de junho de 2020.

Resultado: APROVADO

Banca Examinadora

Dr. José Rivair Macedo (Orientador - UFRGS)

Dra. Artemisa Odila Cande Monteiro (UNILAB)

Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva (PPGHIST - UFPR)

Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues (PPGHIST - UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço como sempre às professoras da minha família por terem deixado gravado em minha infância lembranças agradáveis e indeléveis em relação ao ensino e à educação, em especial minha mãe que além disso, tornou-se uma avó incansável à pequena Catarina.

Aos meus amigos: Gil, Adriana, Patrícia, Rodrigo, Aline, Melissa, Pepe, Valeska e Débora, que convivem comigo há mais de 35 anos como uma grande família e que continuam a me incentivar a seguir em frente, amo vocês.

A minha amiga e colega Camille Johann Scholl pelo empréstimo de uma fonte importante e de difícil acesso para esse trabalho, pela ajuda na finalização e correção do trabalho. Além é claro das ótimas conversas acerca do continente africano e da vida dos marítimos.

Ao colega e amigo José Antonio dos Santos que não me deixou desistir do trabalho e me incentivou em um momento de insegurança com palavras importantes, obrigado. Aos amigos e colegas, Daniel Caon e Vinicius Pereira pelas indicações bibliográficas e pelos ótimos papos sobre os marítimos.

Aos meus alunos e colegas da escola Olegário Mariano, que tiveram de aguentar por quatro anos o professor surtado, muitas vezes, refletindo sobre uma infinidade de assuntos dos quais não tinham a menor ideia e experimentando o ensino a partir de fontes das mais diversas.

Ao meu orientador, professor José Rivair Macedo, que durante toda a última década me ajudou a perseguir a vida dos marítimos e identificar o caminho mais acadêmico possível, sempre respeitando meus limites, me incentivando como pesquisador e inspirando como professor.

A meu primo, irmão e colega Rodrigo Wolffenbüttel que revisou o trabalho e auxiliou nas intermináveis reflexões sobre as gentes do mar inclusive embarcando comigo para isso. A querida Paula que como sempre assumiu o papel de dinda em todos os momentos que se fizeram necessários participando ativamente da vida da afilhada Catarina com muito amor e atenção. Desejo a vocês dois e a nosso futuro navegante Dilan muito amor.

Agradeço aqui a uma entidade jurídica, uma instituição, a UFRGS. Acredito muito no que a Universidade Pública significa e nesses mais de dez anos que pude vivenciar esse mundo entendi sua importância e capacidade de transformação em grande parte dos sujeitos. Torço para que apesar dos ataques que vem sofrendo a Universidade Pública sobreviva, se mantenha forte e cada vez mais transformadora.

Agradeço, em especial, aos mestres de embarcação e aos marinheiros de verdade, ou nem tanto, com quem tive a oportunidade de trabalhar. Com certeza foi a partir dos pequenos detalhes em suas falas, ou de muitas das histórias que me contaram que incentivaram minha curiosidade a ponto de escrever esse trabalho: Mestre Djalma e suas histórias de lampião e do cangaço, Mestre Juvenal grande cozinheiro do pirão tijolo, Mestre Milsinho pescador, Mestre Chico, Mestre Rodrigues, companheiro, Mestre Jorjão, Mestre Decinho meu querido irmão, Mestre e marinheiro Evilásio, Mestre Daniel e suas histórias de pesca no arvoredado, Capitão Júlio, meu querido amigo Fabrício, mestre, marinheiro e pescador que me ensinou e ler o voo das gaivotas, Mestre Humberto e tantos outros que não consigo lembrar, obrigado pelos ensinamentos e pelas muitas carreiras d'água.

Agradeço a meu querido amigo e irmão, José Manauta, por todos os ensinamentos de mergulho, da vida e principalmente por me ensinar a respeitar o tempo dos alunos. Infelizmente a vida não é justa.

Por fim, às duas pessoas mais importantes da minha vida: minha filha Catarina e minha companheira Scheila. Foram quatro anos difíceis, intermináveis, e de muita tensão. Desculpe e obrigado por suportarem junto e por participarem de tudo, amo vocês muito mais do que poderia demonstrar aqui ou em qualquer outro momento.

“O mar é belo e terrível. O mar é livre, dizem, e livres são os que vivem nele. Mas Dulce sabia que não era assim, que aqueles homens ... estavam acorrentados ao mar.”

Jorge Amado – Mar morto.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo principal estudar a cultura marítima africana, a partir de uma etnia da costa ocidental do continente africano, os bijagós da Guiné-Bissau. O estudo produzido tem como premissas básicas os estudos culturais e está alicerçado teoricamente nos estudos pós-coloniais. O espaço temporal delimitado para essa pesquisa foi induzido pela disponibilidade de fontes escritas e pelo acesso as mesmas e ficou estabelecido entre os séculos XV e início do século XX. Além da cultura marítima outro importante elemento estudado por esse trabalho são as chamadas culturas endógenas ou ancestrais e sua importância no desenvolvimento humano e do continente africano para o século XXI. O trabalho conseguiu agrupar uma grande quantidade de fontes distintas e específicas de difícil acesso que tratam não apenas dos bijagós, mas também de uma grande quantidade de outras etnias da costa ocidental africana e de suas relações internas com a cultura marítima desses povos. Foi possível também demonstrar a importância da sobrevivência das culturas ancestrais no continente africano e da capacidade de resistência das populações da Guiné-Bissau frente a violência da Guerra de colonização perpetrada pelos portugueses no continente. Dentro do possível foi feita uma conexão entre a cultura marítima brasileira e africana e suas possíveis origens e inter-relações.

Palavras-chave: Bijagós. África. Guiné-Bissau. Cultura. Cultura Marítima. Ancestralidade.

ABSTRACT

This work has as main objective to study the African maritime culture, from an ethnic group of the western coast of the African continent, the bijagos of Guinea-Bissau. The study produced has as its basic premises cultural studies and is theoretically grounded in post-colonial studies. The time limit defined for this research was induced by the availability of written sources and access to them and was established between the 15th and early 20th centuries. In addition to maritime culture, another important element studied by this work are the so-called endogenous or ancestral cultures and their importance in human and African development for the 21st century. The work managed to group a large number of distinct and specific sources of difficult access that deal not only with bijagos, but also with a large number of other ethnic groups on the West African coast and their internal relations with the maritime culture of these peoples. It was also possible to demonstrate the importance of the survival of ancestral cultures on the African continent and the resilience of the populations of Guinea-Bissau in the face of the violence of the colonization war perpetrated by the Portuguese on the continent. As far as possible, a connection was made between Brazilian and African maritime culture and their possible origins and interrelations.

Keywords: Bijagós. África. Guiné-Bissau. Culture. Maritime culture. Ancestry.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo principal estudiar la cultura marítima africana, de un grupo étnico de la costa oeste del continente africano, los bijagos de Guinea-Bissau. El estudio producido tiene como premisas básicas los estudios culturales y se basa teóricamente en estudios poscoloniales. El límite de tiempo definido para esta investigación fue inducido por la disponibilidad de fuentes escritas y el acceso a ellas y se estableció entre los siglos XV y principios del XX. Además de la cultura marítima, otro elemento importante estudiado por este trabajo son las llamadas culturas endógenas o ancestrales y su importancia en el desarrollo humano y africano para el siglo XXI. El trabajo logró agrupar una gran cantidad de fuentes distintas y específicas de difícil acceso que tratan no solo con bijagos, sino también con una gran cantidad de otros grupos étnicos en la costa de África Occidental y sus relaciones internas con la cultura marítima de estos pueblos. También fue posible demostrar la importancia de la supervivencia de las culturas ancestrales en el continente africano y la resistencia de las poblaciones de Guinea-Bisáu frente a la violencia de la Guerra de colonización perpetrada por los portugueses en el continente. En la medida de lo posible, se estableció una conexión entre la cultura marítima brasileña y africana y sus posibles orígenes e interrelaciones.

Palabras-clave: Bijagós. África. Guinea-Bisáu. Cultura. Cultura marítima. Ascendencia.

Dedico esse trabalho à minha filha Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: O ENCONTRO.....	33
1.1. A DIVERSIDADE DAS ILHAS.....	33
1.2. A RELIGIOSIDADE, CULTO AOS MORTOS E ENTERRAMENTOS.....	36
1.2.1 Enterramentos e práticas funerárias.....	45
1.3. ESCULTURAS, PINTURAS, MÁSCARAS E DANÇAS.....	53
1.3.1 Esculturas.....	54
1.3.2 Pinturas e máscaras.....	61
1.3.3 Danças.....	63
1.4. A VIOLÊNCIA DA COLONIZAÇÃO AOS OLHOS DE UM COLONIZADOR.....	66
1.5. AS MULHERES BIJAGÓS: TRADIÇÃO DE AUTONOMIA.....	74
CAPÍTULO II: O COLONIALISMO PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA, EXPLORADORES, AVENTUREIROS E CIENTISTAS.....	83
2.1. A OCUPAÇÃO “EFETIVA” DA GUINÉ E A CONFERÊNCIA DE BERLIM.....	83
2.2. O ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS: A GUERRA DE COLONIZAÇÃO.....	102
2.3. OS “OLHOS DO IMPÉRIO E AS ZONAS DE CONTATO”: AVENTUREIROS, EXPLORADORES E CIENTISTAS.....	107
2.4. HUGO ADOLF BERNATZIK.....	109
CAPÍTULO III: O MAR E A CULTURA MARÍTIMA.....	119
3.1. SOCIEDADES INSULARES E <i>ILHEIDADE</i>	121
3.2. A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MARÍTIMA.....	125
3.3. CULTURA MARÍTIMA AFRICANA NA COSTA OCIDENTAL.....	132
3.4. A CULTURA MARÍTIMA DOS BIJAGÓS.....	145
3.5. A GUERRA NA CULTURA MARÍTIMA BIJAGÓ.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS.....	173
ANEXO A - Bernhard Struck, Hugo Bernatzik e sua esposa sendo servidos na embarcação.....	183

ANEXO B - Mulher Bijagó com filho nas costas.....	184
ANEXO C - Produção de artesanato.....	185
ANEXO D - Vista aérea das paliçadas de pesca.....	186
ANEXO E - Vista aérea de uma típica tabanca.....	187
ANEXO F - Imagens de embarcações desenhadas pelos bijagós.....	188
ANEXO G - Imagem da canoa Real.....	189
ANEXO H - Imagem frontal da canoa real.....	190
ANEXO I - Rei utilizando o tambor.....	191
ANEXO J - Orquestra de tambores.....	192
ANEXO K - Desenhos nas paredes de um templo com motivos marinhos e embarcações e outros animais.....	193
ANEXO L - Dançarinos bijagós com suas mascarás representando touros.....	194
ANEXO M - Imagem de uma festa.....	195
ANEXO N - Figuras que representam a alma.....	196
ANEXO O - Detalhe de pinturas murais.....	197
ANEXO P - Parte exterior de uma casa com desenhos murais.....	198
ANEXO Q - Marinheiros kru.....	199
ANEXO R – Canoa de Guerra, Senegal, 1890.....	200
ANEXO S – Canoa longa no rio Níger, Mali.....	201
ANEXO T – Embarcação na costa da República de Camarões, 1890.....	202
ANEXO U - Localização do arquipélago dos bijagós, República da Guiné-Bissau.....	203
ANEXO V – Carta do rei de Bisege.....	204
ANEXO X – Memórias Verdadeiras de Antonio Coelho.....	205

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de duas questões em seu cerne; os homens do mar, ou, marítimos da costa africana, e o conhecimento dito “endógeno” ou ancestral¹, desse grupo, e de outros muitos, que acabou sendo desconsiderado como importante pelo desenvolvimento do mundo moderno urbano e ocidental e pela hegemonia ou pretensa hegemonia da razão científica e econômica, moldada e determinada nos últimos séculos pelas sociedades em processo de urbanização. Buscaremos aqui demonstrar o porquê da importância de uma leitura da cultura dessas sociedades que foram marginalizadas, descaracterizadas e violentamente oprimidas no último século e como elas sobreviveram. Quais elementos desses sujeitos foram e são importantes no desenvolvimento do continente africano para o século XXI.

De forma alguma nos preocupamos em resgatar alguma sociedade pura e intocada da África antiga ou desconstruir a importância e a capacidade transformadora do método científico racional e da escrita das sociedades ocidentais. Contudo, é preciso que se demonstre que sem os devidos ajustes e sem as devidas medidas, a inserção das regras determinadas pelas dinâmicas do mundo urbano ocidental em sociedades africanas completamente distintas e estruturadas de forma particular pode acabar por destruir o futuro dessas sociedades, transformando o continente africano em um “arremedo” ocidental mal acabado como a grande maioria dos países da América Latina. Além disso, o nascente século XXI, mais do que nunca, apresenta problemas estruturais, principalmente no tocante a certas temáticas do mundo urbano, como violência, meio ambiente, racismos, falta de democracia, mortalidade infantil, diferenças de gênero, que a promessa iluminista da ciência e da tecnologia da modernidade não conseguiu responder. Sendo assim, são necessárias novas abordagens epistemológicas, novas formas de pensar, novos saberes ou o resgate de alguns desses em sociedades consideradas “atrasadas”. É preciso entender que o conhecimento que nos trouxe até aqui não vai nos levar adiante sem ajustes.

Os binarismos tradicional/moderno, civilizado/indígena, industrial/artesanal, urbano/rural, formal/informal, não são mais uma resposta às questões do cotidiano. É preciso ir mais fundo, é preciso entender as fronteiras entre essas dualidades e buscar trançá-las da melhor forma, aproveitando o que pode haver de melhor em cada uma, mesmo que elas sejam apenas um discurso colonial e antropológico, elas influenciam diretamente o cotidiano dos sujeitos envolvidos. A

1 O conhecimento endógeno ou ancestral é todo aquele conhecimento produzido dentro das sociedades africanas que não possuem um sistema de transferência de saberes baseados na escrita e em larga escala. São conhecimentos ligados ao Saber-fazer ou mesmo apenas ao saber e que são transferidos oralmente ao longo das gerações apenas a algumas pessoas.

simples substituição do tradicional pelo moderno já se mostrou insuficiente para responder às transformações sociais necessárias para que o continente africano deslanche em níveis de desenvolvimento social. A exemplo disso basta olhar o enorme crescimento das periferias de capitais africanas como Lagos, Kinshasa, Maputo ou mesmo o Cairo, que muitas vezes por ser considerada uma capital na África Mediterrânea não comparece nos exemplos africanos de violência e pobreza das periferias. O êxodo do mundo rural para o urbano também não resolve a necessidade das sociedades africanas. A desestruturação das comunidades em vistas a um mundo racional, pautado pelo desenvolvimento econômico e pela velocidade tecnológica, não responde às demandas cotidianas das sociedades africanas. Como também não responde às demandas cotidianas ocidentais. É visível dentro das universidades ocidentais, principalmente aquelas que se prestam a buscar entender melhores formas de vida para seus cidadãos, que o caminho do desenvolvimento econômico desenfreado e da urbanização em massa não pode mais ser aceito. É preciso buscar novas formas de socialização, novas formas de construção, que sejam mais limpas e eficientes. Novas formas de educação e de ensino. Novas formas de transporte e de produção de energia. Uma nova vida cotidiana na urbanidade. Contudo, esquecemos que muitas dessas “novas formas” já existem. Muitas dessas alternativas, ou como muitas vezes são chamadas “terceiras vias” já foram usadas, experimentadas e são muito úteis e vivas. Elas estão nas comunidades rurais, ribeirinhas, no campo. Estão nas sociedades tradicionais. Sociedades essas que foram, em muitos casos, exploradas e desestruturadas pela lógica agressiva e violenta do mundo moderno ocidental e racionalista.

As sociedades do Norte, do século XXI desenvolvem projetos de urbanização afastando os carros dos centros urbanos, como Berlim, Oslo, Amsterdam, e inserindo outros meios de transporte em suas cidades como as bicicletas, trens elétricos. Mas continuam empurrando carros e veículos de combustão para as metrópoles africanas e latino-americanas. A lógica de pequenas comunidades e hortas comunitárias invade o mundo europeu, mas nos outros países ainda é desenvolvido o grande comércio de grãos que sepulta a diversidade de produção e acaba com a produção familiar. É como se o modelo social a ser instaurado nas comunidades ditas “do Sul” pudesse ser aquele que foi já ultrapassado, o modelo de desenvolvimento do século XX. Mais do que nunca, hoje, as sociedades do Norte, a partir de suas gigantes multinacionais de petróleo, química e pesca, sem falar das outras, invadem os países do Sul em busca de regulamentações falhas, de grandes extensões de terra, de governos corruptos. É claro que, junto a esse grupo estão as elites dos países do Sul, mais do que nunca interessadas em “vender” seus países aos que pagarem o melhor preço. Esse trabalho não se propõe a fazer uma denúncia dessas práticas, mas é impossível que esses dados e conceitos passem despercebidos no tocante ao pesquisador que busca encontrar pontes, como diria Valentim Mudimbe entre as sociedades do presente e do passado. Acreditamos, também, que é impossível

falar das sociedades africanas sem falar de escravidão, dos quase quatrocentos anos da experiência escravista perpetrada pelas elites do continente e pelos europeus. Também, é impossível falar de África, sem falar dos quase 100 anos de colonialismo imposto pelas potências europeias, como França, Inglaterra, Portugal, Alemanha, Bélgica e outras. Entretanto, esse não será o foco do trabalho. O foco será mostrar o que essas sociedades africanas ainda tem a ensinar ao mundo ocidental moderno. E buscar, de alguma forma, colaborar para que as mudanças necessárias ao continente africano aconteçam, para que esse possa no século XXI e possa alcançar níveis de excelência para suas sociedades. E que esse projeto não seja o da exclusão e sim de incorporação, e miscigenação de conhecimentos e saberes em todas as áreas necessárias.

Essa tese está inserida nos estudos históricos. Sendo assim é necessário que de alguma forma nosso objeto de pesquisa transite pela linha temporal, ou melhor, analise o mundo africano a partir de uma lente que adentre o passado de suas sociedades. A sociedade escolhida para isso é a sociedade dos bijagós, da costa ocidental africana. Os bijagós vivem nas ilhas de mesmo nome, localizadas na costa da atual Guiné-Bissau. Região que ao longo dos últimos quinhentos anos foi nomeada por Guiné ou mesmo Guiné-do-cabo-verde, por incorporar as sociedades das ilhas de Cabo Verde.² Os bijagós pertencem a um seletto grupo de pequenas comunidades africanas que, principalmente, pela questão geográfica ficaram afastadas ou tiveram pouco contato até o final do século XX com as sociedades ocidentais. Talvez tenham sido os primeiros a comerciar com os europeus, pois como pertencem às ilhas foram os primeiros a serem avistados e serem contatados. Contudo, como não viviam no continente, puderam de alguma maneira manter vivas suas relações sociais, suas crenças, seu *modus vivendi* até o final do século XIX. Mesmo pelos grupos sociais ou etnias da própria Guiné-Bissau, os bijagós são considerados como distintos, provavelmente pelo isolamento geográfico, em função de viverem nas ilhas. De acordo com Macedo e Lopes (2017) os bijagós são um conjunto de povos habitantes das ilhas da Alta Guiné, falantes da língua denominada bijagó ou bidyago com seus dialetos, um subgrupo de línguas semi-bantu do Atlântico Ocidental³. Os primeiros bijagós foram avistados em 1456 pelo navegador conhecido por Alvise da Cadamosto a serviço do infante Dom Henrique. Seus costumes foram descritos detalhadamente por Francisco Lemos Coelho e André Alvares d'Almada em sua obra "Tratado breve dos rios da Guiné" (1594)⁴.

2 Existe um debate historiográfico que discute a primazia de quem incorpora ou quem é incorporado em relação a Cabo Verde e Guiné. Como Cabo Verde seria o entreposto comercial português a Guiné estaria incorporada a ele e não o contrário. Para nosso trabalho, essa questão não é importante, contudo achamos necessário apresentar a existência dessa discussão.

3 Essa classificação das línguas é também um produto do colonialismo e da antropologia. Existe uma discussão acerca da origem dessas línguas serem Bantus ou Sudanesas. Esse discurso por si só carrega as marcas do colonialismo. Entretanto, essa classificação continua sendo utilizada.

4 Tanto o tratado breve dos rios da Guiné de Alvares d'Almada quanto o livro de Lemos Coelho são textos que serão tratados nessa tese como fontes primárias por serem algumas das primeiras referências escritas conhecidas

De acordo com Almada, que era um navegador de cabo verde, um crioulo, conhecedor da costa e do trânsito dessas regiões, os bijagós não faziam mais do que três coisas; guerra, fazer embarcações e tirar vinho das palmeiras.

A costa ocidental africana foi, durante quatro séculos, um caldeirão de culturas como poucas vezes pode ser visto na história da humanidade. Europeus de todos os cantos e centenas de grupos africanos conviveram nesse espaço geográfico negociando os mais diversos produtos e mesclando suas culturas. De todos esses grupos os africanos foram os menos estudados ao longo dos séculos que se seguiram. Em especial os povos da costa, que aqui nomeamos de marítimos africanos. Quem eram as sociedades marítimas da costa africana? ⁵.

Por muito tempo o continente africano constituiu-se como um espaço mítico, quase intocado em se tratando de pesquisas acadêmicas desligadas do processo colonialista e com uma visão que privilegiava o contexto interno africano.⁶ Uma África homogênea de onde haviam sido sequestrados quase doze milhões de escravizados entre os séculos XV e XIX⁷. Nas últimas décadas, essa imagem de uma única África foi se extinguindo e dando espaço a uma visão que busca na história do continente africano ligações e conexões com a vivência e realidade de sujeitos ativos, africanos que no seu tempo histórico moldaram seu mundo e buscaram a melhor forma de sobreviver distendendo e restringindo as estruturas que os circundavam ou produzidas por eles mesmos⁸.

acerca dos bijagós.

- 5 Não existe uma área de pesquisa nomeada por história marítima africana. Foram poucas as pesquisas que encontramos que se aventuraram a esse objetivo. Contudo, acreditamos ser plenamente possível estudar as sociedades costeiras africanas através dessa perspectiva. Pensamos ser na mesma medida tão importante analisar as sociedades marítimas africanas, quanto tem sido estudar as sociedades marítimas francesas ou portuguesas ou mesmo hispânicas, visto que, foi a partir da intrínseca relação entre essas, somada às culturas nativas do continente americano que nasceram as sociedades marítimas brasileiras. As reflexões mais importantes que elencamos para pensar uma história marítima africana partem do trabalho de Jean-Pierre Chauveau. “Une histoire maritime africaine est-elle possible? Historiographie et histoire de la navigation et de la pêche africaines à la cote occidentale depuis le XVe siècle”, “Cahiers d’études africaines 36 (1986): 173-235. O trabalho, além de nos instigar com reflexões e questionamentos, nos apresenta uma imensa lista de fontes possíveis de serem utilizadas nesse campo.
- 6 É importante frisar que, a Guiné Portuguesa passa a ser estudada a partir de 1946 com a criação do Centro de estudos da Guiné. Esse centro vai ser a alavanca principal do nascimento da Antropologia Colonial Portuguesa ou Africanologia, como era também chamada. Esse órgão estava ligado a Junta de Investigação do Ultramar e vai possuir um caráter, acadêmico, para o período em questão. Consideramos que muitos desses trabalhos tinham um caráter quase que de catalogação e que o conceito de acadêmico, muitas vezes, nos parece distorcido.
- 7 O número de escravizados varia muito de acordo com os autores. Buscamos utilizar o número de doze milhões pois ao longo de nossas pesquisas esse número parece responder a uma média em relação aqueles autores que dizem ter sido sequestrados apenas quatro milhões de africanos e aqueles que extrapolam os números em mais de vinte milhões de almas. John Thornton, um dos autores mais utilizados por nós, estima um número em torno de onze milhões de africanos escravizados. Ver, THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico: 1400-1800. Cap. 03 e 04. Além disso, na obra África Negra: história e civilizações, Elikia M’bokolo apresenta um subcapítulo nomeado A querela dos números (p.328) onde debate sobre essa imensa discrepância acerca desse tão discutido número. Utilizamos esses questionamentos e reflexões para nos posicionarmos em relação a esse importante dado.

No período que compreende o final do século XVI até a metade do XVIII, centenas de africanos trabalharam nas margens da costa africana para as embarcações que cruzaram o Atlântico em todas as direções. Muitos desses homens tornaram-se marinheiros, outros já descendiam de sociedades com longas e profundas ligações com o mar ao longo da costa africana, como no caso dos bijagós, nosso principal objeto de estudo. Diversos eram escravos, foram recrutados pelos capitães das nave negreiras como força de trabalho e acabaram buscando nesse ofício seu caminho para a liberdade ou para a sobrevivência. Outros vieram a trabalhar nas embarcações porque essa era uma continuidade de seus ofícios enquanto barqueiros ou canoeiros ou mesmo pescadores na costa Ocidental do continente⁹.

A vida dessas sociedades costeiras da África tornou-se um tema bastante áspero de tratar, visto que, grande parte delas participou ativamente do comércio internacional de escravos. A maioria em canoas, ou almádias¹⁰, que faziam o trânsito de escravizados e de gêneros entre a costa e os tumbeiros. Alguns desses escravizados que foram transportados como carga, tornaram-se marinheiros posteriormente, circulando como tal pela Europa, América e pela costa africana. A cultura e o cotidiano dessas sociedades marítimas da costa ocidental são assunto de grande importância quando se busca estudar a história da África a partir da perspectiva de tornar os africanos sujeitos ativos de seu passado, agentes constitutivos do mundo moderno¹¹, entender as

8 Para um melhor entendimento dessa nova visão sobre as sociedades do continente africano o trabalho mais importante que consideramos é: MUDIMBE, Valentin. *A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa; Edições Pedagogo, 2013.

9 Nas últimas duas décadas vem se tentando descobrir um pouco mais sobre as sociedades marítimas africanas que trabalhavam para as embarcações que praticavam o comércio internacional de escravos na costa ocidental do continente. Contudo alguns autores apenas nomearam esses homens como canoeiros ou mesmo apenas africanos. Demonstramos aqui algumas das obras onde, a partir da história do Atlântico, houve realmente uma busca em descobrir quem eram essas sociedades. Mesmo que essas obras não tratassem especificamente das sociedades africanas. Estão entre algumas delas: *A Hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Alântico revolucionário*. LINEBAUGHT, Peter (2008) e REDIKER, Marcus; *O navio negreiro: uma história humana*. REDIKER, Marcus (2011).

10 Almádias são canoas feitas de um só tronco, ou monóxilas. Algumas dessas podiam carregar dezenas de remadores e carga. São embarcações produzidas pelos povos africanos e asiáticos e nativos americanos da costa. De acordo com Peter Santos Németh (2011) as canoas são embarcações monóxilas, ou seja, feitas a partir de um único tronco de madeira escavado. Intimamente relacionadas à invenção da navegação, existiram em todos os continentes e foram utilizadas por praticamente todos os povos antigos. Aparentemente toscas, sobrevivem há milênios graças à facilidade construtiva e ao seu poder de se moldar às necessidades. Em relação ao continente africano temos o seguinte: A embarcação mais antiga já encontrada na África, conhecida como Canoa de Dufuna, foi descoberta na Nigéria perto da região do Rio Yobe, em 1987, na Vila Dufuna. Testes realizados em laboratórios indicam que a canoa tenha por volta de 8.000 anos, tornando-se assim a terceira embarcação mais antiga do mundo já encontrada. O arqueólogo Peter Breunig, da Universidade de Frankfurt, analisando sua sofisticação estilística, argumenta: “É altamente provável que a Canoa Dufuna **não represente o início de uma tradição, mas algo que já tenha sofrido um longo desenvolvimento**, e que as origens do transporte aquático na África sejam ainda mais antigas no tempo”.

11 Dentre os autores mais importantes atualmente que utilizamos para entender essa ideia dos africanos como sujeitos ativos de seu passado está Archille M'bembe. O texto utilizado em especial é “As formas africanas de auto-inscrição”. Revista de estudos Afro-asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001 p.171-209.

dinâmicas produzidas em sociedades que se desenvolveram completamente díspares em relação ao mundo Ocidental, em especial o Brasil, e que legaram um conhecimento sociocultural riquíssimo que se dissipou pelo Atlântico através de suas relações com outros marítimos.

Procuramos aqui problematizar a vida dessas sociedades costeiras africanas, focalizando em especial nas comunidades marítimas dos bijagós, na atual Guiné-Bissau, que trabalharam numa das profissões que mais arregimentava homens, em um contexto histórico onde esses trabalhadores especializados eram extremamente necessários. Esses marítimos, canoieiros, como também são conhecidos, manejavam suas almádias capazes de transportar até oitenta homens, por entre os baixios e bancos de areia que separavam as embarcações ancoradas na costa dos estabelecimentos em terra. Teria sido completamente impossível o comércio das embarcações europeias com os povos africanos, não fosse à destreza e o conhecimento de navegação e dos rios dessas sociedades marítimas da costa¹².

Para atingir este objetivo, vamos analisar como esses sujeitos eram vistos por outros marinheiros ou por outras pessoas que utilizaram essas embarcações como meio de transporte e nos deixaram seus relatos. Utilizaremos como fontes primárias, relatos de viajantes, diários de navegações, cronistas, biografias e autobiografias de marinheiros, de clérigos ou funcionários a serviço das coroas europeias. Para buscar conhecer esses homens é necessário fazer uma série de análises acerca do mundo onde esses sujeitos sobreviviam, sua cultura, o espaço geográfico em que estavam inseridos, das relações sociais que estavam presentes, entre si e com o que os cercavam.

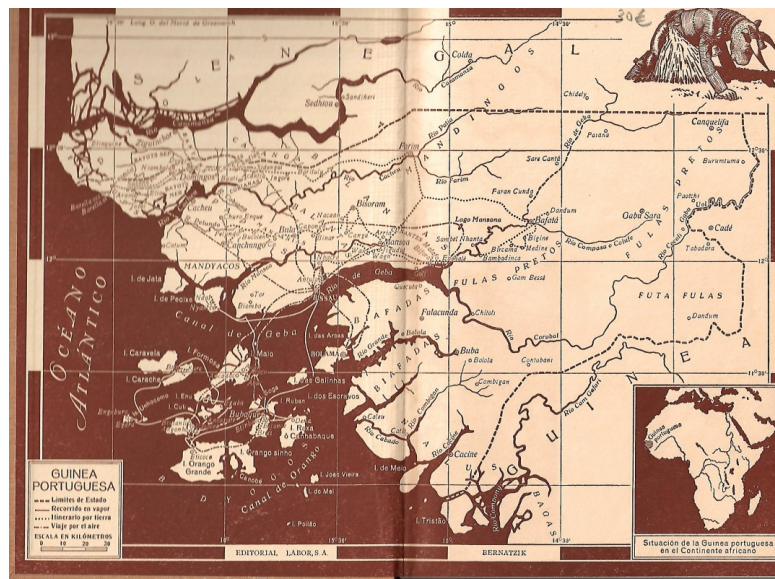
Uma fonte será considerada a fonte principal nesse trabalho. A obra “En el Reino de los Bidyogo” de Hugo Adolf Bernatzik. Esse livro é uma parte de uma obra maior do autor que trata de diversas sociedades africanas. Essa parte foi “pinçada” e se constituiu como um outro livro. Além desse trabalho, o autor também possui diversos outros trabalhos acerca de populações costeiras na África e na Ásia. Hugo Bernatzik foi um daqueles ditos “aventureiros” europeus que durante o século XIX e XX mergulharam nos povos da África e Ásia. O autor, sua vida, sua obra e sua relação com o período imperialista europeu serão melhor apresentados durante o transcorrer do trabalho. Contudo, o que mais nos interessa apresentar agora é a obra que utilizamos como fonte. Uma das grandes dificuldades em trabalhar com a história dos marítimos africanos diz respeito a falta de fontes escritas ou mesmo orais que nos permitam, de alguma forma que seja, vislumbrar seu

12 John Thornton vai apresentar um panorama das diversas sociedades costeiras africanas que se envolveram nas relações com europeus. Demonstrando que os europeus, apesar de tentarem, não conseguiram dominar a costa ocidental pela força. Foi através de negociações e concessões que puderam se estabelecer. As dinâmicas dessas relações vão transformar-se ao longo dos séculos principalmente pelo crescimento incontrolável do tráfico internacional de escravos. Essas diversas sociedades que possuíam na costa seu ambiente de circulação e de relações de conflito e parceria irão modificar-se completamente com a entrada desses novos atores no jogo de relações. THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico: 1400-1800*. Em especial o capítulo 7, grupos culturais africanos no mundo Atlântico.

mundo ou seu cotidiano. Grande parte dos dados e relatos referente aos bijagós que possuímos foram produzidos pelas mãos do estado colonial português. Outros relatos mais antigos que possuímos são curtos e muito similares. O que nos faz pensar se não foram ao longo do tempo sendo reescritos por autores distintos.

A obra que temos em mãos é extremamente única. Um relato particular escrito por alguém que conviveu com os bijagós entre 1930 e 1931. Uma das principais particularidades desse texto é que o autor não estava ali como funcionário administrativo ou respondendo pelos interesses de sua nação ou de alguma empresa. O autor estava lá como antropólogo. O trabalho de mais de duzentas páginas, com ricas fotografias é com certeza o trabalho mais interno possível que se tenha feito com os bijagós antes da independência da Guiné-Bissau em 1973. Dessa forma, essa fonte se torna para nós o livro base a partir do qual vamos tentar entender e descobrir mais sobre os bijagós.¹³

Figura 1 - Mapa do arquipélago dos bijagós com o roteiro visitado por Bernatzik.



Fonte: Bernatzik, 1959.

Para trabalhar com uma fonte dessas e nesse período foi necessário uma pesquisa sobre a vida do autor, seus trabalhos relevantes, sua jornada como antropólogo e as ferramentas necessárias para interpretar sua visão acerca dos bijagós. Visto que, nesse trabalho procuramos encontrar o mundo africano a partir de uma visão interna, ou o mais próximo que possamos chegar disso. Considerando que o mais próximo que pudemos chegar, foi uma visão da representação desses cronistas acerca da cultura dos bijagós. Além disso, foi preciso também pesquisar e refletir sobre o

13 Abaixo o mapa da região que se encontra na contra capa do livro de Bernatzik. Consta nesse a rota de viagem utilizada pelo autor e as ilhas visitadas. Optamos por colocar aqui uma imagem do mapa como forma de localizar o leitor em relação ao espaço geográfico.

período colonial na Guiné Bissal, o imperialismo português e suas facetas. Apesar dessa dificuldade toda acreditamos que podemos olhar uma ótima representação e nos aproximar-nos do mundo dos bijagós a partir dos olhos de Bernatzik. Parafraseando a autora Mary Louise Pratt (1999), “A partir dos olhos do império”.

A forma como buscamos olhar para os bijagós nesse momento difere bastante da forma como olhamos para outras etnias da mesma região. Esse olhar está focado na relação que esse grupo tem com o mar e suas particularidades enquanto sujeitos insulares, ou seja, que sobrevivem nas ilhas e delas e do mar tiram seu sustento e constituem suas mitologias e grande parte de sua cultura. A forma como olhamos para os bijagós nos permite encaixá-los num grupo distinto, dos marítimos. E como marítimos, mais particulares ainda, marítimos africanos, muito pouco estudados.

Uma das justificativas em abordar a vida desses marítimos africanos, colocando-os em evidência em relação a outros, diz respeito a suas múltiplas identidades. Muitas vezes identificados como escravos trabalhadores a serviço das embarcações, outras como negociadores de escravizados, e algumas vezes apenas como agentes de transporte, levando carga ou mesmo apenas gêneros necessários às embarcações. Esses homens eram originários de etnias distintas, de diferentes espaços geográficos do continente, falavam línguas que muitas vezes eram ininteligíveis entre si, mas nas canoas, no convés das embarcações tornavam-se “negros”. Aos olhos dos marinheiros brancos, dos capitães, dos comerciantes, e dos oficiais, eles eram “africanos”. Nessas situações, suas culturas mesclavam-se, sua língua junto com a dos europeus se misturava, constituindo o ambiente que Mary Louise Pratt (1999) vai nomear de Zonas de Contato. É nesse espaço que buscamos entender como se dava a vida e as relações dessas comunidades africanas¹⁴.

Durante o final do século XVI e o início do XVIII, as embarcações foram o principal meio de transporte de pessoas, mercadorias e ideias entre os continentes Americano, Europeu e a costa africana. Para que ocorresse esse trânsito intenso de bens, pessoas e pensamentos havia uma imensa quantidade de sujeitos envolvidos na manutenção, fabricação e provisão dessas naves. A costa ocidental africana não fugiu à regra, as sociedades costeiras foram arregimentadas ao trabalho em troca de mercadorias e de favores dos europeus desequilibrando para sempre, como no caso dos bijagós, as relações existentes anteriormente¹⁵.

14 Além do conceito de Zonas de Contato, utilizamos também o conceito de “transculturização” que a autora trabalha em seu livro. Pratt tem a África como palco para analisar esses conceitos em um dos capítulos de sua obra. Outro espaço geográfico utilizado pela autora é a América. Tanto a Transculturização quanto as Zonas de Contato são ferramentas importantes para buscar entender a vida dos marinheiros africanos. As diversas relações que estabeleceram com os diversos sujeitos. Além disso, esses africanos estiveram em contato com um grande número de culturas diferentes ao longo de suas jornadas de vida, muitas vezes fora das embarcações. PRATT, Mari Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturização*. Bauru; EDUSC, 1999.

15 Conforme Christine Henry (1989) e Avelino Teixeira da Mota (1974) as sociedades costeiras mantinham uma dinâmica de relações de longa data, inclusive com o arquipélago de Cabo Verde. A partir do aumento das relações

Argumentando de forma a demonstrar a dinâmica dessas sociedades e sua complexidade, que muitas vezes são vistas e descritas quase como estáticas no transcorrer do tempo, Christine Henry (1989) exemplifica que no período que transcorre desde as primeiras descrições dos bijagós por Cadamosto (1457), passando por Almada (1594), e chegando ao Padre Manuel Álvares em (1616) houve um incremento tecnológico na construção de suas pirogas, ou almádias. A presença de um bordo nas últimas descrições e que não aparece nas primeiras atesta que pode ter havido um enriquecimento na sua técnica de construção devido ao contato com outros grupos costeiros, ou mesmo com os europeus. Essa transferência de conhecimentos seja para o combate naval, para a pesca ou para a navegação de cabotagem são os elementos que nos demonstram o quanto essas sociedades marítimas eram vivas e ricas em suas relações interculturais.

A delimitação temporal definida por nós está ancorada principalmente na disponibilidade de fontes. O período selecionado é também um momento de intenso relacionamento das sociedades marítimas africanas entre si e com os europeus. Transformando as antigas relações e constituindo novas. Produzindo novos parceiros e dissolvendo antigas estruturas.

De acordo com Toby Green; “A escravidão tem sido uma instituição humana universal e continua difundida, mas a escravidão no Atlântico tem uma importância incomum para pensar sobre modernidade, prefigurando a consciência racial e a industrialização das economias globais”¹⁶. De acordo com a autor, a importância de estudar as populações relacionadas ao período da escravidão nessa região do Atlântico e no período inicial da escravização dos povos africanos tem uma importância fundamental para entender o mundo moderno e suas interconexões. Green articula seu trabalho de forma única e peculiar. O foco de sua análise está centrado na cultura e não na questão dos números. A grande maioria dos trabalhos do início do século ou de finais do século XX tinham como foco histórico a questão dos números em relação a escravização. Além disso, buscavam também uma análise mais aprofundada na vida dos sujeitos escravizados e suas trajetórias no novo mundo. Trabalhos de fôlego como o de John Thornton¹⁷ buscaram introduzir mais essa especificidade da cultura dos povos analisados e suas inter-relações no continente africano antes da entrada dos europeus no contexto da costa ocidental africana. Contudo, o livro de Toby Green aprofunda consideravelmente essas análises de forma a tornar os africanos cada vez mais agentes de

com europeus e outros povos da costa essas sociedades foram sendo transformadas em virtude das diferentes distribuições de tarefas e de atividades que eram realizadas pelas mesmas. Muitas delas viviam quase que exclusivamente da guerra entre si. A partir da entrada de outros atores no contexto, tiveram de transforma-se para dar conta das necessidades desses novos parceiros e muitas delas posteriormente não sobreviveram ou não conseguiram continuar vivendo de sua relação com o mar.

16 GREEN Toby. *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300–1589*. Cambridge University Press. New York, 2012.

17 THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400 – 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, trabalho já citado aqui.

seu passado e demonstrar a importância das dinâmicas internas dos povos da costa antes e depois da chegada dos europeus, além da mudança de suas práticas produtivas e suas instituições sociais. De acordo com o autor, a visão quantitativa acaba por “distrair” a atenção, não permitindo que se veja o quanto o fenômeno da escravidão atlântica teve consequências culturais, políticas e sociais nas sociedades africanas.

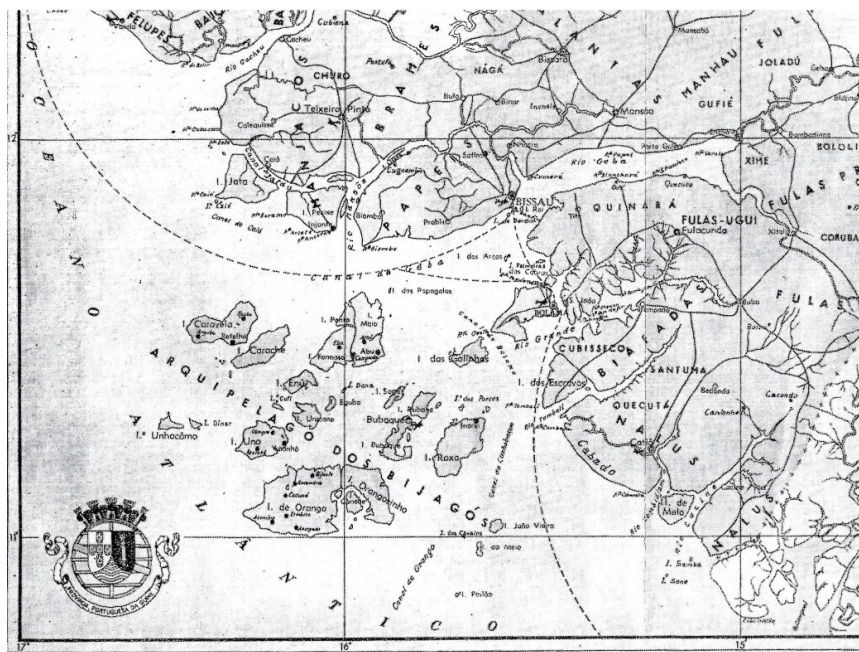
O que se pode inferir é que esse período produziu um corte abrupto no desenvolvimento das sociedades do continente africano e que seu estudo se torna de extrema importância para uma análise da modernidade com vistas a entender o presente das sociedades do continente africano. Contudo, a historiografia anglo americana deu pouca ênfase a esse período, privilegiando os séculos XVIII e XIX. Toby Green argumenta que quando os navios europeus chegaram na costa africana para negociar escravizados a diferença econômica entre a Europa e a África não era grande. No entanto, no século XIX essa diferença tornou-se abissal e incontestável. Para o autor a intervenção desses estados predatórios e militaristas nesses quatro séculos que se seguiram afetou profundamente processos agrícolas na África ocidental. Uma proliferação de conflitos e guerras em pequenas escalas vinculando aldeias acabou por afastar trabalhadores produtivos de suas áreas de convívio. Entretanto esses trabalhadores de certa forma acabaram por enriquecer direta ou indiretamente outras economias de sociedades em continentes diferentes.

Enfatizando relações comerciais e utilizando relatos de navegação, como o do cabo-verdiano já citado aqui André Alvarez d’Almada, Toby Green busca exemplificar a rica rede comercial que já existia antes da chegada dos europeus. Produtos como corantes, sal, noz-de-cola, marfim e mesmo ouro já eram negociados entre os diversos grupos existentes entre as ilhas de Cabo Verde e a costa africana, demonstrando a importância desse período pré comércio de escravizados. Dessa forma, torna-se importante refletir sobre essa riqueza comercial e cultural, essa diversidade existente antes da chegada dos europeus e entender que umas das causas da imensa desestruturação das sociedades africanas está assentada na troca de posição dos atores produtivos do continente, antes produzindo para suas inter-relações e depois envolvidos, vendidos ou trabalhando no entorno do enriquecimento do mundo novo.

A delimitação do espaço geográfico para essa pesquisa compreende a costa africana ocidental e uma parte do oceano Atlântico. O ponto nodal de análise se dá na região onde encontra-se o Arquipélago de bijagós, à margem norte do Rio Grande, Canal do Geba, na atual Guiné-Bissau. Além disso, consideramos importante analisar as relações do Arquipélago de bijagós com outros espaços geográficos acerca, como o arquipélago de Cabo Verde de onde provêm dois navegadores

responsáveis por duas das fontes mais importantes para nós, Alvarez D'Almada e Francisco Lemos Coelho.¹⁸

Figura 2 – Mapa da República da Guiné coordenado por J.R.Silva.



Fonte: J.R. Silva

Estruturada uma incipiente sociedade em Cabo Verde, a partir da metade do século XV, alguns de seus agentes passaram a buscar negociar com as populações da costa africana, na região do Arquipélago de Bijagós, inclusive. Muitos desses foram viver na costa, mesclando-se às sociedades costeiras africanas, e são conhecidos na historiografia como *lançados* ou *tangomaus*. Esses sujeitos acabavam casando-se com mulheres da terra e constituíram centenas de povoações prestando-se como intermediários, entre europeus, ou mesmo outras sociedades africanas. Junto a esses homens surge um grupo bastante específico de atores, importantes para nossa pesquisa, que passa a viver sob a proteção desses lançados, absorvendo seus conhecimentos náuticos e mesclando-os com os seus, já adquiridos em suas comunidades marítimas de origem. Esses sujeitos passaram a ser conhecidos por grumetes. Alguns eram meninos jovens, outros não. Sabiam escavar uma canoa, conheciam a navegação costeira e dos rios interiores que desaguavam no mar. A partir de seu contato e de sua relação com os lançados passam a se tornar peça fundamental nessa

18 Como fizemos anteriormente optamos por inserir um mapa da região com o intuito de facilitar ao leitor a visualização do espaço geográfico. Aqui temos um recorte de um mapa produzido por J.R. Silva ainda no período da Província Portuguesa da Guiné. A partir do recorte produzido é possível visualizar a dimensão da capacidade navegável da região. Não apenas no entorno do Arquipélago dos bijagós, mas também, adentro do território continental. A região é recortada de tal maneira que é praticamente impossível movimentar-se sem ser por meio de embarcações.

engrenagem, visto que muitos eram africanos de diversas origens, outros eram mestiços nascidos dos casamentos com as africanas. Muitos desses grumetes construíram embarcações de grande porte, substituíram seus senhores quando da morte dos mesmos, negociaram com grandes agentes europeus, e o mais importante, foram ponto determinante na transferência entre os saberes e conhecimentos das sociedades marítimas africanas e as outras sociedades marítimas atlânticas¹⁹.

Visualmente, analisando o mapa da África Ocidental, esse espaço que nos prestamos a estudar responde por uma parte ínfima do continente, banhada pelo Atlântico. Contudo, esse pequeno espaço, diferentemente de outros espaços africanos que abrigaram grandes impérios centralizados e organizados possui uma das maiores diversidades socioculturais de toda a África²⁰: não menos que três dúzias de etnias distribuídas em duas dúzias de línguas, algumas completamente distintas das outras.²¹ Citando apenas os bijagós, em seu arquipélago existiu uma imensa diversidade de grupos distribuídos e organizados de acordo com cada ilha, com cada tabanca. Uma riqueza cultural imprescindível para a história do continente africano e para a história do Atlântico. Algumas dessas sociedades já não existem mais, outras modificaram completamente seu modo de viver e de agir, como no caso dos bijagós, que desde a metade do século XX já sepultaram sua herança marítima, por conta da guerra de colonização imposta pelo governo Colonial Português²².

-
- 19 A questão dos lançados ou tangomaus vem sendo pesquisada e analisada por diversos autores que transitam pelos estudos africanos. A importância desses agentes nas relações entre as embarcações e os povos africanos os torna, a nosso ver, ponto determinante para ser aprofundado nessa pesquisa. É provável que muitos desses grumetes que foram criados ou incorporados por esses lançados provenham de sociedades marítimas africanas, como os Bijagós. Possivelmente a partir deles possamos encontrar traços dessas sociedades que desapareceram no transcorrer dos séculos e que, aos olhos de hoje, suas técnicas ou mesmo suas práticas marítimas foram incorporadas por outras culturas. No capítulo que trata em específico dos lançados do livro “A manilha e o libambo” de Alberto da Costa e Silva, o autor chega a citar até nomes desses homens, inclusive descrevendo suas trajetórias. George E. Brooks em seu trabalho “Historical perspectives on the Guinea-Bissau region, fifteenth to nineteenth century”, p.42 a 46 também argumenta em relação a importância desses sujeitos que a princípio foram muitas vezes considerados apenas como meros aprendizes dos luso-africanos estabelecidos na costa. Além dos já citados, Maria João Soares apresenta um trabalho bastante aprofundado em relação aos lançados e suas diversas relações na Guiné. Para uma compreensão dos lançados nos rios da Guiné, século XVI – meados do século XVII.
- 20 Quando nos referimos a grandes impérios da região estamos falando principalmente dos impérios do Mali e Shongai e de certa maneira até o Benim. Esses impérios diferem em muito das organizações que buscamos estudar aqui, principalmente em termos de poder. Esses estados centralizados primavam pelo poder verticalizado, enquanto as sociedades por nós analisadas possuíam o poder horizontalizado, dessa forma dificultando o controle por parte dos europeus
- 21 Partindo apenas do Atlas geográfico de Filipe Jorge Kopanakis podemos visualmente identificar uma imensa variedade de grupos, etnias e línguas nessa região da África atlântica. O trabalho do Geógrafo encontra-se online e serve de ferramenta metodológica extremamente útil no sentido de apresentar a diversidade africana. Pode ser visualizado e descarregado no endereço eletrônico: <https://pdfslide.net/documents/mapas-historia-da-africa-ueg-go.html>. Acesso em 25/03/2020.
- 22 Christine Henry (1989) demonstra em seu trabalho como em uma ou duas gerações depois das guerras de colonização implementada pelos portugueses durante o início do século XX, as sociedades Bijagós constituíram lendas diversas que afastaram os homens da navegação, da pirataria e da construção de embarcações. Dessa forma, o conhecimento dessa cultura marítima que perdurou e se desenvolveu por centenas de anos acabou por ser esquecido a ponto de hoje os Bijagós desconhecerem quase que por completo esse passado ligado ao mar.

A partir do período definido historicamente como Grandes Navegações – que se inicia por volta do final do século XIV e início do XV - a vida das sociedades nas franjas do Atlântico, fosse na Europa, América ou África vai transformar-se. Uma escalada vertiginosa em termos de produção de embarcações, melhorias nas tecnologias de navegação, necessidade de mão de obra, especializada ou não, só irá se enfraquecer no final do século XIX com a criação das primeiras embarcações híbridas, a vapor e com velas. As populações da costa ocidental africana participaram ativamente de todo esse processo. Desde o embarque e desembarque nos portos, no trânsito dos rios, na produção e reparação das naves, na construção de peças de reposição, na provisão de víveres para o trânsito dessas máquinas, nas línguas faladas pelos homens do mar, na sua religiosidade e em sua relação com o nascente mundo moderno.

Outro conceito que orienta essa pesquisa é *cultura marítima*. De acordo com Jaime Rodrigues (2005), a cultura marítima da forma como pretendemos estudar, abarca mais do que elementos ligados apenas à língua, à literatura e às artes. Ela compreende ainda, as formas de falar, de vestir e de vivenciar o cotidiano. Uma maneira distinta de encarar o mundo, de relacionar-se política e socialmente, criando fortes laços com seus companheiros e com as embarcações.

A história da cultura marítima africana praticamente está para ser escrita²³, já que muito pouco se evoluiu quanto a esse assunto. Os homens que lidaram na faina marítima foram e são até hoje os trabalhadores do mar²⁴. São como camponeses que labutaram diariamente nas margens desse oceano, e que no período do tráfico negreiro, tornaram-se invisíveis, seja por sua ligação com o tráfico ou porque simplesmente eram quase ágrafos, não deixaram vestígios escritos. A literatura é um dos pontos de contato onde se pode ver o quão próximos estão as gentes do mar desses

23 Jean Devisse, do que se conhece, é um dos poucos historiadores que se aventuraram em falar dessa ligação marítima dos povos africanos. Ver. História Geral da África, UNESCO. VOL.IV, São Carlos, 2010. Em especial o capítulo 26. *A África nas relações intercontinentais*.

24 Antonio Carlos Diegues utiliza esse termo para os homens que labutam nessa faina, em distinção dos donos de barcos e dos mercadores de peixes ou afins. Ver, DIEGUES, Antonio Carlos. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo; Editora Hucitec, 1998. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues é professor doutor - PROCAM-USP da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de conhecimentos endógenos, com ênfase em Ciências Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, conhecimento tradicional, comunidades caiçaras, comunidades tradicionais e cultura caiçara. Possui mais de uma dezena de livros publicados sobre o assunto e uma série de artigos. Trabalha com a temática das comunidades ribeirinhas e caiçaras no Brasil. Diegues Pode ser considerado uma referência internacional no assunto. Suas principais obras ligadas a essa temática são; DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB/USP, 2008. v. 1. 198p, DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. A pesca construindo sociedades. 1. ed. São Paulo: NUPAUB, 2004. v. 1. 315p, DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; DIEGUES, A. C. S. (Org.) ; ARRUDA, Rinaldo S V (Org.) . Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 4. 176p, DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; DIEGUES, A. C. (Org.) ; VIANA, Virgílio M (Org.) . Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos naturais da Mata Atlântica. 1. ed. São Paulo: Nupaub, 2000. v. 1. 1p, DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. v. 1. 272p, DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. Pescadores, Camponeses e Trabalhos do Mar. 1. ed. São Paulo: Ática S.A., 1983. v. 1. 287p. Dados retirados da plataforma Lattes em 10/05/2020.

continentes²⁵. Buscar entender esses homens e suas vidas, soma-se a um estudo maior em conhecer as sociedades africanas do passado e suas heranças no continente americano. A ligação das sociedades costeiras brasileiras e africanas é uma das lacunas na historiografia cultural do país. De acordo com Luis Geraldo Silva:

As práticas e concepções referentes à pesca realizada na África, bem como o trabalho marítimo desenvolvido por escravos africanos na península Ibérica desde o século XV, contribuiu decisivamente para tornar aqueles, já na América portuguesa, os principais sujeitos históricos envolvidos na pesca, na navegação de cabotagem e na atividade de navegação marítima e fluvial em canoas. Mas a disseminação da escravidão e sua particularidade Ibérica de tornar tanto cativos e seus descendentes homens livres também contribuiu para a formação de uma numerosa camada de negros sem senhor empregados naqueles ofícios. (SILVA, 2001, p.234).

Estudar o cotidiano das sociedades marítimas africanas é uma forma de constituir uma ligação entre os estudos da diáspora africana, ou da escravidão, e os estudos hoje conhecidos como africanos. Na última década, as pesquisas em relação ao continente africano tem ganhado mais visibilidade e investimento. Centros de pesquisa como os da UFBA ou da UFF tem produzido trabalhos bastante consistentes em relação ao continente africano²⁶.

Quando nos referimos à cultura marítima africana neste trabalho, estamos falando das diversas etnias, como os nhomincas, os kru, os muxilundas, os bijagós, os bubu, os vili, os mina, grande parte deles praticantes da navegação de cabotagem, da pesca no mar e nos grandes rios africanos há muitas gerações. Com a circunavegação da África, a descoberta do caminho para as Índias e a conquista da América pelos europeus, o desenvolvimento do mundo marítimo fez com que grande parte desses homens viessem a labutar em algum momento de suas vidas junto as embarcações oceânicas ou em algum tipo de trabalho ligado a essas naves.

As fontes narrativas privilegiadas para este trabalho são diários de navegação, relatos de viajantes, diários de viagem e relatos de marinheiros. A grande maioria em português e disponível on-line na rede de dados ou em bibliotecas digitais. Buscamos aqui selecionar aquelas que, a partir de indícios encontrados em outras bibliografias, ou já analisadas por nós, se mostrassem mais úteis por, em seu conteúdo, relatarem a vida ou o convívio com marítimos africanos, em especial da sociedade dos bijagós.

O *“Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde, desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant’Anna; de todas as nações de Negros q(ue) ha na ditta costa, e de seus Costumes, armas,*

25 Encontramos pontos de ligação na forma de ver essas gentes do mar, sua cultura e sua forma de vida em dois autores, um de cada lado do Atlântico, mas acreditamos que existam vários outros. No Brasil, Jorge Amado, em especial o livro *Mar Morto*. (1936) E em Cabo Verde, Manoel Lopes com o texto: *O galo cantou na Baía* (1936).

26 No Brasil, dois grandes centros de pesquisa vêm se destacando nas pesquisas referentes ao continente africano em termos de estudos relativos às ciências humanas. São eles, o Centro de estudos Afro-asiáticos da Universidade Federal da Bahia e o Centro de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal Fluminense.

trajes, juramentos, guerras”, de André Alvarez D’almada, (1594) é uma das fontes mais importantes que temos. André Alvares era um cabo-verdiano nascido na ilha de Santiago e que fez comércio com os moradores da costa. Era marinheiro e homem importante de sua terra. Esteve em Portugal por volta de 1580 representando sua terra e seu povo. Seu relato é rico em relação aos bijagós e os descreve como guerreiros e ótimos navegadores:

...e estes negros são tão destros no mar, e ainda que se soçobre e vire a embarcação, andam a nado e a tornam a endireitar e esgotar e tornam-se a meter dentro.” “Os homens não fazem mais que três cousas – guerra, fazer embarcações e tirar o vinho das palmeiras. (ALMADA, p.88).

Outra rica fonte que dispomos é o texto de Francisco de Lemos Coelho, “*Discripção da Costa de Guiné e situação de todos os portos, e rios della; e roteyro para se poderem navegar todos seus rios*”, 1684 editado por Damião Peres, *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho*, 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, pp. 89-25 (doravante cit. como *Discripção* (1684)). O capitão Francisco Lemos Coelho viveu por mais de duas décadas na região. Foi combatente e comerciante, nos deixando um rico relato acerca dos povos da região, seus costumes, sua cultura e outros pormenores. O relato do autor possui duas edições, uma de 1669 e outra de 1684. Por muito tempo acreditava-se que eram textos de dois autores diferentes, mas Damião Peres resolveu essa confusão e editou as duas em uma única obra. Em relação aos bijagós, Lemos Coelho nos dá referência de como povoaram as ilhas e de como tornaram-se temidos guerreiros:

Esta casta de negros, dizem os velhos, que foram povoadores do Rio Grande e de seus reinos, os quais foram conquistados por uma casta de negros que chamam Biafares, gente que veio do Sertão adentro, mas não dizem de que parte, e vendo-se vencidos fugiram em canoas, que também chamam de almádias, e vieram abrigar-se a estas ilhas; primeiro a ilha Roxa, que lhe ficava mais vizinha; depois, com a continuação do tempo, se espalharam pelas mais ilhas, em as quais ainda os vinham buscar e perseguir esses Beafares, e dar-lhes guerra; e, vendo que não tinham mais ilhas para onde fugir, *tirando forças da fraqueza e se começaram de defender e ofender com tal valor que de vencidos se fizeram vencedores*. (COELHO, p.42).

Além destas mais algumas obras somam-se ao repertório de fontes utilizadas na pesquisa, são elas: “*Etiópia menor e descrição geográfica da província de Serra Leoa*”, manuscrito de 1616 da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, escrito pelo Padre Manuel Álvares e Lavanha; “*Relação do Porto do Rio Senegal*” feita por Jogo Baptista Lavar e editada por F. de Leite-Faria; “*Boletim cultural da Guiné portuguesa*” n.55, de 1959, (1600) de André Donelha; “*Descrição da Serra Leioa e dos rios de Guiné do Cabo Verde*” (1625), ed. do texto português, introdução, notas e apêndices por Avelino Teixeira da Mota e P. E. H. Hair; “*Junta de Investigações Científicas do*

Ultramar”, 1977. (1625), de Mares; “*Description et r&it historial du riche royau d'o*”, 1602 de Voir Aussi Mauny; e “*Une description ancienne du Cap-Vert par Pieter de Marees*” (1601), Chntre-Mer, no 330, mai 1957. (1602).

Essa Tese está orientada da seguinte forma, o primeiro capítulo busca aprofundar a história dos bijagós utilizando como fonte principal o livro do Austríaco Hugo Bernatzik. Nesse capítulo, buscamos apresentar da melhor forma possível o mundo dos bijagós a partir das descrições de Bernatzik. Elencamos alguns elementos que julgamos serem os mais apropriados e imprescindíveis para tentarmos de alguma forma demonstrar como foi o mundo dos bijagós no período descrito. Estão entre os principais temas selecionados por nós; a religião e o culto aos mortos, a forma com que os bijagós se relacionam com seu mundo mágico, suas especificidades, ou as que foram possíveis de serem identificadas a partir do relato do autor. Buscamos também apresentar a forma dos enterramentos e as devidas cerimônias, o quanto pudemos pinçar da obra de Bernatzik e dos outros autores que utilizamos.

Outro tema que buscamos também identificar foram os traços principais do que chamamos de comunitarismo, ou seja, das relações que consideramos comunitárias ou que de alguma forma forjam uma identidade comunitarista entre os bijagós. As cerimônias de iniciação forma outro elemento que mereceu uma atenção especial, visto que consideramos como uma característica cultural peculiar e muito particular dos ilhéus.

Outro tema que fizemos questão de elencar foram as atividades ligadas a pintura, escultura, danças e artesanato. Diferentemente das sociedades ocidentais, esses elementos culturais se apresentam como elementos vivos e ativos na sociedade Bijagó. Eles fazem parte do cotidiano e da vivência de seus indivíduos. As casas, os espaços comuns, as canoas, os utensílios domésticos são adornados e constituem uma importante parte da cultura dessa sociedade. A dança é uma forma de expressão dos bijagós que compõe quase todos seus momentos. A dança, o toque do tambor, o canto são elementos culturais dinâmicos dos quais chamaram muito a atenção do autor quando esteve nas ilhas.

A importância das mulheres e a relação destas com o mundo dos bijagós foi um tema que para nós não poderia ter passado despercebido. Vivemos, no mundo ocidental, um momento muito importante de fortalecimento e empoderamento das mulheres frente a sua afirmação como indivíduos ativos e independentes na sociedade. A experiência e a vivência das mulheres bijagós, com sua autonomia e suas tradições matrilineares ganham contornos de sobrevivência e resistência frente a outras sociedades consideradas avançadas em relação aos bijagós.

Destacamos um dos temas de análise a visão do colonizado, no caso o autor, a própria violência da colonização. Não foram poucos os relatos e as descrições de violência que Bernatzik

presenciou ou foi relatado ao mesmo pelos bijagós. Como o Antropólogo era um visitante na colônia portuguesa se deu ao luxo de fazer críticas a forma como os bijagós eram tratados pelos funcionários portugueses, ou mesmo por seus aliados do continente, os seja, outras etnias que trabalhavam para os portugueses.

E por último, talvez o tema mais importante no que diz respeito a nosso trabalho, a Cultura marítima dos bijagós. Nesse item buscamos identificar, ou pinçar, no texto de Bernatzik, como já foi citado aqui, os elementos que consideramos as características da cultura marítima dos bijagós. Sua relação com o mar, sua vivência, a pesca, a construção das embarcações, e a pirataria, que talvez seja a característica mais inusitada e mais descrita acerca da cultura marítima dos bijagós.

Além do texto de Hugo Bernatzik, usamos também trabalhos mais conhecidos sobre os bijagós, como o de Avelino Teixeira da Motta, Luigi Scamtamburlo, Christine Henry, Raul Mendes Fernandes, Augusto Santos Lima e Dilma de Melo Silva e outras obras mais gerais que de alguma forma corroboram com a história apresentada nesses trabalhos.

O segundo capítulo está destinado a descrever a relação do colonialismo português na Guiné e as facetas dos chamados aventureiros ou exploradores que serviram como “olhos” dos impérios europeus em terras africanas. Quem eram esses homens conhecidos por “exploradores” que dedicaram sua vida, seu tempo, muitos deles, suas fortunas, para encontrarem riqueza, fama e muitas vezes a morte nas colônias.

Temos por objetivo apresentar Hugo Bernatzik, visto que, foi a partir de seu trabalho que pudemos de certa forma nos aproximar dos bijagós no período descrito. Além de Bernatzik buscamos outros exemplos de homens que se dedicaram, de forma científica a estudar os lugares que, naquele momento eram tidos como “exóticos”. Quais suas abordagens, quais seus interesses e quais suas relações diplomáticas que permitiam essas viagens.

O objetivo em analisar esses sujeitos também recai sobre uma importante análise que diz respeito a questão dos usos da antropologia e da etnografia nesse período. Ciências que estavam sendo maturadas no início do século e que carregavam em si uma enorme carga de racismos e discriminações.

No terceiro capítulo buscamos apresentar, identificar e demonstrar a existência e a importância de uma cultura marítima endógena dos povos da costa Ocidental africana. Seu desenvolvimento ao longo do tempo, sua relativa diferenciação em relação a navegação de longo curso perpetrada pelos povos europeus a partir do período conhecido como Grandes Navegações. Nessa parte do trabalho o foco não estará apenas nas comunidades bijagós e no seu desenvolvimento, mas em algumas das comunidades marítimas nesse entorno e que de alguma forma se relacionaram e produziram saberes acerca do mundo marítimo ao longo do tempo.

Não são muitas as fontes ou mesmo o conhecimento formal acadêmico produzido acerca desses indivíduos. Contudo sua importância na produção do mundo moderno foi extraordinária e continua sendo excluída sua importância no contexto histórico. Dentre esses povos, além dos bijagós, estão os muxilundas, os villi, os kru, os fanti, já citados aqui. Dentre as características culturais que buscamos encontrar e demonstrar estão a navegação de cabotagem, a pesca, o fabrico de embarcações, o comércio entre o mar e a floresta, entre outros.

Somando-se aos autores africanos que buscamos utilizar como forma de argumentação teórica em relação a necessidade da sobrevivência dos conhecimentos ancestrais para a formação de um mundo mais plural no século XXI, principalmente no continente africano, buscamos utilizar a ideia de ecologia dos saberes de Boaventura Santos. De acordo com Boaventura Santos (2007) a ecologia dos saberes tem como premissa básica a ideia de diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento de uma pluralidade em termos de formas de conhecimento, para além do conhecimento científico. É uma forma de fugir da homogeneização do saber. Essa ideia de uma ecologia dos saberes, de acordo com autor, busca dar uma consistência epistemológica a um pensamento mais pluralista e propositivo. Essa proposta tem como base promover uma interação entre os conhecimentos científicos e outros saberes não-científicos. É a busca de explorar a pluralidade interna da ciência, ou formas alternativas da ciência, como as epistemologias feministas²⁷ e pós-coloniais.

Esse trabalho se insere em uma discussão teórica que já se alarga por duas décadas ao menos e pode ser nomeada por pós-colonial ou decolonial. Em suma, esses trabalhos são pautados por alguns autores e discussões que de alguma forma dão o “tom” com vistas a uma desestruturação do sistema vigente, ou melhor, da dita modernidade.

De acordo com Adélia Ribeiro (2014) Há uma tríade formada por Albert Memmi (1977), Aimé Césaire (2010) e Frantz Fanon (2010) cujas obras podem ser consideradas fundantes da chamada crítica pós-colonial. Soma-se a elas o livro *Orientalismo*, de Edward Said (2007). As guerras de libertação em África e Ásia somadas à diáspora intelectual, na experiência dos trânsitos e do alargamento das fronteiras, ao mesmo tempo em que, na Europa, as narrativas canônicas, quer liberal quer marxista, eram revistas e faziam nascer uma inusitada rede de crítica intelectual a partir das margens e de seus deslocamentos. Esta é fortalecida com os chamados estudos culturais britânicos, cuja paternidade é atribuída ao jamaicano Stuart Hall (2009), assim como pela revisão da historiografia indiana realizada pelo Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia. Trazer para esta

27 De acordo com o autor, as epistemologias feministas têm sido centrais para a crítica dos dualismos “clássicos” da modernidade, como natureza/cultura, sujeito/objeto, humano/não-humano, e da naturalização das hierarquias de classe, sexo e raça.

rede os intelectuais andinos em seus impactos na crítica latino-americana e ainda o pós-colonial de língua portuguesa protagonizado por Boaventura de Sousa Santos (2000) contribui para explicitar a dissonância entre teoria e prática sempre que, como pesquisadores, não realizamos a revisão do legado eurocêntrico na análise da realidade dos povos não-europeus e não-setentrionais. Nas distintas vertentes e peculiaridades, chamamos de pós-colonial o esforço de articulação das vozes subalternas em busca da condição de sujeitos de sua própria fala e história. Buscamos também apoio em autores que estruturam suas questões a partir daquilo que costuma-se chamar de diálogos Sul-Sul como Eduardo Devéz Valdéz (2008).

Além desses autores citados acima há ainda um grupo que se soma a esse conjunto e que muitas vezes não aparece ou aparece de forma hierarquizada. São os autores africanos que discutem as questões da África a partir de um viés interno ou como poderíamos dizer usando da expressão de Castiano e N'goenha: a intersubjetivação. Ou seja, em poucas palavras, aqueles autores africanos, que tratam de problemas internos do continente e que escrevem para seus pares, ou não, dentro do próprio continente. Com o objetivo de resolver, ou buscar soluções para seus problemas internos. Além de José Castiano e Severino N'goenha, Archile Mbembe é autor basilar para essas discussões.

Acreditamos que a partir dos referenciais teóricos apresentados e da exemplificação do caso dos bijagós podemos de alguma forma responder, ou dar um caminho, a pergunta que nos propomos a responder nessa tese: *Qual o objetivo de manter vivos os saberes endógenos ou ancestrais?* O saber acadêmico, o conhecimento científico, a tecnologia industrial são sem dúvida alguma, ferramentas importantes e imprescindíveis ao desenvolvimento humano no século XXI. Contudo, todos esses instrumentos, essas ferramentas, em algum momento do século XIX e XX transformaram-se em ferramentas de segregação, de alienação, de destruição dos valores humanos e das populações. Principalmente nas sociedades africanas, por terem sido desestruturadas e saqueadas ao longo dos últimos quatrocentos anos, ou mais. Para que essas ferramentas do iluminismo tornem-se os grandes agentes transformadores das sociedades e encarnem o ideal para que foram pensadas é preciso humanizá-las. Mas essa humanização deve ser superior a qualquer outro valor. Tanto científico como econômico. Se isso não puder ocorrer, muitas vezes será melhor viver sem essas ferramentas. Dando preferência ao desenvolvimento humano, ao convívio social a valorização do sujeito ao invés do estado-nação. Entretanto, para que isso ocorra no atual estágio de desenvolvimento das sociedades africanas será necessário uma revolução, uma transformação na forma de pensar, de viver.

CAPÍTULO I: O ENCONTRO

1.1. A DIVERSIDADE DAS ILHAS

Das dezenove ilhas consideradas habitadas do Arquipélago Bijagós, algumas são habitadas somente em algumas estações do ano, dependendo da colheita ou da pesca, Bernatzik teve a oportunidade de visitar, formalmente, umas dez. Nessas visitas ele pôde se relacionar com algumas Tabancas e em alguns casos teve acesso a informações valiosas e que consideramos únicas em se tratando do período em que sua viagem ocorreu. Além das visitas efetuadas a partir da embarcação em que permaneceu durante a estada no arquipélago, o antropólogo, fotógrafo, fez um sobrevoo pelas ilhas com a intenção de identificar os espaços e as trajetórias que lhe serviriam melhor durante a navegação, além de fotografar a ilha com um equipamento de primeira geração e testá-lo. De acordo com a descrição do próprio autor as ilhas eram praticamente desconhecidas, principalmente do ponto de vista científico, além é claro de serem quase inexploradas. As cartas de navegação tanto quanto as cartas terrestres estavam praticamente em branco e figurava nas cartas a designação “*terra incôgnita*”. Quanto as populações das ilhas, as informações eram escassas e contraditórias. As ilhas visitadas foram: Orango Grande, Uñocomo, Caravela, Caraxa, Eguba, Huracán, Uno, Bubaque, uma ilha não identificada e Formosa.

As populações das ilhas são diversas. Falam um idioma similar mas com particularidades. Tanto na questão social, quanto religiosa e cultural cada ilha segue suas determinadas regras. Algumas ilhas possuem mais de uma tabanca e algumas tabancas podem chegar a ter até sessenta cabanas ou casas. Mesmo nessas ilhas com mais tabancas, essas seguem regras distintas. Vemos dessa forma uma enorme diversidade cultural e social relatada ricamente pelo autor. Apesar de ser necessário fazer um filtro, tanto temporal quanto social, na interpretação do texto, Bernatzik nos apresenta a vida do bijagós de uma forma como nenhuma outra fonte nos permitiu vislumbrar até o momento. Um mergulho no cotidiano das ilhas. A dificuldade de embarque e desembarque de acordo com a maré e as ondulações. O que para embarcações a motor como no caso de Bernatzik torna difícil o trânsito entre as ilhas. No caso das pirogas, embarcações utilizadas pelos ilhéus, muitas vezes devia impossibilitar o transporte dentro arquipélago. Esse mergulho do autor também nos coloca a par da situação difícil a que os ilhéus se encontravam no período de sua estada.

Acosados pelos chamados “policiais negros”, que identificamos como Fulás ou Beafares que trabalhavam para os Portugueses.²⁸

Essa enorme diversidade relatada em um pequeno espaço geográfico do continente africano nos faz refletir sobre a riqueza cultural do continente. Tanto a existente, quanto a que foi dizimada. Nessa riqueza, talvez possamos vislumbrar chaves de sobrevivência para nossa espécie no século XXI. Conforme Dilma de Melo (2000)²⁹:

Possuindo uma singularidade própria, suas práticas sociais nos comprovam a existência de uma sabedoria milenar que sobrevive, apesar de todos os processos de imposição de transformações exteriores, e sua compreensão pode nos fazer buscar um modelo de desenvolvimento alternativo que permita uma solução auto-sustentável dos potenciais próprios e não transferências de modelos exógenos. (p.87).

Danças, festas, cerimônias, alimentação, arte, religião, medicina, fabricação de embarcações, comunitarismo, esses são alguns dos elementos que o autor experimentou em proximidade com os bijagós. Provavelmente essa seja a maior riqueza dessa fonte, desse relato.

Dos textos que possuímos em relação aos bijagós, tanto os relatos dos séculos XV como dos séculos subsequentes, todos os cronistas nos falavam dos bijagós a distância. Como populações únicas e intocáveis. Cadamosto, Almada, Álvaro Fernandes, De La Croix, Beaver, todos os que de alguma forma relataram a existência dos bijagós, nunca relataram a partir da proximidade. Principalmente pela fama de piratas e de serem violentos com os estrangeiros. Sendo assim, o texto de Bernatzik nos coloca lado a lado com essa diversidade, que aos olhos dos cronistas anteriores assustava, mas que impressiona pela cordialidade, nas ilhas que conseguiram sobreviver melhor à guerra de colonização, aos olhos do autor.

Naquele distante e acolhedor povoado, entre a verde vegetação e os mamoeiros carregados de frutos de um amarelo dourado, semelhantes a melões, nos sentíamos muito tranquilos. Contrariamente a impressão experimentada em outras ilhas, nos dávamos conta de que a

28 O que o autor chama de policiais negros são na verdade o que nomeamos de cipaios, ou sipaios. A polícia utilizada pelos colonizadores em regiões diferentes. Grupos étnicos diferentes eram cooptados para serem utilizados como policiais em outras regiões. Como exemplo no caso dos portugueses são angolanos utilizados em Moçambique, cabo-verdianos usados na Guiné e assim por diante. Essa era uma prática comum dos países colonialistas, mais uma ferramenta de dominação violenta e baseada na ideia de dividir para conquistar tão presente nas práticas de guerra dos europeus no continente. O caso mais conhecido em relação aos cipaios é a chamada Revolta dos Cipaios em 1857 contra o Império inglês.

29 O livro de Dilma de Melo Silva, *Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagós da Guiné-Bissau*, São Paulo, Terceira Margem; 2000, foi uma das obras mais importantes que nos serviram de aporte pra buscar referências e contrapontos em relação ao livro de Hugo Bernatzik. A socióloga da USP fez um longo trabalho de pesquisa com os Bijagós e teve a oportunidade de conviver com os mesmos por um grande período. Entre 1978 e 1984 permaneceu na Guiné a título de pesquisadora e é integrante do centro de estudos africanos da USP. Dilma de Melo foi utilizada por nós muitas vezes como parâmetro para buscar entender e verificar as informações no trabalho do austríaco.

existência feliz dos moradores de Huracán estava bem protegida (BERNATZIK, 1959, p.126/127).

É provável que esse seja o único relato acerca dos bijagós durante a guerra de colonização imposta pelos Portugueses no início do século XX. Guerra essa que destruiu em grande parte as populações do arquipélago e da Guiné. E grande parte dessa destruição é relatada pelo antropólogo durante seu texto. “Mas hoje nós velhos temos que olhar impotentes como nossa juventude perece, como todo nosso povo, abatido pela fome e pelas doenças se vê reduzido a ser escravo dos brancos.” (Ibidem, p.34).

No trecho acima o autor repete o que seria a fala de um ancião acerca da situação que sua comunidade vivia durante o período descrito.

Esse trabalho tem por base o estudo da representação da cultura dos bijagós aos olhos dos cronistas, exploradores, militares, clérigos ou outros que tenham tido contato com a mesma e que de alguma forma deixaram algum relato escrito possível de ser analisado por nós. Pensar, refletir, sobre como essa cultura era, como sobreviveu, quais seus importantes aportes em relação ao contexto da África para o século XXI, qual seu papel na constituição de uma ideia de cultura marítima da costa ocidental da África e outros pressupostos que provavelmente não serão abordados ou mesmo estudados nesse trabalho por falta de tempo. Como optamos por utilizar o texto de Hugo Bernatzik como uma das fontes principais desse trabalho, buscamos pinçar no livro aqueles elementos ligados a cultura dos bijagós que tenham sido alvo da curiosidade do autor. Assuntos que possamos reelaborar, a partir dos pressupostos teóricos já descritos na introdução desse trabalho, que consideremos pertinentes enquanto traços culturais e que foram elencados em algum momento pelo mesmo. Alguns, inclusive, podem ter sido ponto de análise de outros pesquisadores e assim poderemos compará-los e analisar as diferentes representações forjadas acerca desses marítimos africanos. Outra questão que nos faz refletir é a de como esse sujeito foi visto pelos bijagós a partir de seu contato para que pudesse ter tido a inserção que teve entre os homens “grandes” das ilhas. Infelizmente, não existem relatos escritos de próprio punho dos bijagós. Contudo, a partir da própria descrição do autor consideramos, em algumas situações, buscar entender ou mesmo reconstruir a visão que os bijagós tinham desse homem para permitir-lhe tamanha proximidade.

É importante refletir aqui sobre dois pontos. Primeiro, que tipo de elementos culturais selecionamos como importantes e porque esses elementos foram selecionados. Dentro desse grande conceito que é “cultura”, o que consideramos como referenciais para validar a cultura dos bijagós como uma cultura distinta. E, por último, quais elementos foram deixados de lado e por quê.

Em primeiro lugar, quanto aos elementos que buscamos elencar e que consideramos mais importantes, estão aqueles que se enquadram no conceito de cultura utilizado Edward Said (2011), autor que consideramos como basilar para nosso trabalho.

Quando emprego o termo [cultura], ele significa duas coisas em particular. Primeiro, “cultura” designa, todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem sob formas estéticas, sendo o prazer um dos seus principais objetivos (SAID, 2011, p.10).

Dentro dessa questão chamamos a atenção para o seguinte entendimento. Para nós, o que mais importa nesse trabalho são as questões relativas à ideia de cultura como todas as práticas relacionadas à vida cotidiana do sujeito, que interajam e transformem sua vida no grupo social, ou mesmo individual, e que estejam, o máximo possível, desenlaçadas do campo econômico e político. Não significa a exclusão completa e arbitrária desses campos em relação ao contexto cultural. Mas, o máximo possível de autonomia em relação a eles. Fica claro aqui, que este é o nosso ponto de corte. A nossa escolha em relação aos pontos que consideramos possíveis de serem analisados e que contribuem para uma análise cultural, por nós validada. Recordando que consideramos a existências de outros elementos possíveis de análise, mas que não consideramos pertinentes aqui.

Alguns outros elementos que deixamos de lado na reflexão do trabalho e que poderiam se adequar ao conceito de elementos culturais que buscamos analisar no trabalho, são aqueles que descartamos por não termos bibliografia suficiente para tal, ou por abranger um espectro maior do que seria possível para um trabalho como esse, ou por não possuímos acesso aos documentos necessários para determinada análise. Sendo assim, são alguns, elementos selecionados para análise da cultura bijagós que escolhemos, sabendo que, muitos mais poderiam ou ainda podem ser estudados. Não encerrando aqui, de forma alguma, a capacidade de reflexões acerca das representações dessa rica população sobrevivente da costa ocidental africana, que tem sobrevivido há centenas de anos com sua cultura multifacetada.

1.2. A RELIGIOSIDADE, CULTO AOS MORTOS E ENTERRAMENTOS

Durante a estada de Bernatzik nas ilhas, algo que consumiu o autor foi a busca em fotografar as chozas (cabanas) destinadas a morada dos Irans³⁰. Essas entidades sagradas dos bijagós. Elas estão em todas as comunidades e possuem significados semelhantes nas diversas ilhas do

30 De acordo com Dilma de Melo Souza Iran é uma designação crioula para os seres sobrenaturais, as forças vitais, que existem por toda parte e que devem ser cultuados, apaziguados, e dos quais se recebe proteção. (pp.162).

arquipélago. É possível entender que a religiosidade para os bijagós parte da crença na sobrevivência da alma do indivíduo por algum tempo depois da morte. Conforme relata Bernatzik “depois da morte, a alma do homem abandona o corpo e vaga errante pela selva.” (1959, p.63). De acordo com Scantamburlo (1991)³¹ é possível definir as práticas religiosas da vida comunitária dos bijagós. Ou melhor as práticas da ilha de Bubaque, onde o autor promoveu sua pesquisa. Além dessas práticas religiosas de acordo com o autor os bijagós são um povo prático. Voltados aos afazeres diários de sobrevivência. Sendo assim não dispõe de tempo e recursos para que uma determinada classe do grupo se detenha apenas as questões religiosas ou questionamentos mais profundos em relação ao mundo. Questões mais filosóficas como, de onde vêm, para onde vão, qual o sentido da existência humana. Os ilhéus acreditam em forças supremas que estão representadas não só pelas forças naturais, mas também por forças voltadas as atividades nas quais o grupo está envolvido. Grande parte do que se aprende vem dos conhecimentos passados pelos mais velhos, pelos anciãos. São estes os responsáveis pelas cerimônias de iniciação, pelos enterramentos e outros serviços. Nas comunidades bijagós os anciãos detêm um papel fundamental, tanto em relação às práticas cotidianas, quanto em relação à transferência dos conhecimentos necessários a sobrevivência.

Durante a estada de Bernatzik no arquipélago o autor presenciou e comentou uma série de acontecimentos cotidianos dos bijagós. Não só acontecimentos, mas o próprio desenrolar da vida cotidiana. Festejos, enterramentos, rituais e a beleza das ilhas. Contudo, pouco ele pôde descrever em relação aos deuses e suas divindades. A capacidade de representar e descrever o que vivenciou provavelmente se deve a grande lacuna entre o mundo que estava presenciando e suas referências Europeias. Além disso, provavelmente pela pouca, ou nenhuma, informação que se possuía anteriormente acerca desse assunto. Entretanto, apesar dessa lacuna, a autor nos apresenta diferenciações, particularidades existentes entre as ilhas que nos mostram o quão rico e diversos eram os cultos bijagós.

Enquanto os costumes de Caraxa eram, em sua maioria, idênticos aos de Orango Grande, no aspecto religioso, em vez disso, existiam divergências. Em Caraxa, o deus do céu se chama Nudu. Toda família possui um fetiche³² particular (erandi), além do comum a cada

31 Além do trabalho de Dilma de Melo o outro trabalho que foi indispensável para nós e serviu de base para verificação do texto de Hugo Bernatzik foi o livro de Luigi Scantamburlo, *Etnologia dos Bijagós da ilha de Bubaque*; Bissau, Instituto Nacional de estudos e pesquisa, 1991. Scantamburlo viveu com os Bijagós a partir de 1975. Esse livro é sua Thesis de Master of Arts em antropologia na universidade de Detroit em 1978. Tanto quanto Dilma de Melo, Scantamburlo nos serviu de guia e base para buscar entender muitas das representações e reflexões de Bernatzik. Foi obra fundamental para nosso trabalho.

32 De acordo com MACEDO e LOPES (2017), no verbete RELIGIÃO TRADICIONAL páginas 248 à 252 fetiche é uma palavra utilizada pelos colonizadores para descrever que os africanos adoravam objetos inanimados “fabricados”, feitos, fabricados, artificiais do latim *factitio*. Daí surge a palavra feitiço e que entra na língua francesa como fetiche. Sendo assim a religião africana tradicional vai aparecer muitas vezes denominada de

aldeia (erubu). O chefe da aldeia é ambos. O rei possui o fetiche mais poderoso e é também o sumo sacerdote (BERNATZIK, 1959, p. 109).

Conforme Dilma de Melo Silva (2000), os *Irans* protetores são parte indispensável da vida cotidiana dos bijagós. Esses *Irans* estão representados nas estatuetas que sobrevivem na cultura dos ilhéus. Essas estatuetas carregam em si a alma dessas entidades e servem também de intermediários entre os vivos e os mortos. É importante entender que essa palavra é uma designação utilizada pelos colonizadores e não uma palavra da própria etnia. Durante sua estada nas ilhas, por diversas vezes Bernatzik teve contato com essas estatuetas, inclusive, fotografando diversas delas. Para além desse conteúdo religioso que essas estatuetas carregam, elas também fazem parte da cultura e são produções da cultura material dos bijagós. Independente de se constituírem como “fetiches” religiosos, esses trabalhos artesanais fazem parte da cultura material produzida e ensinada aos jovens. Dentro do conceito de cultura, já descrito por nós aqui, a vida religiosa dos bijagós está presente no cotidiano. Desde a infância são ensinados a fabricar suas estatuetas e dessa forma participam ativamente dos ofícios religiosos.

O trabalho mais completo acerca das divindades e das práticas religiosas dos bijagós é o de Scantamburlo (1991). Sendo assim, utilizaremos sua classificação e seu ordenamento como base para elencar estes.

Conforme o autor existem duas forças religiosas que estão em contato com os sujeitos. O primeiro é *Nindo*, o ser supremo, que está acima de todos. Junto a ele estão os outros seres que estão diretamente relacionados com as forças da natureza e a vida cotidiana dos ilhéus. São eles: o sol (*ianhi*), a lua (*etaco*), as estrelas (*nate*), o calor (*nogo*), o vento (*neti*), cada um destes com sua designação. A segunda força religiosas que permeia a vida dos bijagós são os espíritos (*unikán*). Enquanto os outros são divindades que devem ser reverenciadas e que podem ou não se relacionar com os sujeitos a segunda força, ou os espíritos, participam da vida cotidiana dos sujeitos podendo interagir de forma positiva ou negativa. Essas entidades devem ser tratadas com cuidado e participam fisicamente da vida cotidiana. Estão representadas por estatuetas, essas já descritas acima e que foram alvo da curiosidade de Bernatzik.

As práticas religiosas estão vivas dentro do cotidiano da população. Não ficam restritas a um pequeno grupo ou são de alguma forma reverenciadas constituindo uma distinção aqueles que as controlam. Estão elas divididas em:

fetichismo. O que na realidade corresponde a crença das religiões tradicionais de que uma estatueta representa um ancestral e não significa o próprio ancestral em si. São simbolismos e representações importantes para as tradições que consideram que o indivíduo mesmo depois de morto continua participando do mundo, representado na vida a partir dessas estatuetas ou outras formas de produção cultural. Esses fetiches descritos pelos europeus são na realidade os *Irans* já citados aqui pelo trabalho de Dilma de Melo mas na língua Crioula. Ver nota 27 desse trabalho.

- Estrutura sócio religiosa;
- Atividades agrícolas;
- Vida cotidiana;
- Atividades medicinais;
- Atividades funerárias.

Os espíritos também estão divididos em atividades do cotidiano das tabancas e são representados da seguinte forma:

- **Unikán orebok okotó**, é o espírito guardião da tabanca presente nas cerimônias públicas mais importantes;
- **Unikán ueko**, é o espírito relacionado a antiga vida guerreira dos bijagós;
- **Erandé ou Eramunde**, este é o espírito ligado as forças da natureza (água, árvores, animais que vivem nas árvores);
- **Eramunde ou etemmate**, é um espírito específico que está relacionado a medicina ou práticas medicinais;
- **Unikan coratacó**, está relacionado com os poderes dos feiticeiros. Usado para proteger contra má-sorte;
- **Unikan Uggonne**, é utilizado nos rituais fúnebres. Também quando se busca descobrir a morte do indivíduo;

No interior do templo, haviam, outras coisas, dignas de nota. Encontramos amuletos de uma espécie nova e que só na sua parte exterior se assemelhavam aos achados nos templos de Bijante, na ilha de Bubaque. Eram feitos com fibra de vegetais trançados, tinham no interior uma alma de barro e terminavam com uns cornos de madeira. Como não havia ninguém a quem perguntar, não pude me informar do significado daqueles amuletos, mas supus que tinham a mesma aplicação que os de Bubaque (BERNATIZK, 1959, p.200/201, visitando/invadindo um templo na ilha de Formosa).³³

33 Hugo Bernatzik, como todo aventureiro explorador europeu, ou quase todo, não respeitava as limitações impostas pelos locais. Sempre que podia ou tinha oportunidade, Bernatzik invadia os espaços, muitas vezes proibidos, para fotografar ou mesmo “recolher” artefatos. No período em que o antropólogo esteve em Formosa relatado aqui, provavelmente encontrou a tabanca vazia, pois era a estratégia de sobrevivência mais utilizada pelos Bijagós durante aquela década pra não pagar o famigerado “imposto da palhota”, cobrado pelos portugueses. Mais adiante veremos como essa estratégia foi importante no combate aos europeus. Quando algum homem branco se aproximava da tabanca provavelmente vinha para cobrar o imposto. Antes de sua chegada todos os moradores desapareciam para a floresta e só retornavam quando ele havia ido embora. Era a chamada resistência passiva. Veremos mais sobre isso no Capítulo II.

De acordo com Dilma de Melo (2000), em quase todas as ilhas o Unikan orebok ocotó é representado por uma figura antropomórfica em madeira. Conforme Scantamburlo (1991), a madeira na confecção da imagem é uma madeira específica, encontrada nos pântanos de água doce, cuja casca, depois de amassada, é utilizada como remédio para o coração e os intestinos. Além dessa, existem também outras madeiras que podem ser utilizadas para esculpir.

Na consagração da estatueta era necessário a utilização de alguns ingredientes. Sangue de animal, ovos e folhas de planta. Nesse momento era feita a cerimônia e eram pronunciadas as fórmulas cerimoniais. A estátua era toda coberta com tecidos brancos, pretos e vermelhos, ficando de fora apenas a cabeça e o pescoço. Alguns objetos eram pendurados na estátua; uma mala pequena que serve para recolher as almas (noporó), um chapéu, uma anel, (nakindrá), um rabo de vaca (carsi) e uma cabaça pequena (esankedacó), onde eram colocadas sementes de uma árvore chamada camundú e que eram utilizadas para atrair a atenção do espírito antes de cada cerimônia. Todos os unikán orebok tinham um nome específico que difere de tabanca para tabanca. Não se sabe ao certo o que significa, pode ser o nome do primeiro chefe da tabanca. Antes da cerimônia, da reza, era necessário dizer o nome da lista dos chefes mortos da tabanca e das pessoas importantes que por ali viveram. Para os bijagós a relação com os espíritos antepassados era algo vivo, cotidiano. Era como se eles estivessem presentes. Mas durante algum tempo apenas. Essas estatuetas foram reverenciadas e vistas em grande parte das tabancas visitadas por Bernatzik. Com algumas diferenças entre elas. Em algumas ilhas, Bernatzik conversou com os anciãos e obteve boas respostas quanto as crenças e cerimônias nas ilhas.

Consegui saber por ele que os moradores de Orango (Grande) adoram a um deus do céu, Nindu. Esse deus é tão poderoso, que nenhum mortal ordinário se atreveria a lhe fazer um pedido de maneira direta. Como veículo para a comunicação com esse ser supremo estão os fetiches, uma espécie de intercessores perto de deus do céu. De acordo com o tamanho do pedido, os naturais (bijagós) solicitam a intercessão de um membro da família real que possua um fetiche (ramdi) ou o do próprio soberano (BERNATZIK, 1959, p.62, em conversa com o ancião de Orango Grande acerca das crenças do povo).

Ao que tudo indica, se buscarmos entender a visão que os bijagós tinham sobre aquele europeu que estava se aproximando, Bernatzik recebeu as informações que os anciãos julgaram ser inofensivas e que saciariam a sede de conhecimento daquele sujeito. Se para os bijagós Deus, os fetiches e a própria religiosidade, transitam no cotidiano não haveria necessidade de maiores segredos a um visitante que aparentemente não significava muita coisa. É claro que, na representação do autor, suas informações e os conhecimentos adquiridos, a qualquer custo, tornam-se informações valiosas para enriquecer sua obra e exotizar os africanos.

Outro espírito presente e poderoso era o Unikán ueko. Aquele que o possuía não poderia ser ferido nem morto. Seja por faca, ou arma de fogo, nada penetrava seu corpo. Facas e espadas podiam quebrar-se contra seu corpo. Vermelho e ocre eram as cores colocadas nele. Em algumas tabancas podia ser representado por uma figura antropomórfica. De acordo com Scantanburlo (1991) o povo de Canhabaque é o que conhecia melhor seus segredos devido a seu sucesso contra os portugueses no período colonial.

Erande ou Eramunde (Irans) eram o nome dos objetos de proteção de uso pessoal. O objetivo de vida dos bijagós era prover uma vida feliz e próspera. A proteção era uma defesa contra maldições. Misturado com plantas, ovos e sangue era colocado dentro de um chifre e o dono devia usar e levar para todos os lugares. Estava relacionado com o poder da água e das serpentes nas árvores. Esse poder também era usado para curar, descobrir o passado e prever o futuro.

Unikán coratacó era um dos espíritos com poderes que os bijagós mais temiam. Eram necessários muitos ingredientes para fazê-lo. Eram utilizados pelos feiticeiros ou aqueles que queriam amaldiçoar alguém. Existiam três tipos de coratacó. Nós primeiros anos de vida a criança recebia um corátacó para protegê-lo.

O Unikán Ugonne era representado por uma estatueta de madeira. Eram utilizados nas cerimônias funerárias e cada tabanca tinha o seu. Conforme Dilma de Melo (2000);

Uma vez que, entre os Bijagó, a família extensa como em outras comunidades africanas, é composta de vivos e mortos; os mortos não vivem, mas continuam existindo, os ancestrais são membros de importância fundamental; suas figuras estão presentes em todas as práticas, sendo reverenciadas de inúmeras maneiras (BERNATZIK, 1959, p.86).

Dessa descrição acerca da religiosidade, das cerimônias e da forma com que os bijagós entendem sua relação com seus seres superiores é importante para esse trabalho a realização de uma reflexão. Buscamos a partir dessa análise das comunidades bijagós encontrar respostas que nos permitam argumentar sobre a importância, no século XXI, de mantermos vivas as tradições de comunidades autóctones ou indígenas como são descritas no continente americano. Para além da obviedade que é a importância dessas populações enquanto sujeitos vivos e ativos em suas comunidades.

Um dos motivos mais importantes que encontramos em manter, estudar e aprender com essas comunidades, diz respeito a sua capacidade de integração dos sistemas político, econômico e sagrado que orientam o cotidiano dessas populações, no caso, os bijagós. Uma visão de mundo onde há uma integração entre o cotidiano dos indivíduos a natureza ao redor e o mundo espiritual. Uma sociedade onde o grupo social se harmoniza em torno da busca de um equilíbrio comunitário.

Conforme Scantamburlo (1991), para os bijagós o mais importante é ter uma boa vida na terra, muitos filhos, praticar boas ações para serem lembradas pelos vivos depois da morte.

De acordo com os bijagós a alma nunca morre, o corpo sim. Quando a alma do chefe morre ela logo entra para o grupo dos ancestrais. Os ancestrais têm a incumbência de manter conectado o mundo dos vivos e dos mortos que são parte da mesma realidade humana. Ajudar nas incertezas da vida cotidiana e nas relações sociais. Conforme o que foi dito ao austríaco, a alma protege todos no entorno dela enquanto estava no corpo humano e pode, caso queira, vingar-se dos inimigos e daqueles a seu redor, depois de deixar o corpo, inclusive membros de sua família.

Para interagir com o mundo espiritual dos bijagós são utilizadas as estatuetas ou “fetiches” como descreve Bernatzik. Esses fetiches ficam em lugares especiais e não podem ser vistos por qualquer um. Em seu livro, Bernatzik usa uma nota de rodapé para descrever a importância do Fetiche: “Nessa obra se usa frequentemente a palavra ‘fetiche’ no sentido de objeto sagrado, portador ou receptáculo de um espírito sobre-humano que ajuda aquele que o possui, geralmente um chefe com funções sacerdotais” (Ibidem, p.62).

Para os bijagós, generalizando, a utilização dos fetiches dentro da vida cotidiana não é, ao que parece, um fenômeno estritamente sagrado, ou mesmo um ritual religioso propriamente. Os fetiches, os deuses, irans e o mundo espiritual permeiam a vida diária. Nas representações do antropólogo ou dos outros cronistas e pesquisadores é visível esse abismo em termos de modelo civilizacional. Para os ocidentais, o mundo espiritual está em outro lugar, em outra dimensão. Para grupos com o tipo de experiência como o dos bijagós, o mundo espiritual está vivo, conectado com o cotidiano. Essa simplicidade em entender e aceitar os mortos compondo o mundo é distinta dos ocidentais e transparece em todas as descrições que fazem acerca dessas sociedades.

Diferentemente do fetiche, que está nas mãos da comunidade, mas sob controle do sacerdote, os bijagós possuem e utilizam os amuletos. De acordo com Augusto Santos Lima (1947)³⁴ os bijagós usam conchas, paus, panos, pedaços de couro e outros tantos amuletos como forma de quebrantos ou talismãs. Contudo, de acordo com Bernatzik e com suas observações, o que é mais utilizado como amuleto são os cornos de animais.

34 Augusto de Santos Lima foi Administrador de circunscrição na Guiné. Seu trabalho *Organização Econômica e Social dos Bijagós* foi publicada em 1947, uns quinze anos depois do texto de Bernatzik. A obra fazia parte das publicações em comemoração ao chamado V centenário da descoberta da Guiné pelos portugueses. Com prefácio de Avelino Teixeira da Mota, a obra compõe mais um modelo de representação feita por europeus acerca dos Bijagós. Ao nosso trabalho serve bastante, pela proximidade temporal, de termômetro para identificar modificações que ocorreram desde o texto de Bernatzik antes da finalização do processo de colonização e posteriormente a esse projeto finalizado. Além disso, é possível identificar visões de mundo diferenciadas em projetos colonizadores distintos, visto que, Bernatzik era austríaco e não podia considerar-se como colonizador daquele território. Entretanto Santos Lima era não apenas o próprio colonizador, como um agente do estado em atividade na região.

Os amuletos consistem em cornos de animais, nos quais o sacerdote expulsa o mal, em frente a seu fetiche por meio de cerimônias. Geralmente esses amuletos são depositados em frente ao fetiche, sendo recolhidos e levados pelos habitantes somente em ocasiões especiais, como por exemplo, nas expedições de guerra ou quando se trata de efetuar grandes viagens através da selva. Aquele que leva consigo um desses amuletos se encontra debaixo da proteção do fetiche, em cuja presença foram realizadas as cerimônias rituais (BERNATZIK, 1959, pg.63).

Por diversas vezes é possível ver através dos olhos de Bernatzik e enxergar seus racismos e seus juízos de valor em relação aos ilhéus. Contudo, o autor busca sempre um ponto de equilíbrio, um tipo de “malandragem” em sua escrita, provavelmente pensando em seus leitores. A aura de exotismo em torno dos africanos em geral e dos ilhéus, particularmente, vem sempre carregada de uma dose extra de compaixão. Denotando uma certa visão de paraíso idílico e perdido, um tipo de infância da humanidade. Característica marcante das sociedades germânicas do período. Muito diferente disso é a descrição feita por Augusto Santos Lima (1947) quando se refere ao “Feiticismo” como sendo a religião, ou algo parecido a isso, dos ilhéus. Santos Lima, não se priva dos adjetivos e comparações que diminuem as capacidades religiosas ou ritualísticas dos “gentios” subjugados por sua nação.

Em resumo: é alheio e indiferente a moral. Não existe o culto, quer interno, quer externo; quando muito concederemos que tenha um sacerdote, esse mesmo que inventa o objeto, que de modo algum queremos confundir com um sacerdócio. De modo que, não tendo o feiticismo nenhuma característica de religião, ao menos das fundamentais, moral, culto, sacerdócio, como tal não pode ser considerada, nem em tal pode ser integrada. É, quando muito, um fenômeno parasita e portanto diferente da religião, que se alimenta da seiva desta, que é a elevação espiritual, a homenagem de respeito e amor, opõe a subordinação interesseira e o medo. (SANTOS LIMA, 1947, p.82).

Em seu livro *Mares del Sur*, posterior ao trabalhado por nós utilizado, Bernatzik (1953) viaja para as ilhas Salomón e Nova Guiné na Oceania, em 1932/33, onde ele reflete sobre a importância de analisar as culturas que ainda se mantêm presas a suas raízes ancestrais, ou seja, para o autor, traços de infantilidade humana: “Confiemos que no futuro se consiga achar uma fórmula para que nossa unificadora civilização seja compatível com a sobrevivência de culturas exóticas de outros lugares e não as destrua (BERNATZIK, 1953, Prólogo).

O trabalho de Augusto Santos Lima (1947) é visivelmente datado e parte também do olhar do colonizador dos bijagós, os portugueses. O que significa que está alicerçado nos pressupostos teóricos do momento de sua escrita. É um trabalho importante no sentido de que nos dá sinais quantitativos da vida econômica e social dos bijagós.

Em tempo, ambos os trabalhos demonstram representações exotizadas e datadas. As visões são distintas, pois os dois europeus são oriundos de pátrias diferentes, com projetos de colonização

distintos. Contudo, ambos são colonizadores e nesse papel, cada qual a seu modo, representa o colonizado da forma que melhor interessa a seus propósitos.

Para os bijagós, como já dissemos, era muitas vezes interessante apresentar suas tradições, seu mundo, desde que aquele conhecimento fosse inofensivo. Aqueles, para os ilhéus, eram apenas mais dois europeus, que, como os outros, queriam tirar-lhes algo. Essa ideia da ingenuidade ou infantilidade dos bijagós não é algo que possa ser verossímil. Homens que saqueavam e matavam todo e qualquer sujeito ou embarcação que cruzasse suas águas e suas terras não seriam assim tão amistosos. O que ocorreu, provavelmente, é que de alguma forma aqueles dois europeus, em seu momento de contato, serviram ou poderiam servir a algum fim melhor do que apenas matá-los.

O tópico que analisamos aqui, religiosidade, consideramos ser um dos pontos mais importantes de uma sociedade, um dos pilares centrais. No caso dos bijagós, por vezes Bernatzik buscou aproximar-se dos anciãos tentando obter respostas e informações sobre esse tema e muitas vezes essa aproximação foi em vão. O autor acabou por se dar conta de que aquelas negativas estavam diretamente ligadas a violência da guerra de colonização imposta pelos portugueses e que essa fuga era uma das formas de manutenção da sobrevivência de suas crenças. “Apesar de todos meus esforços nada mais pude tirar deles. Me disseram que nada sabiam das cerimônias, as quais eram segredo dos sacerdotes. No meio de conversa se levantaram e saíram sem se despedir, com visíveis mostras de inquietação (BERNATZIK, 1959, p.65).

É provável que num determinado momento os ilhéus se cansaram de ficar discorrendo para aquele branco em troca de algo que não mais lhes interessava. Não existe, infelizmente, esse relato inverso dos anciãos que nos diga; “não queremos mais falar com você europeu”. Pensando numa lógica onde esses africanos não são amistosos e muito menos infantis é provável que eles tivessem mais assuntos a resolver da vida prática do que ficar discorrendo sobre sua vida cotidiana com Bernatzik.

1.2.1 Enterramentos e práticas funerárias

Dentro de uma sociedade como a dos bijagós, onde grande parte das tarefas sociais são divididas e praticadas por todos os membros, a morte participa da vida cotidiana. Ou melhor, a

morte faz parte da vida. Além disso, como vimos anteriormente, de acordo com Dilma de Melo (2000), os mortos fazem parte da grande família nessa parte do continente africano, como em outras. O que significa dizer que os mortos estão entre os vivos, de uma forma diferente. De acordo com Scantamburlo (1991):

As cerimônias do Dufuntu, tão importantes na estrutura social do povo Bijagó, reforçam ainda mais a crença de que a morte é precisamente uma passagem e um trajeto para atividades diferentes. Não é uma separação permanente da vida anterior do defunto. (p. 77).

Bernatzik (1959) presenciou a morte entre os bijagós, teve contato com anciãos que, mesmo com as ressalvas necessárias, lhe referiram um pouco sobre seus costumes funerários. Ponto esse considerado fundamental, durante muito tempo, pela antropologia, para determinar quem poderia ser elencado com humano ou homínideo. As cerimônias de enterramento e o próprio funeral em si são até hoje consideradas marcas definitivas do que chamamos de humanidade. Em sociedades complexas, como as sociedades urbanas, tanto as práticas de enterramento quanto a importância que é dada a esse aspecto tem cada dia mais tomado contornos racionalistas. Ou seja, o lugar do enterramento, a limpeza do cadáver, o serviço funerário, em nossos dias, cada vez mais é um trabalho quase mecânico, prestado por empresas e que nos distancia cotidianamente da morte, das práticas do enterramento e da proximidade física desse evento.

Quando buscamos nesse trabalho aspectos culturais dessa população, buscamos a vivência da tabanca. O rosto cotidiano do Bijagó face aos acontecimentos da vida. É claro que, não temos acesso a isso. O que podemos vislumbrar é a representação que nos é passada por nossas fontes. Um dos elementos que mais serve de aprendizado em relação a essas populações, para nosso mundo do século XXI, é isso, a proximidade com a brevidade da vida. Essa falta de proximidade que deixamos escapar pela velocidade cotidiana urbana, por nossa ânsia, nossa busca, por mais cada dia. E esse mais não é apenas econômico, financeiro. Esse mais é em tudo. Mais conhecimento, mais experiências, um grande acúmulo, um aumento quantitativo sem muito importar a qualidade do tempo vivido. A velocidade do mundo moderno não é consagração de felicidade. Ao contrário. Nos tornamos escravos dos nossos sonhos e desejos. Perdemos o contato com a vida do outro, com a morte do outro. Não temos tempo para a comunidade. Esse traço da cultura Bijagó, humaniza. Novamente Scantamburlo (1991) nos diz:

Os parentes e os amigos aglomeram-se no quarto onde jaz o moribundo para ajudar sua passagem desse mundo para o desconhecido. Todos fariam qualquer coisa para deter a morte. Tocam-lhe o corpo, dirigem palavras amigáveis, rezam e confiam, até que o último suspiro revela a toda gente que a alma deixou o corpo. De repente uma mulher grita duas vezes. Outros repetem a mensagem fora do quarto, fora da casa e por toda Tabanca. A

mensagem é clara para todos. Todas as atividades são suspensas com o fim de se iniciarem os preparativos para o funeral. (p.72).

Durante sua estadia na ilha de Uñocomo, Hugo Bernatzik presenciou o falecimento de uma criança. Em qualquer sociedade, ou em grande parte delas, as crianças são o sinônimo de futuro, da continuidade, de um sentimento que de alguma forma resgata nos humanos a preocupação com as gerações seguintes. Fazendo também com que os adultos passem a refletir sobre as consequências de suas ações perante aqueles que estão crescendo a sua sombra. Certamente, um dos maiores antagonismos das sociedades ocidentais urbanizadas diz respeito ao cuidado das crianças. Em sociedades altamente desiguais, como no Brasil, é extremamente comum ver pessoas preocupando-se mais com seus animais de estimação, cães, gatos, pássaros, e outros, do que com as crianças ao seu redor. A extrema indiferença com que muitas dessas pessoas tratam as crianças ao seu redor é o que torna esse fato assustador. Cuidamos bastante de nossos filhos biológicos, das crianças que estão próximas de nós, daqueles com quem temos relação consanguínea, ou mesmo que não seja de parentesco, mas que tenhamos afinidade. Filhos de amigos como exemplo. Mas somos capazes de deixar uma criança dormindo ao relento, sem comer, se desconhecemos seus pais, sua origem. Não temos consciência do sentido de comunidade. Esse sentido se perdeu em nós. Seja pelo imenso tamanho de nossas cidades, seja pelo modelo individualista com que nosso sistema se construiu, ou mesmo por nossa escolha própria. Entretanto, as experiências dessas comunidades, que não muito distante e mesmo hoje alguns de nós chamariam de *selvagens*, nos faz refletir sobre o pequeno tamanho de nossa *civilidade* no contexto que essas duas palavras foram utilizadas durante o século XX ou mesmo hoje.

No caso do falecimento presenciado pelo autor, a criança tinha, de acordo com o mesmo, em torno de dois a seis anos. Uma morte que mexe com toda a tabanca. Uma morte que mobiliza todos, não apenas a família envolvida, mas o chefe da tabanca, o sacerdote, os anciãos, as mulheres como um todo. É como se uma parte de todos se perdesse, como se a tabanca perdesse uma parte de si, uma parte de seu futuro. O que não é uma mentira, no caso dos bijagós, visto que, na sociedade Bijagó quem sustenta os idosos são os jovens. Depois de uma determinada idade a responsabilidade de subsistência do sujeito é provida pelos mais jovens. Aqueles que um dia foram sustentados, alimentados e protegidos, agora devem retribuir por isso. Essa regra tem sido um grande problema e talvez um dos limites para a sobrevivência do modelo social dos bijagós. Um dos motivos é que muitos jovens depois de atingirem a maioridade vão embora da tabanca, viver nas cidades da Guiné. Vão estudar e trabalhar nas cidades e não rendem tributo aos mais velhos. Empobrecendo a tabanca dessa forma.

Nesse contexto, uma das ferramentas de sustentação do modelo de responsabilidade por faixas etárias está ligado ao uso da história por meio dos mais velhos. Da transmissão de lendas, contos, histórias que demonstram a importância do sujeito como adulto ou homem grande de se responsabilizar por aqueles que no passado o fizeram por ele. De acordo com Scantamburlo (1991):

Através dos séculos, a cultura e a tabanca Bijagós só puderam sobreviver como uma unidade independente devido a transmissão sucessiva das normas de sua sociedade de uma geração para outra. Mantendo todos os elementos juntos através de relações de amizade e de necessidade de ajuda mútua, desenvolveu-se no povo a convicção de que a unidade e a responsabilidade para com as tradições poderia garantir a sobrevivência de todos (p. 95).

Além da morte por si só ser um acontecimento doloroso para toda a tabanca, mais ainda para os próximos do defunto, quando ela acontece com alguém que ainda não participou das cerimônias de iniciação isso cria um vácuo, que gera mais cerimônias e eventos para que o morto possa encontrar o bom caminho para a terra de seus ancestrais. Caso isso não seja feito, o morto vaga pelas ilhas e pode muitas vezes fazer mal a outras pessoas, mesmo suas próximas. Essa cerimônia é denominada cerimônia do *Dufuntu*.³⁵

A cerimônia é realizada por meninas, mas em favor dos rapazes mortos. No caso de um rapaz morto antes de realizar as cerimônias e de comparecer comunitariamente cumprindo com seus deveres com os mais velhos, este não poderá encontrar o caminho para a terra dos ancestrais. Dessa forma, será através de uma menina que a alma desse jovem cumprirá os rituais necessários. Essa ideia está ligada diretamente a uma relação onde o adulto é responsável pelos mais velhos. Sendo assim, o jovem morto não pode ir embora sem cumprir sua parte em vida. A alma desse jovem vai utilizar o corpo de uma menina que já tenha se transformado em mulher.

O *Dufuntu* é considerada uma cerimônia perigosa mas é necessária. A mãe do jovem morto é quem identifica e menina que dança a presença de seu filho. Normalmente é uma menina da mesma tabanca ou mesmo do próprio clã. O que acontece com a menina durante a cerimônia não é lembrado. Somente as mulheres mais velhas e que participam da cerimônia é que podem falar sobre o que houve. Essa cerimônia é equivalente a cerimônia do *manrash*, que é quando o menino se torna homem. Contudo, não existe uma cerimônia de iniciação similar para as mulheres. Dessa

35 Dentre os trabalhos que utilizamos uma autora em especial faz uma leitura muito interessante, a nosso ver, da cerimônia do *Dufuntu* e da relação dos bijagós com sua cultura marítima. A antropóloga Chiara Gemma Pussetti participou da cerimônia e foi introduzida a cerimônia, o quanto foi possível, de acordo com a mesma. O título do texto *La pirogue d'anime*, ou a piroga da alma nos faz refletir do quanto as canoas, as almádias ou pirogas são significativas na cultura bijagó. Em uma das passagens do texto a autora pede a sacerdotisa que explique as imagens na parede de um santuário onde o acesso é permitido apenas a mulheres. De acordo com a sacerdotisa o desenho representa uma piroga empurrada por um *Dufuntu*. Ou seja, o barco é uma mulher possuída e é ela que carrega a alma, uma "piroga das Almas". De acordo com a autora, Chiara, essa é uma representação perfeita da mulher que é possuída na cerimônia, ela transporta a alma para que ela possa completar sua jornada inicial no mundo dos vivos.

forma, algumas mulheres experimentam o ritual de iniciação masculino, o que lhes dá, de alguma forma, uma estatura maior socialmente. Durante a cerimônia do *Dufuntu* as mulheres conversam em uma linguagem distinta. Alguns termos podem ser os mesmos do cotidiano, entretanto, outros são diferentes e somente aquelas que participam da cerimônia vão aprender a utilizá-los. Como diz Scantamburlo (1991), na sociedade dos bijagós as mulheres recebem uma atenção especial em relação a outras sociedades africanas. Existe uma preocupação grande com a dignidade das mulheres. Existem também lugares sagrados onde as mulheres realizarão suas cerimônias.

Praticamente todos autores utilizados por nós se preocuparam em representar uma valorização bastante particular em relação as mulheres bijagós. Independente desses textos serem do século XX ou anterior, as mulheres possuem status distinto nessas sociedades.

Nesse trabalho pretendemos designar um sub item específico para tratar das mulheres, visto a sua importância na sociedade Bijagó. Desde a participação das mulheres nas cerimônias, passando pela importância das mesmas em relação a sobrevivência do grupo. Refletindo sobre a questão da existência ou não da matrilinearidade entre os bijagós, são muitos e diversos os temas onde as mulheres estão poderosamente inseridas. O que nos leva a crer que sua importância dentro da sociedade é maior ainda do que se imagina.

No contexto social do século XXI, na África principalmente, onde diversas sociedades, não só as islamizadas, colocam as mulheres como um sujeito de categoria inferior em relação aos homens, a existência dos bijagós e sua supervalorização das mulheres se torna uma ponta de lança para entender a capacidade de sobrevivência dessa população ao longo dos séculos. Uma sociedade onde, em algumas ilhas e tabancas, são as mulheres que escolhem seus maridos, são elas as responsáveis pela casa e pelo destino de seus descendentes.

Hugo Bernatzik (1959) presenciou diversas cerimônias enquanto esteve com os bijagós. Presenciou também grandes festas onde mulheres dançavam de formas e com forças inimagináveis, de acordo com o autor. Pôde inclusive visitar a tabanca da famosa rainha Okinka Pampa e ouvir dos próprios anciãos acerca dessa que foi uma das mais importantes soberanas dos bijagós. Num mundo onde é necessário que as mulheres tenham que cuidar diariamente como se vestem para não serem molestadas na rua e onde alguns países ainda não permitem que mulheres possam ir a escola, estudar a vida das mulheres bijagós e sua importância, torna-se uma forma de resistência, de construção de empoderamento feminino.

São três as partes fundamentais da cerimônia do *Dufuntu*. Durante as fases é sempre um homem o chefe, pode ser o chefe da tabanca ou um dos Orases. Essas fases são alternadas com os ritos de iniciação dos homens. É como se esses homens que morreram antes de participar de seus ritos o fizessem agora. A primeira fase é o *Canunake*, grande parte das cerimônias se realizam nos

lugares sagrados das mulheres na tabanca. O *Canunake*, que significa, repartir o arroz, dura dez dias. É o primeiro momento onde as meninas estão em contato com a alma. Aqui elas são respeitadas como se fossem os próprios mortos. A segunda fase é o *Nobanabido*, nessa fase vivem nas cabanas sagradas e acontece antes dos ritos de iniciação na floresta. Usam duas pulseiras como sinal de que pertencem ao mundo dos espíritos. Recebem um nome próprio e são ensinadas sobre como devem se comportar no mundo dos espíritos. A última fase é a *Canhoke*, onde as meninas vivem na floresta de dois meses a um ano, é momento de grandes festividades na tabanca. A dança tem uma conotação muito especial na vida dos bijagós. Não apenas a dança, mas a festa como um todo. A dança acompanhada dos tambores são sinais da vitalidade da comunidade, são sinais de saúde do grupo. Significa que o grupo está conseguindo manter vivas suas tradições e que há riqueza material suficiente para que as tabancas possam prescindir de sujeitos ativos nas lides de sobrevivência para a realização de festas.

Nos relatos de Bernatzik algumas tabancas foram encontradas completamente destruídas. Casas abandonadas e a população sobrevivendo a míngua. Em compensação, em algumas ilhas a vitalidade da população ainda pôde ser identificada com essa profusão de cerimônias e danças que muitas vezes duravam até os dançarinos desabarem no chão de cansaço. O autor identifica que as ilhas onde as tabancas sobreviviam melhor e eram mais saudáveis foram aquelas que, por condições geográficas, ou pela força das lideranças, não estavam entregues, ou sob a tutela dos brancos. A merce dos que os bijagós chamavam de policiais negros. As populações continentais que serviam de força de controle aos colonizadores. Populações essas que foram muitas vezes mais violentas com os ilhéus que os próprios europeus. Contudo, é necessário ter cuidado com essa versão dada por Bernatzik. No capítulo II vamos estudar a fundo a guerra de colonização imposta pelos portugueses as populações da Guiné. Em uma sociedade onde diversos governantes comungavam de um poder horizontal, foi necessário forjar um poder vertical pelos portugueses para controlar as diversas comunidades. Posteriormente esse mesmo poder vertical vai ser derrubado pelos próprios portugueses que o instauraram no poder. Sendo assim, aos olhos do antropólogo austríaco os portugueses eram menos violentos que os agentes nativos dos mesmos. Quando paramos de analisar o colonizado e analisamos o colonizador podemos ver que essa afirmação não se sustenta, visto a fúria e a violência perpetrada pelos portugueses na guerra de colonização.

Na gênese dos bijagós está o momento de tomada das ilhas por suas populações. Momento esse onde foi necessário fugir das populações islamizadas que começaram a se expandir violentamente até o litoral. É provável que as razias entre os continentais e os bijagós tenha sobrevivido ao longo do tempo e que no momento da guerra imposta pelos portugueses essas

populações aproveitaram para lançar-se sobre os ilhéus como forma de vingar-se de um passado de conflitos.

Durante séculos, as populações continentais e mesmo os europeus que tentaram aventura-se pelo arquipélago foram vítimas da violência e dos saques perpetrados pelos bijagós. Esses eram conhecidos como piratas pois atacavam toda e qualquer embarcação que cruzasse seu caminho, inclusive, há relatos de conflitos em que os bijagós de ilhas diferentes saqueavam uns aos outros.

Por fim, a cerimônia do *Dufuntu* é um tipo de catarse entre a família do falecido, sua mãe em especial e a própria tabanca. Uma forma comunitária de ajudar a sobrevivência do próprio grupo depois de uma perda tão significativa. É também nesse momento que as meninas são ensinadas em mais uma das práticas religiosas. Um momento de transmissão de saberes. Durante a dança do *Dufuntu*, as canções são relacionadas aos sonhos e esperanças do cotidiano. A menina sendo da própria tabanca e próxima do falecido auxilia a mãe relembando fatos e acontecimentos acerca do mesmo.

Tentando fazer algum tipo de relação com o contexto da sociedade urbanizada ocidental, o que é muito difícil, podemos dizer que é um tipo de apoio psicológico, dado a família do falecido com o intuito de amenizar a dor da perda. Contudo, sem ser um serviço do tipo especializado, como um psicólogo ou psiquiatra, mas sim o próprio grupo que conviveu com o morto apaziguando as dores da perda. Nesse período as meninas são alimentadas pelos jovens adultos da tabanca que estão assim ajudando seus mortos. Nesse contexto, o tambor da tabanca está sempre presente, o tambor e seu tocador oficial estão sempre presentes auxiliando as meninas que agora estão carregando a alma dos meninos mortos. Essa reunião comunitária entre vivos e mortos é necessária para que exista harmonia entre os dois mundos. Retomando novamente a concepção de que em alguns lugares na África, e não são todos, a relação entre os vivos e os mortos é uma relação de complementaridade. Ou seja, os mortos estão presentes na vida de cada ser vivo, eles foram seus ancestrais ou filhos ou membros daquele mesmo clã. Somente a parte física deles é que não está mais ali, a alma continua participando e pertencendo a tabanca. Será sempre lembrada e reverenciada com sua devida importância.

Quando as meninas retornam à tabanca elas permanecem durante três dias em um lugar chamado *eticapuna*, acerca da tabanca. Quando esse tempo termina retornam a tabanca e permanecem em outro local chamado *etute* durante dez dias. Nesse período, são visitadas e cumprimentadas como se fossem jovens adultos, *camabi*.

Como já foi citado, a cerimônia do *Dufuntu*, não é nada fácil. Depois de todo esse movimento, que dura meses, essas meninas ainda recebem a visita dessas almas ao menos uma vez ao ano. Quando isso acontece é necessário que abandonem tudo e se dirijam a cabana sagrada para a

realização de cerimônias. Caso elas já tenham bebês e estes estejam em período de amamentação, são os únicos que podem acompanhá-las. Quando esse retorno ocorre é algo que não se pode saber. Contudo, toda tabanca está preparada para isso e para receber novamente os espíritos que necessitam ser apaziguados. Será o *Dufuntu* que restaurará a harmonia do grupo. Muitas vezes os espíritos retornam em momentos de conflito, de falta de alimentos, de alguma morte importante. Durante esses retornos, é lembrada a toda tabanca a importância de reestabelecer o equilíbrio entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Tudo que é solicitado as mulheres deve ser entregue de bom grado e isso trará a harmonia para todos, vivos e mortos.

Essa percepção da continuidade da vida após a morte pode ser identificada também no momento e no local do enterramento. Os bijagós são enterrados em suas casas, como diz Landerset Simões (1935, p.150): “a mesma palhota que o abrigou em vida, destinar-se-lhe-a o remanso da morte”. Aquilo que pareceria o mais mórbido possível a nosso mundo, de certa forma demonstra a contínua participação daquele sujeito cujo corpo se vai, mas que a alma permanece. Bernatzik também nos refere a permanência do corpo na casa onde viveu. Junto ao morto são também colocados objetos pessoais. Antes do enterramento o corpo deve ser lavado no mar, demonstrando aqui também, a importância da cultura marítima dessas populações. De acordo com Scantamburlo (1991), durante o enterramento e os ritos as pessoas continuam a falar normalmente com o defunto, como se esse pudesse escutar. A morte de um idoso é algo que pode ser aceito facilmente pela tabanca. Alguém que possui alguma doença também já está preparado para a morte. Contudo, a morte de algum jovem, ou mesmo uma morte prematura, é algo que mobiliza a tabanca, principalmente porque é necessário saber a causa da morte. Os ritos funerários são divididos em três momentos: as cerimônias do enterro; as cerimônias do *djongago* e as cerimônias do luto.

A cerimônia do enterro ocorre no mesmo dia da morte. O corpo é colocado no centro da tabanca com o rosto voltado para o poente. O corpo é vestido com panos que são oferecidos pelo pai ou irmão. O chefe ou algum ancião senta em frente ao corpo com o espírito *Orebok*. Na sequência outros grupos vão sentando-se atrás das oferendas feitas ao espírito, como alimentos e vinho de palma. Nesse instante são feitas referências ao falecido, são lembrados momentos do cotidiano e as pessoas da tabanca desejam ao morto uma boa viagem para a terra dos ancestrais. Para os bijagós, primeiramente, a alma vai para um lugar especial na ilha de *Unhocomo*, situada na ponta ocidental do arquipélago. Lá existe uma cabana sagrada chamada, *candjá canxanná orebok* (a cabana sagrada que mostra o caminho da alma). Ali a alma fica por algum tempo e depois segue para encontrar *Nindo*. Nesse período as almas podem ser vistas vagando pelas ilhas.

O segundo momento é o *Djongago* que representa o momento em que se descobrirá a causa da morte. É como um caixão feito de folhas de bambu, onde se insere uma espécie de folha que irá

trazer de volta a alma do morto. Tudo é coberto com um pano e transportado por dois sujeitos do mesmo sexo do indivíduo que faleceu. A partir de então, o chefe da tabanca e o tocador de tambor oficial solicitam a presença do falecido. É uma cerimônia que congrega anciãos de outras tabancas, um momento bastante importante, pois muitas vezes pode gerar conflitos. Como em qualquer sociedade, principalmente uma sociedade comunitarista onde a convivência se torna muitas vezes inevitável, é necessário que os conflitos sejam resolvidos. Caso isso não ocorra, a própria comunidade sofre com isso, visto que é necessário o apoio e trabalho de todos para que a vida transcorra com tranquilidade. Um detalhe importante, que vale uma grande reflexão acerca do convívio da tabanca, depois da cerimônia os filhos do falecido, caso existam, devem escolher um novo pai ou mãe para acolhê-los. Normalmente é um irmão ou irmã do falecido que será escolhido. Alguém da mesma linhagem. Dentre os elementos culturais que julgamos importantes, desse coletivismo, ressaltamos essa transmissão da responsabilidade, da sobrevivência de um determinado sujeito da tabanca. E caso não haja um irmão ou uma irmã? Ou caso este ou essa não queira admitir mais filhos ou agregados? Essa é uma possibilidade para qual não temos a resposta. Contudo, pelo desenho social que vemos do mundo Bijagó é provável que isso não ocorra. Ou, caso isso venha a ocorrer, deve ser a própria tabanca que deve assumir as necessidades daqueles que ficaram desguarnecidos.

A terceira e última etapa dos ritos funerários são as cerimônias de luto. Elas ocorrem entre um mês e um ano depois do *djongago*. Como na cultura Bijagó os mortos continuam a partilhar o convívio dos vivos, nada mais especial do que fazer uma reunião, como uma festa para o falecido. As pessoas são convidados para partilhar tabaco, bebidas, comidas e para falar daquele que não está mais presente, de corpo. Contudo, não é permitido mencionar o nome do falecido.

A tabanca, o mar, a morte, a vida, as danças, o artesanato, a alma, todas essas, são, de alguma forma, feições da vida cotidiana dos bijagós. Esses são os elementos que convivem e que dão sentido ao mundo Bijagó. Bernatzik conviveu com esse mundo e, a partir de seu relato é possível compor, de acordo com sua representação, um pouco do quebra-cabeça necessário para entender o passado dos bijagós. Além de Bernatzik, outro importante texto que utilizamos a todo momento para tentar vislumbrar o mundo Bijagó é o rico trabalho de Scantamburlo. Os outros textos que possuímos nos trazem apenas resquícios, como fotografias do mundo Bijagó. Os dois citados não. Apesar da diferença de tempo entre os dois textos ser de aproximadamente 50 anos, ambos, com suas diferenças, se debruçaram sobre a vida e o cotidiano Bijagó, nos permitindo hoje entender a trama cultural dessas comunidades tão díspares, tão particulares e tão importantes no entendimento do significado de sobrevivência para o futuro. Seja das comunidades africanas, ou mesmo no Brasil.

Finalizando esse mergulho nos conceitos de ritos funerários, enterramentos e sobrevivência da alma após a morte é importante dizer que para os bijagós existem quatro tipos de alma. Aquela alma que possivelmente seja a principal denomina-se **Orebok**, aquela que aguarda a viagem para o *cadjoco canede*. É a alma generalizada. Uma segunda designação da alma diz respeito àquelas almas que não completaram os ritos necessários durante a vida terrena. São aquelas almas que vagueiam pelo arquipélago e que aparecem aos vivos. São chamadas de **Oshó**. A **Casisa** é uma alma perigosa para os vivos, são as almas dos feiticeiros e nunca irão para o *cadjoco canede*. E por último a **Nenti**, esse termo também é usado para significar os ancestrais. Essa é a alma das pessoas importantes, por isso junto com os ancestrais têm uma importância particular para a tabanca, ajudando a manter o bem-estar de todos. Junto com o espírito **Orebok**, estão presentes nas cerimônias mais importantes da tabanca.

O corpo para os bijagós é como se fosse apenas a casa momentânea da alma. Por sua vez, a alma transita depois da morte, podendo inclusive retornar em outro corpo e participar da vida da tabanca, como já vimos. Os bijagós sobreviveram à expansão dos povos islamizados no continente africano. Depois sobreviveram à violência do tráfico de escravos, que ao longo de seus trezentos e cinquenta anos de funcionamento pleno, desestruturou praticamente todo o continente. Sobreviveram a violência do imperialismo português e de sua guerra de colonização, mesmo que nesse período tenham sido quase totalmente subjugados. Contudo, seguem vivos até hoje, adaptando seu mundo sem abrir mão de suas crenças, suas danças, seu artesanato e suas relações sociais. É provável que em todo esse processo os bijagós tenham perdido a sua *cultura marítima*, uma das características mais importantes e de nosso interesse. Esse traço cultural realmente foi suprimido pela violência do processo pacificador imposto por Portugal a sua colônia. E esse será um dos tópicos por nós analisado separadamente nesse trabalho.

1.3. ESCULTURAS, PINTURAS, MÁSCARAS E DANÇAS.

A busca por conceitualizar “cultura” é uma busca teórica ingrata. No senso comum, a cultura do mundo ocidental acabou se tornando tudo aquilo que seja exceção, tudo aquilo que está fora do contexto real. Obras e afazeres que não estejam ligados ao cotidiano e que de alguma forma agradem a um grupo de pessoas, normalmente, diferenciados, ou seja, elitizados e que de alguma forma agregue um valor monetário. Infelizmente, essa é a realidade do mundo urbano ocidental. Parte dessa construção se deu por conta de uma ideia imperialista, ou seja, a partir da ideia de que aquilo que é bom, que é bonito, que é cultura tem de vir de outro lugar, ser produzido por pessoas

diferentes, aqueles que se julgam e que “nós” julgamos melhores. Não precisaríamos de muitos exemplos para definir quais são as obras de arte, as músicas, as esculturas e os tipos de dança que figuram no imaginário ocidental como sendo exemplos de cultura. Não seria necessário fazer uma enquete para descobrir que a Mona Lisa é uma pintura que agrega “cultura” em sua definição, que o Ballet pode ser chamada de uma dança “cultural” e que o David de Michelangelo é uma “verdadeira” escultura digna de ser classificada como uma obra “cultural”. Infelizmente, essas graduações ou classificações são dadas não apenas por aqueles que as definem como “as” obras culturais, mas também por aqueles que as veneram e que não conseguem identificar as características de suas culturas. Além disso, a capacidade com que o imperialismo e o colonialismo moldaram a face do conceito de cultura dentro dos povos colonizados foi tão poderosa que os próprios colonizados não conseguem e não conseguiram desfazer-se da identidade do colonizador.

Dessa forma, analisarmos uma cultura rica como a dos bijagós, que continuou ao longo do tempo, perpassando todo século XX, considerando seu *modus vivendi* com seu *ethos* cultural é uma forma viva de ver o quão possível é sobreviver produzindo e cultuando sua cultura, principalmente quando ela faz parte do seu cotidiano, faz parte do seu dia a dia. Dentro da cultura Bijagó, a dança, o artesanato, a pintura e as esculturas ganham vida no cotidiano. São elementos produzidos por todos, ou por grande parte dos sujeitos e participam da vida, das casas, das cerimônias, dos ritos de passagem, das tabancas.

É claro, cabe ressaltar que a cultura Bijagó trabalhada por nós pode ser acessada a partir da representação feita dela em nossas fontes de pesquisa. Sendo assim, é necessário sempre buscar entender que uma representação é sempre perpassada por uma série de filtros, no caso, os filtros de tempo, espaço, racismos que os autores de nossas fontes utilizaram. Contudo, é interessante pensar que, no caso de Bernatzik ou de Santos Lima esses filtros são de fácil identificação.

1.3.1 Esculturas

Durante sua estada com os bijagós Hugo Bernatzik vivenciou a transmissão dos conhecimentos da produção de esculturas para as crianças, fato raro de ser experienciado por um intruso. Entre elas, as crianças vão aos poucos exercitando a produção artística e, entre elas mesmo, experimento a avaliação de seus colegas. Não somente pela capacidade produtiva, ou mesmo pela desenvoltura com que cada um pode ou não produzir determinado artefato, mas principalmente pela importância que essas esculturas possuem na sociedade. As esculturas podem ser de diversos tipos e modelos. O antropólogo adquiriu uma grande quantidade de artefatos dos bijagós. Fotografou

muitos outros. Presenciou a representatividade com que essas esculturas estão inseridas socialmente, seja nas apresentações artísticas, seja nas cerimônias ou nos santuários. Para além de sua narrativa, é importante refletir o quão importante seria para um jovem ou criança, que está aprendendo a produzir suas estatuetas, ter um visitante fotografando e muitas vezes interferindo no processo. Visto que, Bernatzik comprava muitos dos elementos produzidos pelos bijagós. Esse recurso monetário, naquele momento, era extremamente importante, visto que, nesse período a guerra de colonização andava a todo vapor e a cobrança do imposto da palhota havia se tornado um problema para as comunidades. Como os bijagós não possuíam uma economia monetária não tinham dinheiro. O imposto da palhota, nesse momento, era quase que exclusivamente cobrado em dinheiro. Assim, muitos bijagós eram forçados a sair das ilhas em busca de trabalho remunerado para poder pagar o imposto. Dessa forma, é de se imaginar que, aos olhos dos meninos produzindo suas estatuetas, aquele branco com dinheiro poderia vir a ser interessante. Talvez, até por isso tenha lhe sido permitido vislumbrar esses momentos cotidianos.

Esculturas talhadas em madeira são umas das especialidades da cultura material dos bijagós. Em museus pelo mundo todo é possível apreciar o trabalho em madeira dos bijagós. Trabalho esse que, apesar de figurar como produção artística no mundo urbano ocidental, não é apenas isso dentro da comunidade. Dentro do contexto social é um trabalho de interferência tanto religiosa quanto histórica. Grande parte das esculturas produzidas pelos bijagós acaba por conter um determinado significado dentro do grupo. Sendo assim, muitas delas são passadas ao longo do tempo, de pais para filhos. Na ilha de Caraxa, Bernatzik se deparou com estatuetas que, de acordo com o mesmo, poderiam ter aproximadamente trezentos anos de idade. Como essas obras acabam por fazer sentido além do valor monetário, ou estético, é provável que muitas delas estejam em suas famílias há muitas gerações. Se recordarmos que quando analisamos as questões ligadas a religiosidade vimos que quando uma pessoa morre sua alma é transferida para uma estatueta, por algum tempo. Isso significa que muitas dessas estatuetas bijagós provavelmente foram produzidas com o objetivo de permanecer em casa. Contudo, passado o tempo que a alma já não mais habita a estatueta ela poderia ser descartada, vendida ou mesmo permanecer junto a casa como sinal de pertencimento daquele sujeito a tabanca.

Não só estatuetas produzidas com temas humanos foram identificados. Os bijagós também produzem uma infinidade de esculturas representando seres da natureza. Não exatamente só animais, estes tem realmente uma grande importância na produção, mas também produções que derivam da experiência e do convívio dessas populações com o meio e com suas experiências. São misturas de animais ou mesmo híbridos de animais com humanos, o que representa muitas vezes as

cenar de suas cerimônias. Essa mescla na produção diz muito sobre a importância do cotidiano na produção da cultura material desses sujeitos.

Além da produção de estatuetas de madeira, os bijagós produzem também outras estátuas utilizando barro. O barro que não é simplesmente barro e sim uma mistura que contém normalmente conchas trituradas, o que cria uma liga possibilitando que o barro, ou seja, a estatueta, dure consideravelmente mais. Além das conchas trituradas, outros elementos podem ser misturados ao barro. São eles: a madeira, pequenos pedaços, ou mesmo fibras de folhas. Essas produções artísticas condizem com o conceito de cultura que buscamos demonstrar aqui nesse trabalho. Os temas dos trabalhos estão muitas vezes ligados aos elementos que interferem na vida da tabanca. Ou seja, àquelas ações e aqueles sujeitos que mitificam o imaginário dos bijagós. Entre os animais produzidos estão os hipopótamos, os bois, os crocodilos, os cães e alguns animais que Bernatzik (1959) não conseguiu identificar. Acreditamos serem essas misturas imaginárias que representam a criatividade do sujeito que a produziu, ficando, infelizmente, apenas para o mesmo seu significado.

Bernatzik observou também a presença de bonecas de madeira que eram carregadas por mulheres. A informação que nos dá é de que essas bonecas representam a perda de um filho. Eram jovens mães que haviam perdido um filho e carregavam essas bonecas como forma de representação. Ou, o que não seria de estranhar, que representassem de alguma forma a criança perdida participando do cotidiano. Lembrando que dentro do que já analisamos sobre a relação dos bijagós com a morte, muitas vezes são produzidos objetos ou estatuetas onde a alma do morto é transferida para o boneco ou objeto. Pode ser que no caso das crianças que morram muito cedo essa seja a forma de mantê-las presente. Outra hipótese é que as bonecas serviam para dançar ou de alguma forma exercitar a dança.

Hugo Bernatzik especializou-se em visitar e descrever culturas que aos olhos de seus leitores pudessem ser classificadas como exóticas ou que, de alguma forma, mantivessem aquela aura de harmonia com o meio ambiente ou que aos olhos do mesmo parecessem a infância da civilização. Para esse antropólogo, os bijagós são um dos povos mais bem dotados em termos de produção de esculturas em madeira. Em relação aos detalhes e as ferramentas usadas na produção, a visão do autor considera os bijagós os grandes mestres da escultura. Acreditamos que, um dos motivos dessa capacidade produtiva do povo Bijagó está ligada diretamente à importância que a produção desse tipo de cultura material tem para seu cotidiano. Recordando que o cotidiano dos bijagós é permeado pela relação entre o mundo dos vivos e dos mortos e que muitas dessas estatuetas representam aqueles que já se foram, é mister pensar que desde cedo as crianças devem ser introduzidas no mundo do artesanato. Esse artesanato como fazendo parte da vida, tal e qual a produção de canoas para a pesca, de casas para viver e da própria agricultura para a sobrevivência. Os olhos do

austríaco buscavam encontrar nos bijagós o tipo de produção similar ao que ocorre na Europa, ou seja, produção de arte. Entretanto, como já destacamos aqui, não era essa a função da produção dos bijagós. Até poderia ser, mas como o cotidiano marcado pela praticidade é mais provável que essa produção, considerada “artística” pelo autor, fosse para os bijagós, a produção material do seu mundo.

Além dessa produção, que muitas vezes é destinada não só ao embelezamento estético mas também a vida religiosa, os bijagós também adornam seus utensílios cotidianos com trabalhos artísticos. Conchas, colheres, garfos, utensílios do cotidiano são adornados de forma a produzirem um efeito estético para a cabana. Bancos, camas, portas, cabaças todo tipo de objeto que possa ser de alguma forma trabalhado, acaba virando uma pequena obra de arte, se transpormos para a visão urbana ocidental de “obra de arte”. Os tambores que são um objeto de extrema importância para os bijagós também são objetos de refinado trabalho artesanal. Produzidos de diversos tamanhos e com objetivos diversos fazem parte da vida cotidiana e são adornados conforme o modelo e o uso a que se destinam³⁶.

A capacidade artesanal e o modelo dos desenhos que Bernatzik (1959) encontrou diferiam muito, principalmente de ilha para ilha. Como diferiam também suas interpretações acerca de como foram e quando foram produzidas determinadas peças. Levando em conta o contexto de violenta agressão por parte dos colonizadores no período em que o autor esteve entre os bijagós, e também o tempo histórico em que se encontravam. Muitas das interpretações dadas pelo autor foram por nós desconsideradas. Algumas vezes Bernatzik chega a comparar o trabalho dos bijagós com trabalhos do período neolítico na Europa, ou mesmo tentar escalonar diferentes obras, buscando algum tipo de caminho evolutivo dos ilhéus. Novamente transparece no texto do autor a busca por uma infância da humanidade, a infantilização das sociedades a serem colonizadas. O autor é um representante ativo do imperialismo da Europa no continente africano. Partindo das análises já utilizadas aqui de Mary Louise Pratt, Bernatzik representa os próprios olhos do império, buscando entender aqueles sujeitos que ainda vivem em cabanas, que se alimentam do que produzem, e que sobrevivem, como o imaginário dos europeus construiu o passado. Além disso, as teorias eugênicas e o darwinismo social eram as grandes teorias do momento, fazendo com que o autor busque desesperadamente acoplar aqueles sujeitos dentro de alguma caixinha do tempo onde possam ser explicados por seus conceitos, por suas teorias evolutivas. Infelizmente, essa visão ainda graça na mente de milhares de

36 Os tambores eram utilizados de diversas formas. Em cerimônias de todos os tipos, festejos e também como forma de comunicação. Lemos Coelho (1684) nos dá referência também do uso de tambores para comunicar-se da terra com os barcos ancorados na ilha de Caraxa. A esse tambor ele dá o nome de *bambaló*. A terra he boa mas o porto he ruim, muito esparcelado, por cuja cauza surge o navio muito fora; e quando se quer chamar da terra se faz com um bambaló, que são os seus tambores feytos todos de paõ, e soam muito ... (COELHO, 1684,p.182.)

sujeitos ao longo do mundo. Essa ideia de que as populações africanas são atrasadas ou que ainda estão engatinhando em termos de evolução.

Contudo, há um elemento importante presente no discurso do antropólogo. Bernatzik reflete sobre a falta de produção artística, como ele costuma representar, nas ilhas onde os bijagós estão sumariamente subjugados pelos colonizadores portugueses. O próprio autor, se dá conta de que a produção material sadia está diretamente ligada a tabanca que conseguiu sobreviver com sua autonomia à violência do imperialismo português. Por vezes, esse tipo de reflexão surge no texto, principalmente mais para o final da obra. Em alguns momentos o próprio autor chega a questionar o sentido do imperialismo e o conceito de civilidade imposto pela Europa ao continente africano. É visível no texto que essa suposta “*mea culpa*” transparece como uma cortina que serve para separar a brutalidade da colonização portuguesa em relação a germânica. Para os germânicos, os europeus da península ibérica sempre foram considerados mais atrasados e passionais. O que demonstra que a mente colonialista age mesmo dentro do próprio continente.

Bernatzik (1959) escreve para um público seletivo nos anos trinta do século passado. Público esse que deveria em grande parte compactuar com os ideários do imperialismo. Tinha por objetivo em seus livros, na maioria das vezes, mostrar ao público europeu os últimos refúgios exóticos do planeta, a infância da humanidade. Descrever com o linguajar dos europeus, um mundo onde esses não sobreviveriam. E a partir das teorias em uso, refletir, limitadamente, sobre a antropologia, que nesse momento, era uma ciência em ascensão, quase nascente.

Os livros de Hugo Bernatzik são obras que podemos considerar como literatura de viagens. São livros que descrevem regiões inóspitas do planeta durante as primeiras décadas do século XX e que estão bastante distantes do que poderíamos chamar de um trabalho de campo no contexto antropológico. Apesar de o autor tentar por diversas vezes buscar algumas reflexões teóricas, ou mesmo utilizar de alguns conceitos científicos, a maior parte do trabalho se destina em especial a descrever como sobrevivem essas populações exóticas, apresentar as dificuldades com que ele, sua esposa e sua equipe, tiveram de passar para poder produzir a obra. Dessa forma, acreditamos que a obra de Bernatzik pode ser descrita como uma obra de literatura de viagens, e sendo assim acreditamos que muitas das análises que são usadas para esse tipo de obra possam ser utilizadas para o trabalho de Bernatzik. Em especial a obra que consideramos nuclear para analisar os livros desse antropólogo o livro *Cultura e Imperialismo*, de Edward Said (2011).

Dentre as ferramentas que Edward Said nos propõe em seu trabalho está a de leitura em contra-ponto. Que de acordo com o autor significa: “que a leitura em contra-ponto deve considerar ambos os processos, o do imperialismo e o da resistência a ele, o que pode ser feito estendendo

nossa leitura dos textos de forma a incluir o que antes era forçosamente excluído (Ibdem, p.123).³⁷ Além das descrições acerca do lugar, das pessoas, das relações que são um dos grandes objetivos do livro, Bernatzik serve a outro propósito. O de construir uma biblioteca colonial acerca do continente africano e de suas populações.³⁸

Ainda tratando das esculturas, chama a atenção de Bernatzik a produção de uma obra na ilha de Caraxa, com uma particularidade temporal. Uma figura talhada em madeira de pé e que tinha a cabeça coberta por um tipo de lenço preso na cabeça, ou gorro, similar ao que usavam os oficiais da marinha inglesa nos barcos de guerra durante o século XIX, quando perseguiram os traficantes de escravos na costa africana. Bernatzik cita uma data em torno de 1836 como sendo o período em questão. Ao que sabemos é muito provável que os bijagós tenham tido contato com os traficantes de escravos e também com essas embarcações inglesas que faziam o trabalho de guarda-costas no Atlântico durante o período descrito. A vida marítima dos bijagós será tema de um sub item especial nesta tese, visto que consideramos a relação entre sua população e o mar um dos elementos culturais mais instigantes e importantes em relação a essa população.

Durante séculos, os bijagós figuraram como donos absolutos do mar nessa região do oceano. Provavelmente as embarcações dos traficantes negociavam com eles para poderem transitar pela costa, ou teriam de fazer uma volta muito grande, afastando-se das ilhas. A região das Ilhas Bijagós é permeada de corais, baixios e bancos de areia. Dessa forma é quase impossível navegar por essas águas sem a autorização dos ilhéus. Por vários cronistas os bijagós eram considerados piratas dessas águas e não seria diferente para os barcos de traficantes. Provavelmente a estatueta representa algum marinheiro inglês do período que teve contato com os ilhéus e que, de alguma forma, acabou sendo representado. Por motivos que provavelmente nunca saberemos.

Ao refletir acerca do texto, das descrições, das representações produzidas pelo austríaco sempre acabamos com importante questionamento, que é quase impossível de ser respondido. E os bijagós, como viam aquele sujeito visitando suas tabancas? Quais eram as demandas que fizeram com que os anciãos e outros diversos chefes e artesãos permitissem que esse europeu permeasse seu mundo? A esses questionamentos só podemos propor conjecturas. Uma hipótese é a de que alguns produtos, com o tabaco, que Bernatzik trocava pelas informações muitas vezes, era uma importante

37 Nessa passagem do livro, página 123,124, Edward Said está refletindo sobre a obra *No coração das Trevas* de Joseph Conrad. Obra essa que se passa no continente africano e que carrega em si diversos elementos do imperialismo britânico no continente. A vida dos Bijagós, a visão com que o autor descreve os povos africanos, sua cultura, seus hábitos, seu cotidiano, são em muito, similares a forma com que Bernatzik se refere aos Bijagós e também como enxerga o mundo onde se encontra e suas relações.

38 O conceito de biblioteca colonial foi utilizado por Valentim Mudimbe no livro *A invenção da África*. Contudo, Edward Said já se refere em seu livro sobre a formação dessa biblioteca a partir de obras de literatura como a de Conrad e outras que compõem o imaginário europeu acerca do imperialismo e suas colônias.

iguaria que os nativos gostavam e era de difícil acesso. Outra hipótese era de que aquele europeu parecia inofensivo aos olhos aguçados dos bijagós. Talvez fosse interessante contar-lhe algumas coisas em troca de produtos materiais como facões ou anzóis feitos de metal importantes na sobrevivência da tabanca. Sociedades como os bijagós, extremamente beligerantes não teriam problemas em saquear e matar toda a tripulação de Bernatzik. Fizeram isso com frequência ao longo de centenas de gerações. Ao que tudo indica, Bernatzik era interessante aos bijagós tanto quanto eles a ele. Quando não se interessavam mais simplesmente se retiravam e voltavam a seus afazeres na tabanca.

Outra importante característica das esculturas descritas pelo antropólogo diz respeito ao tipo de madeira utilizado para a produção. A madeira é um material que pode durar bastante tempo dependendo do meio onde sobrevive. Na região das Ilhas Bijagós, o clima é úmido e muitas vezes tudo fica encharcado. Além, é claro, da questão da proximidade com o mar o que torna o ar salobro, facilitando o desgaste. Conforme o autor, as estatuetas foram produzidas com um tipo de madeira que dura como pedra e invulnerável as formigas brancas, que seriam as responsáveis por devorá-las.

A utilização de uma madeira especial e particular para a produção das esculturas nos leva a refletir novamente sobre a grande importância que essa produção material tem na cultura dos bijagós. Não é uma madeira qualquer, encontrada em qualquer lugar, que podia ser utilizada para a produção das estatuetas. É uma madeira especialmente coletada e, provavelmente, que não se encontra em todos os locais ou mesmo em todas as ilhas que é utilizada na produção. Esse é o tipo de conhecimento intrínseco a uma determinada cultura e que é transmitido de geração em geração via oralidade para que possa se manter viva a produção de um determinado objeto da cultura material que possui uma grande importância para a tabanca.

Resgatando novamente aqui a ideia da importância da produção da cultura material nas condições das tabancas bijagós, podemos supor que essa estatueta, que representa provavelmente um oficial inglês que navegou pela costa africana na primeira metade do século XIX, seja a única lembrança deste marinheiro que nos resta. Esse sujeito, que por algum motivo acabou sendo representado pelos bijagós e que provavelmente era apenas mais um entre muitos, teve preservada pelos bijagós sua identidade, sua particularidade.

1.3.2 Pinturas e máscaras

Outra importante forma de representação cultural dos bijagós se dá através da pintura. A pintura é utilizada também como forma de adorno estético e representa também uma forma de

escrita pictórica. Uma forma de representar o cotidiano vivido e aquilo que destoa do cotidiano. Em quase todas as ilhas visitadas, Bernatzik encontrou trabalhos de pintura nas paredes das casas nas tabancas, nas embarcações utilizadas para os diversos fins, nos tambores e também a pintura ritual utilizada pelos indivíduos em determinadas cerimônias. Uma das pinturas mais inusitadas encontradas pelo antropólogo foi na ilha de Huracán. Na parede de uma cabana na tabanca, Bernatzik deparou-se com um europeu montado em uma bicicleta. Muitas das pinturas representam animais de grande e pequeno porte. Crocodilos, hipopótamos, bois, vacas, macacos, galinhas, cobras. As cobras existem em grande quantidade nas ilhas, o que é uma particularidade e um perigo. Muitas delas são venenosas. Outros animais bastante representados são os animais marinhos. Vários tipos de peixes, tartarugas, tubarões, e cenas do cotidiano ligadas ao mar. Canoas de grande e pequeno porte, canoas perseguindo animais marinhos durante a pesca. Na ilha de Uno, Bernatzik encontrou casas pintadas de forma diferente. Eram ricamente adornadas por dentro e por fora, algo que não havia em outros lugares. O autor não descobriu o motivo dessa particularidade. Além disso em Uno encontrou a pintura de uma automóvel. O único, que provavelmente foi trazido para a ilha no período da ocupação pelos portugueses.

Nessa ilha, Bernatzik também faz uso de uma importante reflexão, que já havíamos referido anteriormente, a questão da vivacidade da população e da produção cultural estar ligada diretamente a sua autonomia enquanto povo. Em Bubaque, Bernatzik também faz referência às canoas ricamente pintadas com distintos significados, aqui os bijagós também conseguiram se manter quase autônomos, praticamente independentes e assim mantiveram seus traços culturais vivos.

As práticas de pintura também foram descritas pelo antropólogo. Muitas das pinturas são produzidas com os dedos. Outras, dependendo de como se encontram nas paredes, são utilizados palitos que servem como um tipo de pincel. As principais cores são produzidas fazendo diversas misturas. O preto se consegue através da mistura de carvão vegetal com azeite de palma. O branco se faz a partir de terra calcária com água e clara de ovo. O vermelho é um tipo de sépia brilhante que se obtém de uma forma particular, são coletadas partículas que se recolhem da espuma das ondas na beira do mar, essas partículas são secas e misturadas com azeite de palma. O azeite de palma é um produto utilizado de diversas formas na cultura Bijagó. A palmeira em si é um bem natural de grande importância para a comunidade. Por isso mesmo, antes da chegada dos europeus as palmeiras das ilhas eram de propriedade comunitária. O que significa que cada Bijagó podia utilizar o quanto necessitasse do produto. A partir da chegada dos europeus, uma das especiarias mais importantes para os europeus vai ser o óleo de palma. Dessa forma, os bijagós serão obrigados a recolher uma quantidade determinada pela empresa responsável pela coleta e pagar como um

tributo aos portugueses. Além disso, muitos palmeirais que antes podiam ser utilizados pelas comunidades serão destinados a uso exclusivo da empresa.

Não seria de todo errado, acreditamos, fazer um paralelo entre essa usurpação dos palmeirais por parte dos portugueses e os cercamentos ocorridos na Inglaterra um pouco antes da revolução industrial. Contudo, existe um fator determinante entre esses dois paralelos. No caso da Inglaterra, os cercamentos acabaram por inviabilizar o uso das terras comunais por parte dos camponeses. Com isso houve um imenso processo de empobrecimento dos camponeses que resultou na busca por empregos nas fábricas e do processo de urbanização. Este, a longo prazo, fez com que os mesmos acabassem por se unir e, de alguma forma, em um tempo distante pudessem lutar por melhores condições e direitos. Grosseiramente, essa é um pouco da história da revolução industrial e da urbanização da Inglaterra. Entretanto, no caso dos bijagós o mesmo paralelo não acontece. Primeiro porque os bijagós foram colonizados pelos portugueses. Ou seja, sujeitos que devem ser governados, que precisam de alguém que os guie a um destino melhor. Que precisam ser levados pelo caminho do desenvolvimento, da civilização. Essa era a “cartilha” a ser seguida pelos europeus que se aventurassem pelo continente africano. Em segundo lugar, o possível desenvolvimento forçado pela usurpação de seus espaços de coleta não geraria os mesmos frutos no continente africano pois os portugueses estavam lá apenas para retirar matérias-primas brutas ou pouco industrializadas e enviá-las para a metrópole. Sendo assim, depois de um tempo, ou mesmo, quando os palmeirais não estivessem mais produzindo o necessário que os portugueses desejassem, a região seria provavelmente abandonada de qualquer forma. Deixando os bijagós da maneira que estivessem. O que foi verificado por Bernatzik em algumas ilhas. Ou pela cobrança feita pelos chamados policiais negros que seriam os fula do continente ou mesmo por terem exaurido os palmeirais de sua ilha.

Se recordarmos do antigo *pacto colonial* utilizado por grande parte dos países europeus em suas colônias na América podemos pensar que o *novo pacto colonial* usado pelos europeus no processo imperialista na África foi, com certeza, mais severo e violento. Enquanto o primeiro acabou por deixar alguns frutos de desenvolvimento no território onde foi empreendido, o segundo extrai tudo que necessita, exauri a terra, destrói suas comunidades sem deixar absolutamente nada. Tudo em nome da suposta civilização, ou do suposto desenvolvimento mercantil.

Voltando as pinturas dos bijagós, outro produto de desenvolvimento material que tem enorme representatividade dentro da cultura da população das ilhas são as máscaras. As máscaras são utilizadas em diversos tipos de cerimônia e são produzidas de diferentes formas. As máscaras possuem representações distintas e são também pintadas. Bernatzik presenciou a utilização dessas máscaras em vários momentos de sua estada com os bijagós. Durante festas e outros momentos

comunitários do grupo, sejam cerimônias religiosas ou não, as máscaras são presentes em quase todos os encontros dos bijagós. Máscaras pintadas adornam também as pirogas, seja para momentos de festa, para a guerra ou mesmo para a pesca. A pintura das canoas é feita também no sentido de adornos estéticos. A pintura é utilizada também pelos dançarinos, tanto no corpo quanto no rosto.

Algo interessante, que chama a atenção quando buscamos entender a visão dos bijagós acerca dos europeus, é essa contínua necessidade que havia de tentar explicar o cotidiano “exótico” dos nativos. Muitas vezes o autor refere que os anciãos ou mesmo as pessoas comuns não respondiam a seus questionamentos, ou mesmo paravam de responder a suas perguntas e seguiam com seus afazeres. É de se pensar que muitas vezes não havia o que falar. Não havia o que responder. A nossa vida cotidiana é cheia de incongruências e trâmites cotidianos que nada significam caso tentássemos dar sentido a cada tarefa diária. Isso também ocorre com populações tradicionais, autóctones. Seu cotidiano também é marcado por afazeres e momentos sem sentido e deviam se sentir incomodados com aquele branco questionando cada passo de suas vidas. Em determinado momento Bernatizk faz diversos questionamentos a um ancião acerca de sua relação com Nindo (Deus supremo). Em determinado momento, não tendo mais o que responder, o ancião lhe diz que não sabe e que se ele quer mais repostas que vá perguntar ele mesmo a Nindo.

1.3.3 Danças

Esse trabalho tem como foco o empoderamento dos saberes ancestrais ou ditos endógenos das populações do continente africano, acreditamos que seja importante demonstrar o quanto a dança é um dos elementos culturais mais importantes em grande parte das sociedades africanas que ainda mantêm conexões com seu passado ancestral e quanto essa expressão cultural legou força à dança das sociedades africanas modernas. Seguramente, uma das heranças mais importantes que a cultura brasileira legou de sua miscigenação com as populações africanas foi a dança. Muito além do estereótipo, do exótico, as danças brasileira e africana são sinônimos de resistência, de sobrevivência das raízes ancestrais que formaram as populações brasileiras.

Os bijagós são conhecidos mundialmente por suas danças. Atualmente, é uma das apresentações que fazem parte do show turístico voltado àqueles que visitam o arquipélago. Entretanto, a dança para os ilhéus é muito mais do que isso. A dança serve à sociedade Bijagó de diversas maneiras, seja em forma de celebração, seja em cerimônias, ou mesmo apenas como forma de festejos. As danças são vigorosas e cansativas, exigindo muitas vezes períodos de pausa para os dançarinos. Durante a dança a tabanca toda participa, seja dançando ou assistindo. Dessa forma

podemos concluir que a dança é também um desses elementos culturais que agrega a comunidade auxiliando na consolidação do grupo, produzindo uma amálgama entre os moradores. Muitas vezes essas cerimônias ou apresentações congregavam mais de uma tabanca e podiam durar vários dias. Esse compartilhamento mútuo é uma das ferramentas sociais que consideramos como responsáveis pela sobrevivência dos bijagós. Sem buscar paralelos, é importante pensar na força das danças e das festas populares como importantes pontos de conexão no Brasil. Principalmente as festas e danças de caráter popular como o carnaval. Não há necessidade ou motivo para a dança e a festa, ela simplesmente é feita, saboreada pela população. Não é diferente entre os bijagós, ela é viva e participa da tabanca com ou sem motivo.

Foram diversas as oportunidades que Bernatzik teve de apreciar apresentações de dança dos bijagós. Dentre essas, elegemos uma que consideramos mais expressiva pela sua grandiosidade e também pela reflexão que esse espetáculo gerou no europeu. O espetáculo ocorreu na ilha de Formosa, em uma aldeia no centro da ilha denominada *Ankadak*.

Durante o período em que Bernatzik esteve na ilha, essa era governada por um europeu. Um homem a serviço do governo colonial, um cobrador de impostos. É interessante analisar a descrição de Bernatzik em relação ao dito sujeito. Suas características, sua índole, a forma com que lidava com os “nativos”. Para o antropólogo o Governador secundário, como ele descreve o português, era um sujeito de uma renomada família portuguesa e sendo assim um monarquista. Inconformado com a ascensão da república em Portugal, optou por ir para outro lugar. Dentre os juízos de valor destacados pelo autor estão os de que o funcionário português fazia o máximo possível para proteger os bijagós, manter sua cultura e sua integridade. Controlava de forma enérgica os policiais negros, no caso os fulá, para que esses não maltratassem os bijagós.

Em diversos momentos da narrativa, uma das características do discurso de Bernatzik é o paternalismo com que os funcionários coloniais tratam os bijagós. Como se os funcionários da colônia fossem responsáveis pelos ilhéus. Como se esses não pudessem sobreviver sem a proteção dos portugueses. Esse modelo de discurso foi uma das ferramentas mais poderosas que as nações imperialistas utilizaram como forma de subjugar as populações que foram aviltadas de sua autonomia.

Em grande parte da análise feita por Edward Said no livro já citado aqui, *Cultura e imperialismo*, o autor demonstra essa forma de opressão a partir dos romances produzidos ao longo do período colonial. O esteriótipo do africano como um menor, um infante que necessita da ajuda do europeu para se libertar da barbárie, do primitivismo. Apesar de haver uma série de diferenças entre o imperialismo perpetrado por ingleses, franceses e portugueses, algumas ferramentas de dominação foram utilizadas por todos, muitas vezes de formas e com graus de imposição diferentes.

Para Bernatzik, o que aquele homem fazia na ilha de formosa era um trabalho árduo e custoso. Proteger os bijagós em seu próprio território e ajudá-los a alcançar a imaginária civilização que a Europa impusera ao continente africano. Um discurso contínuo de sacrifício por parte dos europeus e que os coloca sempre numa espécie de púlpito de onde eles rogam levar a civilização aos africanos.

No discurso de Bernatzik é possível identificar, em alguns trechos do livro, uma certa relutância em relação ao discurso oficial. Provavelmente isso se deu por conta de sua atuação como antropólogo ou mesmo por sua proximidade com diversas populações nativas ao longo do tempo. Se pensarmos que os primeiros livros de Claude Lévi-Strauss, transformadores em relação à forma como as populações autóctones serão vistas pelos pesquisadores, só serão lançados no início da década de 1950, podemos refletir que Bernatzik tenha sido um dos primeiros antropólogos que começa a se questionar acerca dos conceitos de primitivo e civilizado. “Alguns poucos anos mais, e tudo aquilo, a alegria, o colorido e sentido artístico, haviam sucumbido vítimas do [espírito de sociedade] europeu” (BERNATIZK, 1959, p.204).

Voltando a apresentação de dança, foi um grande encontro onde estiveram presentes bailarinos e músicos de diversas tabancas diferentes. Diversos homens e mulheres pintados e preparados para a festa. As diversas bandas eram compostas por homens e mulheres, algo que o autor não tinha visto até então. Os tambores ricamente adornados e pintados eram de diversos tamanhos, servindo a diferentes tipos de toque. Os tambores femininos eram curtos e levados no ombro esquerdo. Os tambores masculinos eram compridos e estreitos e ficavam entre as pernas durante a música. Cada grupo tinha sua própria pintura e suas próprias vestimentas. Havia muitas máscaras de diversos tipos, representando peixes, touros, pintadas e estilizadas diferentemente. A maioria dos dançarinos estavam pintados de vermelho e branco. As meninas estavam untadas com azeite de palma. Durante a apresentação foram consumidos vinho de palma em quantidade. Além disso, foram assados durante a apresentação dois novilhos ao ar livre, por um grupo de mulheres. Durante a descrição das danças e de como os homens matam os animais e retiram seu sangue, Bernatzik aproveita para enriquecer os esteriótipos de exotismo e selvageria que marcavam esse tipo de literatura. É sempre bom lembrar que, apesar do autor se considerar um cientista e seu trabalho estar embasado em teorias acadêmicas, esse tipo de literatura servia a dois públicos em geral. O público acadêmico, extremamente restrito, e ao público em geral que saboreava a descrição dos povos subjugados pelos europeus. Desde que, é claro, essas descrições viessem recheadas de exotismos e particularidades ímpares em relação a dita “civilização” europeia. Infelizmente, essa talvez seja uma das marcas mais severas do imperialismo cultural. Essa necessidade que os países que perpetraram esse tipo de colonialismo impuseram a suas colônias. A ideia de que suas crenças,

suas tradições, seus modelos de mundo, de desenvolvimento, sua cosmogônia, sua tecnologia e tudo aquilo que tivesse sido produzido por eles mesmos, fosse considerado inferior, ou não civilizado. Essa herança perdura até hoje, não só no continente africano como também na América Latina. Um dos ditos populares mais generalizados entre os brasileiros e que no senso comum carrega um juízo de valor fortíssimo é o seguinte: “isso é importado”, “aquela máquina é importada”, “essa caneta é importada”. Como se tudo aquilo fabricado fora do país fosse melhor. Uma super-desvalorização interna. Ferramenta cultural que consolida o processo colonialista.

1.4. A VIOLÊNCIA DA COLONIZAÇÃO AOS OLHOS DE UM COLONIZADOR

O processo de colonização imposto aos africanos pelos europeus não foi um processo de curto prazo. No caso dos portugueses, talvez tenha sido mais lento e longo por seu enfraquecimento durante o século XIX. O que, de forma alguma, diminuiu sua violência para com os colonizados em relação aos outros países europeus. Contudo, talvez pela falta de contingente populacional e de capital financeiro tenha sido mais lento.

O caso específico dos bijagós ainda mostra mais algumas particularidades. Provavelmente por serem uma população que historicamente já havia sido empurrada para a costa por força das migrações internas e pressões populacionais na costa ocidental africana, tornaram-se mais territorialistas e beligerantes que os povos do continente. As ilhas, que tornaram-se o refúgio dos bijagós, eram, apesar da abundância em alguns elementos, uma região extremamente limitada para o desenvolvimento de uma população de grande porte. Em meados da década de 1920, os portugueses já haviam subjogado praticamente todas as populações da costa. Contudo, os ilhéus mantinham ainda uma fama de piratas que vinha de longa data, e que dificultava o processo de conquista.

De acordo com Christine Henry (1988) a chamada guerra de colonização se inicia com uma invasão à ilha de Caravela em fevereiro de 1853, mas só é finalizada quase oitenta anos depois em 1936. Foi provavelmente ao fim desse processo que os bijagós abandonaram quase que por completo a atividade marítima. Mantendo um pouco da tradição apenas em relação a pesca. Contudo, sem produzir canoas ou mesmo transmitir os conhecimentos milenares a respeito da navegação particular que é feita entre as ilhas e entre essas e o continente.

O antropólogo Bernatzik esteve nas ilhas mais ou menos entre 1928 e 1931, de acordo com Henry (1988), o último grande ataque aos ilhéus se dá por volta de 1936. O que significa que toda a violência e usurpação presenciadas pelo europeu, e que foram enormes, ainda não foram o ponto

culminante da conquista portuguesa. De acordo com Henry foram necessários nada menos que mil homens para acabar com a resistência dos insulares. Mas esses foram derrotados. Os bijagós sucumbiram frente aos portugueses. Culturalmente mantiveram grande parte de suas atividades e crenças. Entretanto, foram usurpados e violentados das mais diversas formas. Uma delas foi a perda de sua cultura marítima, visto que, essa era uma das ferramentas mais importantes em se tratando de resistência aos portugueses.

Em menos de três gerações foram constituídas lendas e histórias que retiraram os bijagós do mar. Provavelmente como forma de não incentivar mais ainda o conflito e temendo que não pudessem sobreviver os anciãos e anciãs, criaram táticas e histórias que foram alimentadas e esparramadas pelos mais jovens desestimulando a navegação, a pirataria e o combate.

Muitas são as descrições de Bernatzik em relação aos tipos de violência sofrida pelos bijagós. Desde altos impostos a serem cobrados das tabancas em forma de dinheiro, passando pela proibição de utilizarem seus palmitais, esses que foram por centenas de gerações uma das mais importantes fontes de sobrevivência dos ilhéus, até a violência explícita com as mulheres e com os homens. Em visita ao povoado de *Kere*, na ilha de *Caraxa*, Bernatzik descreve a violência com um menino.

No momento de nossa chegada, o chefe do posto militar ordenava a um cristão que, como soubemos depois, atuava como um xerife, que trancasse um menino, com uma corrente no pescoço e que ficasse durante três dias sem comer nem beber. O pequeno prisioneiro produzia a impressão de um animal encurralado e estava a ponto de perder a consciência. (BERNATZIK, 1959, p.114).

O autor, buscando saber o motivo daquela violência, descobre que o crime do menino havia sido de desobediência. O policial estava caminhando a certa distância do povoado quando viu o menino. Quando chamou o menino, esse, em vez de obedecê-lo, tentou fugir. O castigo estava servindo de exemplo aos outros. É muito provável que o menino tentasse fugir como muitos devem ter feito. A fuga foi uma das ferramentas de sobrevivência em meio ao quadro de violência perpetrado pelos europeus. Entretanto, em um espaço reduzido como as ilhas, essa era uma ferramenta de sublevação que muitas vezes devia dar errado. Ainda mais em um espaço cercado por água. Em outros espaços africanos, como também no caso do Brasil, a fuga gerava muitas vezes espaços de resistência, a exemplo dos quilombos no Brasil.

Além da violência física descrita no parágrafo acima, outra forma de violência também foi presenciada pelo antropólogo nessa tabanca. É importante lembrar o que já mencionamos aqui em relação aos chamados policiais negros. Nos relatos de Bernatzik normalmente ele se refere a esses policiais negros como sendo Fulas. Os Fulas são uma das etnias da Guiné-Bissau que também

foram dominadas violentamente pelos Portugueses. De acordo com Landerset Simões (1935), os Fulas representavam uma das maiores e mais representativas etnias da Guiné em termos de população, perto de 100.000 habitantes. Perdendo apenas para os Balantas. Nesse período a população da Guiné, estimada no mesmo trabalho de Landerset, gira em torno de 500.000 habitantes. Em comparação, os bijagós possuem nesse mesmo período uma população de mais ou menos 25.000 habitantes. De acordo com Dilma de Melo (2001), quase setenta anos depois a população da Guiné gira em torno de 750.000 habitantes. Os fulas possuem uma população de mais ou menos 105.000 habitantes, aparentemente se mantiveram estáveis com um pequeno decréscimo proporcional. Já os bijagós possuem uma população em torno de 10.000 habitantes. Verifica-se, assim, que tiveram um imenso decréscimo, tanto geral quanto proporcional.

Contudo, se retrocedermos setenta anos, no período em que Bernatzik esteve na Guiné, devemos recordar que apesar dos bijagós terem uma representação pequena, a imagem mítica que os continentais faziam dos insulares era de que esses eram piratas e muitas vezes assaltavam o continente em busca de recursos. Sendo assim, para os povos do continente, aqueles homens das grandes canoas que viviam nas ilhas eram violentos e perigosos.

Uma ferramenta de dominação importante utilizada pelos europeus em grandes espaços africanos foi a utilização dos conflitos internos para cooptar determinados grupos utilizando-os para dominar outros. Essa estratégia inclusive foi utilizada no primeiro domínio colonial perpetrado pelos europeus no continente americano. O que nos leva a refletir sobre os movimentos históricos que estão conectados aqui.

É comum nos referirmos a chegada dos europeus no continente americano, por volta do século XV, como o período colonial e nos referirmos ao período de dominação europeia no continente africano, por volta de meados do século XIX, como período neocolonial. Essas designações são temporais e históricas e extremamente importantes no intuito pedagógico para estabelecermos uma certa distinção dos acontecimentos. Mas, nesse trabalho, onde buscamos a partir de estudos oriundos das pesquisas denominadas pós-coloniais, entender como foram constituídas e utilizadas as ferramentas de dominação dos europeus sobre as populações africanas é importante perceber que muitas dessas ferramentas haviam sido testadas e experimentadas no território americano alguns séculos antes. As formas, as instituições, os jogos políticos que se utilizaram no continente africano em muito se assemelham aqueles utilizados pelos próprios portugueses no Brasil, em especial, quando da chegada dos portugueses no início do século XVI. Dessa forma, esse jogo de poder entre as populações próximas era estratégia de longa data da coroa portuguesa, aproximando assim, mais do que nunca, as formas de dominação, como também, as formas de resistência dos bijagós e das populações autóctones no Brasil.

Da reflexão acima, retornamos ao tipo de violência descrito por Bernatzik que se refere a distinção entre os bijagós e algumas das populações continentais, em especial os Fulá. Os Fulás, de acordo com Lopes e Macedo (2017), até o século X possuem trâmite intenso entre as populações do Senegal, são pastores e tem uma característica importante em relação a religião. Muitos são islamizados e outros professam as religiões ancestrais. Essa característica lhes permite um bom contato com quase todos os povos acerca da costa. A partir do século X quase todos os fulá tornam-se islamizados e passam a proferir a fé e difundi-la com força.

Em *Kere*, Bernatzik visitou a casa do chefe do posto militar, visto que o mesmo insistiu, pois estava com a família enferma e acreditava que o visitante poderia curar sua família. Chegando a casa do chefe do posto militar, o antropólogo se depara com um harém de mulheres. Entre elas seis *jovens e bonitas*, como ele descreve, meninas bijagós. Como o policial era islâmico ou como diz o autor *mahometano*, pela lei do Corão era permitido a ele possuir mais de uma mulher. Situação que normalmente não seria comum entre os bijagós. No relato, o autor relativiza a possível opção daquelas meninas mulheres bijagó, fiéis a seus costumes, por um marido chefe do posto, e islamizado. A reflexão do autor é de que provavelmente, esse aceite das jovens como esposas, seria uma das formas de resistência utilizada pelo grupo, a resistência passiva. Aquelas meninas servindo de esposas para o policial representam de alguma forma a salvaguarda da tabanca. Talvez não totalmente ou quem sabe pelo menos um menor grau de usurpação por parte dos policiais.

Ao regressar ao barco depois da visita, o autor, que durante muitos momentos no texto, insinua uma dúvida em relação as reclamações constantes que vem recebendo ao longo das visitas as tabancas acerca das violências perpetradas pelos policiais negros, que depois de ter visto o que viu em relação a violência com os bijagós, tudo parecia possível.

Nesse relato, é apresentado um exemplo de uma das formas mais vis de violência imposta as populações africanas em muitas partes do continente. A usurpação de suas mulheres. A violência da cooptação das mulheres nas tabancas foi uma forma de controle e de agressão por parte dos colonialistas. Além, é claro, da violência sexual explícita também descrita pelo autor em outro capítulo do texto.

Entretanto, essa também foi uma forma de resistência que permitiu as populações autóctones, nesse caso os bijagós, manter a tabanca viva. Claro, ao custo muito alto da vida de algumas mulheres. Visto a força da participação das mulheres bijagós na sociedade e sua autonomia em relação as decisões de sustentação da tabanca, é provável que tenham sido as próprias a utilizar dessa estratégia como forma de sobrevivência. Muitas foram as descrições de Bernatzik (1959) em relação a autonomia feminina e inclusive a ideia de matriarcado nas ilhas é muito forte. Em alguns casos, ou em algumas ilhas, o autor nos fala de mulheres que escolhiam seus maridos, mulheres que

escolhiam seus amantes, mulheres que construía sua casa e eram as responsáveis por seus filhos. Se compararmos esse modelo social com o modelo islâmico que figurava em grande parte das sociedades do continente é possível imaginar a discrepância em relação ao tratamento com as mulheres e dessa forma o tamanho da violência com que esses continentais a serviço dos europeus se lançaram sobre os bijagós.

Os bijagós possuíam um histórico de serem guerreiros e saqueadores de longa data. Se nos recordarmos das primeiras descrições que possuímos em relação aos ilhéus podemos imaginar o quanto teve de ser violento o processo de colonização imposto pelos europeus para subjugar os ilhéus. Nos textos de Almada (1594) ou mesmo de Lemos Coelho (1669/1684), os bijagós são descritos como grandes navegadores e grandes guerreiros.

Esses negros são mui guerreiros, continuamente andam em guerras, dando assaltos na terra dos buramos e beafares, e tem tal costume que, no mar, encontrando-se de uma ilha com os da outra, peijam, bem pode ser pai com filho. Não há rei entre eles...

Esses negros são tão destros no mar, que ainda que soçobre e revire a embarcação, andam a nado e a tornam a endireitar e esgotar, e tornam-se a meter dentro... (ALMADA, pg.88)

No período em que Bernatzik esteve entre os bijagós, a guerra com os colonizados havia quase que destruído praticamente todas as ilhas. Além disso, grande parte da população das ilhas havia se tornado devedora da coroa portuguesa. Ou seja, de alguma forma tinha de pagar tributo aos policiais negros, aos traficantes ou a administração colonial que possuía em algumas ilhas seus funcionários. Contudo, como a chamada guerra de colonização ainda não havia sido concluída, algumas ilhas continuavam em combate, sobrevivendo a revelia dos colonizadores. Mais do que isso, alguns ilhéus mantinham sua tradição de piratas, e saqueadores. Claro, enquanto isso foi possível. A ilha de *Cañabaque* era um desses redutos. Os funcionários coloniais e traficantes foram enfáticos na descrição em relação aos moradores de *Cañabaque*: “são gentes falsas, pérfidas e vingativas” (BERNATZIK, 1959, p.183). A verdade era que essa era a única ilha no arquipélago naquele momento que continuava a se opor, a fazer resistência ao domínio colonial. De acordo com as notícias recebidas, eles assassinavam cruelmente os prisioneiros, fossem eles europeus ou mesmo os policiais negros.

Dentre as particularidades dessa ilha, além é claro de muita destruição perpetrada pelos europeus, Bernatzik descobriu que a ilha havia sido governada com muito sucesso por uma soberana. A chamada Rainha Idiana Ibop. Essa era esposa de um poderoso monarca, mas que após a morte desse, sem deixar alguém que o substituísse, assumiu o trono com o aval dos anciãos. Idiana era considerada inimiga mortal dos colonizadores, vista como uma mulher bondosa, sábia e que havia

herdado provavelmente do marido o importante trâmite de como lidar com sua população e com as populações vizinhas. Quando o autor esteve na ilha ela havia falecido havia três estações chuvosas e seu sucessor havia morrido há poucas semanas. O que significava que provavelmente a ilha estivesse passando por uma transição de poder.

Mais do que nunca, essas particularidades em relação ao poder das mulheres no arquipélago dos bijagós fortalece a ideia do matriarcado em algumas ilhas. Mesmo que não seja o matriarcado definido em outras populações, nesse pequeno arquipélago da costa africana, por muitas gerações, as mulheres detiveram uma grande autonomia em relação as decisões da tabanca, de seu destino e também de seus filhos. Essa potencialização das mulheres na ilha se reflete no século XXI. O trabalho de Raúl Mendes Fernandes (2012) vem a corroborar essa característica da sociedade Bijagó. Demonstrando que as mulheres, hoje revendedeiras de pescado e marisqueiras, detém novamente uma grande parcela da primazia nas decisões e na cooperação frente a sobrevivência da sociedade Bijagó. Nesse trabalho será dedicado um sub-capítulo ao estudo dessa particularidade em relação as mulheres bijagós.

Em relação a visita de Bernatzik a ilha de *Cañabaque*, este pôde presenciar uma imensa destruição por parte dos colonizadores, e registrar o relato de que seus bens haviam sido roubados e que as tabancas haviam sido queimadas. Para além dessa penúria, Bernatzik descreve que, como sempre, foram recebidos com muita hospitalidade, característica dos bijagós, como relatado pelo autor em *Uma das leis comuns a todos os bijagos*. Foram servidos com vinho de palma e puderam conhecer a tabanca. Contudo, sob a mira de homens fortemente armados. Foi relatado ao viajante que agora, depois de todas essas guerras com os policias negros, era necessário a eles pedir emprestadas coisas indispensáveis a sua sobrevivência a outras ilhas. Independente dos relatos de violência que são descritos em relação aos bijagós no mar, uma característica dos ilhéus era de que as batalhas eram travadas no mar. Em terra eram recebidos como amigos e vizinhos e havia um senso de comunidade que unia todas as ilhas.

As formas de violência e as formas de resistência do processo colonialista são muitas vezes processos dialéticos. Cada ação violenta dos colonizadores é correspondida com alguma reação ou construção de uma nova forma de resistência. Entretanto, algumas vezes essa forma de resistência se deu de certa maneira que o resultado foi a perda de algo, que não poderia ser reconstruído, como no caso dos bijagós e perda da sua cultura marítima.

Em algumas populações, como em *Bubaque*, o rei que recebeu Bernatzik, *Nakbe*, era um rei poderoso. Como ele mesmo se descreveu ao antropólogo: “*todos os povoados de Bubaque tem um chefe, mas todos os chefes locais são meus súditos*”. *Nakbe*, contou a Bernatzik que o rei que estava

antes dele, *Denyóg Oraméa*, havia sido expulso pelos brancos, mas que ele *Nakbe*, se dava muito bem com os brancos.

A leitura clara que podemos ter desse acontecimento é de que provavelmente o rei anterior não se submeteu aos portugueses e foi retirado do cargo, provavelmente morto, preso ou expulso. Passado isso os portugueses procuraram colocar no lugar um rei que servisse a seus interesses, mas que também mantivesse a ilha em certa tranquilidade. Esse deve ter sido o caso de *Nakbe*, sua possível hegemonia em relação as outras tabancas também deve ter como base o apoio policial que os portugueses deviam dar a *Nakbe*.

A ferramenta de substituição de lideranças foi com certeza uma das mais vantajosas formas de domínio utilizadas pelos portugueses. Buscar um certo equilíbrio utilizando das próprias instituições internas da sociedade. É claro que esse modelo de domínio só foi possível enquanto a tabanca se sujeitou ao rei empossado pelos portugueses. É importante pensar que, depois de um certo tempo de guerras, a própria tabanca deve ter buscado um rei que fosse capaz de manter a sobrevivência estável. Outra forma de resistência. Se recordarmos que Christine Henri (1988) fala que a primeira incursão para a colonização dos bijagós se dá por volta de 1837, já temos aqui em 1930 quase noventa anos de conflitos. Para os portugueses, isso significava muito, em termos de custo financeiro e de mão de obra. Entretanto, para os bijagós, essa situação já deveria estar beirando o limite da sobrevivência. Visto que, suas guerras com outras ilhas ou mesmo com os continentais, eram sempre no mar ou em território inimigo. Agora estavam tendo que lutar dentro de seus espaços de plantio, dentro de suas tabancas. Perdendo seus palmitais e seus espaços sagrados. É de se pensar que a busca por soluções que mantivessem a sobrevivência material e cultural da tabanca numa sociedade comunitarista fosse tarefa determinante naquele momento.

Além da violência perpetrada pelo modelo colonialista imposto pelos portugueses, que atingia não só as Ilhas Bijagós como toda a região da Guiné, havia a questão da diferença entre os ilhéus e os continentais. Diferença essa que já foi relatada aqui. Sendo assim, em muitas ocasiões o autor, Bernatzik (1959), descreve a violência dos chamados policiais negros como sendo uma violência distinta dos portugueses. Como se as brutalidades, estupros, roubos, incêndios e todos os outros modos de violência relatados pelo autor não dissessem respeito aos portugueses. De certa forma, isentando os mesmos das atrocidades cometidas pelos policiais. Aos olhos do antropólogo, colonizador, ou como eram chamados na Europa, *os exploradores*, essa brutalidade que ocorria com aquelas populações era de responsabilidade daqueles policiais negros. Os portugueses, funcionários administrativos ou da coroa, que levavam o desenvolvimento e a modernidade para aqueles povos, não tinham como controlar seus policiais. Algumas vezes o próprio autor se coloca como sendo um intermediário entre os funcionários portugueses, que seriam mais solidários com os ilhéus, e os

próprios ilhéus, no intuito de ajudá-los a resolver seus problemas com os policiais. Outra ferramenta importante utilizada pelos colonizadores era a de não manter os mesmos funcionários em seus postos por muito tempo. Com isso, os funcionários não poderiam se afeiçoar aos nativos e, assim, seriam mais “profissionais” na cobrança dos impostos. Menos humanizados.

Para além de todos os conflitos internos que o processo colonialista português infligiu aos povos africanos, é importante entender o momento histórico em que Bernatzik se encontra na Guiné. Os anos que compõe o período entre 1918 e 1939 são conhecidos como período entre guerras. Nesse período Portugal enfrenta sérias dificuldades para manter e administrar suas colônias na África. A Europa encontra-se bastante abalada por causa da primeira guerra mundial e os Estados Unidos da América estão enfrentando a maior crise que o modelo capitalista já havia enfrentado. Muitas colônias já buscam sua liberdade e alguns países próximos já entram em processo de descolonização. Os movimentos da Negritude e a ideia do Pan-africanismo são discussões nascentes na ordem do dia, causando imensa agitação na Europa. Contudo, infelizmente, a Guiné e Cabo Verde só verão suas independências ocorrerem, pelo menos, daqui a três ou quatro décadas a frente. Nesses trinta ou quarenta anos que separam a visita de Bernatzik aos Bijágos e a independência da Guiné-Bissau, a força e a violência do colonialismo português foram extremas. A cada tentativa de libertação ou de afrouxamento do poder nas colônias, a metrópole apertava o cerco para não perder seus domínios. Em 1911 se dá a criação da Liga Guineense e tem o início o movimento de libertação³⁹. Mesmo assim, os bijagós sobreviveram, desenhando e redesenhando estratégias que lhes permitiram continuar vivos como um povo, o povo das ilhas. Mantendo, até a virada do século XXI e este adentro, suas tradições, ou grande parte delas.

1.5. AS MULHERES BIJAGÓS: TRADIÇÃO DE AUTONOMIA.

39 No livro de Dilma de Melo Souza (2000) há um anexo que enumera em ordem cronológica as datas importantes do movimento de libertação da Guiné. Utilizamos esse documento como fonte básica para as datas que consideramos mais significativas.

Dentre as características particulares das sociedades bijagós uma das mais expressivas diz respeito ao peso da participação feminina nestas. Em grande parte dos trabalhos por nós analisados que tratam dessas sociedades, praticamente todos reservaram um espaço especial e considerável para descrever a autonomia e a grande participação que as mulheres possuem nas sociedades bijagós. Uma das discussões mais pertinentes em relação a importância feminina está ligada diretamente a existência ou não do matriarcado entre as sociedades bijagós. De acordo com Dilma de Melo Souza (2001);

Nas relações entre os sexos, a posição ocupada pela mulher é de extrema consideração e respeito. Além do fator de parentesco matrilinear, colocando a unidade familiar em torno da mulher, define-se através dela a sucessão de chefias (no caso das gerações donas-do-chão)⁴⁰.

Fica claro a partir do trecho acima que as mulheres detêm uma participação que está estabelecida há muitas gerações e que as coloca no mínimo em pé de igualdade com os homens. Em se tratando de sociedades africanas que mantêm elementos de ancestralidade, isso não é uma exceção. Entretanto, se pensarmos que a costa ocidental na região da Guiné sofreu uma imensa transformação a partir da invasão dos grupos islamizados por volta do século dez, foram poucas as sociedades onde as mulheres conseguiram manter alguma autonomia frente a forma como as mulheres eram tratadas de acordo com as leis do corão. Provavelmente por sua belicosidade e por sua autonomia, tanto geográfica quanto social, as sociedades bijagós continuaram a possuir características de autonomia feminina muito diferentes das outras sociedades em seu entorno.

Para além da mitificação criada em torno de algumas lendas, acerca do domínio de determinadas figuras femininas que predominam no panteão dos bijagós, é importante refletir sobre a importância que esse elemento possui em relação ao desenvolvimento das sociedades africanas no século XXI.

No mundo ocidental houve, principalmente na virada do século XX para o XXI, um enorme fortalecimento das mulheres, principalmente no que diz respeito a sua autonomia e também a sua participação no cenário científico e político. Esse fortalecimento não se deu ao acaso, muito pelo contrário, esse cenário foi pintado ao longo de todo o século XX a partir de lutas e conflitos de

40 As donas do chão são consideradas aquelas famílias que são possuidoras do solo, do terreno. Essa é uma característica social dos Bijagós que não nos detivemos muito, por isso não havia sido descrita até o momento. Algumas famílias são consideradas como as famílias primárias das ilhas. Essas possuem uma certa distinção em relação aos outros. São os chamados donos do chão. Aparentemente não ocorre em todas as ilhas, entretanto, essas famílias são famílias consideradas especiais. Não sendo isentas dos trabalhos comunitários. Não foram todos os trabalhos que demonstraram essa peculiaridade, o que nos leva a refletir se ele é uma pequena particularidade ou se realmente é uma marca registrada dessa sociedade.

todas as formas. Em grande parte dos países ditos “democráticos” do mundo ocidental, foi necessário, por parte das mulheres e daquelas entidades que de alguma forma as fortalecessem, uma luta quase que diária pela busca de espaço, fosse no contexto de mercado de trabalho, fosse no contexto familiar, e em praticamente todas as esferas das sociedades. Esse embate foi alicerçado pelos movimentos conhecidos por feministas que desde o século XIX vem buscando melhores condições de vida para as mulheres. Esses movimentos estão de certa maneira conectados com os chamados estudos pós-coloniais ou decoloniais que buscamos utilizar como plataforma teórica na sustentação de nossos trabalhos.

Seguindo a linha de pensamento proposta, é de se imaginar que o modelo que vem sendo implementado pelos nascentes Estados-nação do continente africano, entre eles a Guiné-Bissau, onde estão localizadas as comunidades bijagós, estará pautado pela busca da equiparação ao modelo social ocidental e, sendo assim, mulheres com mais participação em todos os âmbitos sociais. Entretanto, essa participação não é tão efetiva, visto que muitos dos grupos étnicos da Guiné, como já foi explicitado aqui, possuem uma matriz islamizada, em que as mulheres são colocadas em um patamar inferior ao dos homens em termos de participação social. Contudo, é nessa mesma Guiné que vamos encontrar as mulheres bijagós e sua imensa potência em se tratando de participação social. Esse contexto nos apresenta um imenso desenvolvimento social das ilhas, ao mesmo tempo criando uma clivagem entre as sociedades continentais, onde as mulheres têm menor participação, e os bijagós assim, tornam-se exceção novamente.

Além da discussão do empoderamento feminino dentro da sociedade Bijagó, há também a necessidade de verificar dentro do que consideramos necessário a existência ou não de matriarcado nessa sociedade. Não foram poucos os visitantes, principalmente dos trabalhos ligados ao período colonial, que se debruçaram sobre essa particularidade dos bijagós. Estão entre eles; Avelino Teixeira da Mota, Augusto Santos Lima, Fernando Rogado Quintino, Mendes Correia, entre outros. Grande parte desse debate se dá em torno da verificação ou não da existência do matriarcado entre os bijagós. Além é claro da relativização do que realmente seriam os elementos para configuração de uma sociedade matriarcal. O debate foi extremamente válido no sentido de análise social e no momento em que foi produzido, dentro dos espaços físicos e de poder orientados pelas perspectivas coloniais. Para nós, que buscamos uma avaliação cultural e de inserção no século XXI, procuramos um trabalho que nos apresentasse uma reflexão acerca da importância ou não dessa discussão e sua real importância no desenvolvimento dos bijagós no século XXI. Sem deixar, é claro, de demonstrar o caminho histórico que levou a tais conclusões.

Buscamos nos trabalhos da pesquisadora Camile Scholl (2017) uma reflexão acerca desse debate em torno matriarcado e analisamos a aplicação disso nas sociedades bijagós da atualidade.

Para refletir sobre isso, num primeiro momento, é preciso definir o que consideramos como Matriarcado e quais suas particularidades. De acordo com Lopes e Macedo (2017) em relação a África, “matriarcado é o regime em que a autoridade de um grupo social é exercida por mulheres”. Para a reflexão que nos interessa essa é sem dúvida uma conceitualização aceitável. É certo que existem conceitualizações mais complexas em relação a esse conceito, contudo a descrição acima serve perfeitamente para embasarmos nossa reflexão. O que nos interessa refletir é: o quanto existiu realmente de verdade, do que podemos verificar, em relação ao poder feminino na sociedade Bijagó e o quanto disso ainda sobrevive depois da guerra de colonização. As fontes que utilizamos para isso são, o livro de Hugo Bernatzik, o qual estamos analisando nesse trabalho e a tese de doutoramento de Raul Mendes Fernandes (2012) que analisa a situação das revendedoras de peixe e dos pescadores na Guiné-Bissau na atualidade.

O livro de Hugo Bernatzik analisado por nós aqui faz parte de um grupo de trabalhos que chamamos de literatura de viagem. Como já sugerido aqui, compõe uma enorme gama de trabalhos, do final do século XIX e do início do século XX que de alguma forma apresentam o mundo “exótico”, que ainda sobrevive nos confins do planeta, aos leitores europeus. Contudo, é importante fazer ressalvas de que alguns autores desse modelo de literatura buscaram realmente fazer um trabalho científico mais aprimorado, sendo muitos deles considerados grandes expoentes de um novo tipo de antropologia, como foi o caso de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), ou mesmo Bronislaw Malinowsky (1884-1942). Entretanto, o antropólogo por nós pesquisado pode ser considerado mais como um viajante, mais um explorador do que realmente um pesquisador. Sem, é claro, desmerecer seu trabalho e a importância da existência dele para pesquisas como a que produzimos hoje. Consideramos importante essa digressão no sentido de explicarmos porque é possível fazer comparações entre o modelo literário utilizado por Bernatzik e outros modelos literários, como os romances coloniais citados por Edward Said (1993). No caso, fazendo relação com a África, o livro em especial seria o já utilizado aqui “No coração das trevas”, de Joseph Conrad. A relação que fizemos aqui tem a ver com a forma como determinados conceitos são produzidos e utilizados. Tanto Said quanto Jean-Loup Anselme (2017) demonstram que os conceitos que utilizamos acabam por tornar-se, na verdade, um campo de disputa intelectual entre pesquisadores europeus e que não interfere nem intelectualmente nos estudos africanos propostos por nós. Estudos esses que tem por base a ideia de que as discussões acerca dos mundos e visões da África devam partir de dentro do continente. Ou, caso não partam, que busquem demonstrar a partir de pressupostos internos a importância dessa discussão para os africanos. Não apenas como campo de disputa intelectual. Dois ou mais desses conceitos estão elencados nesse trabalho. Um deles é a questão do matriarcado e outro o de etnia ou comunidade.

Refletindo a partir das ferramentas de pensamento produzidas por Anselme (2017), o conceito de etnia é algo que não existia na África antes do colonialismo. Foi um conceito construído para que os europeus pudessem classificar antropologicamente os grupos africanos e dissecá-los teoricamente, produzindo suas teorias e suas ferramentas de dominação. Acreditamos que o matriarcado também pode ser pensado dessa forma, visto que, o mesmo não funciona de forma idêntica nas sociedades africanas. São diversas as distinções e particularidades entre as centenas de grupos onde as mulheres definem a primazia de poder e de descendência. Foi por isso que buscamos uma definição que pode muitas vezes ser considerada rasa em termos teóricos mas que define o que é essencial para nós nessa pesquisa: que as mulheres bijagós possuem sim, um estatuto de grandeza dentro de suas sociedades. De que é a partir delas, em grande parte das ilhas, que se define a descendência familiar. Que em alguns momentos históricos, foram mulheres que alavancaram a luta contra a dominação dos europeus. Que em algumas ilhas são as mulheres que detêm a primazia na escolha do esposo e sendo assim são elas que dominam a casa. Que muitas vezes as mulheres desejam se separar do companheiro e isso é permitido a elas. E que muitas vezes são elas que continuam com os filhos e permanecem na casa. Contudo, fontes como Francisco Lemos Coelho (1684) nos demonstram que os “homens grandes” ou seja, aqueles que são os chamados Fidalgos, pelo mesmo, possuem muitas mulheres, e que estas fazem muitas coisas e muito bem feitas nas tabancas.

As mulheres são fermosissimas, principalmente pelas suas terras. O seu traje são sayas feitas de palha que ellas mesmo fazem, muito bem tecida no cos, que o mais é de cordinhas como molhos de disciplinamente, as quais tingem depois de negros, e estas cordas tantas e tão juntas que, com ellas vestidas, ficam muito compostas e honestas, não lhe passando de joelho, mas assim lhes parece muito bem. Ellas são as que lavrão as terras, fazem sementeiras, e as cazas em que morão que, ainda que piquenas, são muito limpas e alegres e com todo esse serviço vão todos os dias ao mar buscar marisco, que há muito, principalmente de um chamado longueirão, que é da mesma especie que os nossos mixilhões, para dar de comer aos maridos e irmãos e mais família e he, ordinariamente, a comida que há com arros, de que devem nascer serem as mulheres tão fecundas e os homens tão potentes que há negros que tem vinte e trinta molheres, e nenhum tem uma só e os rapazes em suas aldeas são como enxames de abelhas. (p.178)

O que propomos aqui não é diminuir a importância da discussão teórica acerca do debate em determinados conceitos. Mas demonstrar que partindo dos estudos pós coloniais podemos identificar que mais importante que o campo de discussão está a demonstração que determinados elementos culturais existem na sociedade que está sendo estudada. Que talvez eles não se enquadrem perfeitamente em conceitos eurocentrados pré concebidos. Mas que eles detêm força na vida prática da sociedade e que ao longo do tempo eles se mantiveram, as vezes mais vivos ou menos, dependendo da inserção do colonialismo ser maior ou menor em determinada ilha.

Conforme a descrição que temos de Lemos Coelho, os homens possuem sim muitas mulheres, em mais de um momento isso é atestado. Contudo, cabe uma reflexão importante, se os homens faziam apenas três coisas como nos atesta Almada (1594, p.88); a guerra, fazer embarcações e tirar vinho de palma, era necessário as mulheres criar uma rede de auxílio entre elas para construir as casas, cuidar da colheita, cuidar dos filhos e buscar mexilhões. Sabendo que eram elas, em muitas tabancas, que definiam a vida dos filhos e podiam tomar suas decisões sozinhas, a questão de uma mulher dividir o marido com várias outras não exemplifica o poder completamente masculino. Partindo de nossa visão, de nosso modelo de mundo, um homem com várias mulheres aparentemente tem a primazia das decisões e do poder. Olhando o caso dos bijagós, isso me parece diferente. As mulheres possuem a primazia do controle de sua vida, dos filhos, da produção do alimento, da casa demonstrando assim, um outro modelo distinto e particular.

Camille Scholl (2017) em seu trabalho faz uma extensa digressão acerca do conceito de matriarcado dos bijagós. Utiliza como fonte os Boletins Culturais da Guiné Portuguesa (1946-1973), obras de grande importância no que tange à análise dos grupos sociais que viviam sob o controle colonial de Portugal. A autora demonstra que a discussão acerca da existência do matriarcado na Guiné passa por dois momentos distintos e que se torna um campo de disputa dentro de questões ideológicas e políticas acerca da colônia. Importante reflexão que nos dá mais subsídios para entender que grande parte da discussão teórica que se dava acerca dos grupos africanos vinha carregada de discussões políticas ligadas a manutenção do processo colonial.

Como Hugo Bernatzik não se deteve na discussão mais profunda sobre os conceitos dos elementos culturais que estudou entre os bijagós, isso nos permite verificar suas impressões nas diversas ilhas por onde esteve. Dessa forma, não estamos interessados em determinar a existência de matriarcado em uma ilha ou em outra. Definir se em um determinado local as mulheres se enquadravam mais ou menos nos conceitos pré existentes. O que buscamos de suas anotações é a importância e a primazia que as mulheres detinham em suas sociedades. O quanto isso se tornava um elemento importante e definidor em relação ao poder do colonialismo imposto aos bijagós.

Como já foi analisado nesse trabalho, ao longo do tempo os homens bijagós são descritos como belicosos, violentos, piratas e outros adjetivos. De acordo com Lemos Coelho (1669), os homens são valentes e atrevidos e todo seu exercício é a guerra, durante a paz, nas suas terras, é pescar e tirar vinho de palma. Grande parte das descrições acerca dos bijagós os coloca geograficamente, a maior parte do seu tempo, no mar ou em terra se preparando para a guerra, produzindo canoas ou bebendo vinho. É claro, seria de se imaginar que quem cuida da casa, dos filhos, das plantações seriam as mulheres. Entretanto, como em muitos casos essas mulheres seriam submetidas ao poder dos maridos. Contudo, no caso dos bijagós isso não ocorre.

Dos textos de Bernatzik, o que mais nos interessa é um capítulo chamado “O matriarcado em Orango Grande”. Apesar de eleger uma ilha como exemplo, ele nos demonstra de diversas formas o que era o mais comum em grande parte das sociedades bijagós. É claro, afora aquelas ilhas que haviam sido submetidas violentamente aos polícias negros ou ao poder dos funcionários coloniais, como já definimos nesse trabalho.

Em Orango Grande, além do autor definir as mulheres como de uma beleza singular, nos informa que são as mesmas que escolhem seus maridos. Que são elas que erguem suas casas e levam os maridos para viver com elas. São as mulheres que definem o limite do matrimônio. Ou seja, quando não querem mais o marido expulsam o mesmo da casa. Além disso, Bernatzik nos fala de um tipo de solidariedade feminina, em que, caso o homem não aceite a decisão da mulher, será rechaçado por todas as outras mulheres da tribo. De acordo com o autor, as mulheres não estão sujeitas a fidelidade conjugal, mas os homens sim. Quando da cerimônia do *Dufuntu*, e se faz necessária sua ausência, são os homens que ficam responsáveis pelas lides da casa e pelos cuidados com os filhos. Somente filhos menores são permitidos com as mulheres durante a cerimônia. Quando se separam, os filhos permanecem com os pais. Conforme Bernatzik, em Orango são as mulheres os agentes empreendedores. São elas que cuidam dos negócios, que levam os produtos para serem vendidos.

Para além dos exageros produzidos pela representação do autor, é evidente que nessa ilha e em grande parte das outras as mulheres detêm um grau de autonomia incomparável a outras sociedades, mesmo as ocidentais nos dias atuais.

Quase setenta anos depois da visita de Bernatzik, Luidi Scantamburlo (1991) nos dá uma descrição do valor e da importância das mulheres na sociedade Bijagó:

As cerimônias de Dufuntu reforçam a importância do clã matrilinear, que de outra forma seria reduzido a uma estrutura nominal, devido ao poder econômico ser dominado pelos homens e proveniente do cultivo do arroz de sequeiro. Através dessas cerimônias as mulheres reclamam os seus próprios direitos para acarreterem com a difícil tarefa da maternidade e de uma vida psicológica independente. Um novo respeito pelas mulheres foi crescendo entre os bijagós, que nenhuma outra sociedade tradicional da Guiné-Bissau parece conhecer. Nos últimos dez anos, um respeito semelhante a um novo papel para as mulheres foi desenvolvido pelo partido dirigente, o PAIGC, iniciado já durante a luta de libertação da Guiné-Bissau. (SCANTAMBURLO, 1991, p.92).

O texto do padre antropólogo Luigi Scantamburlo nos apresenta uma série de variáveis a serem discutidas em relação ao que vivenciou quase meio século antes o antropólogo Bernatzik. Entre elas está a caracterização de que os homens detêm o poder econômico. Ou mesmo, de que

existe sim a matrilinearidade, o que difere bastante do regime de matriarcado⁴¹. O que fica claro para nós hoje é a enorme diferença em termos acadêmicos da forma de representar os bijagós pelos dois autores. Um dos mais importantes elementos nessa diferença de “visão” se dá, é claro, pelo tempo histórico e pelo momento histórico em que os dois autores escreveram. Se adicionarmos a isso mais um autor, Landerset Simões (1935), teremos mais diferenças de visão. Este último, é claro, aproximando-se em muito de Bernatzik tanto pelo tempo histórico como pelas referências.

Contudo, o que mais nos interessa nessa discussão é a questão da primazia feminina entre os bijagós. É provável que em alguns momentos, principalmente nos momentos de conflito com os colonizadores, houve matriarcado. Talvez pela falta de lideranças masculinas em detrimento dos conflitos, ou mesmo pela potência das mulheres bijagós frente a um novo adversário. É quase certo, pelos registros que possuímos, que houve e ainda há em algumas sociedades bijagós a matrilinearidade. Onde é a partir da mulher que se transferem os direitos. Ambos, são conceitos forjados pela antropologia europeia. Ambos são conceitos rígidos e que não atenderiam as nuances, as dinâmicas e as particularidades com que as comunidades bijagós se construíram.

Entretanto, para nós, esses conceitos servem de parâmetros, nem tão rígidos, como a outros trabalhos, mas parâmetros para podermos refletir sobre as transformações e as sobrevivências de empoderamento das mulheres bijagós em sua sociedade. E muito além disso, a potência que o exemplo de autonomia das mulheres bijagós serve para demonstrar que, em determinados momentos, o que significou desenvolvimento e modernidade para algumas sociedades, foi o reverso em outras.

No caso dos bijagós, as mulheres provavelmente tiveram perdas imensas com a chegada do colonizador. Muito mais do que os homens. Visto que, aqueles que agora detinham o poder eram homens oriundos de sociedades onde as mulheres eram extremamente inferiores socialmente a eles. Além dos europeus, os policiais islamizados também se aproveitaram dessa situação e dessa forma as mulheres foram mais ainda rebaixadas. Mas, apesar disso, são elas até hoje que detêm grande parte da responsabilidade de prover a tabanca e detêm também a primazia na venda de peixe na Guiné-Bissau, como demonstra a Tese de Raul Mendes Fernandes (2012).

A tese de Raul Fernandes (2012), já mencionada nesse trabalho, tem por objetivo, a partir dos estudos pós coloniais e feministas, desconstruir as barreiras existentes entre os conceitos informal/artesanal, civilizado/indígena de forma a demonstrar que os bijagós e em especial as

41 Lopes e Macedo (2017) distinguem muito bem a diferença entre matriarcado e matrilinearidade. É importante que deixemos registrado aqui essa diferenciação, visto que, no corpo do texto a discussão a que nos dedicamos não leva tanto em consideração essa distinção. MATRILINEARIDADE: em etnologia, característica do sistema de filiação e organização em que os direitos transmitem-se pela linha materna. MATRIARCADO: Regime em que a autoridade do grupo social é exercida pelas mulheres. (p.203).

mulheres bijagós respondem pela pesca e pela distribuição de uma grande quantidade de pescado, que constitui um dos principais alicerces de alimentação e do comércio para a população da Guiné-Bissau. Além disso, a tese procura também demonstrar a importância desse modelo de comércio e a importância de sua sobrevivência, de acordo com os moldes sociais desenvolvidos na Guiné-Bissau.

O trabalho de Raul Fernandes demonstra, além disso, a desvalorização desse modelo social e expõe a fragilidade da sobrevivência do mesmo frente ao modelo desenvolvimentista que se propõe para o país. Grande parte dessa fragilidade se encontra embasada no discurso colonial que dominou o país até a década de 1970. Os conceitos de cidadania e o relacionamento entre as diversas sociedades ancestrais da Guiné-Bissau de hoje são permeados pelos discursos coloniais que no passado os transformaram em sujeitos distintos. Exemplo dessa visão é o trabalho de Landerset Simões (1930), já utilizado por nós, que distingue as diferentes etnias que compõem a Guiné a partir dos pressupostos teóricos da antropologia da década de 1930, valendo-se mais do que nunca do nome *Babel*, em referência a mitológica cidade que era composta por um sem fim de grupos.

Ultrapassar essa permanente sombra do colonialismo é uma das tarefas mais árduas para as sociedades africanas do século XXI. Essa aparente distância do colonialismo esconde um racismo interno e uma diversidade social que impossibilita o desenvolvimento social da nação como um todo. Entretanto, essa participação social e essa capacidade de interferência da mulher bijagó são, visto por nós, como uma ferramenta importante de amálgama entre a população. Parte delas, as mulheres, a distribuição do pescado e a coleta de mariscos e crustáceos. Além, é claro, da fumaça, salga e secagem, processos indispensáveis ao comércio. Essa primazia feminina que já vem de longa data constitui um dos pilares sociais das sociedades bijagós e pode ser considerada um dos elementos que permitiu a manutenção de sua sociedade ao longo do violento processo do colonialismo.

Para além da importância da participação feminina na sociedade e de sua primazia, o trabalho de Mendes Fernandes (2012) nos apresenta uma radiografia de uma sociedade marcada pela informalidade, e pelas indelévels marcas do colonialismo. Infelizmente, um estudo que nos demonstra que se em pouco tempo a sociedade da Guiné-Bissau não desenvolver práticas ou estruturas que possibilitem a manutenção desse modelo participativo das mulheres, grande parte de seu habitat e de sua estrutura social comunitária tendem a desaparecer, deixando um enorme vazio de sujeitos sem conexão com o mundo onde vivem e sem relação com seu passado.

Em 1930, Hugo Bernatzik escreveu sobre a vida árdua das mulheres bijagós. Ficava sobre seu encargo todos os trabalhos domésticos, cuidavam dos filhos, coletavam alimentos, confeccionavam suas roupas, buscavam água fresca todos os dias em jarros na cabeça. Davam a luz em suas casas sem os homens e com a presença das outras mulheres para auxiliá-las, além de uma

“*comadrona*” como um tipo de parteira. Eram as mães que educavam os filhos. Não há dúvidas, de acordo com o relato de Bernatzik, da importância das mulheres no desenvolvimento e na manutenção da sociedade bijagó. Transcorrido quase cem anos desse texto, os trabalhos de Mendes Fernandes (2012) continuam nos mostrando a primazia dessas mulheres, donas de si e donas do chão onde pisam e das águas de onde tiram grande parte de seu sustento.

No conjunto teórico desse trabalho estão as teorias que buscam encontrar respostas para os problemas das sociedades africanas do século XXI. Como diria Severino Ngoenha (2010), não basta apenas estudá-las, analisá-las, catalogá-las. Esse trabalho, esse tipo de trabalho tem sido feito nos últimos cem anos por etnógrafos, antropólogos, historiadores, funcionários coloniais, administradores, militares e uma série interminável de aventureiros e exploradores que podemos classificar, a partir de Mary Louise Pratt (1999), como os olhos do império. O que se faz necessário é buscar esses dados, entrecruzá-los e conseguir montar estratégias e estruturas capazes de construir ferramentas duráveis e internas, capazes de alavancar o desenvolvimento social nas sociedades africanas. Se possível, é claro, mantendo vivos seus modelos ancestrais de sucesso, como no caso, a primazia das mulheres bijagós ao longo do tempo.

Seja compartilhando sua tabanca com seu companheiro, seja rechaçando as populações continentais nas infundáveis razias com o continente, seja cultivando sua terra, seja lutando contra o colonialismo europeu, seja realizando suas cerimônias exaustivas, seja vivenciando seu modelo de mundo, onde cada indivíduo é um sujeito ativo na sociedade em que se encontra inserido, no caso delas, mulher participante e definidora do seu futuro e das gerações vindouras.

CAPÍTULO II: O COLONIALISMO PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA, EXPLORADORES, AVENTUREIROS E CIENTISTAS.

2.1. A OCUPAÇÃO “EFETIVA” DA GUINÉ E A CONFERÊNCIA DE BERLIM.

Apesar dos Portugueses terem sido a primeira nação europeia a se relacionar com as populações da costa ocidental africana, subsaariana, eles não mantiveram o controle da região como muito se imagina. O controle da região continuou a cargo das chamadas chefaturas⁴² ou pequenos reinos, se é que se pode chamar assim, que controlavam o comércio entre o litoral e o interior, no caso a floresta. Na região da Guiné e da Senegâmbia,⁴³ os portugueses se fixaram na costa e passaram a negociar a partir dali. Aos poucos foram constituindo comunidades mais sólidas ou mesmo a partir dos lançados, já citados neste trabalho. Construíram fortificações, como o castelo da mina, mas sempre tendo que depender de muita diplomacia com os chefes tanto das tabancas do litoral como do interior. A ideia de que os europeus controlavam a costa ocidental africana desde o período das chamadas Grandes Navegações é uma ideia falaciosa.

Durante os primeiros séculos que se passaram entre a chegada dos portugueses a costa africana, por volta de 1460, e a Conferência de Berlim, em 1884/85, o que ocorreu, principalmente, foi um intenso comércio, principalmente de cativos, que enriqueceu em muito a coroa portuguesa e uma pequena burguesia, e que desestruturou grande parte do continente africano⁴⁴. Mas o controle, como podemos chamar, jurídico, das regiões da costa ocidental africana só se deu no período colonialista, a partir, principalmente no caso da Guiné, da conferência de Berlim e da guerra de colonização por parte dos portugueses. Na verdade, como veremos adiante, foi a partir da conferência que se iniciou a busca por essa “ocupação efetiva” que só vai ser realmente efetivada meio século depois.

42 De acordo com Lopes e Macedo (2017, pg.78), no âmbito da África pode ser designado como uma das circunscrições independentes, sob influência de um estado, comandadas por um chefe local.

43 De acordo com Lopes e Macedo (2017, pg.263) A Senegâmbia é a região da África Ocidental, que compreende os territórios pertencentes às atuais repúblicas do Senegal e Gâmbia. Povoadas desde o primeiro milênio da era cristã, principalmente por ancestrais dos povos diúla e uolofe, modernas pesquisas localizaram, em seu ambiente, entre outras provas arqueológicas, objetos de metal fabricados entre os séculos IV e VI d.c.

44 Essa ideia da desestruturação do continente africano está basicamente alicerçada no trabalho de Toby Green (2011) onde o autor disserta sobre a ideia de que a busca por cativos para negociar com os europeus fez com que uma parte produtiva da população da costa deixasse de cumprir com suas atividades e transformasse para sempre as relações entre essas populações. Além disso, é claro, o apresamento dos seres humanos, em grande parte, jovens, homens em idade produtiva e mulheres, acabou por desestruturar tabancas, famílias e etnias inteiras a ponto de muitas delas deixarem de existir ou sucumbirem ao poder militar dos europeus ou de etnias rivais.

Para os portugueses, a forma com que estavam inseridos no comércio da costa ocidental africana era extremamente eficaz. Não havia uma necessidade de controle e de burocracia, visto que o arquipélago de Cabo Verde servia de base de controle no comércio com a costa e, sendo assim, era muito mais lucrativo e fácil para a coroa. Afora alguns casos de confronto direto com alguns grupos, ou mesmo de saque as fortificações, os portugueses souberam lidar muito bem com suas “colônias” africanas, mesmo antes de serem colônias, desde que não fosse preciso o controle direto.

Contudo, quase na chegada do século XX, no segundo quarto do século XIX, as nações europeias estavam sedentas por colônias que pudessem explorar. De acordo com Peter Mendy (1994), a reivindicação da região da Guiné por Portugal na conferência de Berlim esbarrava em um problema. Para ser reconhecido como um poder colonial seria necessário a Portugal a “ocupação efetiva” do território, o que significava, subjugar as comunidades da região. Feito, que os portugueses não haviam conseguido realizar nos quatrocentos anos em que estavam pré estabelecidos na região. Um dos motivos, provavelmente era de que seria necessário um contingente militar considerável para tal feito e que esse esforço provavelmente acarretaria em uma quebra de relacionamentos de longa data e que garantiam a coroa portuguesa um bom relacionamento comercial na região. Contudo, se a chamada “ocupação efetiva” não ocorresse outras potências europeias, ávidas por colocar as mãos em uma região rica como a Guiné, buscariam ocupar a região. Entre elas estava a França, que ocupava uma imensa região vizinha, o Senegal.

Sendo assim, mais ou menos a partir da segunda metade da década de 1880, Portugal inicia o processo de ocupação violenta da região da Guiné. Um longo e penoso processo que só vai se concluir por volta de 1936, com a construção de um monumento, as custas financeiras e de trabalho, dos bijagós, comemorando a submissão completa ao governo português. Um processo violento que custou muito aos cofres da coroa Portuguesa, sem falar na imensa quantidade de vidas ceifadas e da desestruturação de grande parte das comunidades nativas da região. Provavelmente, se não houvesse a pressão dos outros países beligerantes na conferência de Berlim, Portugal não teria empreendido a guerra de colonização. Não só pelas perdas humanas, mas também e, principalmente, porque a partir desse momento, uma grande parcela da região passa a sonegar o máximo possível os impostos devidos e um grande parte das regiões, antes rentáveis passa a perder rentabilidade em função dos conflitos, como no caso dos bijagós. Além disso, há de se entender que a coroa teve de iniciar essa ocupação efetiva e essa guerra nas outras colônias africanas, como no caso de Angola e Moçambique, o que custaria uma pequena fortuna aos cofres lusitanos, além de lançar a corôa portuguesa em uma série de conflitos com diversas frentes.

Para o trabalho em questão focaremos nossas reflexões principalmente na região da Guiné, em especial o caso dos bijagós. Como já foi citado aqui, a região da Guiné apesar de ser um espaço geográfico pequeno é uma região muito rica em diversidade de etnias. Pelo trabalho de Landerset Simões (1933) são relacionadas pelo menos doze grupos étnicos, são eles: *felupes, baiotes, manjacos, brames, papéis, biafadas, mandingas, futa-fulas, fulas, balantas, nalús e bijagós*. Diversas vezes encontramos variações na escrita desses nomes e na referência desses grupos, o que leva muitas vezes a confusão em relação a algum grupo. Além disso, só os bijagós, como já citamos aqui, respondem por uma enorme diversidade de grupos em suas distintas ilhas. Os portugueses se valeram em muito dessa peculiaridade para obter apoio de determinados aliados. Dessa forma, foram minando as resistências de alguns grupos mais aguerridos e que possuíam uma geografia que os privilegiasse, como no caso dos bijagós.

Conforme Peter Mendy (1994), a estratégia de conquistar e dividir foi muito eficaz no caso da guerra de colonização dos portugueses na região da Guiné;

Sob o pretexto de libertar povos a muito sujeitos, como os fulas-pretos escravizados pelos fulas-forros, essa nova militância teve de facto sucesso e assegurou um enorme reservatório de auxiliares africanos, que seriam utilizados nas filas de frente, durante as guerras de “pacificação”. Através da colaboração estreita com poderosos chefes locais, e tirando partido absoluto dos conflitos territoriais e religiosos sangrentos, os portugueses manobraram várias classes e grupos étnicos uns contra os outros, numa tática inteligente de “dividir e conquistar” (p. 154).

A partir desse momento a desestruturação das sociedades da costa ocidental africana, em especial da Guiné, vai chegar a seu ápice e levará um longo tempo, até bem depois da segunda guerra mundial para que possam novamente buscar uma coalização capaz de expulsar os portugueses. Contudo, apesar de ter realmente se tornado efetiva na década de 1930, continuaram a existir o que o autor vai chamar de resistência passiva. Essa, perdurou até os momentos próximos do fim da submissão, por volta da década de 1970 do século passado. É ingenuidade pensar que a guerra de colonização foi um movimento administrativo, como alguns imaginam. Ou que os africanos se sublevaram contra seus congêneres de bom grado. O processo de pacificação foi uma guerra de colonização. Uma guerra violenta, aos moldes da Primeira Guerra mundial. Os africanos que sobreviveram foram aqueles que de alguma forma conseguiram administrar uma resistência passiva e utilizar das brechas para manter o mínimo de suas tradições ancestrais.

Nosso trabalho é pautado pelos estudos pós-coloniais e pela linha dos estudos culturais. Para além da perda material, da desestruturação social dessas comunidades e dessas etnias existe uma imensa perda histórica que é irreparável, a perda dos laços e dos traços culturais. As comunidades africanas da costa ocidental, em grande maioria, como já citamos aqui, são comunidades pequenas,

enxutas. Se analisarmos o caso dos bijagós, são tabancas que possuem, muitas vezes, trinta, quarenta, no máximo sessenta ou oitenta casas. Talvez, antes da guerra possuíssem um pouco mais, mas pelo espaço das ilhas, não deveria ser muito. É um espaço relativamente pequeno, e que ao longo de centenas de anos foi utilizado por uma determinada etnia, ou grupo. Em mais ou menos cinquenta anos, esse espaço sagrado, essa tabanca inteira vai se desfazer. A maior parte dos homens morrerá em conflitos com as milícias e o exército português. As mulheres e as crianças vão se submeter as mais violentas humilhações, como forma de resistência passiva e sobrevivência, como já vimos exemplo nos relatos de Bernatzik. Além disso, todo um saber, um conhecimento que havia sido transferido e aprimorado por centenas de gerações irá se perder, desaparecerá para sempre. Como no caso dos saberes da cultura marítima dos bijagós, que sucumbiu a violência da guerra de colonização imposta pelos portugueses.

A palavra “pacificação” acaba se tornando uma anedota em meio a violência com que a coroa portuguesa desestruturou a Guiné em um período relativamente curto, se comparado com a longa permanência dos portugueses na região. Das centenas de anos que os bijagós dominaram as ilhas e a navegação costeira, em uma ou duas gerações foram praticamente dizimados. As culturas da Guiné eram muitas e continuam sendo. As particularidades religiosas e os traços culturais de algumas dessas etnias sobreviveram, mas a um custo altíssimo. Mesmo para o governo português, o processo não foi de benefício total. É provável que a relação que havia antes das pressões da conferência de Berlim fossem muito mais benéficas e lucrativas a coroa. Contudo, a força das nações que rapidamente entrariam em conflito se iniciava, como uma locomotiva, e só iria parar ou diminuir seu apetite ao final da Segunda Guerra mundial em 1945.

Após o longo processo da guerra de colonização e a submissão das etnias da Guiné era chegada a hora dos portugueses colherem os frutos de todo esse gasto, tanto material quanto financeiro. Para isso, logo após o processo finalizado, iniciou-se a montagem, ou melhor, estruturação de uma burocracia capaz de cobrar as taxas e impostos devidos pelos chamados “gentios”. No caso dos bijagós, uma das tarifas mais pesadas era o chamado “imposto da palhota”.⁴⁵

O imposto da palhota deveria ser cobrado das tabancas a partir da quantidade de palhotas ou choças que haviam no lugar. Os bijagós usaram, muitas vezes, uma estratégia muito interessante com o objetivo de burlar o pagamento do imposto. Eles esvaziavam as palhotas das tabancas e se

45 O imposto da palhota foi introduzido em 07 de novembro de 1903, e deveria ser cobrado a partir de 01 de janeiro de 1904. O imposto deveria ser cobrado em todas as regiões da Guiné Portuguesa pelos militares. Estes ficariam com 10% da receita cobrada, os chefes das tabancas que fossem colaboradores estavam isentos do pagamento. O objetivo era que a cobrança fosse feita em espécie, mas caso não houvesse condições de pagar poderia ser pago em bens ou gêneros. O valor a ser cobrado era de 1\$500 réis por palhota. A cobrança do imposto só fez aumentar a ferocidade dos conflitos com os africanos, mas se funcionasse seria uma prova da soberania portuguesa na região.

mudavam para dentro das florestas, onde o cobrador, funcionário da coroa ou mesmo os militares não tinham acesso. Talvez seja por isso que no relato de Bernatzik em mais de uma tabanca, ao chegar a mesma se encontrava abandonada. Em alguns casos os bijagós destruíam as choças ou mesmo ateavam fogo. Por muito tempo essa foi a forma de fugir do pagamento do imposto. Contudo, ao final da guerra, já com os bijagós submetidos, os impostos e as formas de controle dos ilhéus acabaram por se tornar muito mais altas e humilhantes.

Em 18 de março de 1879, os Portugueses proclamavam a Província da Guiné, que seria administrada independente de Cabo Verde. Mesmo sem ter o controle da região foi definida a capital em Bolama, ilha de mesmo nome que fica em frente ao canal do Rio Grande e que dá acesso as Ilhas Bijagós. Bolama era conhecida como possessão portuguesa de longa data e seria o ponto inicial de chamada “ocupação efetiva”. Como a região é uma região de baixios, marés e ventos que muitas vezes impossibilitam a navegação – sendo essa a principal forma de transporte da região – o primeiro governador, Tenente-coronel Agostinho Coelho, mandou construir uma estação meteorológica relatando-a como indispensável para o controle da região. Além disso, passou a publicar o *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, publicação oficial do governo e que funcionava como ferramenta de demonstração de controle da região. Mesmo Bolama sendo a capital da Província da Guiné o controle sobre os bijagós era praticamente nulo. Segundo um oficial do exército no período, os comerciantes da região se queixavam comumente da presença das almádias bijagós.

Raro era o dia em que um ou outro magote d’eles não entrava em qualquer loja, obrigando o caixeiro a dar-lhes a bebida que pediam sob pena de ser açoitados. E os negociantes sofriam esses e outros vexames, para evitar desaguisados, que eram sempre prejudiciais ao seu comércio. (MENDY, 1994, p.156).

A partir desse momento os portugueses iniciaram a chamada “nova militância”, principalmente nas regiões litorâneas ou continentais e na ilha da Bolama. Aos poucos, muitas tabancas foram sendo submetidas e muitos de seus chefes foram aproximando-se dos portugueses, pois viam que a força militar superior deles, em algum momento, aniquilaria seu povoado. É claro que, em muitos casos, as populações das tabancas que tinham conflitos com outras etnias usaram dessas alianças com os portugueses para benefício próprio. Os bijagós, em especial, eram temidos por todas as populações da costa e foram os últimos a serem subjugados ou pacificados. Desde tempos longínquos, desde os relatos de Lemos Coelho em 1669 e 1684, que temos relatos dos conflitos entre os bijagós e os biafadas. Em mais de um momento foi solicitado ao Governador que tomasse solução contra os bijagós e seus saques constantes. Entretanto, era sabido que seriam

necessários muitos auxiliares africanos para pacificar os ilhéus e dessa forma era necessário pacificar as regiões continentais antes de enfrentar as canoas do arquipélago.

Dentre os principais armamentos que os portugueses levaram para a região estava a canhoneira Guiné⁴⁶, que havia sido enviada para lá em julho de 1880. Foi o primeiro navio a vapor a aportar na região e sua presença serviu de certa forma para intimidar as populações da região da Geba que estavam em conflito, biafadas, mandingas e fulas. A estratégia estava definida, era arrebanhar para si forças auxiliares para a guerra no resto da região. O suborno aos chefes, como no caso de não pagamento de determinados impostos, permitia aproximação com determinadas etnias, mas não garantia a tão sonhada ocupação efetiva.

Além dos armamentos havia a necessidade de arregimentar auxiliares para a guerra. De acordo com o Tenente Francisco Marques, em 1886, “Guerra feita na Guiné sem auxiliares não dá resultado algum satisfatório” (MENDY, 1994, p. 160). Nesse intuito, foi providencial para os portugueses travar conflito com os fulas-forros em detrimento da libertação dos fulas-pretos. Esses, escravizados, certamente se arregimentariam aos portugueses como colaboradores.

Acreditamos que não seja necessária uma reflexão mais profunda acerca de como os portugueses souberam jogar com essas situações, como já foi descrito aqui. Os conflitos de longa data, por territórios, religião, escravização ou mesmo por saques, como no caso dos bijagós, gestaram ao longo de muitas gerações relações de poder que, com a participação e com o aparato militar dos portugueses, iriam se desestabilizar para sempre. Para os bijagós, de acordo com o texto de Bernatzik (1959), os fulas e mandingas acabaram por se tornar seus grandes algozes. É provável que não fossem apenas estes. E que estes estavam na verdade a serviço dos portugueses, mas essa visão acabou por tomar conta da tradição dos bijagós.

Dentro da guerra de colonização foi necessário aos portugueses enfrentar os fulas-forros. Esses, que representavam junto com os Balantas a maior população étnica da Guiné, iriam se tornar

46 As canhoneiras foram embarcações utilizadas pelos portugueses em suas guerras coloniais. Foram seguramente um dos pontos de desequilíbrio nos combates, principalmente pelos armamentos que carregavam. Essas embarcações foram produzidas em outros países como Inglaterra, e posteriormente foram desmanteladas ou renomeadas e utilizadas pelas províncias. Conseguimos rastrear uma delas, a Flecha, a partir da obra de Telmo Gomes; GOMES, Telmo. *Os últimos navios do império: Portugal no mar*. Lisboa, Edições Inapa S.A., 2001. A canhoneira Flecha foi construída na Inglaterra em 1890, depois transportada para Cabo Verde onde foi montada no estaleiro São vicente. A Flecha possuía 21 metros de comprimento e 44 toneladas de deslocamento. Estava armada com um canhão revolver e duas metralhadoras Maxim de 8 mm. Foi desmantelada em 1902 e entregue a Província da Guiné em 1903. Provavelmente foi renomeada e utilizada na guerra de colonização da Guiné. No livro Telmo Gomes descreve o episódio da canhoneira frente aos Manjacos de Caió, evento ocorrido provavelmente em 1897. “*A flecha acelera a marcha, e as suas metralhadoras começam a varrer com descargas cerradas o matagal onde o gentio se encontra emboscado. Na luz difusa sombras humanas cambaleiam atingidas pelo fogo certo da lancha e tão inesperadamente como tinha começado o tiroteio para. O ruído da guerra está de momento extinto. Um grande número de abutres negros começam a descrever círculos apertados sobre a zona onde se tinha realizado a emboscada; cheirava a morte.*”, (pag.62). A violência e o poder de fogo das canhoneiras foram fatores determinantes na guerra colonial.

os maiores aliados dos portugueses. Mas para isso foi preciso subjugar-los. Esse foi um processo longo, de idas e vindas onde os portugueses amargaram muitas derrotas. Aliado a isso, o enorme custo financeiro ia alimentando um imenso deficit da Província da Guiné. Além disso, diversos comerciantes portugueses, cabo-verdianos e franceses eram, cada vez mais, vilipendiados pelos nativos que viam nesses uma forma de atingir os portugueses. O que não era mentira. A força do Estado estava principalmente nisso, garantir o comércio para os associados. Caso isso não fosse possível, outra nação acabaria por tomar conta da região. Comerciantes e navios franceses transitavam pela região constantemente. A segurança era um dos principais fatores necessários aos portugueses para comprovar sua ocupação efetiva. Para piorar os ataques das canoas bijagós, fosse por mar ou incursões em terra, continuavam a atormentar o governo da província.

Dentre os estabelecimentos comerciais que eram saqueados, os invasores iam além dos armazéns ou estabelecimentos comerciais de pequeno porte. Os principais alvos dos saqueadores eram as chamadas *pontas*. As pontas eram estabelecimentos agrocomerciais de grande porte e voltados especialmente para a exportação. Eram grandes latifúndios também conhecidos como feitorias que se estabeleciam na maioria das vezes nos afluentes do Rio Grande. A maior parte dos funcionários dos estabelecimentos era de imigrantes da região. Algumas dessas *pontas* empregavam até 400 funcionários e exportavam para empresas francesas. O principal produto de exportação era o amendoim, conhecido como *mancarra*. Acabar com essa sangria dos comerciantes, era questão de honra e ponto determinante na guerra de colonização.

Além das armas de fogo, a partir de 1880, os portugueses implementaram um novo tipo de ferramenta que parecia dar bons resultados, era o uso do terror entre os africanos. Ataques violentos a determinados pontos e chefes que tivessem grande influências causavam grande efeito com as outras populações. Contudo, isso não bastaria para conter as populações mais ferozes. Alguns chefes aos poucos foram cedendo e assinando acordos, se submetendo dentro do possível. Muitos desses chefes tinham sob seu comando mais de dois mil homens. Entretanto, aos poucos o poderio militar dos portugueses começou a pesar nas relações de força da província. Os chefes sabiam que se não se aliassem aos portugueses seus inimigos o fariam e aí seria pior. Contudo, o que esses chefes não haviam entendido era que os portugueses queriam acabar com todos os poderes endógenos, ou seja, desestruturar todas essas etnias a ponto de não existirem mais chefes⁴⁷. E foi o que conseguiram. No final da década de 1930 praticamente não haviam mais poderes a serem derrubados. A Guiné portuguesa finalmente teria sua ocupação efetiva concluída.

47 A existência de poderes horizontais sempre foi um problema no contexto da ocupação dos europeus no continente africano. Enquanto na Europa haviam reis, e um poder vertical, que se fossem vencidos todos os súditos seriam subjogados na África era necessário vencer muitos pequenos reis pois o poder era verticalizado.

Apesar de os portugueses conseguirem vitórias e conquistarem acordos com determinados chefes da região, o poder português estava longe da chamada ocupação efetiva solicitada pelas nações europeias durante a conferência de Berlim. Entre 1879 e 1889, a Província da Guiné Portuguesa teve nada menos do que sete governadores distintos. Essa falta de regularidade no poder certamente era uma das falhas no processo de colonização português. Um dos principais motivos era que os acordos, em geral, com os chefes locais estavam vinculados aos governadores portugueses. Para os chefes locais o que mais importava não era a bandeira de Portugal, o conceito de nação como os europeus conheciam estava muito distante do que era o poder das comunidades africanas, questão já tratada anteriormente. O próprio conceito de etnia vai ser construído pela antropologia para poder dar nome a alguma especificidade que não se encaixavam nos padrões ocidentais. As características das sociedades africanas não se enquadravam na biblioteca ocidental, para pensar o contrário do conceito de Valentim Mudimbe de biblioteca colonial. Entretanto, se olharmos exemplos como esse da Guiné, pode-se notar que para os chefes locais essa incessante troca de governadores demonstrava a fragilidade do poder português em governar a região.

Nesse trabalho, um dos objetivos foi sempre buscar uma visão interna das sociedades africanas. Contudo, isso se torna muito difícil face as poucas ou nulas fontes escritas de próprio punho pelos africanos. Mas, em questões como essa que propomos é possível identificar o vazio existente entre a forma de poder estatal, definida pelo ocidente, e as formas de poder local, definidas pelas sociedades africanas. A particularidade do poder local e a distância do poder estatal podem ser identificadas como modelos e escolhas de mundo distintos entre esses sujeitos, entre essas sociedades.

Os relatórios financeiros de 1880 à 1891 demonstravam um deficit amargo para a Província da Guiné. Em 1880/81 as receitas foram de 52:678\$000 réis, e as despesas foram de 101:104\$000 réis, muito superiores. Uma década depois, no relatório de 1890/91 as receitas haviam caído mais ainda, estavam na casa de 30:078\$000 réis. Enquanto que as despesas haviam aumentado consideravelmente, quase dobrado. As despesas desse período chegaram a casa de 190:985\$000 réis. Esses números demonstram que no período descrito, que se refere à década da conferência de Berlim, o esforço intenso por pacificar a região e definir a ocupação efetiva havia sido um fracasso. Entretanto, os portugueses sabiam que, caso não conseguissem pacificar a região, os franceses o fariam. Inclusive, alguns comerciantes franceses que atuavam na região já haviam solicitado a “casamance”⁴⁸ na região do Senegal um navio francês para assegurar a proteção das pessoas e do

48 Casamance ou Casamansa é uma região no atual território da República do Senegal, ao sul da Gâmbia e a norte da Guiné-Bissau, cortada pelo rio Casamansa. O nome proviria da mandinga Káasamansa, “rei dos Káasa”, etnia mandinga local. De acordo com Lopes e Macedo (2017, pg.77).

comércio. Além é claro, de incomodar a honra dos portugueses por conta de sua longa ocupação na região, desde o século XV.

Na década de 1890, até a entrada do novo século, os portugueses amargaram um enorme número de derrotas em todas as frentes. Fosse nas frentes de batalha, de confronto direto ou mesmo no campo da diplomacia. Foram muitas as insurreições e as quebras de acordos com chefes locais sem que o governo da província pudesse tomar qualquer atitude.

Os portugueses insistiram em uma série de campanhas punitivas, de extrema violência que buscavam amedrontar os africanos com o objetivo de manter a ordem. Além disso, era necessário arrecadar fundos para bancar o enorme deficit que a província havia contraído. Para isso, foi organizado um efetivo composto de soldados portugueses e auxiliares capazes de fazer valer a cobrança de impostos nas tabancas. Lembrando que as expedições punitivas eram fruto de algum tipo de ação dos chefes das tabancas, ou seja, aconteciam depois de algum furto ou ataque a alguma região considerada pacificada.

Em 1894 ocorre a chamada “Guerra de Bissau”, em que um confronto entre uma aliança de pepéis e balantas coloca a ilha em estado de guerra. Foram necessárias três canhoneiras; *Zaire*, *Rio lima* e *Mandovi* e mais uma série de reforços de Angola e Cabo Verde para que a ilha não fosse tomada de vez. Além de conseguirem o recuo dos africanos, os portugueses montaram mais uma expedição punitiva, a fim de dismantelar a aliança.

Em 1895, os portugueses sentindo-se capazes armaram na região de *Farim* uma guarnição para cobrar os impostos devidos nas tabancas. A cobrança tinha por objetivo tentar custear a guerra de colonização que cobrava todos os réis possíveis da coroa. Com tropas organizadas e preparadas a guarnição cobrou nada menos que 100\$000 réis num ano e 600\$000 no outro. Contudo, esse foi o estopim para a deflagração de um grande conflito, a guerra de Oio de 1897.

A guerra de Oio custou aos portugueses muito mais que custos financeiros e de vidas. Foi uma derrota no brio dos colonizadores e acabou por criar uma lenda que perduraria por muito tempo. Em 1897, com intuito de punir os manjacos que cobravam impostos daqueles estrangeiros que transitassem pelo rio ou nas imediações de Caío, mesmo que fossem portugueses, o governo organizou um exército de 9200 homens, claro que grande parte de auxiliares comandados por chefes guerreiros biafadas e mandingas, auxiliados por duas canhoneiras, *Honório Barreto* e *Flecha*, armados com espingardas *Snyder* e metralhadoras *Krupp*. Uma força de guerra extrema e poderosa que levava a principal vantagem de ter metralhadoras de alto poder de fogo e famosas por derrubarem fileiras inteiras de africanos. Em 29 de março as forças se encontraram com nada menos que 12.000 africanos dispostos a enfrentar as famosas metralhadoras *Krupp*. No desenrolar da luta, com o aumento violento das baixas, os auxiliares portugueses, ou seja, africanos que lutavam ao

lado dos colonizadores, foram se retirando do confronto até que os portugueses ficaram praticamente só com sua soldadesca. As baixas foram imensas. Chefes auxiliares foram mortos juntos com oficiais portugueses. O próprio comandante português acabou tendo que retornar seriamente ferido sozinho para Farim. Foi uma derrota que desmoralizou o exército português e fortaleceu a resistência dos africanos. Oio se tornaria uma lenda de resistência contra os europeus.

Depois de Oio, os portugueses tiveram de amargar um bom tempo de diplomacias para apaziguar, ou melhor, amenizar a situação da região. Na verdade, era o que melhor faziam e que tinham feito ao longo dos séculos em que estavam encravados na Guiné. Contudo, para os acordos de Berlim, esse tipo de relação não era suficiente e, sendo assim, a necessidade da ocupação efetiva continuava a ser uma pedra no sapato dos portugueses. Entretanto, esse período de diplomacias serviu também para aumentar o efetivo militar em algumas regiões, fortalecer as guarnições e, mais importante, aumentar os lucros com o comércio.

A entrada do século XX, apesar de uma ampliação no comércio e nos lucros, foi momento de iniciar novamente o processo de colonização. De início, o Governador da província, Joaquim Judice Bicker, organizou uma expedição a ilha Canhambaque com o objetivo de subjugar os selvagens bijagós, que agora, no imaginário comum dos soldados portugueses, já não eram tão selvagens quanto algumas outras etnias, como os pepéis. Já em pleno século XX, os bijagós ainda eram senhores absolutos de suas ilhas, e do mar a seu redor. Por mais que em alguns momentos tenham se relacionado com as populações do continente, a maior parte das vezes foi para praticar o saque ou mesmo para fazer guerra. A Guiné portuguesa continuava a ser um barril de pólvora e suas populações insubmissas. Em 23 de outubro de 1900, cem soldados com um grande número de auxiliares africanos, duas canhoneiras, *Massabi* e *Flecha*, iniciaram um forte desembarque na ilha, bombardeando os habitantes e destruindo as tabancas. Entretanto, os bijagós, senhores de seu território, fizeram algo que os manteve vivos por centenas de anos, fosse em combates com os portugueses ou com outras etnias. Refugiaram-se dentro das florestas ou navegavam para outras pequenas ilhas e aguardavam até que o invasor fosse embora. Táticas de guerrilha, que mantiveram a população viva e ativa por gerações.

Um ano depois foi a vez dos Felupes, que haviam vencido os Portugueses uma década antes e andavam com seus uniformes desfilando como troféus de guerra. As canhoneiras *Caconda* e *Flecha* causaram um imenso estrago em diversas tabancas, mas, não foi o suficiente pra submeter os africanos. Significava que o alvorecer do século XX não prometia aos portugueses a tão sonhada ocupação efetiva do território. As canhoneiras, que eram, sem dúvida, junto as metralhadoras *Krupp*, uma imensa diferença tecnológica em termos de material de guerra, aparentemente não estavam pendendo os conflitos para o lado dos europeus.

Em 1902 foi Oio que tornou-se a presa da vez. O desastre de 1897 ainda amargava na lapela dos portugueses. Com centenas de auxiliares e três canhoneiras, os portugueses conseguiram dessa vez pôr abaixo uma grande quantidade de tabancas e fazer prisioneiros. Contudo, depois dos acordos de paz assinados e dos prisioneiros libertados, os Oincas voltaram a sua atitude de insubmissão.

Refletindo sobre o período da guerra de colonização é possível identificar alguns elementos importantes. Primeiro, os portugueses estavam lutando fora de seu território, o que lhes dava uma imensa vantagem. As armas de fogo, as canhoneiras, as metralhadoras, de alta potência que os europeus utilizavam eram em muito superiores as simples “longas” recarregadas pelo cano que os africanos possuíam. Outro ponto determinante é que as guerras estavam se estendendo por um longo período, o que fazia com que as lideranças africanas fossem enfraquecendo. Apesar de aparentemente os portugueses não conseguirem alcançar seus objetivos, ou seja, submeter as populações locais e alcançar a chamada “ocupação efetiva”, os africanos estavam sendo minados aos poucos. Certamente, por estarem nas ilhas e por sobreviverem alhures as populações do continente, os bijagós conseguiram ficar por mais tempos distantes dos embates, mantendo sua autonomia. Contudo, seus dias também estavam contados. A sede de poder e a violência das nações europeias não tinha fim. Talvez, se os portugueses não conseguissem o controle efetivo, seriam substituídos pelos ferozes, violentos e mais bem armados franceses, que também buscavam a controle na região do Senegal. Qualquer que fosse o colonizador que tomasse posse da região, a violência seria a ordem do dia. O modelo colonial pressupõe exploração da colônia em proveito da metrópole. Esse é o chamado pacto colonial. Essa equação desigual já havia sido experimentada pelas populações do novo mundo, as nações europeias bem sabiam que esse modelo as beneficiava em muito e não abririam mão dele.

Em 1904 entram em cena dois novos atores que vão desequilibrar a guerra de colonização para o lado dos Portugueses. Na campanha contra os manjacos, com o objetivo, sempre pendente, se fazerem pagar o imposto da palhota, foram arregimentados pelos portugueses mercenários. Entre eles estava Abdul Injai.⁴⁹ Além dos Mercenários algo que desequilibrou a balança para o lado dos portugueses foi a participação, ou seja, o financiamento, por parte de poderosos comerciantes e

49 O caso de Abdul Injai não se enquadra nesses modelos tradicionais de resistência, e por isso, faremos distinção entre dois momentos em sua atuação: no primeiro, enquanto chefe de um exército de mercenários e agindo em prol de seus interesses, ele estabelece aliança com as forças portuguesas. Através do discurso público de combate aos povos locais, ele afirma seu poder na região e garante suas nomeações de régulo do Cuor e do Oio. No entanto, a condição de régulo não estava de acordo com o poder que Abdul almejava, pois conotava submissão à administração colonial portuguesa. Dessa forma, o seu segundo momento de atuação que é o levante de 1919, além de ser uma resistência armada evidente ao sistema colonial, é a confirmação de que as suas ações anteriores não visavam à afirmação do domínio português na região, mas, provavelmente, a afirmação de seu próprio poder. Michelle Sost dos Santos; Abdul Injai, a conquista portuguesa e o levante de 1919 na Guiné-Bissau : manifestação pública de um discurso oculto. 2016. Repositório digital da UFRGS.

casas comerciais europeias, como Antonio Silva Gouveia, Jean Durac da CFAO (Compagnie Française de l’Afrique Occidentale) e Carlos Paschem da Rudolf Titz & Co. Agora sim, o capital dos burgueses fortaleceria o estado português na sua Província da Guiné e provavelmente os insubmissos africanos sucumbiriam ao poder da tecnologia e do discurso de civilização e modernidade. A chamada “civilização”, se é que esse termo ainda pode ser utilizado nesse contexto, caminhou de mãos dadas com a violência, a usurpação, o genocídio de centenas de populações no processo colonialista no continente africano. Os portugueses, que muitas vezes foram vistos como mais amistosos ou menos violentos que os ingleses, franceses ou mesmo belgas, não exitaram em utilizar as mais poderosas armas de guerra e os mais violentos contingentes de mercenários para submeter as populações de suas colônias. A face mais sinistra do colonialismo pode ser vista de perto no estudo das guerras de colonização. A necessidade de financiar um modelo de Estado inexistente e não desejado pelas comunidades africanas, desequilibrou para sempre as regiões onde os europeus se estabeleceram. Guerras intermináveis, recursos naturais escassos, fome, abandono e violência sem limites, foram os caminhos trilhados pelos portugueses na Guiné, rumo a sua ocupação efetiva.

A guerra alicerçada com o apoio dos mercenários e do capital das empresas que desejavam comerciar na região foi o que os portugueses precisavam. Dos combates de 1904 saíram-se vitoriosos. Quatro ou cinco tabancas completamente destruídas, uma centena de mortos e uma pilhagem que, em números feitos por baixo, continha 300 cabeças de gado, 390 cabras, muitos porcos e galinhas, além de dinheiro em espécie. Apesar de toda violência e suposta vitória, o que os portugueses queriam ainda estava longe de acontecer. O pagamento do imposto da palhota continuou a ser um entrave. As populações, apesar de violentadas, se negavam a pagar um imposto por residência aos portugueses.

A definição dos limites das fronteiras entre a Província da Guiné portuguesa e a região de domínio francês continuava causando desconforto à coroa. Os franceses tinham uma grande influência na região e mediavam muitos conflitos. Além, é claro, dos comerciantes que, de ambos os lados, buscavam ampliar suas atividades. Entre 1905 e 1906, os portugueses se ocuparam de definir suas fronteiras e reorganizar a administração da colônia. Nesse momento o novo governador, João Augusto de Oliveira Muzanty (1906-1909), assume o posto com o objetivo de fazer cobrar o infame imposto da palhota. Os bijagós de Formosa são os primeiros a sofrer as consequências de se negar a pagar o imposto. A ilha foi invadida e as tabancas foram submetidas a força e tiveram de pagar o infame imposto. A partir da agora ficava estabelecido em Formosa um posto militar. Aos poucos os portugueses ampliavam sua rede de controle e aos poucos os chefes locais iam sendo substituídos por chefes que se beneficiavam com o controle dos portugueses.

Uma das principais estratégias de combate aos interesses dos portugueses era dificultar o comércio de produtos. Os comerciantes eram os grandes interessados no controle por parte dos portugueses. Se os chefes locais conseguissem dificultar a entrada e saída de produtos, o comércio acabaria por minguar e os portugueses perderiam poder. Os produtos só entravam e saíam via marítima. Dessa forma, era necessário atacar as embarcações, ou afundá-las, de forma a causar perdas financeiras e de abastecimento.

A partir de 1908, os portugueses decidem travar uma cruzada em torno da questão do pagamento do imposto da palhota. Apesar da infinita superioridade militar dos portugueses, o imposto só era pago a custo de muita violência e mortandade. Somente a partir de 1913/1915 é que os portugueses poderão considerar alguma parte de sua colônia pacificada. Apesar de mal terem iniciado o longo e violento processo de colonização contra o bijagós.

Nesse meio tempo, em 05 de outubro de 1910, a monarquia portuguesa será deposta e Portugal irá se tornar uma república. Contudo, para as populações das colônias isso não alterava em praticamente nada a forma de controle que Portugal pretendia impor. Talvez, o único elemento que vale a pena destacar é que a partir de 1911, com a nova constituição de Portugal, a Província da Guiné vai ter direito a um Senador e um Deputado eleitos, para representar a região na Assembleia nacional em Lisboa. Dois representantes da região no parlamento português, com muito pouco poder a dentro do jogo político, provavelmente auxiliando os portugueses na guerra de colonização.

Vai ser a partir de 1912, com a chegada do capitão João Teixeira Pinto, e com a participação efetiva do mercenário mandinga Abdul Injai que a guerra de colonização vai se tornar efetiva. Com uma violência sem limites e a partir da força armada de mercenários a serviço de Injai que grande parte das populações continentais vão se submeter a chamada “civilização”. A colonização do continente vai ser relativamente rápida, se comparada, agora, com o longo trajeto que havia sido trilhado desde a conferência de Berlim. Até mais ou menos 1917 toda a região continental estará sob comando dos portugueses, ou melhor, dos portugueses e de Abdul Injai.

O período que compreende a maior investida dos portugueses para a chamada ocupação efetiva coincide com a primeira guerra mundial. Nesse sentido torna-se mister refletir que, com a brutalidade dos conflitos na Europa e o imenso investimento em armamentos feitos pelos países europeus foi mais fácil para os portugueses conseguirem se armar com equipamentos de primeira linha. Além disso permitiu, possivelmente, que a opinião pública não se importasse com chacinas e violências extremas na província do continente africano, visto que no continente europeu estavam ocorrendo atos similares. A partir desse momento, e depois de destroçar as tabancas do continente e subjugar suas populações, a caçada aos ferozes bijagós iria começar, e prosseguir, com matanças e usurpações pelos próximos 25 anos.

Hugo Bernatzik visitou as Ilhas Bijagós em 1931. Quatro ou cinco anos antes da colonização se completar. Apesar de toda a matança que presenciou e das violações por parte dos chamados “policiais negros” que na verdade eram os auxiliares portugueses, ainda visitou ilhas onde o poder colonial não havia chegado. Esse foi o momento, possivelmente, de maior resistência das populações da Guiné Portuguesa. Os bijagós foram os últimos a serem pacificados, pela violência da metrópole e em nome da civilização.

Entre 1912 e 1917, Teixeira Pinto junto com Abdul Injai e seus bandoleiros perseguiram, saquearam, roubaram, bombardearam todas as tabancas que conseguiram, em nome da cobrança do infame imposto da palhota. O capitão Teixeira Pinto que iria ser elevado a herói nacional depois da guerra, viu em Injai o único meio para submeter as populações locais. Além de ser um chefe já temido, era de outra região, mas conhecia o terreno e as táticas de luta dos locais. Arregimentava milhares de homens sob seu comando, homens que não fugiriam do combate, como se dizia dos auxiliares da região, ou como chamavam, os grumetes. Os homens de Injai lutavam por fama, por dinheiro e poder. Contudo, mesmo esses homens não tinham ideias das estratégias dos portugueses, e iriam amargar derrota, também, depois de ajudarem os europeus a pacificar o território.

Em 1913, a primeira campanha foi contra os Oincas da região de Oio, tão temida e que, além de receber impostos dos comerciantes franceses, tinha infligido aos portugueses a maior derrota no território. A região era completamente controlada pelos locais, de tal forma que nenhum militar era permitido visitá-la. Teixeira Pinto teve de se disfarçar de contador para conseguir entrar na região e estudar a melhor forma de destruí-la.

Em 19 de março de 1913, uma frota de dez embarcações com centenas de homens e armamento desembarcou na região próxima e a partir dali iniciou a campanha. Com a ajuda da canhoneira *Zagaia* e metralhadoras de primeira linha, como as *Kropatschek*, as populações foram sendo dizimadas. Em 10 de maio, a bandeira portuguesa era hasteada na região e Teixeira Pinto iniciava sua cruzada contra a cidade de Oió. Em junho de 1913, depois de uma batalha ferrenha e de um número quase incalculável de baixas, a região de Oió foi pacificada. Os Oincas, temidos, herdeiros de uma vitória cantada aos quatro ventos sobre os portugueses pelos locais, caíram frente à poderosa força dos portugueses e principalmente de Abdul Injai. Teixeira Pinto recomendou ao governador que fizesse Injai soberano da região de Oió. Talvez por medo de nova insubmissão dos Oincas. A solicitação foi atendida e Injai tornou-se o todo poderoso da região. Havia sofrido imensas perdas de homens e financeiras e essa foi uma forma de mantê-lo por mais tempo ao lado dos portugueses. Contudo, no futuro o régulo seria desbancado pelos mesmos que o haviam levado ao poder.

Entre Janeiro e Abril de 1914 foi a vez dos manjacos amargarem contra os portugueses e Injai. Meses antes do ataque, uma velha canhoneira, *Cacine*, esteve na região para cobrar o imposto da palhota e foi recebida a tiros. Morreram o administrador, o cobrador e mais homens da embarcação. Teixeira Pinto e seu grupo de mercenários foram acionados e armados até os dentes para se dirigiram a região. Em cálculos inexatos, Injai levava consigo em torno de 800 homens e Teixeira Pinto menos de 30.

Esses exemplos servem mais do que nunca para entender como se deu a guerra de colonização. A força dos atores, os jogos políticos envolvidos. Abdul Injai foi a figura determinante na colonização da província portuguesa da Guiné. Contudo, o herói de guerra foi Teixeira Pinto. Essa história não cabe em nosso trabalho. Entretanto, é importante refletir também acerca dessa suposta superioridade dos europeus. É claro, e é ponto definitivo que a superioridade das máquinas de guerra e dos armamentos utilizados pelos europeus, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial, eram em muito superiores aos utilizados pelos locais. Contudo, não existe dúvida, que sem a ajuda dos mercenários, em especial Abdul Injai, a conquista da Guiné, nunca teria ocorrido. Nas palavras de Teixeira Pinto em relação aos insubmissos: “... sem exagero são os povos mais aguerridos e mais bravos de toda a África” (1994, p. 221), e dizia que estavam armados e orgulhosos de suas vitórias.

A vitória sobre os manjacos e diversas outras etnias e tabancas ao redor se deu por força de um poderio militar imensamente superior. As metralhadoras *Kopratschek* e *Krupp* devastaram árvores, gente, tabancas inteiras. Em um ataque foi registrado o uso de mais de 80.000 cartuchos de munição. Cifra igual seria utilizada em outras campanhas em apenas algumas horas de combate. Aos poucos, os chefes locais, temendo a completa destruição de suas etnias, recorreram aos portugueses em busca de acordos de paz. Contudo, alguns chefes não aceitaram a submissão e aguardaram o capitão para parlamentar. Teixeira Pinto, sem disparar um tiro, foi parlamentar com os chefes e os fez prisioneiros de imediato um a um. Os comandados não tiveram opção e se entregaram. Afora alguns pequenos embates em locais distintos, Teixeira Pinto enviou suas guarnições para cobrar o imposto da palhota. Os sobreviventes da chacina, sem muitas opções e vendo a violência infligida acabaram por pagar o imposto. Mais um posto militar era construído e mais uma região “pacificada”. Teixeira Pinto ia construindo seu nome e a resistente Guiné, que havia se mantido de pé frente ao domínio dos portugueses por centenas de anos, ia sendo desmantelada e sua população chacinada.

Faltava a Teixeira Pinto submeter o “rei dos reis” dos manjacos. Continuando sua cruzada seguiu para *Bassarel* onde enfrentou forte resistência. Os insubmissos iam caindo fileira a fileira sem arredar pé. Os portugueses foram devastando tabanca após tabanca em busca do governante

que ia se refugiando e mantendo a resistência. De acordo com o capitão: “Os manjacos, que em número que sem exagero calculei em 10.000, defendiam-se com valentia, não arredando pé, morrendo grupos completos, sem que nenhum fugisse” (1994, pg.221).

Em 27 de março, o “rei dos reis” foi preso e mais vinte e seis régulos se entregaram. A região foi entregue a administração daqueles régulos que haviam buscado os portugueses com acordos de paz e que pagassem o imposto. Nas descrições de Bernatzik (1959), o viajante também encontra com um desses régulos. Que lhe diz que assumiu o posto depois por força dos portugueses e que seu antecessor lhes fez a guerra. São as táticas de sobrevivência que as diversas populações em longo dos últimos cinco séculos tanto no continente americano quanto no africano tiveram de amargar pela violência dos europeus. Não há como julgar, a busca por paz de uma etnia ou tabanca que vê toda sua população sendo massacrada. Foram as poucas opções que lhes restaram.

Submetidos os manjacos, era a vez dos balantas enfrentarem as metralhadoras portuguesas e as hordas de mercenários de Injai. Em 13 de maio de 1914, um mês antes do início da primeira grande guerra, uma coluna composta de 200 auxiliares, uns poucos soldados sob o comando de Teixeira Pinto e 800 mercenários de Injai adentraram o território dos balantas matando todos e incendiando diversas tabancas. O objetivo da brutalidade era fazer com que outras tabancas não aderissem aos revoltosos.

Os locais da região, então enfurecidos, haviam matado meses antes uma guarnição e estavam atacando todos povoados que se submetiam a pagar o terrível imposto da palhota aos portugueses. As tabancas nesse momento estavam sofrendo revezes das duas frentes. Fossem os homens de Injai e Teixeira Pinto, ou os régulos balantas revoltosos, aqueles que se mantinham neutros agora tinham de tomar posição.

Em 16 de maio, um combate feroz se deu entre os balantas que ainda resistiam e as forças unidas com os portugueses. As baixas do lado dos locais eram imensas em função das metralhadoras e foi impossível manter o ataque. Quando os insubmissos começaram a retroceder Abdul Injai, com uns 200 de seus cavaleiros mercenários, saiu no encalço dos revoltosos. Durante 3 dias as tabancas ao redor foram devastadas, incendiadas, saqueadas, as mulheres foram estupradas e os homens mortos. Dos balantas fugitivos, nada se encontrou. Esse talvez seja o traço mais violento dos conflitos nas guerras de colonização. A usurpação das mulheres e destruição de seu mundo. Nas descrições de Bernatzik, pinçamos vários exemplos desse tipo de violação. Os portugueses, simplesmente, permitiram a seus subordinados, que na verdade não eram subordinados, seu butim de guerra. É provável, que o herói de guerra, Teixeira Pinto, tenha se retirado do local, para não presenciar o que os brutais portugueses chamavam de “selvageria”.

A 20 de maio, em *Cussamó*, 20.000 homens lutaram por mais de 8 horas contra as forças conjuntas dos portugueses. Auxiliados por duas canhoneiras, *Flecha e Zagáia*, as forças conjuntas dos locais não resistiram. Aos poucos os portugueses e seus aliados iam destruindo, incendiando, e matando tudo que havia pela frente. Quando chegaram a *Ompala*, os chefes balantas capitularam. Vieram entregar as armas e assinar os acordos de paz. A devastação e a notícia das atrocidades que estavam sendo cometidas se disseminou com a velocidade do vento. As tabancas iam aos poucos reconhecendo a submissão à força conjunta de Teixeira Pinto e Abdul Injai. A ideia da imposição do terror ia tomando forma e os africanos começavam a ver seu mundo se despedaçar.

Em termos culturais, a perda na chamada campanha de colonização não tem comparações. Uma infinidade de tabancas, cada uma com uma particularidade, dezenas de etnias, com saberes adquiridos ao longo de centenas de anos devastados. Locais sagrados por gerações tornaram-se cinzas. Tabancas inteiras incendiadas e saqueadas. Quando se busca a resposta para a desestruturação da cultura marítima dos bijagós, em função de retirar os jovens de suas canoas e dos conflitos, basta ler sobre o processo de colonização para entender a magnitude da violência. De acordo com Basil Davison “...os assassinos reais das guerras de colonização foram as metralhadoras (p.240). Metralhadoras como as *Maxim, Krupp e Gatling* devastaram o continente africano de norte a sul e de leste a oeste. Esses equipamentos de alta tecnologia não chegaram aos mãos dos locais. Foram usados apenas pelos colonizadores. Muitas das populações africanas ainda utilizavam rifles de pederneira recarregados pelo cano, contra metralhadoras automáticas. Enquanto as metralhadoras não chegaram ao front, mesmo com rifles melhores e mais rápidos, não foi possível aos europeus, em grande medida, superar as forças dos chefes locais. De acordo com Mendy (1994) foi a superioridade tecnológica que permitiu aos europeus subjugar as sociedades africanas no período colonialista.

Tamanha foi a violência com que Teixeira Pinto e Abdul Injai estavam atuando na colônia que o capitão foi convocado a Lisboa para dar conta dos relatos de violência sexual, roubos e principalmente do uso dos mercenários, no caso Abdul Injai e seus comandados. Contudo, em pleno momento de guerra na Europa, a nascente república portuguesa não poderia abrir mão de uma colônia rica como a Guiné. A força dos comerciantes e o peso do colonialismo falaram mais alto e o capitão retornou com plenos poderes para continuar sua cruzada de colonização. Além de ser avalizado pelo governo português, o capitão Teixeira Pinto ainda adquiriu uma infinidade de outros armamentos de primeira geração e milhares de cartuchos de munição antes de retornar com carta branca para continuar a concluir a ocupação efetiva do território. O brio de república não era menor que o brio da coroa portuguesa. Ou seja, o território que vinha sendo ocupado desde o século XV por eles, iria ter de torna-se uma colônia portuguesa de verdade, mesmo que fosse ao custo do

sangue de toda população da Guiné, se fosse necessário. Teixeira Pinto tratava o assunto como questão de honra própria. E era alicerçado pela república.

Para finalizar a conquista continental era, por fim, chegado o momento de pacificar os violentos e insubmissos pepéis em Bissau. Para tal empresa, além dos armamentos novos trazidos da Europa foi formada uma monstruosa coluna que contava com nada menos que duas canhoneiras, *Flecha* e *Cacheu*, centenas de auxiliares comandados por conhecidos chefes guerreiros mandingas e fulas, uma equipe de 12 unidades onde estavam montadas as peças de artilharia *Krupp* de 105 mm, recém adquiridas na Europa. Apoio quase irrestrito das casas comerciais da região, como já ocorrera antes, um pelotão de infantaria e nada menos que 1600 mercenários, entre eles desertores do exército francês sob o comando de Abdul Injai. Mesmo com esse arsenal, Teixeira Pinto sabia que os pepéis não iriam se entregar e que haveria combate ferrenho.

Em 5 de julho de 1915, inicia-se a campanha de colonização da ilha de Bissau. A perseguição aos revoltosos só teve fim com a capitulação. Somente num dia de combate os pepéis amargaram mais de 200 corpos de guerreiros mortos debaixo das violentas metralhadoras automáticas. Era como um confronto de cavalos contra tanques de guerra. Bem ao estilo do que foram alguns confrontos da primeira guerra mundial. Nos dias que se seguiram, a coluna foi avançando e mutilando centenas de mulheres, crianças e destruindo tudo a sua frente. Os guerreiros pepéis iam retirando-se para o interior, mas os que ficavam eram massacrados e mutilados, independente de quem fossem. A tabanca de *Antula* chão sagrado dos pepéis era agora domínio dos portugueses e seus aliados. Nunca os portugueses haviam conseguido chegar até esse ponto. Posteriormente a tomada de *Antula*, iniciou-se uma marcha para *Safim*. Aqui, com forte resistência dos pepéis, o próprio Teixeira Pinto foi ferido e teve de ser retirado de canhoneira para Bissau. A guerra não tinha fim. Durante o baixar de armas, os auxiliares e os mercenários saíam para os saques e abusos nas tabancas que haviam sido devastadas.

Em 2 de junho, Teixeira Pinto retorna para assumir o poder da coluna que nesse momento está situada em *Bor*. A seqüência do adianto da coluna segue como foi até o momento. Resistência das tabancas, em grande parte, e destruição completa daquelas que não se submetem. Usurpações e violações de todos os tipos, entre assaltos e estupros pelos portugueses e seus comparsas.

A vitória final vai se dar com toques de crueldade. Em 19 de junho de 1915 Teixeira Pinto e seus comandados entram em *Biombo*, são recebidos pelo rei e por seus conselheiros. Aparentemente submissos os pepéis iniciam um combate que vai terminar rapidamente com alguns feridos. O rei, depois de preso, diz ao capitão que; *enquanto houvesse um pepel de Biombo vivo haveria guerra e que odiava a todos os brancos*. Enfurecido com a desfeita, o capitão condena o rei a morte. Ele foi

amarrado a uma árvore e mutilado. Seus olhos foram arrancados e foi enterrado ainda vivo. Para coroar a brutalidade uma das esposas do rei que estava grávida foi morta com um tiro no ventre.

Em 26 de julho de 1915, os pepéis foram pacificados. Dias após o final do conflito os homens da coluna continuavam saqueando as tabancas, violentando as mulheres e matando todos aqueles que não estivessem ao seu lado na guerra. Todo um mundo cultural acabava de sucumbir nesse momento. O que restaria seria a resistência passiva. Aqueles que se submeteram e sobreviveram manteriam alguns de seus traços culturais vivos. Tanto que, grande parte dessas etnias, ainda professa muitos de seus traços de origem. Acabar com uma cultura pressupõe acabar com todos os seus indivíduos. Caso alguém sobreviva, esses conhecimentos, esses traços podem ser passados a próxima geração.

O continente estava pacificado, agora era a vez do arquipélago. Os portugueses sabiam que, pela geografia, os bijagós levavam uma imensa vantagem. As canhoneiras, não poderiam adentrar próximo das ilhas o que dificultava acertar as tabancas que ficavam no interior dessas. Além disso, a tática de guerrilha, de se refugiarem em outras ilhas e abandonar as tabancas tornava os ilhéus quase intocáveis. Contudo, a sede pela pilhagem dos mercenários e a superioridade dos armamentos iria sobrepujar os bijagós. Seriam longos anos de batalhas. De idas e vindas. De vitórias e derrotas para ambos os lados, mas ao final os bijagós seriam pacificados.

A falta de unidade e centralidade de poder sempre é um elemento utilizado para comprovar a eficácia das vitórias europeias nas guerras do continente africano. Certamente, esse é um elemento importante. Entretanto, quando refletimos acerca disso é importante também pensar que esse é o traço que permitiu a essas populações manterem sua autonomia, suas crenças, seus modos de vida por centenas de anos. Na Europa com a centralização das monarquias, centenas de culturas, de línguas, de formas de vida sucumbiram em nome da centralização.

Acreditamos, que os portugueses subjugariam as sociedades da Guiné mesmo se elas fossem mais centralizadas. Os elementos que consideramos mais importantes, no que se refere a essa violenta supressão das populações, foram a sede por dinheiro dos mercenários de Abdul Injai, envolvidos no conflito, e a superioridade dos armamentos, em especial as metralhadoras, que desequilibraram para sempre as guerras a partir de seu desenvolvimento. No que toca a bravura ou mesmo as tecnologias de combate, os africanos que enfrentaram os portugueses e seus auxiliares não tinham em nada a dever. Apesar de toda superioridade “civilizacional” que os portugueses se gabavam, o processo de colonização, ou ocupação efetiva, imposto na conferência de Berlim em 1884/85 já tardava 30 anos e ainda não estava concluído. Ainda faltariam 21 anos de combates com os ferozes bijagós para que Portugal pudesse dizer que concluirá efetivamente a ocupação da Guiné.

Concluindo, seriam 50 anos de combates terríveis para, em menos de 40 anos depois, em 1974, a região se erguesse novamente as armas para se libertar.

2.2. O ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS: A GUERRA DE COLONIZAÇÃO

Durante os primeiros dois anos, de 1915 à 1917, após a guerra no continente os portugueses continuavam envolvidos com pequenos conflitos, insubordinações e reorganização administrativa do que tinha restado das tabancas e dos “cidadãos” da Província da Guiné. Havia a necessidade de redistribuir o poder naquilo que restou dos territórios arrasados, cobrar, daqueles que tivessem como pagar, o imposto da palhota e organizar a chamada ocupação efetiva em linhas gerais. Quartéis municiados suficientemente para que nenhum régulo pudesse de alguma forma se negar a pagar os impostos. Além disso, dentro dessa burocracia era necessário também escolher entre os chefes locais sobreviventes, aqueles que se colocassem a serviço da República portuguesa. Durante essa reestruturação o administrador de Bolama, região que “teoricamente” controlava as ilhas, solicitou reforço militar para poder cobrar o infame imposto da palhota dos bijagós. De acordo com o funcionário, estes se negavam a pagar qualquer tipo de imposto e não consideravam a soberania dos portugueses. Não foi atendido, com a desculpa que nesse momento era impossível um conflito com os ilhéus. Foi informado que aguardasse o momento certo em que os bijagós seriam submetidos.

Em maio de 1917 é declarado estado de guerra contra os bijagós. Um quartel é instaurado em *Canhabaque*. Teixeira Pinto e Abdul Ijai não participaram da campanha contra os bijagós. Foram substituídos, no caso do capitão, pelo tenente Henrique Alberto de Souza Guerra, que havia participado das campanhas no continente, e Mamadú Sissé, chefe fulá. Num primeiro momento os portugueses e seus auxiliares não conseguiram adentrar a ilha. Os bijagós conhecedores de seu território apossaram as forças de invasão. Esses, só não foram exterminados pela superioridade dos armamentos.

Os portugueses sabiam da capacidade de guerra dos bijagós e também de sua ferocidade em batalha. As lendas e histórias das populações do continente não deixavam os ilhéus para trás nem dos terríveis pepéis. Essas histórias iriam se confirmar e os portugueses, que acreditavam poder dominar as ilhas rapidamente iriam transitar de um regime republicano para uma ditadura antes dos bijagós baixarem suas cabeças.

Com a colonização efetiva do continente os portugueses resolveram por controlar uma proibição que já era feita mas não controlada. Proibiram a venda de armas e munições. Essa

proibição já estava em vigor havia muito tempo. Contudo, como não havia nenhum tipo de fiscalização e os comerciantes, como sempre, buscavam vender seus produtos a todo e qualquer indivíduo que desejasse. Sendo assim, os bijagós, e outros grupos puderam se armar. É importante que fique claro que os armamentos vendidos por comerciantes na colônia não eram comparáveis aos armamentos que os portugueses adquiriam na Europa. Em especial as metralhadoras, que não chegavam a transitar no comércio da colônia, e como vimos anteriormente foram essas, seguramente, uma das armas responsáveis por desequilibrar as guerras na Guiné.

Um detalhe importante no que se refere aos bijagós, diz respeito a questão da submissão aos portugueses. Muitas etnias do continente, em momentos de conflito, buscaram nos portugueses, talvez por serem um poder exógeno da região, a conciliação de conflitos. Dessa forma os portugueses, aos poucos foram tomando corpo de poder para, posteriormente, cobrar dessas populações pelo seu “domínio”. Os bijagós não fizeram isso. Ou seja, não buscavam os portugueses para nada. A não ser para negociar, e mesmo assim, muito pouco. De acordo com um dos funcionários da região;

Os indígenas dessa circunscrição, não recorrem por enquanto à justiça das autoridades europeias, não porque o seu estado de atraso lh’o impede, mas também e principalmente porque resolvem todos os conflitos de harmonia com o rito de sua religião. (1994, p.262).

Fica claro nesse trecho, que em pleno século XX os bijagós, como grande parte dos povos da Guiné, não necessitavam, de forma alguma, da chamada “civilização” europeia, nem mesmo de seu modelo de estado. Até 1925, os portugueses deixaram os bijagós em paz. Ou seja, não tentaram nem pacificar a ilha e nem cobrar, com o devido rigor, o imposto da palhota. O continente já consumia esforços suficientes da metrópole e como a maior parte da população pagava o imposto da palhota, os ilhéus ficaram em segundo plano.

Contudo, a partir de 1925 a questão do brio e da honra dos portugueses vai pesar novamente na decisão de arregimentar uma coluna capaz de atacar os ilhéus. Para o governador Jorge F. Velez Caroço (1921-1926) era intolerável esse estado das coisas e era necessário acabar com a “lenda” de *Canhabaque* de forma a garantir “*a conservação do nosso bom nome de raça forte e colonizadora*”. (1994, pg.263).

Mesmo sem ter acesso a documentos escritos acerca do que os bijagós pensavam é possível refletir sobre sua posição. Aos olhos dos bijagós, os portugueses eram mais um grupo que de alguma forma tentava, como muitos devem ter tentado, invadir as ilhas, ou mesmo subjugar-los. Contudo, eles viram e sabiam de toda o poder de fogo que os brancos possuíam e mesmo assim

estavam levando décadas para dominar as populações do continente. Sabiam que mesmo as canhoneiras não tinham condições de aproximar-se da costa pois ficariam encalhadas. Aos olhos dos bijagós, os portugueses não tinham chance de enfrentá-los em seu território. Poderiam fugir, esconder-se na mata por meses, transitar de uma ilha para outra. Suas técnicas de sobrevivência eram enormes e sua capacidade de ataque maior ainda.

Em 20 de abril de 1925, o governador Jorge Caroço desembarcou em *Canhabaque* com uma força relativamente poderosa. Tomou com facilidade a tabanca que ficava acerca do forte que havia sido construído anos antes. Enviou guarnições para o outro lado da ilha e novamente com facilidade tomou o local, incendiou as tabancas próximas e matou seus chefes. Mas, novamente quando buscou atacar as outras tabancas se viu frustrado. Apesar do grande poder de fogo, com espingardas *Kopraschek* e uma metralhadora *Hotschkiss* auxiliado ainda por um bimotor a sobrevoar a ilha, os portugueses ficaram sem ter o que fazer. Mais uma vez os bijagós, utilizavam o método de guerrilha que os havia protegido ao longo das gerações. Abandonavam as tabancas e fugiam para dentro da densa floresta, onde os portugueses não tinham domínio e muito menos poder de fogo. Contudo, com as pontas da ilha tomadas pelos invasores, os bijagós teriam menos mobilidade e aos poucos iriam ter de sair da estratégia passiva para o combate aberto.

A utilização de um avião fez toda diferença no combate aos bijagós. A aeronave bombardeava não só as tabancas, mas também a floresta fazendo com que os ilhéus não tivessem muito para onde fugir. É claro que, além da aeronave o poderio bélico dos portugueses era imensamente maior que o dos bijagós. Esses, possuíam não mais que algumas “longas” os rifles que eram carregados pelo cano, mas que derrubaram muitos inimigos. Depois de frustrado, o governador retornou a *Bolama* e retornou as ilhas com uma força muito superior. Nas palavras de Jorge Velez; *tivemos neste combate mais de 800 espingardas, 3 metralhadoras de marinha, e 3 peças Hotchkiss. Impossível, era, pois, a resistência dos rebeldes, apesar de sua provada valentia.* (1994, pg.265). Desse combate, foram pacificadas *Canhabaque, Galinhas e João Vieira*. Três ilhas, que até então nunca tinham se submetido aos portugueses. Como de costume depois do combate, as tabancas foram incendiadas, durante dias todos os gêneros e bens dos bijagós foram saqueados. Em relato, uma almádia com mais de 40 bijagós tentou fugir e foi afundada com todos os seus ocupantes. Os bens seriam leiloados em *Bolama*, dois terços ficariam com o governo e um terço com os apreensores. Com a proibição de comércio feita pelo governo, os bijagós não podiam recorrer aos continentais para comprar armas e mantimentos. Era uma questão de tempo até que sucumbissem a fome e a violência do colonizador. Contudo, apesar de toda violência, ainda levaria mais de uma década até que os portugueses pacificassem os marítimos bijagós.

Oito anos após a colonização das três ilhas os portugueses continuavam com o mesmo problema, os bijagós se negavam a pagar o imposto da palhota. Em 1933 a ilha de *Canhabaque* era o lugar dos bijagós insubmissos, terra de rebeldes. Além de não pagarem o imposto, ampliaram as táticas de resistência passiva e cada vez mais afastaram-se dos portugueses. Cada vez que o funcionário responsável pela cobrança iria visitar as tabancas, encontrava as mesmas vazias, entregue as moscas. Os ilhéus se acostumaram a sobreviver na floresta o tempo que fosse necessário para não confrontar os colonizadores. Além do mais haviam outras tantas ilhas que podiam ser utilizadas e onde os portugueses não conseguiam sequer chegar. O mar provia grande parte das necessidades das comunidades. O arroz era plantado dentro das florestas e sendo assim, não ficava a vista dos portugueses.

A técnica de afastamento dos bijagós e o método de sobrevivência ligado ao mar era uma ótima forma de resistência passiva. Contudo, cada vez mais as tabancas ficavam a merce dos chamados “policiais negros” ou auxiliares que comandavam os roubos, e todo tipo de violações no território Bijagó. Como forma de punição o imposto da palhota foi substituído pelo imposto de capitação (por cabeça) que significava que cada Bijagó deveria pagar o imposto independente da tabanca. Cada vez mais o cerco estava se fechando ao redor dos bijagós. Todas, ou quase todas, as populações da Guiné pagavam seus tributos há uma década e os bijagós não. Mesmo que se transferissem para outras regiões, agora seriam obrigados a pagar o tributo aos colonizadores.

Em 1935, não só os bijagós não pagavam seus impostos como também atacavam os portugueses no seu território. Para o governador Carvalho Viegas (1932-1940) isso era uma afronta que não podia continuar. Era necessário “disciplinar” os bijagós. Como muito já foi estudado acerca disso, cabe apenas uma referência acerca dessa questão da “disciplina”. Dentro das teorias que justificam o colonialismo sempre esteve introjetada a questão de trazer a civilização aos selvagens. Dentro dessa ideia está também, muito alicerçada pela própria antropologia, a ideia de que os “selvagens” eram na verdade infantes, ou melhor dizendo, crianças, que deveriam ser controladas e preparadas pelos adultos “civilizados”. A ideia de que os bijagós deveriam ser disciplinados carrega em si esse sintoma doentio da centralidade europeia e de sua suposta superioridade civilizacional. Algo que, analisando a partir das poucas páginas desse trabalho, já se mostra falaciosa. São, mais uma vez, ferramentas discursivas que servem de apoio aos atos de barbárie e selvageria promovidos em nome do processo colonial. E reiterando algo que já foi explicitado nesse trabalho, em nada, os portugueses deixaram a desejar em termos de violência em relação a seus congêneres europeus, bem ao contrário disso, em alguns momentos é provável que tenham sido até mais selvagens que os outros.

No final do ano é preparada uma força para invadir *Canhabaque* e submeter de vez os bijagós. A força militar era imensa e contava com mais de 2000 auxiliares, comandados por homens que já conheciam o território e que haviam participado de campanhas anteriores nas ilhas. Com centenas de homens, espingardas de repetição e metralhadoras em 7 de janeiro de 1936 os portugueses desembarcaram em *Canhabaque* para o que seria a última batalha da guerra de colonização. Apesar de uma valorosa resistência, no final de janeiro os bijagós sucumbiam frente ao poder das armas de fogo. Utilizando apenas suas espingardas de pederneira resistiram como puderam. Utilizaram da floresta como forma de refúgio e puxando os inimigos para perto das matas. Envenenaram as fontes de água, fazendo com que os portugueses tivessem de buscar água nos acampamentos, dificultando assim a marcha. Muitos fugiram para esconder-se em outras ilhas, mas centenas de bijagós foram mortos. As principais tabancas foram incendiadas a ponto de não sobrar nada, completamente devastadas pelas balas e pelo fogo. Era o fim da resistência ativa dos bijagós.

Sendo assim, no início de 1936 os portugueses conquistavam a tão sonhada ocupação efetiva, prometida na conferência de Berlim em 1884. Aos bijagós restaria a submissão tal como aos outros povos da Guiné desde mais de uma década antes. Contudo, para esses ilhéus insubordinados foram definidas regras específicas. Cada Bijagó deveria carregar no pescoço uma disco de alumínio de 0,05 cm com a inscrição Guiné Portuguesa. O disco deveria estar furado representando que o indivíduo havia pagado seu imposto por capitação. Caso não estivesse furado, o indivíduo deveria ser preso e obrigado a pagar o imposto em dobro. Além disso, nenhum Bijagó poderia deixar a ilha sem o disco comprovando o pagamento daquele ano e de todos os outros anos em atraso. Para sair da ilha era necessário também uma caderneta, como um passaporte identificando cada indivíduo. Os bijagós foram obrigados a construir um monumento a suas custas identificando a colonização das ilhas.

Talvez mais do que as outras etnias, os bijagós foram submetidos a humilhações que o governo “civilizado” considerava necessárias para demonstrar seu poder. A ocupação efetiva foi finalizada. A Guiné Portuguesa existia de verdade e o governo da metrópole agora sob a batuta de um ditador iria constituir um estatuto indígena ou um regime de indigenato para controlar e catalogar as “tribos” de sua colônia.

A guerra de colonização foi extremamente extensa e violenta. Ceifando milhares de vidas e destruindo grande parte das culturas da região. As etnias, da Guiné sobreviveram. Suas culturas também. Mas grande parte de seus conhecimentos ancestrais não. Menos ainda seus espaços sagrados e suas formas de vida. O passado marítimo dos bijagós foi comprometido a tal ponto que abandonarem a vida marítima, como veremos no capítulo adiante. Aqueles que antes eram os detentores dos saberes ancestrais da relação com o mar, da navegação nos baixios, da pesca, da

construção das canoas e da guerra marítima nas *Dórcades Encanadas* agora iriam afastar-se cada vez mais da chamada civilização. Talvez tenha sido essa ferramenta, essa estratégia que permitiu sua sobrevivência até o século XXI.

Esse trabalho não tem por foco a história da Guiné, ou mesmo a história de Portugal, ou a relação colonial. Destinamos um capítulo a narrar a história da guerra para poder demonstrar o tamanho da violência desse longo processo, e como, nosso objeto de estudo, os bijagós, foram afetados por ele. Não é de nosso interesse apresentar a sequência dessa horrenda experiência que foi o processo colonialista português e suas facetas mais sinistras. Acreditamos que era importante para nosso trabalho apresentar as forças que destruíram uma das culturas marítimas mais vivas e longevas da África ocidental. Em seguida buscaremos apresentar essas culturas marítimas, suas facetas, suas características e suas relações com o mar e os rios.

Este subcapítulo que tratou da guerra de colonização imposto pelos portugueses as populações da Guiné foi alicerçado no livro de Peter Karibe Mandy⁵⁰ (1994); *Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Consideramos esse trabalho uma obra fundamental para buscar entender os processos de resistência e o tamanho da violência imposta pelos portugueses na Guiné-Bissau. O trabalho, que foi produzido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)⁵¹ é uma versão da Tese do Doutorado do autor na Universidade de Birmingham, Inglaterra. O autor teve acesso a arquivos em Lisboa, Guiné-Bissau e Senegal além de EUA e Inglaterra, o que coloca essa obra como uma obra basilar para entender o processo da guerra de colonização e o colonialismo português nos países africanos.

2.3. OS “OLHOS DO IMPÉRIO E AS ZONAS DE CONTATO”: AVENTUREIROS, EXPLORADORES E CIENTISTAS.

(...) “zonas de contato”, espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo mundo. (PRATT, 1999, p.27).

50 Peter Karibe Mendy é professor de história e de estudos africanos no Rhode Island College em Providence, EUA. Entre suas publicações estão; *Colonialismo Português em África: A Tradição da Resistência na Guiné-Bissau, 1879–1959* e *the Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, Volume 4 como co-author.

51 Fundado em 1984, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) tem como principais objetivos a promoção de estudos e pesquisas no domínio das ciências sociais e naturais relacionados com as questões do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Alguns autores são para os pesquisadores, como eu gosto de pensar, “abridores de janelas”. Mary Louise Pratt é para mim, uma destas. Dois de seus conceitos, para o tipo de trabalho que busco e para o tipo de objeto que venho trabalhando há uma década, são cruciais. São eles; “zonas de contato” e “olhos do império”. Desde que me deparei com esses conceitos chave que consegui progredir, em muito, em relação ao que vinha tentando descrever e refletir acerca dos relatos de viagem e do encontro de sujeitos e modelos de civilização. Além disso, Pratt consegue também misturar, reflexões sobre literatura, história, filosofia, antropologia e grande parte das ciências humanas de forma que essa articulação possa ser apresentada ao senso comum e possa também ser utilizada em trabalhos acadêmicos, como aqui.

Um texto usado como fonte em nosso trabalho é um relato de viagem.⁵² Prefiro chamá-lo assim. Apesar de conter um certo caráter antropológico e o autor ser considerado, ou mesmo nomeado, por nós, muitas vezes, como antropólogo, esse texto é muito mais uma história de uma viagem, das mais interessantes, diríamos, a um lugar muito particular, ou como muitos preferem, exótico, num momento crucial da história, para as populações dessa região. Além disso, o que nos leva a conectar as reflexões de Pratt ao trabalho em questão é que esse viajante é um europeu e sua viagem tem por objetivo principal, entre muitos outros, descrever essa região, tantos em termos geográficos como as particularidades de seus habitantes. Como esse local se encontra no continente africano, acaba por acontecer o que a autora vai nomear de “zonas de contato”. O encontro, entre duas sociedades distintas, de forma muito assimétrica, onde uma, o europeu, busca “entender”, o outro, o Africano. Além de Pratt outros teóricos buscaram refletir sobre esse encontro, de formas distintas. Entre eles está Tzvetan Todorov, principalmente em sua obra, *A conquista da América: a questão do outro*, (1982). Entretanto, há uma grande diferença entre o trabalho dos dois. São ótimos trabalhos, mas Pratt, talvez, por escrever uma década depois, utiliza de reflexões mais ligadas as ideias pós-coloniais, que se aproximam de nossas reflexões. Todorov é uma referência em termos de entendimento de quem seria esse “outro” nos momentos do colonialismo e busca desvendar essa ligação. Pratt, busca mais ainda, refletir sobre os usos que o europeu, ao identificar o africano e seus

52 O que entendemos aqui como relato de viagem está alicerçado, principalmente, nos trabalhos de Mary Louise Pratt, no livro; *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, EDUSC, 1999. De acordo com a autora essa literatura naturalista, como a de Bernatzik e outros, é eurocentrada, masculina e carrega traços de paternalismo em relação as sociedades visitadas. Como se os europeus tratassem os outros povos como inferiores ou infantes. Esses relatos para além de tudo, serviam como ferramenta de dominação intelectual, além é claro de importante ferramenta de dominação colonial, visto que, a partir desses autores os impérios acabavam conhecendo as populações que pretendiam colonizar. Para a autora esses relatos de viagem serviam também como suporte para as classes médias europeia e norte-americana no intuito de apresentar os chamados povos “selvagens” ou atrasados”. Conforme a autora esses relatos ignoravam por completo a historicidade dos povos analisados desaparecendo por completo seu passado, como se existissem apenas a partir da escrita dos europeus. Para além de tudo isso, Pratt demonstra que os conhecimentos adquiridos pelos europeus foram, muitas vezes, aprendidos com sábios ou mestres das sociedades originárias e que no transcorrer dos relatos desaparecem por completo, ou surgem como guias ou auxiliares.

povos, pode utilizar para sobrepujar, submeter o outro. E é nessa reflexão e a partir desses conceitos que nesse subcapítulo buscamos apresentar o autor de nossa fonte. Além dele, para demonstrar o quanto esses sujeitos eram comuns nesse período e como seus textos e reflexões eram similares, buscaremos apresentar pelo menos mais dois desses autores e sua trajetória.

2.4. HUGO ADOLF BERNATZIK

Certamente Hugo Bernatzik poderia figurar como sendo um dos indivíduos que foram usados como arquétipo para a criação do famoso arqueólogo do cinema Indiana Jones. Hugo Bernatzik era austríaco, nasceu em Viena em 1897 e morreu em também em Viena em 1953. Não teve uma formação acadêmica definida, mas é considerado como antropólogo e fundador de um conceito de *antropologia alternativa*. Era também fotógrafo, e como consta em alguns manuais, cientista “freelancer”, o que significa que era cientista quando lhe convinha. Entre outras atividades comprava artigos para as coleções de museus na Áustria e Alemanha. Escreveu mais de dez obras referentes às suas viagens e algumas delas foram também divididas em mais partes produzindo outros livros. Inclusive a obra que utilizamos em nossa pesquisa faz parte de um desses recortes. Fotografou lugares onde antes haviam apenas descrições escritas. Posteriormente a seu falecimento e ainda hoje são produzidos livros de fotografia com seus trabalhos. Tornou-se referência em se tratando de fotografar o que era chamado de indígenas ou nativos. Entre suas particularidades estava a de ter convivido com uma série de culturas marítimas. Entre eles estão: os bijagós, nas ilhas de mesmo nome, Os nativos das ilhas Salomão, e as populações do Alto Nilo, entre outros.

Seus livros, tem mais ou menos o mesmo teor, são similares, àquele modelo descrito por Alberto da Costa e Silva (2012) em relação aos europeus, autores dos relatos de viagem:

Na maioria desses relatos, dois terços são dedicados às aventuras e desventuras do explorador e de seus companheiros, às dificuldades e aos dissabores que se repetem de livro para livro, como se estivéssemos lendo a mesma história. O autor, que é seu próprio herói, de quem não se cansa de louvar a resistência física e mental, a determinação e a coragem, supera todos os obstáculos: a agressividade do meio físico, a falta e a deserção de carregadores, a rapacidade dos nativos, os ataques dos animais selvagens, a ameaça da fome, a hostilidade dos que o obrigam ao uso de armas e a indolência dos negros, daqueles mesmos negros que o levavam deitado numa rede de dormir, sertão adentro, e em cujos ombros se escarranchava quando queria atravessar a vau os rios. Esses aventureiros estavam descobrindo o interior da África para a Europa, mas, como eles próprios revelam em seus textos, eram aqueles mesmos africanos que consideravam destituídos de inteligência superior e senhores apenas de escassos saberes que, a dar-lhes lições de hospitalidade, indicavam o rumo e o regime de um rio, a posição de uma montanha e as mudanças de paisagem. Os exploradores europeus tinham nos nativos os mestres de geografia e sobrevivência. Era pelas mãos deles que caminhavam, como cegos conduzidos por seus guias. (SILVA, 2012, p. 14).

Acreditamos ser essa descrição de Costa e Silva, a mais vivaz e completa em relação ao que eram, viviam, descreviam e como se portam grande parte desses autores que utilizamos como fontes para os estudos africanos. Ao ler esse trecho do grande diplomata africanista sempre me remete a imagem de um filme, *As montanhas da lua*, de Bob Rafelson, produzido em 1990 que narra a verídica expedição de Richard Burton⁵³ e John Speke⁵⁴ em busca da foz do rio Nilo em 1857. Um filme com todas as características mais explícitas do colonialismo. Ao longo da obra, que foi baseada nos diários de Burton, os europeus passam por todos os desafios descritos por Costa E Silva. São ao mesmo tempo heróis e mártires. E aos africanos não falta a brutalidade e os conhecimentos endógenos, sempre condicionados como menores em relação aos conhecimentos acadêmicos. Lembrando que esse filme foi lançado em 1990, quase na virada para o século XXI e fez um razoável sucesso.

Hugo Bernatzik se encaixa em praticamente todas as características citadas no texto de Costa e Silva. Também as situações e experiências vividas por ele em seus livros acabam por torna-se similares. Herói e mártir, que sobrevive ao mundo hostil africano em busca de conhecimento e riqueza. Contudo, a riqueza desses textos para nós pesquisadores do continente africano é imensa e inigualável. Seja pelos detalhes, ou mesmo pelos vazios. Ali, encontramos as sociedades africanas do passado. Utilizando as reflexões e as teorias de hoje podemos ver as situações, as divergências e os condicionamentos daqueles sujeitos, a partir dos textos como o de Bernatzik.

Quando Bernatzik nos fala da visita a uma tabanca Bijagó, onde um régulo o recebe muito bem, busca o contato, lhe mostra os ritos, a vida e o cotidiano de seus próximos e diz que o rei anterior foi deposto pois se opunha a chegada dos brancos e de imposição do pagamento ao “imposto da palhota” podemos saber que esse régulo, foi aquele se submeteu aos portugueses e seus auxiliares. Foi esse régulo, que foi liberado do pagamento do imposto em detrimento de obrigar os outros da tabanca a pagarem. Se fazer qualquer julgamento em relação a esse régulo, e sabendo que talvez essa tenha sido a única solução entre a submissão e a completa destruição de sua tabanca. São por esses textos que nos aproximamos acerca do mundo dos bijagós, os acontecimentos que identificamos nos textos sobre as guerras de colonização. É importante

53 Sir. Francis Edward Burton (1821-1890) Explorador e orientalista inglês nascido em Torquay, primeiro europeu a chegar às nascentes do rio Nilo, o lago Tanganica, e a sair com vida de Harar, cidade proibida dos muçulmanos. Criado na França e Itália, foi para a Índia como oficial (1842) onde pesquisou os costumes muçulmanos. Poliglota falava 25 idiomas e quarenta dialetos, foi cônsul na ilha espanhola de Fernando Pó, na costa oeste africana, em Santos, SP, onde escreveu *The Highlands of Brazil* (1869) e em Trieste, na atual Itália.

54 John Hanning Speke (1827-1864) explorador britânico que foi o primeiro europeu a alcançar Lago Victoria na África Ocidental, que ele identificou corretamente como uma fonte do Nilo. Membro do exército Speke e Burton divergiam quanto a foz do Nilo e o assunto se tornou uma enorme querela dentro da Royal Geographic Society. Além de África Speke viajou também para o Punjab e o Tibete.

entender a riqueza que seus textos carregam, e a importância que eles tem na construção de uma história africana a partir de dentro, ou, o mais próximo que isso possa ser utilizando as representações produzidas por esses autores.

Além do texto escrito, Hugo Bernatzik também nos deixou outro importante registro dos bijagós, as fotografias. Não só dos bijagós, mas também de todas as outras populações por onde visitou. Um das características peculiaridades desse explorador foi o uso intenso da fotografia. A fotografia, que, no período onde o autor visita os bijagós, 1930/31 ainda está muito longe de ser utilizada em grande escala⁵⁵.

Apesar da fotografia ter surgido no século XIX, havia ainda uma grande dificuldade de utilizá-la em locais mais distantes dos centros urbanos. Além disso, é claro, o custo do equipamento, dos filmes e da revelação do produto final acabavam por torna-se quase proibitivos aos viajantes que não tivessem um patrocínio de vulto. No caso de Bernatzik foi diferente. Além do autor possuir uma riqueza familiar suficiente que lhe permitiria dispor de recursos para suas viagens, os museus a quem estava vinculado, eram instituições muito poderosas e dispunham de recursos que lhes dessem essa vantagem. Aliado a isso, era de interesse dos estados nação o registro desses lugares e dessas populações, o que dessa forma lhe dava acesso quase irrestrito a recursos financeiros, passaportes, vistos e as portas abertas pelos estados colonialistas. Nesse contexto é que se encaixa o conceito de olhos do império de Mary Louise Pratt (1999). Esses homens, além é claro do gosto pela aventura, muitas vezes foram utilizados para encontrar locais chave, reservas de produtos primários, para as nações europeias. Esses aventureiros, eram cooptados pelos estados europeus com objetivos de aproximar-se de determinadas sociedades e encontrar recursos naturais que só elas controlavam. Até mesmo, para entender as fraquezas e as forças de resistência dos locais, ou como eram chamados. É ingenuidade pensar que esses exploradores estavam servindo a ciência. Eram homens de seu tempo e sendo assim seu maior objetivo era com suas nações. Seguramente alguns deles poderiam ter alguma consciência do trabalho que faziam, contudo isso certamente não os impossibilitaria de fazer o trabalho.

A leitura do relato de viagem, como os de Hugo Bernatzik nos leva a refletir acerca da importância que havia na construção daquilo que Valentim Mudimbe (2001) vai chamar de biblioteca colonial. Os relatos de viagem, eram obras escritas para os europeus e que passaram a

55 A fotografia como conhecemos hoje vai dar um enorme salto no século XIX com o Daguerreótipo e com o Calótipo, ambas produções europeias. Mas esses incipientes e promissores aparelhos estavam longe das máquinas capazes de ser carregadas em expedições distantes com o objetivo de registrar as populações humanas. Vai ser somente no século XX que esses aparelhos vão desenvolver-se a ponto de poderem ser carregados pelo planeta. Um dos primeiros a utilizar desse equipamentos em expedições foi Joseph Rock (1884-1962) que a serviço da National Geographic fotografou a China e parte do Oriente entre 1922 e 1935. Dessa forma é possível entender a influência e a capacidade financeira que servia de alicerce aos trabalhos de Hugo Bernatzik.

figurar das paredes das residências, em suas bibliotecas particulares, até as mais importantes bibliotecas do continente. Foi a partir desses trabalhos que se constituíram os mitos, as histórias acerca das populações africanas. Foram esses livros que ajudaram a formar uma identidade exótica dos povos que estavam sendo subjugados e foram a partir desses relatos que se justificaram muitas das violências do imperialismo e do colonialismo. É casualmente importante, penso eu, utilizar hoje, esses mesmos relatos, como forma de refletir sobre essas construções e tentar desconstruí-las. É como se fizéssemos o caminho inverso, no sentido de utilizar esses trabalhos, ao revés do que o sentido para o qual eles foram produzidos.

Hugo Adolf Bernatzik não foi Richard Burton, e mesmo que fosse, esse trabalho não tem o pressuposto de apresentar os aventureiros, exploradores da África. Contudo, julgamos ser interessante apresentar esse austríaco e sua obra, que permite que possamos viajar em suas palavras há um momento onde as ilhas bijagós ainda não tinham sido pacificadas completamente e vislumbrar um pouco da cultura marítima desse povo, que dominou os mares de sua região por centenas de anos.

Se Hugo Bernatzik pode ser descrito como antropólogo e cientista, outro importante mas desconhecido sujeito estava na expedição comandada pelo austríaco e teve nos anos seguintes relativa importância na construção do imaginário científico das populações indígenas, ou nativas da chamada “Guiné Portuguesa”, esse cientista se chamava, Bernhard Friedrich Eduard Struck, ou “*El professor Stuck*”, como foi referenciado no texto de Bernatzik. Na época era professor de Antropologia da Universidade de Jena. De acordo com o autor o propósito do professor era de estudar e explorar as tribos sudanesas dispersas que a expansão islâmica encurralou em um pequeno espaço geográfico.

Posteriormente a guerra de colonização implementada pelos portugueses, estes iniciaram um processo de estudo, análise e entendimento das populações de sua colônia, agora realmente estabelecida com a tal ocupação efetiva. Para isso, foram criados órgãos administrativos, juntas de estudo, foram produzidos boletins de pesquisa e todo aparato colonial, similar ao que vinha sendo produzido pelas outras nações que possuíam colônias. Nesse contexto, grande parte das nações com menos recursos, como no caso os portugueses, acabava por copiar, ou mesmo, buscar referência no modelo de imperialismo Inglês, que grassava como o mais poderoso império do mundo. Além dos ingleses, os alemães e franceses também estavam consideravelmente mais desenvolvidos que os portugueses em termos de ciência e sendo assim seus estudos eram tomados como referência.

Bernhard Friedrich Eduard Struck nasceu na, recém unificada, Alemanha, em 1888, na cidade *Heidelberg*. Obteve formação em Etnologia em *Dresdem* e obteve seu Doutorado na Universidade de *Tübingen*. O Dr. Struck como era referido pode ser considerado uma Cientista na

alusão mais correta do termo para o período em que tratamos. Do pouco que conseguimos descobrir acerca da biografia desse pesquisador estão a publicação de trabalhos referentes aos povos africanos e os chamados “estudos de Raça”. Sendo assim, o professor Struck, que havia tido a oportunidade de conviver com os bijagós durante a expedição de Bernatzik vai se tornar figura importante para os antropólogos e etnógrafos portugueses no intuito de disponibilizar seus trabalhos de campo nas ilhas para posteriores pesquisas.

Durante a viagem de Bernatzik por diversas vezes o professor Struck foi mencionado enquanto fazia suas experiências e coletava dados. Bernhard Struck foi assistente de pesquisa no Museu de Etnologia e Ciência Animal em Dresden. Esse cargo, que talvez tenha sido um dos primeiros alcançado pelo pesquisador o colocou em contato com o mundo museológico, que nesse período na Europa estava as voltas em adquirir o maior número possível de objetos e dados acerca dos continentes africano e asiático. Junto a essas poderosas instituições estavam os centros de estudos de Antropologia e Etnografia. É provável que Hugo Bernatzik tenha sido convencido a “carregar” Struck em sua expedição como forma de receber patrocínio para sua viagem. Não era incomum esse tipo de parceria. Hugo Bernatzik também levou em sua viagem lentes para fotografar da marca Ikon-ZEISS, que até hoje figuram entre as lentes mais caras do mundo. É provável que em 1930 elas custassem mais ainda e no livro, existe um tipo incipiente de propaganda em relação ao equipamento, o que se tornaria muito comum a partir de publicações como a National Geographic a partir dos anos 1950.

Entre 1927 e 1933, exatamente o período da viagem de Hugo Bernatzik, Bernhard Struck foi membro do conselho científico do Museu Alemão de Higiene, um dos museus para os quais provavelmente, Bernatzik comprava relíquias dos povos onde visitava. Muitas vezes no livro o autor relata inclusive as negociações com os bijagós no intuito de adquirir a maior quantidade produção material da população pelo menor preço. Posteriormente o professor Struck vai tornar-se chefe do Instituto de Antropologia e Etnologia em Jena.

Durante o período da ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, Bernhard Struck foi membro ativo em diversas instituições que alavancaram os estudos de Raça, e muitas vezes, serviram de ferramentas nos processos de expurgo dos alemães. Dr Struck foi membro da Associação Nacional de Professores Socialistas, da Associação Colonial Imperial, da Associação Imperial de Funcionários Alemães e da Associação Imperial de Proteção Aérea. No início da vida acadêmica o jovem Struck foi convocado pelo exército servindo até o final da Primeira Grande Guerra em 1919. Entre outros cargos, Dr. Struck foi co-editor da revista de estudos raciais e tinha contatos na *Schutzstaffel*, mais conhecida como *SS*, a polícia de proteção de Adolf Hitler. Hoje é de conhecimento geral que a *SS* utilizava dos chamados estudos raciais para catalogar, diferenciar e

expurgar as diferentes *Raças* na Alemanha nazista. Professor Struck, ao que parece, tinha estreitos contatos dentro da cúpula científica nazista. Quanto a sua participação nas instituições posteriormente a ascensão do III Reich e todas as atrocidades que se sucederam, disso não temos referências. Ao que se sabe Bernhard Struck faleceu em Jena em 1971.

Dentre as principais obras que conseguimos identificar do autor estão: *Antropologia e etnologia: Raças, povos e línguas da África*, sem data registrada, *Desenho de um mapa geral das principais famílias de idiomas da África*, editado e desenhado por Bernhard Struck, Berlim, D. Reimer, 1914 (ÖNB) e *Esboço das áreas da língua hamítica na África Oriental Equatorial*, projetado e desenhado por Bernhard Struck, Berlim, E. S. Mittler. A partir dessas poucas referências é possível identificar que o professor Struck era um profundo estudioso da região da Guiné Portuguesa e do continente africano como um todo. A viagem com Bernatzik deve ter produzido um grande cabedal de registros e artefatos para posteriores pesquisas.

Uma interessante referência ou coincidência que encontramos é que o professor Struck realizou viagens de pesquisa com a famosa aviadora alemã *Elly Beinhorn*. Na biografia da aviadora consta que ela visitou a Guiné Portuguesa em uma expedição científica em 1931, mesmo ano da expedição de Bernatzik. O avião que o aventureiro utilizou para sobrevoar e fotografar as Ilhas Bijagós durante sua expedição foi a aeronave de *Beinhorn*. Quando tivemos contato com o livro de Bernatzik nos chamou a atenção o uso de uma aeronave de turismo e pequeno porte na Guiné. Essas aeronaves em 1930 eram de difícil manutenção e tinham um alto custo. Dificilmente os portugueses manteriam uma máquina dessas na colônia. A maior parte dos produtos e pessoas que iam e vinham da metrópole para a colônia o faziam a partir de embarcações. Posteriormente, durante o final da guerra de colonização por volta de 1935 os portugueses utilizaram uma aeronave contra os bijagós, mas essa era uma aeronave militar. De acordo com Bernatzik (1959):

As fotografias tomadas, de avião, na Guiné Portuguesa, eu devo a circunstância de a Senhora Elly Beinhorn, tal como havíamos acertado antes na Europa, se colocou amavelmente a disposição, em seu voo sobre a África, para efetuar, em seu avião de turismo, quatro voos de exploração fotográfica. (p. 6).

Mais uma vez, temos aqui o uso do que chamamos de “olhos do império”. No caso a famosa aviadora, servindo ao mesmo tempo a ciência e ao estado. E aqui cabe a reflexão de que nem sempre esses sujeitos estavam a par do interesse maior em seus trabalhos. Aqui um exemplo particular, uma mulher, que fazia suas aventuras e se utilizava das forças do Estado nação como forma de “troca” de favores. Era comum nesse período essa construção de heróis e seus feitos em termos geográficos.

Provavelmente foi a partir da parceria com a expedição científica que a aventureira obteve a permissão de sobrevoar aquela parte da África, sob domínio Português. Além disso, provavelmente aquele deveria ser um possível local de pouso ou necessário para abastecimento para a aeronave, visto que nesses primeiros momentos a aviação de turismo, como pode ser classificada, necessitava muito de auxílio em caso de emergências, manutenção e reabastecimento. Sendo assim, ela precisaria da proteção e auxílio do governo de Portugal. Como muitas vezes ocorreu, um jogo de favores, com vistas a conhecer o continente africano de forma aos europeus terem maior conhecimento de suas populações para submetê-las. O uso da ciência a serviço do colonialismo, algo que se viu muito principalmente em relação a Antropologia e a Etnografia, especialidades do Dr. Struck.

No contexto que nos é de interesse nesse trabalho, cabe analisar quais foram os órgãos constituídos pelos portugueses pós colonização, em 1936, e que acabaram por utilizar dos chamados estudos antropológicos ou etnográficos no modelo que o professor Struck, parceiro de Bernatzik produziu em sua estada entre os bijagós. Um dos organismos que utilizou dessa trama entre poder político, ideologias e ciência foi a *Junta das missões geográficas e de Investigações coloniais do ultramar (JIC/JIU)*, destinado ao trabalho científico nas possessões portuguesas e que vigorou sob tutela do Ministério das Colônias entre 1936 e 1973, período que compreende a colonização dos bijagós e a queda da ditadura em Portugal, mais ou menos.

Nesse trabalho de forma alguma temos o interesse de analisar a fundo ou mesmo de dissecar esses chamados “órgãos de controle” constituídos pelos Estados-nação colonialistas com vistas a utilizar da ciência como forma de justificar a chacina perpetrada no continente africano. Nos valem apenas de demonstrar, um pouco, do que era essa rede de contatos, favores e poder político e econômico, que foi utilizada muitas vezes por sujeitos como Hugo Bernatzik, autor de nossa fonte com vistas a mapear e descobrir que eram os africanos. O império Português sentia-se atrasado em relação aos outros países com possessões ultramarinas em termos de pesquisas científicas. Sendo assim, a partir da criação das Juntas, já citadas aqui, Portugal enviou para suas possessões pesquisadores da metrópole com o objetivo de conhecer e pesquisar seus nativos. Na área de pesquisa que nos interessa para esse trabalho o nome mais importante, ou um deles, foi o de Mendes Correia⁵⁶, professor de Antropologia Física e que iria em 1946 tornar-se presidente da JIC.

56 António Augusto Esteves Mendes Correia (Porto, 1888 – Lisboa, 1960) foi um antropólogo português, médico, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto na cadeira de Antropologia. Foi Membro Fundador do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia da qual foi também presidente. Em 1946 assumiu a direção da Escola Superior Colonial (mais tarde Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) e foi eleito presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Os estudos desenvolvidos pelas JIC tinham, em grande medida, o objetivo de auxiliar no desenvolvimento econômico, grosso modo. Contudo a partir de um determinado momento, principalmente no período entre guerras, foi necessário que a metrópole justificasse melhor o seu trabalho no processo de civilizar os nativos e desenvolver o seu ímpeto ao mundo moderno. Para isso foram utilizados os estudos antropológicos e etnológicos. Sendo assim, inicia-se um grande trabalho de catalogação das “tribos” que ocupam o território com vistas a definir características psicofísicas, ou seja, sua aptidão ou não ao trabalho. Os estudos, não contemplavam a análise cultural de cada grupo e sim medições antropométricas em sua grande maioria. Dessa forma ficavam definidas as chamadas “raças” mais propensas ao trabalho e aquelas mais “indolentes”.

Trabalhos como o já citado aqui de Landset Simões (1935) exibem em seu texto a marca desses estudos. Ali estão classificados os grupos étnicos da Guiné, divididos por “raças”. Nesse trabalho são comuns, em relação a *índole* e a *caracteres morfológicos* expressões e adjetivos como; *nariz ora largo e chato, ora de forma regular de raça superior; (...) É de índole belicosa (pg.148)*, isso em relação aos bijagós. Quanto aos Balantas, Landset diz o seguinte; *Acentuadamente Dolicocefalo (ind. cef. 73,17)⁵⁷, de elevada estatura, (...) dotado de extraordinária força de vontade e de viva inteligência (...), (pg.116/117)*.

Poderíamos utilizar aqui inúmeros exemplos que demonstram como a antropologia física foi usada na classificação das populações da Guiné. Contudo, não é o objetivo desse trabalho. O que nos cabe aqui é apenas demonstrar qual o objeto fim, dos trabalhos desses cientistas que muitas vezes viajam com os exploradores, ou eles mesmos eram esses aventureiros. Assim podemos entender a trama desses homens e, poucas vezes, mulheres que buscavam conhecer e estudar outras culturas, quase sempre de forma vertical, ou seja, julgando essas inferiores a cultura europeia. Entendemos também, que seus objetivos, muitas vezes estavam alicerçados nos objetivos das nações colonialistas, apesar de considerarmos que muitas vezes esse conluio era um tanto confuso.

No contexto Português, com a ascensão do Salazarismo, havia a necessidade de sedimentar uma ideia de superioridade dos lusitanos em relação a seus colonizados. A partir da década de 1930, mesmo antes da total colonização dos bijagós, Mendes Correa a partir da recém-inaugurada Escola de Antropologia do Porto e usando e abusando da antropologia física se solidifica como “ponta de lança” no discurso de superioridade portuguesa. Em se tratando do conceito de raça. Em 1934 é organizada a primeira Exposição Colonial Portuguesa⁵⁸ com o objetivo de apresentar a Europa

57 Podendo também ser chamada de craniologia, é uma subdivisão da Antropologia que estuda as características do crânio humano. No século XIX e XX, os europeus usaram a craniometria para justificar as políticas racistas contra os Africanos, e todos os outros povos que viraram colônias europeias, que consideravam raças inferiores.

58 Para entender melhor o que foi a primeira Exposição Colonial Portuguesa e a relação de Mendes Correa como antropólogo responsável por essa utilização da antropologia física como aparelhamento ideológico e político do

civilizada, as raças de africanos que figuravam na chamada “*Babel Negra*” utilizando do exemplo do livro de Landerset Simões.

Esse discurso das diferentes raças e da superioridade de umas sobre as outras foi por, longo tempo, uma das principais ferramentas de dominação utilizadas pelas nações colonialistas. Os usos desse discurso se difundiu por todas as áreas de conhecimento e inclusive pela literatura, como nos mostra Edward Said (2011) na obra já referenciada aqui *Cultura e imperialismo*. Esse discurso segregacionista e racista tinha em seu cerne um grande objetivo, justificar o assalto aos recursos primários nos territórios colonizados e o uso da força de trabalho não assalariada. Uma nova forma de escravidão. Esse modelo de discurso só vai perder força depois da II Guerra Mundial, e mesmo assim, hoje em pleno século XXI seus ruídos ainda podem ser ouvidos pelos quatro cantos do globo, principalmente nos imponentes salões das altas rodas nas sociedades ocidentais.

Encaminhando o final da reflexão acerca desse capítulo é importante refletir sobre a neutralidade, ou não, desses sujeitos que de alguma forma foram artífices do processo colonialista, ou melhor, da guerra de colonização. Independente de não terem participado ativamente dos conflitos ou de terem ou não ceifado vidas, diretamente, acreditamos que esses homens, em grande maioria, são responsáveis, mesmo que indiretamente, pela morte de centenas, ou milhares de africanos nas guerras de colonização. Seus conhecimentos, seus dados, sua política de vida foi responsável de alguma forma pela eliminação de grande parte dos processos culturais existentes a centenas de gerações pelas populações ancestrais da costa ocidental africana. Acreditamos que o uso consciente do trabalho científico é uma poderosa ferramenta. O que significa que o uso indiscriminado do mesmo pode trazer consequências devastadoras a outras populações. E foi o que vimos acontecer a partir da utilização dos estudos feitos por Bernatzik e Stuck. Os estudos pós-coloniais como um todo nos servem para entender esse processo e poder visualizar no presente quando isso está sendo reproduzido. Para nós, parte da responsabilidade na destruição da cultura marítima bijagó repousa nas mãos desses ditos pesquisadores mesmo que essa afirmação não seja unânime.

Esse capítulo não tinha por objetivo aprofundar o que foi o longo e violento processo do colonialismo perpetrado pelos países europeus no continente africano, haveria muito mais para ser escrito. Contudo, como uma de nossas fontes principais é a viagem de um europeu ao continente africano julgamos, no mínimo, necessário apresentar esse indivíduo, e seus congêneres. Buscamos

chamado “império Português” ver a Tese; SKOLAUDE, Mateus Silva. *Raça e nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso AfroBrasileiro (1934-1937)*, 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016. Infelizmente a Tese não está disponível, na íntegra, no repositório digital da PUC/RS.

também apresentar o modelo de inserção desses exploradores, aventureiros no continente e seus dilemas, o máximo que achamos necessário. Nesse capítulo buscamos também demonstrar como se deu o processo de colonização, ou, a ocupação efetiva, por parte das forças portuguesas e seus auxiliares, como forma de tentar descrever a imensa violência com que esse processo se deu. O projeto colonialista dos países europeus na África é muitas vezes visto como, apenas dominação política, o que não deixa de ser também. Entretanto, para além dessa dominação houve um massacre de proporções, até hoje, não mensuradas exatamente. Um violento processo que acabou por desestruturar o continente africano por completo. Visto que, a processo escravista que durou mais ou menos quatrocentos anos já havia exaurido grande parte dos recursos humanos do continente. Também não faz parte do nosso foco principal estudar o processo colonialista na Guiné Portuguesa. Mas seria impossível mergulhar na cultura marítima africana e no mundo dos bijagós, sem considerar esses processos.

No próximo capítulo nos dedicamos a Cultura Marítima africana e suas conexões. Partimos da África e dos bijagós, como exemplo, para buscar navegar ao longo do tempo histórico e do espaço geográfico para apresentar a riqueza desse recorte da Cultura Africana.

CAPÍTULO III: O MAR E A CULTURA MARÍTIMA.

Dentre os pesquisadores que trabalham com o conceito de cultura marítima com certeza, para nós, alguns dos mais importantes são Jaime Rodrigues (2005), Luiz Geraldo Silva, Carlos Diegues, e Marcus Rediker (2007). Todos são pesquisadores de ponta no que diz respeito a sua produção acadêmica. Jaime Rodrigues, inclusive, é autor de livros didáticos de história considerados por nós algumas das melhores produções no que concerne à inserção de história da África no conteúdo escolar. Os referidos pesquisadores trabalham em seus projetos com a ideia de que o objeto a ser estudado não são as embarcações, ou as rotas, ou as nações envolvidas, ou as tecnologias que permitiram determinadas empreitadas. Eles trabalham com o que chamamos de história social, ou história da cultura, ou como prefiro me referir: história humana. Sendo assim, buscam nos documentos, nos registros, na própria história oral o que trata da vida dos indivíduos, em especial dos africanos ou afrodescendentes, que de uma forma ou de outra participaram das navegações Atlânticas e da relação entre o continente americano e o continente africano no período que compreende os séculos XV e XIX, ou a Idade Moderna e Contemporânea.

Para esses pesquisadores, o conceito de marinheiro está diretamente ligado aos sujeitos que labutavam nas embarcações que cruzavam o oceano. Para o tipo de trabalho que pretendemos nos debruçar aqui o conceito de cultura marítima sofre uma pequena transformação. É claro, para além do estudo da vida humana também fez parte do estudo desses autores aqueles elementos por nós citados antes, mas deixando claro que o foco de suas pesquisas eram os sujeitos.

Fizemos questão de identificar nos pormenores o trabalho dos pesquisadores acima que nos servem de exemplo por algumas questões importantes. Durante as décadas de 1970 e 1980 surgiram muitos trabalhos acerca da vida dos marinheiros que cruzaram o Atlântico e “descobriram” a América. Grande parte dessas obras foi alavancada pelo aniversário do chamado “Descobrimento da América” que foi comemorado em 1992. Esses trabalhos, e não foram poucos tinham em grande parte como figuras de destaque os capitães das armadas e seus países de origem, eram quase que biografias ou genealogias desses homens e países e buscavam descrever as agruras do trajeto, a falta de alimentação a violência perpetrada pelos comandantes e muitas outras particularidades e excentricidades tanto do mundo marítimo europeu quanto de seus marinheiros. Algumas são obras de fôlego em termos numéricos e registros históricos, compõe o mundo marítimo do Atlântico durante mais de três séculos. Muitas delas serviram de alicerce para trabalhos mais aprofundados que buscavam encontrar a vida dos marítimos. Contudo, todas essas obras deixaram a desejar em

um elemento que para nós e para os pesquisadores que citamos é o fator mais importante, o humano. E em especial o humano africano ou afrodescendente.

Para o trabalho pensado por nós, o conceito de cultura marítima vai além desses navegantes que trabalhavam na lida das naves europeias. Para nós, o conceito de cultura marítima abrange todas aquelas populações envolvidas com a navegação. No caso estudado por nós, os africanos da costa ocidental, que de alguma forma tiravam seu sustento do mar e do entorno, fabricavam embarcações e canoas, a partir de suas práticas, fossem elas ancestrais ou modernas, e que ao longo dos séculos transmitiram suas práticas a seus descendentes e puderam, de alguma forma, alguns menos outros mais, manter suas práticas vivas. De posse dessa ideia conceitual, buscamos pesquisadores africanos que pudessem nos orientar acerca de pesquisas que levassem em conta essa visão. Contudo, não encontramos muitas pesquisas acerca da cultura marítima africana que se propusessem a ver os marítimos dessa forma. Entretanto, no Brasil encontramos um pesquisador que nos serve de suporte há bastante tempo para refletir sobre esses sujeitos, mesmo que do outro lado do Atlântico, e que tem por base o pensar dos marítimos de uma forma muito similar a essa ideia que nos servimos de base. O pesquisador em questão é Luiz Geraldo Da Silva (2001) e seu livro principal sobre isso é: *A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séc. XVII ao XIX)*. Nessa obra Luiz Geraldo aborda a forma de ver, viver, vestir, comer e relacionar-se com o meio desses sujeitos que ele nomeia de gentes do mar.

Dentro dos pressupostos já explicitados por nós acerca dos conceitos eurocêntricos que buscamos dissolver, acreditamos que o entendimento de que os bijagós podem ser conceituados como essas gentes do mar nos demonstra um meio do caminho entre o conceito de marinheiros utilizado pelos pesquisadores estrangeiros como Marcus Rediker e o conceito de marinheiros ou homens do mar utilizado por Jaime Rodrigues e Luiz Geraldo. Na verdade o que buscamos é um conceito de marítimos que possa absorver o máximo possível o mundo dos bijagós e não o contrário. Não é de nosso interesse encaixar os bijagós em conceitos que de alguma forma não sustentariam suas práticas de vida. Contudo, para um trabalho como esse é importante a conexão de mundos marítimos, sejam eles europeus, africanos ou americanos e sendo assim buscamos definir da melhor forma que conseguimos o que seria essa cultura marítima Bijagó, quais suas particularidades, qual seu mundo, qual seu entorno. Na introdução desse trabalho buscamos demonstrar a visão de cultura marítima definida por Luiz Geraldo, e ela se dá assim:

As práticas e concepções referentes à pesca realizada na África, bem como o trabalho marítimo desenvolvido por escravos africanos na península Ibérica desde o século XV, contribuiu decisivamente para tornar aqueles, já na América portuguesa, os principais sujeitos históricos envolvidos na pesca, na navegação de cabotagem e na atividade de navegação marítima e fluvial em canoas. Mas a disseminação da escravidão e sua

particularidade Ibérica de tornar tanto cativos e seus descendentes homens livres também contribuiu para a formação de uma numerosa camada de negros sem senhor empregados naqueles ofícios. (SILVA, 2001, p.234).

Acreditamos que definimos aqui o que para nós é a cultura marítima a qual nós referimos quando falamos da cultura marítima dos bijagós. Como foi defendido por nós antes, a tese de Edward Said (1993) nos serve de alicerce para demonstrar que é necessário buscar conceitos novos, cruzar conhecimentos e renovar os já utilizados se quisermos realmente escrever uma história de povos que não puderam definir seus conceitos, que não foram agentes construtivos da sua história acadêmica. O que nos resta são as representações destes que temos através das diversas fontes que utilizamos.

A visão de que os bijagós possuem uma cultura marítima é indelével às fontes que utilizamos até aqui. Entretanto, se buscássemos na biblioteca acadêmica conceitos para definir o que são os bijagós, provavelmente seriam definidos apenas como canoeiros, ou pescadores. É preciso fugir da biblioteca colonial como diria Valentim Mudimbe (1988). É preciso pensar as sociedades africanas a partir de suas perspectivas, de suas características intrínsecas. E sendo assim, os bijagós possuem uma enorme cultura marítima e de longa data, mas que no início do século XX foi destruída por conta da guerra de colonização portuguesa. Hoje, ela continua a existir de forma menor, se reconstruindo a cada momento, de acordo com as necessidades de seu povo.

3.1. SOCIEDADES INSULARES E *ILHEIDADE*

Definido o conceito de cultura marítima, julgamos necessário definir mais dois conceitos que pensamos serem necessários para analisar a chamada maritimidade dessas sociedades. São eles, os conceitos de *Insularidade* e *Ilheidade*. Conceitos distintos que buscamos em pesquisas relativas a espaços ilhéus no Brasil, mas que julgamos ferramentas extremamente úteis para refletir sobre o mundo dos bijagós. A partir dos trabalhos de Antonio Carlos Diegues⁵⁹ (1997, 2004) é importante refletir que trabalhar com a temática proposta por nós nessa tese é um trabalho exploratório, visto

59 De acordo com Diegues (2004) o que ele pretende com suas pesquisas é: fornecer um quadro teórico-metodológico para os estudos das sociedades insulares, particularmente os aspectos simbólicos e das representações que tanto a sociedade global faz a respeito das sociedades insulares, quanto estas de si mesmas. Conforme o autor: “*Não pretendo, portanto, analisar aqui nenhuma dessas sociedades específicas, mas discutir temas e conceitos que considero relevante para os pesquisadores que estiverem empenhados no estudo das ilhas e de seus habitantes*” (p. 4). Para nós, os estudos de Diegues servem como aporte teórico e metodológico para buscar entender o mundo marítimo dos Bijagós. É claro que, como as pesquisas de Diegues tem por ponto de partida sociedades Brasileiras, se faz necessário alguns ajustes em se tratando de estudos africanos. Buscamos aí, aporte nos teóricos já citados aqui e que trabalham com sociedades africanas e seus conhecimentos ancestrais, entre eles e em especial Paulin Hountoundji, principalmente no que tange a questão do Saber-Fazer dos mestres ancestrais.

que, temos pouquíssimos trabalhos que buscam entender a lógica e a vida das populações insulares, na África. Conforme o autor, esse trabalho perpassa várias áreas do saber nas ciências humanas, são elas, a história, a antropologia, a sociologia, a filosofia e a psicologia. Cada qual a seu modo e com mais ou menos profundidade. Sendo assim, mais do que nunca acreditamos na importância de mergulhar nesse mundo dos bijagós com o intuito de entender suas sociedades. Grande parte dessa reflexão acerca dos conceitos de insularidade e ilheidade estão alicerçados nos trabalhos de Diegues.⁶⁰

Os conceitos utilizados por Diegues (1998) em seu trabalho estão embasados nos trabalhos de: Moles (1982), Péron (1993) e Coddacioni-Meisterhein (1989) e definem o seguinte:

Insularidade, como os fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares e que podem ser quantificados (distância do continente, etc.);

Ilheidade, como as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. Ilheidade diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular (p.89).

É importante definir a diferença entre insularidade e isolamento. As ilhas não vivem sistemas fechados, apesar de sua distância do continente. Essa separação é muitas vezes maior ou menor de acordo com relações de comércio ou sociais que se ampliam ou reduzem ao longo do tempo.

Consideramos que cada um desses conceitos é extremamente útil para pensar as sociedades bijagós se buscamos fugir do senso comum ou dos trabalhos que nos descreveram os bijagós ao longo do tempo. Lembrando que as obras que possuímos acerca dos ilhéus são trabalhos de cunho etnográfico, produzidos em grande parte com o objetivo de descrever as populações bijagós aos olhos do império português.

Afora os trabalhos de Scantamburlo (1978), Dilma de Melo (2000) e Mendes Fernandes (2012) os trabalhos que traçam uma linha histórica do mundo dos bijagós nos levam sempre a encontrá-los como objeto de estudo e pouco como agentes de seu mundo. A partir do conceito de ilheidade podemos refletir e buscar entender as práticas de vida dos bijagós ao longo do tempo, sua relação com os povos do continente e suas práticas ancestrais sem nos deixar cair na lógica do exótico ou mesmo do selvagem.

60 Os principais trabalhos de Antonio Carlos Diegues que utilizamos foram: *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo, NUPAUB, USP; 2004. *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. (Org). São Paulo NUPAUB, USP; 2000. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo, Hucitec; 1998. *Ilhas e Sociedades insulares* (Org). São Paulo, NUPAUB, USP, 1997. *A interdisciplinaridade nos estudos do mar: O papel das ciências sociais. Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP, Outubro, 2003 Prof. Antonio Carlos Diegues - Diretor Científico do Nupaub/USP*.

A partir do conceito de insularidade podemos também pensar e refletir sobre algumas relações dos bijagós com as comunidades que não pertenciam a seu mundo sem apenas alocarmos esses sujeitos em algum tipo de conceito ligado ao mundo dos colonizadores e não a suas práticas ancestrais. A partir da leitura em Diegues passamos a entender que, de acordo com Poirier e Clappier-Valladon (1987),⁶¹ existe um núcleo de identidade insular que está definido por aportes materiais, históricos e psicossociais partilhados por sociedades insulares em diversos lugares do mundo.

Algumas características identificadas dos Bretões em suas ilhas são partilhadas pelos bijagós sem que ambos tenham tido qualquer contato. Como sua ilha sendo o centro do mundo. A ideia da territorialidade também é uma marca das sociedades insulares. Para os Bretões aquilo que vinha do mar lhes pertencia permitindo a pilhagem dos naufrágios e das embarcações, marca registrada dos bijagós também. Outros elementos importantes como uma origem mítica, ou seja, uma origem indefinida de onde teriam vindo os fundadores dessa sociedade. No caso dos bijagós essa é uma característica bastante interessante. A hipótese de Landerset Simões e de outros, de que os bijagós descendessem dos povos da mítica Atlântida, foi por muito tempo um assunto discutido nos meios acadêmicos. Mas, para além das ideias fantasiosas o que mais nos interessa é a questão dos valores internos que a chamada ilheidade nos apresenta. Já a insularidade nos ajuda a entender os valores externos vistos aos olhos daqueles que analisavam aqueles sujeitos das ilhas.

Nas descrições de Bernatzik acerca dos bijagós e de suas sociedades há sempre uma certa dubiedade em relação aos ilhéus e a natureza intocada e exótica. Ora o autor descreve as areias brancas lindíssimas, a lua, o mar de uma cor azul sem igual, como se fosse o paraíso, ora descreve o inferno, a dificuldade de água, os animais selvagens, o mundo natural. Essa literatura que já definimos como literatura de viagem foi protagonista em dois movimentos importantes e antagônicos. Ambos movimentos que de alguma forma transformaram a vida dos ilhéus em muitas das ilhas ao longo do século XX, tanto na América como na África. Esses movimentos estão ligados a preservação dos espaços insulares em parques ou reservas, o que aconteceu com os bijagós, e a demonização das populações insulares que foram ao longo do século XX sendo vistas como agentes de devastação desses espaços considerados pelos sujeitos urbanos como espaços de exotismo e sobrevivência da natureza intocada.

Existe uma caracterização dos bijagós bastante peculiar no que toca ao senso comum. Para muitas das populações urbanizadas da atual Guiné-Bissau, os bijagós são vistos e descritos como indígenas. Ou seja, populações quase autóctones em relação ao Estado-nação. Para nós brasileiros,

61 In. DIEGUES. Antonio Carlos Sant'Ana. *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo, Hucitec, 1998, pg.116.

os bijagós são em grande parte vistos como populações autônomas, sobreviventes do processo de colonização e escravização perpetrado pelas elites africanas e pelos europeus. Acredito que, a partir das leituras dos trabalhos de Diegues, é possível definir, hoje, os bijagós como sujeitos que poderíamos classificar como as comunidades caiçaras ou ribeirinhas no Brasil.

Voltando aos movimentos definidos pela literatura de viagem, ao longo do século XX esses espaços, considerados privilegiados por alguns e desfavorecido por outros, sofreram grandes transformações. Todas essas transformações modificaram a vida das sociedades insulares. Muitas dessas modificações puderam ser vistas como melhorias e outras não. No caso dos bijagós, essa movimentação teve particularidades muito específicas.

Praticamente até a década de 1990, depois do processo de libertação da Guiné-Bissau, os bijagós foram alvo de uma série de projetos que visavam inseri-los no modelo de Estado-nação que vinha se desenhando politicamente na Guiné-Bissau. Esse modelo estava alavancado nos modelos ocidentais já citados por nós em outros momentos do trabalho. Contudo, esse modelo não valorizava e destituía de poder aqueles sujeitos que ao longo de centenas de gerações foram os responsáveis pela manutenção da sociedade Bijagó. Além disso, o ambiente insular propício a atividade pesqueira tornou-se uma das mais importantes investidas comerciais do nascente Estado-nação.

Apoiados por entidades dos países nórdicos, com larga experiência em pesca marítima, buscaram instalar nas ilhas um modelo auto-sustentável que ao mesmo tempo levasse os bijagós a manter sua autonomia e também a inserir-se no modelo desenvolvimentista proposto ao país. Essa empreitada não obteve sucesso, visto que quebrava com o modelo social dos ilhéus e não se enquadrava em suas perspectivas de desenvolvimento. Cabe aqui uma reflexão acerca dos ilhéus, ou melhor, desse conceito de ilheidade. As populações que sobreviveram nas ilhas, tinham um modelo aprimorado ao longo de centenas de gerações. Esse modelo sobreviveu à violência do tráfico, à violência da guerra de colonização dos portugueses. Esse modelo está alicerçado nas vivências da tabanca, nas regulamentações geográficas de suas populações, nos saberes intrínsecos às gerações anteriores. É de se pensar que, por melhor que fosse o modelo a ser implementado, esse seria um modelo baseado em modelos racionalistas não internos. E sendo assim, não teria como sobreviver.

O outro movimento que adentra o século XX transformado as sociedades insulares está ligado a manutenção desses espaços enquanto parques e reservas da Biosfera. E foi nesse modelo onde, de alguma forma os bijagós se inseriram. Apesar de a manutenção desse modelo estar nas mãos dos continentais, permite que, dentro de um limite respeitável, as tradições e a sobrevivência da tabanca sejam respeitadas. As ilhas, tornam-se espaço de proteção e os ilhéus, de alguma forma, seus protetores. As tabancas passam a ser espaço de visitação de turistas, contudo, mant m a

sobrevivência das tradições a permite de certa maneira a inserção da população no chamado mundo moderno. O mar, que em alguns momentos é o monstro destruidor das sociedades insulares torna-se a barreira protetora dos ilhéus.

3.2. A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MARÍTIMA.

Com certeza um dos trabalhos mais importantes já produzidos acerca das sociedades bijagós é o capítulo de autoria de Avelino Teixeira da Mota⁶² (1974) denominado *Actividade marítima dos Bijagós nos séculos XVI e XVII*. Certamente para nós essa obra foi fundamental no intuito de identificar, averiguar e buscar informações acerca dessas populações e de suas conexões com o mundo marítimo. Entretanto, Avelino Teixeira da Mota não era um etnógrafo, antropólogo ou um historiador acadêmico. O autor era um oficial português de alta patente que, como muitos em seu tempo, produziu um imenso número de obras acerca das populações que compunham o chamado império Português. Entre elas estavam os bijagós. Seguramente esse trabalho de Teixeira da Mota, que citamos, é a melhor obra que inclui, de alguma forma, os bijagós dentro de um grupo, que hoje vem sendo estudado na antropologia como, *Gentes do Mar*⁶³. Esses homens que sobrevivem em suas ilhas há mais de quinhentos anos produziram e continuam produzindo um imenso conhecimento acerca do mundo marítimo que os cerca. Grande parte de sua mitologia, suas relações imagéticas e sua produção material está alicerçada em sua relação com o oceano. Contudo, o trabalho que Teixeira da Mota nos apresenta busca demonstrar a capacidade guerreira dos bijagós. Seu histórico enquanto piratas da costa, sua capacidade de produção das pirogas ou canoas, seu espírito guerreiro. Essa “visão” proposta pelo oficial da marinha portuguesa tem o seu porquê. Os bijagós foram um dos povos mais resistentes ao domínio colonial. Sua localização geográfica privilegiada, aliada a sua capacidade guerreira fez com que os portugueses amargassem um sem número de derrotas antes de subjugarem os ilhéus, como vimos no capítulo II. Além disso, ao longo dos últimos séculos o que não faltaram foram registros de sequestros, e atos de pirataria desses insulares que se diziam livres dos brancos. Conquanto, aos olhos de hoje as sociedades bijagós podem ser vistas de forma diferente. São eles uma sociedade marítima, altamente estruturada e bem

62 Independente da formação de Avelino Teixeira da Mota é importante relatar que foi um dos homens mais importantes em relação ao levantamento de fontes históricas relativas ao estudo das populações que compunham as colônias portuguesas. Além disso, seus trabalhos são extremamente descritivos com informações detalhadas. Avelino Teixeira da Mota era também homem do mar o que de alguma forma pressupõe um conhecimento e uma curiosidade acerca desses marítimos africanos.

63 De acordo com Antonio Carlos Diegues (2004), podemos definir como Gentes do Mar esse grupo de sociedades que sobrevive nas ilhas ou na costa e que tem seu mundo voltado materialmente, espiritualmente e simbolicamente para o mundo marítimo.

distribuída, que soube como tirar do mar o que lhes era necessário e utilizar das ilhas, seu espaço sagrado e de sobrevivência, como poucas outras sociedades ilhéus souberam. É claro que, hoje, cabe a nós pesquisadores entender os trabalhos anteriores e estabelecer o paralelo necessário para demonstrar o quanto os bijagós são uma sociedade marítima com capacidade de autonomia, mas que, como muitas, sofre com a proximidade da urbanização. Além disso, é importante que tracemos uma linha histórica demonstrando que a potência dessa sociedade marítima foi desmantelada por conta da necessidade de autoridade que o império português tinha com a região. Não fosse por isso é provável que ainda hoje os bijagós possuíssem uma poderosa armada de canoas singrando pela costa africana.

É provável que Hugo Bernatzik, nosso antropólogo, tenha sido um dos últimos homens brancos, senão o último, que viu singrando nos mares uma canoa de guerra Bijagó. Durante sua estada em Bubaque, Bernatzik propôs ao rei uma regata entre uma de suas pirogas e sua canoa a motor. O desafio foi aceito e o antropólogo pôde presenciar a preparação e navegação dessas que eram, em tempos antigos, as mais temidas embarcações acerca do arquipélago dos bijagós. Essa e muitas outras histórias são o arcabouço mítico do aporte guerreiro dos bijagós. De acordo com o Padre Manuel Álvares em 1616:

Quando partem para a guerra, emascaram-se com almagre, pós de carvão e barro branco, enchendo a cabeça de penas de galo. Antes de saírem do porto, entra uma mulher feiticeira na canoa, quebra um ovo poder na almádia; é o lugar deputado para a cerimônia a popa. Tomando água salgada a borrija com a boca, tocando logo os bolis e vasos dos feijões ao redor desse lugar. O capitão levanta da proa as pontas da gazela ao céu, pedindo boa viagem, sem chuvas, trabalhos, e que não faltem as presas e salvamento dos soldados. E logo alçam todos com grita os remos ao ar, abaixando-os logo e remando com tanta força que vai desaparecendo a almádia, ficando sempre a ministra da cerimônia em terra. Tem o capitão certo tempo limitado para tornar; se acabado ele não aparece, se aparelham os melhores soldados, os quais vão correndo por onde lhes parece e tocando umas buzinas, pela linguagem delas, acodem se estão em parte que ouçam. E as mulheres não saem dos portos, vigiando se aparecem. (A. T. MOTA, p. 254.)

Temos aqui uma pequena e rica descrição do envolto ritualístico poderoso que envolvia a ida a guerra por parte dos bijagós. Outros ricos elementos podemos retirar dessa pequena descrição. A participação das mulheres, como muito já foi citado aqui. Em especial a feiticeira que prepara a embarcação para a batalha. Incomoda bastante a alcunha de feiticeira para a sacerdotisa que provavelmente era responsável por fazer o ritual necessário para que a embarcação iniciasse sua jornada. Ainda hoje, no século XXI as canoas ou embarcações que são produzidas manualmente nos estaleiros costumam ser abençoadas, no caso dos cristãos, pelo padre ou pelo pároco da região. Ao que tudo indica essa é uma prática muito comum e utilizada em grande parte das regiões do mundo.

Para além de grandes guerreiros navegadores, os bijagós foram também uma sociedade marítima. Fica claro que esse passado de guerreiros navegadores esplêndidos ficou cravado no imaginário ocidental. E como não temos estudos acerca da vida marítima dos bijagós, de outra forma, essa alcunha se torna nossa porta de entrada para buscar estudar essa cultura marítima tão rica e longeva da costa ocidental do continente africano.

Dos estudos que possuímos e já foram citados aqui, entre eles Jaime Rodrigues (2005), muitos identificaram a existência de muitas sociedades marítimas na costa ocidental africana. Para além dos bijagós, temos como exemplo os Kru, os Muxilundas e outros povos que fizeram do mar seu ponto de referência e de sobrevivência. Contudo, diferentemente dos bijagós, esses povos vivem na costa e não em ilhas. O estudo disso que chamamos de ilheidade constitui um diferencial em relação aos bijagós. As populações das ilhas, apesar do problema em relação a provisão de recursos, tinha uma autonomia muito superior as populações da costa. O espaço das ilhas era um espaço dominado por eles. No caso das populações costeiras, estes estavam muitas vezes dominados ou submetidos por grupos mais poderosos que dividiam com eles o território.

O estudo de uma cultura marítima africana, como já citamos nesse trabalho, é algo que nunca foi produzido. Quando Diegues (2004) nos fala das primeiras sociedades marítimas do mundo, que temos registros, estão entre elas os Egípcios e os Fenícios, no caso os cartagineses. Ambas sociedades africanas, das bordas do mediterrâneo. Quando Diegues nos fala das primeiras viagens marítimas, que temos registros, é do périplo de Hanão, Rei de Cartágo que viajou pela costa da África, provavelmente pelo século V a.C.. Sendo assim, é de se presumir que existe uma história da cultura marítima na África para ser escrita, o que nos falta são pesquisas que permitam conectar todos esses eventos e sujeitos para poder demonstrar o quanto os africanos ao longo dos séculos se dedicaram ao mar. O quanto as sociedades africanas souberam aproveitar do mar para sobreviver e conviver com o mesmo.

Dentre os principais problemas elaborados por Diegues, em seus trabalhos para estudar as sociedades marítimas, está o de que essas sociedades são vista aos olhos da ciência moderna como sociedades que apenas se utilizam do mar. Retiram dele o que era necessário e “conviviam” com esse meio naturalmente. Para Diegues, é preciso que o estudo dessas sociedades se dê a partir de um estudo multidisciplinar das ciências sociais. Significa que é preciso olhar para elas a partir de um olhar histórico, antropológico e sociológico. Dessa forma podemos entender sua conexão com esse ambiente, o mar, tão importante e relevante nas sociedades ancestrais, principalmente no continente africano.

Quando refletimos sobre a cultura marítima em termos científicos, os primeiros trabalhos científicos nos remetem ao período das grandes navegações. Quando muito, algumas incursões há

alguns séculos anteriores e a pesca de grande porte nos países nórdicos. Se pensarmos que as primeiras populações de humanos migraram do continente africano provavelmente há 130.000 anos é quase certo, que esses humanos já produziam canoas, já haviam se utilizado da pesca e já cultivavam, de alguma forma uma cultura marítima. Sendo assim, a cultura marítima do continente africano é longa e rica, poderosa e transformadora, mas quase sem estudos. Quando estudamos a cultura marítima dos portugueses, dos espanhóis, essas sim possuem muitos estudos, nos deparamos com trabalhos de conclusão de curso, dissertação e teses acerca das confrarias de pescadores, dos construtores de embarcações, dos pescadores de atum do norte com um acúmulo fantástico de transferência de saberes ao longo de centenas de anos. São trabalhos riquíssimos em detalhes que nos demonstram o quanto a pesca foi importante na constituição dessas que foram as nações que tiveram a primazia no período dos chamados descobrimentos. Contudo, esses trabalhos não chegam a estudar mais do que oitocentos anos. Provavelmente, nesse período, os bijagós já eram donos absolutos das ilhas e apossavam grande parte dos grupos da costa. Tinham uma rica cultura marítima desenvolvida há muito tempo em torno da construção de canoas e navegação. Sem falar no uso dos recursos marítimos, de suas fases de pesca e sua escassez. Essa reflexão serve para que possamos entender esse hiato que existe acerca dos estudos sobre cultura marítima na Europa e na África.

Em termos de Brasil, de acordo com Diegues já possuímos, desde a década de 70 do século passado um número considerável de pesquisas e encontros que tratam desses sujeitos. Nesse âmbito, as populações que mais receberam atenção até o momento são os chamados caiçaras, principalmente da região do entorno entre Rio de Janeiro e São Paulo. Também foram estudados de alguma forma a já constam em manuais de história do Brasil as populações denominadas Ribeirinhos. Esses são em grande maioria originários da região Norte do Brasil e sobrevivem nas margens dos grandes rios como o Amazonas, o Negro e o Solimões, tendo contatos regulares com a costa. O sul do Brasil também já foi alvo da pesquisa em termos de cultura marítima, em relação aos pescadores da região de Rio Grande, uma das cidades mais antigas do Brasil. Sendo assim, nos propomos aqui a utilizar das ferramentas pensadas para analisar esses sujeitos da costa Brasileira buscando entender outros sujeitos do outro lado do Atlântico.

De acordo com Avelino Teixeira (1974) e grande parte dos historiadores, os bijagós vieram do continente em fuga das pressões populacionais causadas provavelmente pela ampliação do território dos povos islamizados, em especial os Biafadas. Sendo assim, considera-se que os bijagós não eram uma sociedade insular, eram provavelmente uma sociedade costeira. E que se constituíram como uma sociedade insular ao longo do tempo.

A construção de uma sociedade marítima se dá a partir da construção de particularismos acerca dos elementos simbólicos, mágicos e ritualísticos que envolvem esse ambiente das ilhas, ambiente esse bastante particular em relação a outros. De acordo com Diegues (2004), a vida no mar é marcada por particularidades como contingências naturais, temores, medos, naufrágios, enchentes, o mar é um elemento quase que definidor no cotidiano dessas populações. Contudo, isso não deve ser naturalizado. Cada sociedade marítima divide seu mundo com o ambiente de forma diferente e se constrói a partir dele. Cada população possui sua ilheidade de forma distinta.

Os bijagós, além do mar, possuíam uma relação muito forte com o cultivo do arroz. Sendo assim, dividiam suas práticas em práticas marítimas e práticas terrestres. Fazia-se necessário o conhecimento do mar, da produção de canoas, das práticas de pesca, como também das práticas de cultivo e plantio. Essa divisão, contudo, no caso dos bijagós, é marcada profundamente com a relação de gênero. As mulheres eram responsáveis pelo plantio e por cuidar das casas e das crianças, enquanto os homens eram responsáveis pela produção das canoas e pelos combates, sequestros e atividades pesqueira e de pirataria.

Essa diferença nas atribuições relacionadas a questão de gênero em nada exclui as mulheres de serem agentes produtoras e disseminadoras da cultura marítima. Não participavam da construção das embarcações, nem da pesca, mas são elas que fazem a coleta dos frutos do mar, são elas que também conhecem e sobrevivem nas ilhas, constituindo-se assim como participantes ativas dessa cultura e construtoras conjuntas da mesma. Uma cultura humana deve ser vista como uma cultura de complementaridade. Ou seja, se algum dos gêneros faz alguma atividade, não é estritamente necessário que o outro também faça. Contudo, é importante entender que se um faz apenas uma atividade, o outro está necessariamente fazendo algo que este não faz. Sendo assim, são gêneros complementares e consideramos ambos como produtores da cultura.

Como já vimos até aqui, é inegável a participação ativa das mulheres bijagós na construção de suas sociedades ao longo do tempo. Dentro das sociedades marítimas, em grande maioria, há uma segregação em relação as mulheres. São pouquíssimos os casos onde identificamos mulheres trabalhando em embarcações ou mesmo na pesca. Existem casos, sim⁶⁴. Existem registros e essa situação vem se transformando ao longo do tempo. Contudo, nos registros que possuímos e, principalmente, no caso dos bijagós, são os homens que se fazem ao mar e que constroem as

64 Jaime Rodrigues faz uma menção em uma nota de rodapé referente a uma africana de nome Dadah que estava registrada como tripulante na escuna *Dona Bárbara*. De acordo com o autor a africana teria sido alçada do porão para prestar serviços na equipagem. Também, de acordo com o autor, em razão da morte ou deserção de algum marujo. RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários no tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo, Cia das Letras, 2005. Nota do Cap.06, p. 353/354.

embarcações. Como nos diz Alvares de Almada (1594); *os homens não fazem mais que três coisas; guerrear, fazer embarcações e tirar vinho de palmeira.*

Entendemos, então, que as sociedades bijagós construíram sua maritimidade. Foram construídas forjando e transformando sua ilheidade. Sua relação com as ilhas e com o mar foi ponto determinante e é até hoje definidor em suas práticas. Desde sua relação imagética, seus desenhos, até suas crenças estão permeadas pela participação do mar e dos seres marinhos. Entender esse mundo, essa construção, faz parte do nosso trabalho. Entender os bijagós como destemidos piratas em pleno final do século XIX, temidos pelos próprios colonialistas, é apenas uma das muitas faces de uma sociedade marítima insular que conseguiu construir sua autonomia a partir da relação harmoniosa com seu meio ambiente.

Dentro da discussão sobre a construção social dos bijagós, cabem mais duas particularidades. A primeira, baseada na transmissão dos conhecimentos feita a partir da oralidade e do fato dessa ferramenta ter se mostrado extremamente fecunda e eficaz ao longo do tempo. E a segunda, vinculada à importância dos conhecimento endógenos ou ancestrais terem sobrevivido, o quando foi possível, e terem também se mostrado extremamente eficazes e fecundos.⁶⁵

De acordo com Diegues (2004) uma característica dessas sociedades marítimas é a transmissão dos conhecimentos por meio da oralidade. Entretanto, esses conhecimentos são postos a prova a cada geração. Ou seja, cada grupo que recebe o conhecimento necessita utilizá-lo e experimentá-lo. O que sugere que, ao longo do tempo, o conhecimento vai sendo transformado e ampliado. A ideia de que o conhecimento endógeno é um conhecimento rígido e que não se transforma é uma ideia ultrapassada. É provável que talvez não esteja sujeito as mesmas regras de transformação da ciência moderna, como nos diz Carvalho (2015), mas não está de forma alguma estancado, ou ultrapassado.

65 Nosso trabalho tem por base o pressuposto de que os conhecimentos e saberes ditos endógenos são extremamente importantes para as sociedades do século XXI. Não só os saberes em si mas também suas formas de transferência. Quanto ao poder da oralidade o texto mais importante que utilizamos foi o de Geoffroy Botoyiyé. O texto em questão compõe o livro que foi basilar para nossas pesquisas. *O que pode a escrita? (pgs.339-350) in. HOUNTONDJI, Paulin (Org). O antigo e o moderno: a produção do saber na África Contemporânea.* Lisboa, Edições Pedagogo, 2012.

Como forma de exemplo temos o documentário, de 2015, *Feito torto pra ficar direito*⁶⁶, acerca das construções de embarcações no Brasil de forma artesanal, em que os mestres construtores descrevem como aprenderam e como incorporaram ao longo do tempo modificações em suas práticas. Apesar de serem em grande parte analfabetos, esses mestres sabem muito bem “ler” o mundo ao seu redor e buscam entender como foram fabricadas outras embarcações de forma a poder utilizar práticas novas e atualizações em seus barcos ou canoas.

Muitos poderiam ser os exemplos acerca das transformações ocorridas em embarcações e que foram produzidas a partir da experimentação das gentes do mar. Uma das que mais nos chama a atenção diz respeito à utilização de água salgada nas velas quando o marinheiro deseja atingir uma maior velocidade. Nas canoas a vela que singram os mares do nordeste brasileiro essa é uma prática usual. Quando o vento bate forte e de uma determinada maneira, que apenas o piloto conhece, ele passa a jogar água salgada nas velas. Para o marinheiro de primeira viagem não há motivo para tal prática. Contudo, aos poucos a embarcação vai aumentando a velocidade até atingir seu máximo. A água salgada impermeabiliza a vela em relação ao vento. Com o tecido molhado a vela absorve mais vento e faz a embarcação andar mais rápido. Não são todas as velas em que se pode utilizar dessa técnica, apenas aquelas produzidas a partir de um determinado tecido.

Esse é apenas um rico exemplo de muitos que poderíamos demonstrar em relação aos usos dos saberes das gentes do mar e de sua transferência oral a partir de conhecimentos adquiridos pela experiência, ou ditos endógenos.

Cabe a nós hoje, no século XXI, entender e valorizar a importância dessa transmissão oral e da prática da transmissão do conhecimento endógeno. Como forma de sobrevivência dessas sociedades e como forma de acumulação de conhecimento necessário ao desenvolvimento humano no século XXI. O saber acadêmico e bibliográfico que nos trouxe até aqui precisa ser revisado. No caso da cultura marítima e no caso das sociedades africanas, esse saber não detém, de forma alguma, a capacidade transformadora que detém nas sociedades urbanas ocidentais. Nosso trabalho aqui é, também, tentar dimensionar a potência dessa forma de transmissão de conhecimento para

66 Grande parte do patrimônio naval da humanidade está representada nos barcos tradicionais brasileiros, mais do que em qualquer outro país do planeta. *FEITO TORTO PRA FICAR DIREITO* é um documentário que revela o saber naval dos mestres carpinteiros brasileiros anônimos e apresenta seus estaleiros artesanais e as comunidades originais onde este saber foi passado de geração para geração, em contraponto ao drama de uma atividade condenada a extinção. Lançado em 2015, com direção de Bhig Villas Bôas e participação de Amir Klink é uma obra essencial para o entendimento de como funciona o trabalho artesanal de construção de embarcações no Brasil. Produzido pela Ocean filmes. O trailer pode ser acessado pelo endereço eletrônico; <https://www.facebook.com/FeitoTortoPraFicarDireito/videos/846297348802233/>. Último acesso em 24/01/2020. Outro importante documentário acerca da construção de embarcações é o trabalho; *Un fleuve humain* documentário de 2006 que trata da mesma temática, da construção de embarcações e da vida daqueles que sobrevivem no entorno dos rios, lagos e lagoas que se relacionam com o mar. O documentário foi produzido na região do rio Níger e pode ser acessado na íntegra a partir do endereço eletrônico; <https://www.youtube.com/watch?v=1BwVeypmAx4>. Último acesso em 24/01/2020.

que em futuros trabalhos acadêmicos seja mais fácil entender e aceitar que alguns modelos de sociedade apresentam formas de transmissão distintas da nossa e que isso também deve ser considerado transmissão de conhecimento.

A cultura marítima africana está lá, viva, para quem puder ver. Os pescadores da costa ocidental da Guiné, os construtores de canoas no Níger, os pescadores de Madagascar, os veleiros do rio Nilo, estão todos lá. Sua cultura é milenar, seu trabalho é grandioso e incessante. Entretanto, não estão nos livros. Não existem trabalhos acadêmicos acerca desse assunto. Suas histórias não foram contadas. Ou se foram, não estão disponíveis a nós. Mas a partir de migalhas, a partir de poucas fontes e fortes ferramentas de entendimento acreditamos ser possível construir uma história da cultura marítima africana, ou, pelo menos, esboçar alguns elementos que possam no futuro dar suporte e continuidade a esse trabalho.

3.3. CULTURA MARÍTIMA AFRICANA NA COSTA OCIDENTAL

De acordo com Kwame Appiah (1997)⁶⁷ a vida cultural da África Negra permaneceu basicamente não afetada pelas culturas Europeias até o final do século XIX. Consideramos um certo exagero nessa afirmação, principalmente se colocarmos em pauta a questão do tráfico internacional de escravos que se fez presente nessa área desde o século XVI até quase a entrada do século XX. Entretanto, existe algo de muito importante nessa afirmação do autor. De que a cultura africana não foi transformada pela cultura europeia até a entrada do século XX. Mais do que isso, que a cultura africana sobreviveu a violência da cultura europeia por todo esse período e que está inclusive viva até o século XXI.

Como exemplo podemos pensar que, de acordo com SMITH (1970), no século XI os pescadores do Alto Níger transportavam comerciantes e mercadorias ao longo do rio na rota entre Ras-el-ma e Gao. Quase sete séculos depois, Mungo Park descreve uma canoa bambara transportando cavalos e pessoas.⁶⁸ Todo o transporte e movimentação de grande porte tinha de ser feito por embarcações, visto que haviam poucas rotas terrestres. Conforme SMITH (1970), “há

67 APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997. O livro de Kwame Appiah citado é considerado por nós uma importante obra de referência para o leitor entender a importância da cultura africana e de suas filosofias frente ao mundo moderno e urbano ocidental. Diferentemente da obra de Paulin Houtoundji, Appiah é um autor que migrou para o mundo ocidental, não só fisicamente como também em termos teóricos. É visível uma enorme distância entre o trabalho de ambos. Entretanto, consideramos importantes as reflexões de Appiah no sentido de refletir acerca da existência e importância de uma identidade e uma cultura africana.

68 Como fonte para o século XI, SMITH utilizou o texto de El-Bekri, *Description del afrique setentrionale*, o texto de referência para a descrição de Mungo Park é *Travels in the Interior Districts of Africa (1797)*. Essas são fontes específicas utilizadas no trabalho do autor e que em algumas partes fazem referência a utilização de embarcações.

evidências suficientes para sugerir que a canoa ocupa um lugar de importância na história dos povos costeiros, lagunares e ribeirinhos, igual ao do cavalo na história dos estados da savana” (p.19).

Podemos supor, então, que em se tratando da cultura marítima essa afirmação, de que as culturas africanas não foram completamente modificadas, toma contornos ainda mais verossímeis. A forma de construir suas embarcações, a forma de pescar, de navegar, de encontrar a madeira ideal para a embarcação. Os rituais de preparação para as atividades marítimas, os rituais necessários para levar uma embarcação a guerra. Todos os elementos ligados diretamente a cultura marítima se mantiveram, ou melhor, absorveram elementos que podem ser considerados novas tecnologias, sem perder seus elementos tradicionais.

As embarcações possuíam propulsão a remo ou punção, em locais rasos, que é a utilização de uma vara comprida o suficiente pra tocar o fundo e possibilitar a movimentação da canoa. Entretanto, existem referências à utilização de velas de diversos tipos, seja de panos ou de outros materiais como fibras trançadas de palmeiras ou outros tipos de cipós. Provavelmente a utilização de velas se deu a partir do contato com os portugueses na região. Contudo, os bijagós não utilizaram dessa adaptação em suas embarcações.

Robin Law (1989) também reflete que houve transferência na tecnologia de navegação e navegabilidade entre a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos, pois a primeira detinha uma tecnologia na construção das canoas que eram vendidas aos europeus antes da chegada na segunda, pois eram necessárias para o embarque e desembarque das mercadorias. Law argumenta que a solução de problemas foi uma combinação de conhecimentos ancestrais de uma região, somados ao impulso ocorrido com o fortalecimento do comércio com os europeus.

No caso dos bijagós, mais do que nunca, nos serve de exemplo da continuidade. Em plena década de 1930, Hugo Bernatzik presenciou a construção e a navegação de uma embarcação totalmente preparada a partir das tecnologias utilizadas há dezenas de anos pelos ilhéus. É certo que depois desse avento a cultura marítima dos bijagós se despedaçou.

Quanto a absorção de novas tecnologias, Christine Henry (1988) nos deixa uma pista quando reflete acerca das descrições de Alvise de Cadamosto (1457), Lemos Coelho (1669), e o Padre Manuel Álvarez (1616).

Pode-se supor que o marinheiro atento que era Cadamosto teria notado, se tivesse visto, a presença de um bordo acrescentado nas pirogas bijagós, e daí concluído que, durante os 150 anos que separam estes dois testemunhos, os bijagós tinham enriquecido o seu saber com esta técnica de construção náutica. Teriam eles também adotado o remo? Ainda que Manuel Álvares fale de remadores, é difícil decidir sobre esse ponto. (HENRY, 1988, p. 28).

É a mesma autora que vai nos relatar que de acordo com os cronistas dos séculos XVI e XVII os homens bijagós não tinham outras atividades do que a guerra e as tarefas a ela ligadas, como construir as almádias, fazer os rituais necessários e sacramentar sua cultura marítima.

Não seria correto afirmar que existe uma cultura marítima africana, apenas. Por diversas vezes nesse trabalho nos referimos a existência de uma cultura dos bijagós como sendo múltipla. Ou seja, são diversas as ilhas, diversas tabancas e cada qual possui particularidades que para o nosso trabalho são consideradas como particularidades importantes. Se para os bijagós, que vivem em um espaço geográfico minúsculo em relação ao continente africano, consideramos a existência de múltiplas culturas, para o continente africano esse número pode ser considerado infinitamente maior. E em se tratando de culturas marítimas que podem ainda vir a englobar também as culturas que consideramos como marítimas mas que são produzidas por povos que sobrevivem também nos rios como no caso do Nilo, ou do Níger esse número torna-se imenso.

É provável que o método de fabricação das embarcações não tenha sofrido grandes transformações em um longo espaço temporal. Nos rios e em toda costa o transporte de bens, pessoas, escravos, armamentos e todo tipo de produto dependia desse meio.

Para além da fabricação a cultura marítima em si existe também a questão dos trabalhadores que se envolveram nessa faina. Centenas ou milhares de africanos foram envolvidos nesse ofício de embarcar e desembarcar produtos das navas europeias. Provavelmente, antes da chegada dos europeus havia uma cultura marítima viva e possante. Contudo, depois do início do comércio com os europeus a utilização de mão de obra e produção de canoas na região tomou proporções inimagináveis.

O trabalho de Peter Gutkind (1989) faz um enorme levantamento do trabalho dos canoeiros na costa do ouro. O autor identifica os Fante, até o século XVIII como sendo o grupo principal entre os canoeiros. Gutkind baseia seu texto nas relações trabalhistas da região. Faz um importante levantamento demonstrando aquilo que já havíamos citado desde o início de nossa pesquisa. Que os canoeiros foram uma peça fundamental durante todo o processo de desenvolvimento do comércio na costa ocidental africana. Além disso, o autor demonstra a força que esse grupo teve por diversas vezes, quando por algum incidente resolveu não trabalhar ou mesmo diminuir a velocidade de trabalho. Gutkind cita por diversas vezes que os europeus reclamavam de que os canoeiros eram preguiçosos, ladrões e que buscavam fazer negócios pela costa, dificultando o controle dos europeus. Como já vimos antes, essas eram práticas importantes de sobrevivência das populações e muitas vezes respondiam pelo verdadeiro objetivo dos canoeiros estarem a serviço dos europeus. Além disso, o autor demonstra que os castigos com os canoeiros que não seguiam as regras dos gerais ou capitães, fossem eles de qualquer nação, ia de chibatadas a serem vendidos como

escravos. O texto de Gutkind é um importante trabalho acerca das relações trabalhistas na Costa do Ouro entre canoieiros africanos e europeus. Entretanto, apesar de sua importância, que sugeriu esse parágrafo, não é o foco direto de nosso trabalho, visto que buscamos as relações que estão para além do contato com os europeus. Contudo, consideramos um trabalho extremamente importante e pouco divulgado e por isso buscamos incluir sua reflexão aqui.

Sendo assim, buscamos aqui navegar nas linhas gerais da cultura marítima africana, fazendo dos bijagós nosso exemplo mais próximo e utilizar das ferramentas metodológicas já apresentadas anteriormente, principalmente acerca dos trabalhos de Antonio Diegues (1988; 1997; 1999; 2004), para demonstrar a existência dessa cultura tão rica e longeva, mas que continua distante dos trabalhos acadêmicos.

O primeiro trabalho que nos fez questionar e refletir acerca da existência ou não de uma cultura marítima africana foi o artigo de Jean-Pierre Chauveau (1986), já citado por nós: *Une histoire maritime africaine est-elle possible?*. Esse importante trabalho que nós faz refletir acerca da existência de uma possível história marítima africana também nós incentivou a pensar em uma cultura marítima, ou melhor, na existência de muitas culturas marítimas africanas. Culturas que se entrelaçaram ao longo de centenas de anos, que viram a chegada dos europeus às costas do continente africano, que se interconectaram a partir do período das chamadas grandes navegações. Que sobreviveram, se beneficiaram ou sucumbiram à violência do tráfico internacional de escravos e do período colonialista. Acreditamos ser possível a escrita de uma história marítima africana. Entretanto, não nos consideramos capazes de fazê-lo. Seriam necessários recursos financeiros e de tempo que não dispomos. Além disso, não nos propomos a escrever grandes narrativas. Ao invés disso, nosso objetivo foi sempre buscar os pequenos movimentos, as pequenas histórias, como a de Olaudah Equiano⁶⁹ e a dos bijagós, pinçá-las e trazê-las a vida para que de alguma forma demonstrem e enriqueçam a existência de sujeitos no continente africano. Sujeitos ativos e construtores de seu próprio destino, de sua própria cultura.

Para falar das culturas marítimas africanas nos alicerçamos em autores que de alguma maneira buscaram encontrar a vida dos africanos ligados ao mar ou que de alguma forma estiveram em contato com embarcações. Esses autores são diversos e suas perspectivas também. Além disso, grande parte desses trabalhos está concentrada em um largo espaço de tempo, mais ou menos do início das grandes navegações, ou seja, pelo século XIV, até pelo menos o início do século XX, como é o caso da descrição de Hugo Bernatzik que utilizamos como fonte nesse trabalho.

69 CANTO, Rafael Antunes do. *Olaudah Equiano: a vida de um marinheiro negro no Atlântico do século XVIII e a memória de África*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2015. Repositório digital da UFRGS, último acesso em 13.03.2020.

Consideramos esse espaço de tempo exagerado e difícil de trabalhar. Contudo, se pensarmos que existe uma imensa dificuldade em encontrar trabalhos acadêmicos, ou mesmo textos escritos acerca da cultura marítima e mais ainda da África nesse espaço temporal, podemos pensar que essa é a melhor forma de tentar demonstrar a existência de uma cultura marítima africana. Além disso, se nos orientarmos pela assertiva de Appiah (1997) de que foi pouca a transformação sofrida pelas culturas africanas ao longo desse período, acreditamos ser possível navegar por esse largo espaço temporal encontrando traços das culturas marítimas africanas.

A visão de África que nos propomos desde o início desse trabalho é uma visão que busque entender e vislumbrar as sociedades africanas a partir de uma visão interna, ou seja, endógena. Essa é a forma mais difícil de encontrar essas histórias e sociedades, visto que, para nossos parâmetros científicos não existe quase nada escrito sobre nosso tema pelas mãos de autores africanos. Sendo assim, o que fazemos é buscar a literatura pertinente e mapear, refletir sobre ela entendendo e vislumbrando o mundo da cultura marítima africana. Buscamos nas entrelinhas, nas dobras, nos espaços vazios e, na maioria das vezes, nas representações feitas por cronistas. O não escrever o vazio também é uma forma de mostrar. O não escrito é uma forma de encontrar aquilo que não está no texto. Cada fonte que descreve uma viagem durante esse período, em grande parte das vezes, é uma viagem de barco e, sendo assim, ali está um pouco da cultura marítima.

Um dos autores que vai nos dar uma primeira pista sobre a cultura marítima das sociedades da África Ocidental é Alberto da Costa e Silva. O autor, que possui uma extensa e rica bibliografia acerca do continente africano, possui três obras de grande importância no que toca a nosso tema específico⁷⁰. Dos trabalhos de Costa e Silva não são poucas as referências às culturas marítimas da costa ocidental africana. Em diversos momentos, o autor refere-se a determinados grupos ou comunidades e às suas capacidades náuticas, sua destreza no mar, suas relações comerciais, lembrando que todo e qualquer deslocamento que fosse feito nessa região se dava por mar e rio, ou quase todo. Além disso, o autor nos demonstra a importância da cultura marítima africana no decorrer dos séculos, contudo, é claro, sem referir esse traço. Cabe a nós, nesse trabalho, pinçar algumas dessas passagens e demonstrar o quanto essa cultura era profundamente enraizada no modo de vida das comunidades africanas. Inclusive, por diversas vezes, Costa e Silva se refere diretamente aos *bijagós*, tratando de sua ferocidade no trato com as comunidades do entorno.

Em suas belas almadias de guerra, tendo na proa a cabeça esculpida de um boi, os *bijagós* navegavam no mar alto que separava o continente das ilhas onde viviam. Suas embarcações, escavadas num só tronco de árvore, podiam ter mais de 21 m de

70 As quatro obras específicas de Alberto da Costa e Silva que consideramos mais importantes para nosso trabalho são: Um rio chamado atlântico (2003), A manilha e o libambo (2002), A enxada e a lança (1996) e Imagens da África (2012).

comprimento, e com algumas pranchas, que ajuntavam aos lados, ampliavam-lhes a capacidade de carga. Em cada uma dessas almadias, podiam viajar dezenas de guerreiros, e ainda havia espaço para os cativos e o gado que trouxessem da pilhagem. Nus, só de virilhas cobertas, e pintados de almagre e gesso, com penas de aves presas aos cabelos entrançados e rabos de cavalo pendurados ao pescoço, e muitos guizos e sinetas, e armados de escudos de verga, azagaias de ferro, espadas curvas, arcos e flechas, em cujas pontas punham as espinhas peçonhentas de um bagre, saíam a saquear as aldeias do continente. Viviam da pirataria e pronto transferiram sua cobiça, do saque das tulhas de arroz, da pimenta e do gado, para a captura de seres humanos, que vendiam aos portugueses. (A manilha e o libambo, p.147).

A passagem acima se refere ao trânsito de apresamento dos escravizados para serem vendidos. Também os bijagós figuram em trechos onde Costa e Silva se remete principalmente ao enorme comércio de cabotagem que acontecia na costa ocidental. Além do uso das canoas, como forma de adentrar o continente para buscar e vender produtos no interior, as embarcações serviam também para essa forma de comércio costeiro.

Dessa forma, podemos identificar que existia uma imensa necessidade de produção e manutenção dessas embarcações. De acordo com Smith (1970), os construtores das embarcações viviam nas florestas onde era possível retirar madeiras específicas para a produção das embarcações. Esses locais eram também importantes para fabricar a canoa, o que levava bastante tempo. Lugares específicos onde seria possível transportá-la e depois de pronta ser colocada na água. Normalmente a canoa era escavada em um tronco. Olfert Dapper (1668) faz uma descrição de como eram fabricadas as canoas na região da costa do ouro.

... elas são feitas em uma única peça, a partir de um único tronco de árvore, que os Negros fabricam dessa maneira. Eles arredondam o tronco em cada extremidade e o desenterram com uma ferramenta de ferro. Eles deixam a espessura de dois dedos na parte inferior e um dedo nas laterais: e depois queimam palha na cavidade, para impedir que o sol divida o barco ou os vermes entrem. Os lados são sustentados por estacas de madeira [presumivelmente para impedir a expansão da madeira com aquecimento] ... Alguns dos maiores tamanhos são feitos no Cabo das Três Puntas, onde as árvores crescem com dezessete ou dezoito vãos de circunferência.(p.297).

Nessa passagem é possível ver também referência nas semelhanças entre a construção das embarcações, canoas, na África e no Brasil. A queima da palha no interior da canoa durante o período de construção é, até hoje, utilizada pelos construtores brasileiros. É possível constatar isso a partir do documentário já citado aqui, *Feito torto pra ficar direito*. Quanto ao tamanho das canoas, isso podia variar muito. Temos referências de canoas que poderiam comportar até 100 pessoas e canoas que serviam a apenas uma pessoa. Algumas canoas foram, inclusive, utilizadas com armas de guerra presas às laterais. Além dessas canoas imensas, também eram utilizadas amarrações com toras, que apesar de perderem em termos de navegabilidade e agilidade compensavam em termos de capacidade de carga. No Brasil, essas embarcações são conhecidas por Jangadas e são utilizadas até

os dias de hoje. Antes eram feitas com a raiz de uma árvore chamada Piuba, mas hoje são produzidas com tábuas e possuem inclusive uma capacidade maior de carga.

As jangadas nordestinas são famosas no mundo todo por possuírem em sua fabricação e navegação a utilização de tecnologias náuticas únicas e que só tem comparação com as embarcações mais desenvolvidas em termos tecnológicos. A jangada foi modificada em relação às madeiras de construção, contudo manteve o sistema velico centenário que foi uma adaptação das jangadas indígenas, absorvendo a utilização das velas a partir do contato com os portugueses. De acordo com o navegador Amir Klink, a jangada é uma resposta a todos os problemas do lugar onde ela foi desenvolvida.⁷¹

Para além da construção, seria necessário um grupo de pessoas, no caso costeiro eram normalmente homens, que fossem capazes de navegar com essas canoas por entre os baixios da costa, saber as entradas e saídas dos rios, movimento das mares, dos ventos e uma série de conhecimentos náuticos e da natureza, necessários para movimentar-se na região.

Robin Law (1989) refere que as canoas utilizadas na Costa dos Escravos eram produzidas na Costa do Ouro. Entretanto, sofriam uma adaptação no trânsito de uma região para outra. No caminho, o carpinteiro do navio colocava pequenas tábuas encaixadas, provavelmente, como bancos, com o intuito de diminuir a entrada de água na embarcação devido a força do mar. Inclusive, é possível saber aproximadamente o custo de uma dessas canoas. Em 1670, uma grande canoa boa para o comércio em Allada era comprada em Takoradi por aproximadamente cinquenta mosquetes. Cada mosquete custava em torno de um dólar cada na Holanda. Esses dados servem para termos noção de que havia um grande mercado de construção de embarcações, encomendas, transportes envolvidos. O que projeta uma grande quantidade de construtores envolvidos nessa empresa. Construtores africanos.

De acordo com Costa e Silva (2001) os bens negociados iam sendo trocados e iam passando de grupo para grupo adentrando o continente. Entre os grupos que comerciavam entre si estavam: ibos, ijós, edos, itsequiris, iorubas, guns, huedás, gãs, acãs, crus, xerbros, sapes, bulons, banhuns, beafadas, bijagós, nhomincas, mandingas, vais, sereres, jafolos e muitos outros⁷². É muito provável que a maioria desse povos não fossem produtores de suas canoas e que não constituíssem uma cultura marítima. O que levava estes a utilizarem das embarcações e dos conhecimentos desses

71 A fala do navegador Amir Klink em relação à importância e o desenvolvimento das jangadas nordestinas pode ser vista no documentário já citado aqui, *Feito torto pra ficar direito*, (2015).

72 É interessante pensar que a maior parte desses nomes, desses grupos étnicos são completamente desconhecidos em termos de pesquisa. Só apenas alguns que figuraram não panteão dos grupos africanos a ponto de serem identificados por grande parte dos pesquisadores. São eles os iorubás, mandingas e talvez os ibos. Todos os outros acabam por serem apresentados dentro de uma “vala comum” como africanos, ou negros.

outros que dominavam essa tecnologia. Apenas alguns deles deviam dedicar-se a essa tarefa, visto que, necessita tempo e tecnologia desenvolvida por muitas gerações para que se possa produzir uma embarcação como a descrita por Costa e Silva, capaz de levar muitas pessoas e provisões. Tecidos, contas, joias, arroz, peixe seco, sal, moluscos, ferro, cobre, entre outros eram transportados desde o cabo de São Paulo na atual Gana até o Delta do Níger. Todo esse trajeto feito por canoas que varavam os rios, costeavam os recifes e por vez ou outra adentravam enseadas.

De acordo com Smith (1970) haviam locais onde os construtores de embarcação eram mais especializados e requisitados. O que devia acontecer também em relação aos bijagós. Tanto pela habilidade dos construtores, quanto pela quantidade e qualidade de matéria-prima. Além disso, algumas populações não deviam produzir embarcações para outras devido aos conflitos. O mesmo autor nos fala que dois povos, escravizados, eram proeminentes construtores de embarcações para o império Songai, eram eles: os tyindiketa e os zendji. Além destes outros povos, também ficaram conhecidos por sua produção de embarcações os boughiye, na margem sul da lagoa de Lagos; os ijo da floresta do alto rio Benin; e os apoi do delta central.

Outras duas importantes referências que temos dizem respeito aos fante, ou fanti, e são dadas também por Costa e Silva (2001). Em uma delas o autor refere uma série de etnias da costa ocidental que utilizam da pesca como uma forma complementar em suas atividades e junto a elas cita outros povos que tem essa prática como sua atividade principal. Entre os povos que tem na pesca sua atividade principal estão os fante. Além disso, em outra passagem Costa e Silva descreve como se davam os negócios de escravos entre a costa e o interior, no início do século XVI. Nesse trecho, descreve que os fante seriam alguns dos intermediários entre “o mar e a floresta” (p.628).

Os fanti, de acordo com relatos, eram ótimos navegadores e participavam do embarque e desembarque para os europeus. Os marinheiros da Costa do Ouro eram reconhecidos como ótimos navegadores como diz Smith (1970). Inclusive, existem referências de que alguns marinheiros recebiam salários durante o tempo em que ficavam a serviço dos europeus. Em algumas regiões, devido ao difícil acesso à costa, era imprescindível a participação dos canoeiros.

De acordo com Barbot (1720)⁷³, os marinheiros de axim e winneba junto com os mina também eram conhecidos por sua capacidade náutica. Eram capazes de manobrar suas embarcações nas piores situações do mar e conseguiam passar pelos corais e baixios. Os mina, inclusive, seriam

73 BARBOT, Jean. A description of the coasts of north and south-Guinea, and of the Ethiopia inferior, vulgarly Angola... And a new relation of the province of Guiana, and of the great rivers of Amazons and Oronoque in South-America. With an appendix being a general account on the first discoveries of America, in the fourteenth century, and some observations thereon. And a geographical, political, and natural history of the Antilles-Islands, in the North-Sea of America 722 p. Paris, 1720. Digital reproduction of original privately owned by Sid Lapidus, Class of 1959. Scanned by the Princeton University Library Digital Studio during 2012-2013. O texto de Jean Barbot contem uma série de informações acerca das populações da costa ocidental africana e de suas capacidades náuticas.

capazes de navegar da costa da Guiné até Angola, alimentando-se de um biscoito assado especialmente para isso que poderia durar de 3 a 4 meses. É interessante pensar que a navegação da costa da Guiné até Angola é feita, predominantemente, com ventos e corrente contrárias.

Até esse momento já podemos identificar diversas comunidades africanas que tinham, de alguma forma, sua atividade ligada ao mar, inclusive algumas altamente especializadas, outras nem tanto. Contudo, algo que não se pode negar é a importância da cultura marítima no desenvolvimento político, social e econômico da costa ocidental africana.

Alberto da Costa e Silva (2011) tem um capítulo de seu livro destinado aos chamados lançados. Homens que viviam na costa ocidental africana a partir da chegada dos europeus. Homens que aos poucos foram mesclando-se com as populações locais. Por meio de casamentos ou mesmo de alianças comerciais. Junto a esses homens surge um grupo de sujeitos denominados grumetes. Esses grumetes nos termos náuticos referem-se na maioria das vezes a moços jovens que adentravam as embarcações com vistas a aprender o ofício do mar. Entretanto, a partir do contato de europeus e africanos, esses grumetes⁷⁴ em embarcações europeias eram muitas vezes um negro africano, ou filho de um casamento com uma africana, nem tão jovem, mas que buscava aprender sobre aquelas novas embarcações, sobre as velas, sobre os mecanismos de navegação. Eram possivelmente africanos, que em sua terra, em seu ofício, trabalhavam nas canoas, ou mesmo no fabrico das mesmas. De acordo com Costa e Silva:

Alguma vez, de imprevisto, encontrou-se um tradutor num daqueles moços de bordo, grumetes ou marinheiros em que se volviam escravos africanos e que raramente faltaram nos barcos portugueses, desde o século XV. Um deles já se contava entre os sobreviventes que retornaram a Portugal no navio que fora de Nuno Tristão. Com o tempo, esses tripulantes negros, e também marujos mouros, malaios e indianos, tornar-se-iam tão comuns nas embarcações portuguesas, que seriam pintados nos biombos namban do fim do Quinhentos, ao lado de outras figuras exóticas para os japoneses, como eram os brancos narigudos, de grandes queixos acentuados pelas barbichas afiladas e bombachas de tufo. Nos biombos japoneses, os africanos figuram subindo as enxárcias e no alto dos mastros, abrindo ou recolhendo velas, descendo pelos cabos, balançando-se nas cordas e até mesmo dependurados de cabeça para baixo, a fazer acrobacias. Em tarefas como essas, das mais duras e perigosas nos barcos portugueses, os negros já seriam empregados desde mais de um século; primeiro, no Atlântico e, depois, no Índico. Ao chegar a um país de seu idioma,

74 De acordo com Francisco Lemos Coelho, (1669, p.46), na ilha de Xoga (que não conseguimos descobrir exatamente qual ilha dos Bijagós se refere o autor) era um bom lugar para comprar negros para fazerem grumetes. De acordo com o autor, esses negros eram Beafares, tomados por guerra, o que significa sequestrados pelos Biajgós, e depois vendidos aos portugueses. O que nos interessa é que quando o autor diz que são bons para grumetes possivelmente significa que conhecem algo do trato marítimo, ou mesmo são bons marinheiros já prontos. Além disso, o mesmo autor nos refere que muitos chefes de tabancas davam a ele, Coelho, seus filhos para que os levassem e fizessem cristãos. O próprio Lemos Coelho diz que levou mais de um e que o acompanhavam como escravos e eram muito fiéis e bons companheiros. O mesmo autor nos refere também que em algumas ilhas era necessário o uso de Práticos em função dos corais e dos baixios. Acreditamos que muitos desses filhos de Bijagós, que eram dados acabavam por torna-se também práticos das embarcações por conhecer a região e posteriormente negociantes ou mesmo donos de estabelecimentos. (COELHO, 1684, p.179,183).

prestavam-se a traço de união entre os que nele viviam e os que vinham no navio. (COSTA E SILVA, 2011, p.113).

Dentre os diversos grupos que figuravam na costa ocidental africana e que desenvolveram uma longa cultura marítima africana estão os Kru. De acordo com REIS, GOMES e CARVALHO (2010): “Os Krus viviam principalmente do trabalho do mar, que incluía a canoagem, a marinharia, a pescaria e também o trabalho nos barcos que transportavam a madeira cortada das florestas que margeavam os rios da região e era explorada para a Inglaterra” (p. 226). Inclusive, Robin Law (1989) diz que canoas e canoeiros os Kru eram utilizados pela marinha Inglesa. Eram trazidos da Libéria e serviam como um tipo de tradutor na costa.

Além da vivência marítima na costa africana, os Krus também são encontrados em relatos de embarcações navegando pelo atlântico e compondo tripulação das embarcações negreiras. Os Krus aparecem em referência como marinheiros trabalhadores em embarcações no Brasil.⁷⁵ No volume VI da História Geral da África os Kru são identificados como notáveis marinheiros, caçadores e cultivadores.

No século XV os Kru formavam comunidades organizadas por grupos de linhagem, independentes umas das outras. “Os negros desta costa são exímios pescadores e têm pirogas com castelo de proa e usam manteletes como velas”. Os Kru, como se sabe, são até hoje excelentes marinheiros. (H.G.A. vol.VI, p.372 e 373.).

As técnicas de navegação e construção de embarcações foram se modificando ao longo do tempo, como já nos referimos. É provável que os Kru tenham incorporado um castelo de proa⁷⁶ a suas embarcações maiores como forma de poder navegar por mais tempo, no caso fazendo transportes por um longo curso. Os Krus pescavam uma grande quantidade de peixes e comerciavam com outros povos da região. Ao que se sabe, a maior parte das canoas da região não possuía tal tecnologia, o que nos faz refletir sobre a troca de informações entre os diversos grupos de marítimos.

Vimos como comércio e o transporte eram atividades que faziam com que a cultura marítima africana se mostrasse vigorosa e possante. Um outro elemento que aparece muito vezes

75 O próprio Rufino faz referência a um incidente com um marinheiro *Kru* do período em que trabalhava na embarcação *Ermelinda*. REIS, João Jose. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo, Cia das Letras, 2010.

76 O castelo de proa é uma estrutura de madeira construída na proa da embarcação que tem por objetivo proteger o piloto ou mestre ou mesmo qualquer indivíduo da embarcação dos ventos que vem pela proa e da água que entra com o navegar da embarcação. De acordo com o *Vocabulo Marujo* organizado por Mauricio da Costa Campos, publicado em 1823 no Rio de Janeiro pela Officina de Silva Porto e Companhia: *O castelo de proa é o lugar mais elevado da proa, onde existe o mastro do traquete e os caxorros de proa. É a residência do contra mestre e onde os marinheiros trabalham as fainas da proa. Também se diz simplesmente castelo.*

despercebido e que talvez tenha sido um dos primeiros motivos que levaram o homem a se aventurar sobre as águas é a pesca.

Jean Barbot (1720), vai dizer que na costa da mina era possível ver de setecentas a oitocentas canoas saindo para pescar utilizando anzóis. É possível que o autor tenha exagerado no número de embarcações, entretanto é de se pensar que eram tantas quanto fosse possível contar. O que não difere das imagens que dão sequência ao texto. O peixe era muito abundante na região, o que se confirma até os dias de hoje na região das ilhas bijagó, e poderia ser enviado até grandes distâncias caso fosse salgado. Tal como acontece a centenas de anos com o bacalhau nas regiões do Atlântico Norte.

No famoso texto *Esmeraldo de Citu Orbis* de Duarte Pacheco Pereira (1506), o autor também descreve que as canoas da costa da Libéria foram duas ou três léguas mar adentro para pescar. Não só no mar, mas também as lagunas que ficavam acerca do mar eram espaços de pescaria e de uma rica cultura marítima.

Depois da pesca, provavelmente, a atividade marítima que mais influenciou no desenvolvimento de diversas culturas marítimas na costa ocidental da África foi a guerra. Nesse contexto, as canoas eram ferramentas que propunham velocidade e agilidade aos guerreiros e proporcionavam um trânsito ágil entre os territórios do interior e a costa. Contudo, para que isso ocorresse era necessário que os construtores de embarcações tivessem lugares protegidos para trabalhar e auxiliares que pudessem ajudá-los na produção das canoas, na derrubada das árvores, no desenvolvimento dos projetos. Desde os primeiros relatos de navegadores na costa ocidental africana é possível identificar a utilização de centenas de canoas fazendo cerco ou atacando as embarcações europeias. Mas para além desse confronto com os europeus, há registros dos confrontos entre africanos e com a utilização do que se pode até mesmo chamar de pequenas marinhas de guerra.

De acordo com Dapper (1668), cada remador tinha um escudo e lanças ou azagáias a seu lado com o objetivo de repelir seus inimigos. Além disso, o autor relata que estavam constantemente em guerra entre si. É possível pensar, a partir das leituras que já possuímos, que diversas etnias da região da costa ocidental tivessem entre suas principais atividades o apresamento e o saque. Entre esses grupos podemos identificar os bijagós. Barbot (1720), inclusive faz uma pequena menção aos bijagós, de que esses usavam um cordão pendurado no braço.

Os armamentos utilizados não diferiam muito, eram as facas, adagas, lanças, azagáias, escudos, mas é bem provável que boas canoas e bons marinheiros fizessem uma enorme diferença nos confrontos. A partir do século XVII serão introduzidas aos poucos as armas de fogo. Nesse momento, o contato com os europeus vai tornar-se importante para determinados grupos. De acordo

com Bosman (1705), os mosquetes, ou longas, como foram chamados posteriormente, carregados pela boca foram fator determinante nos conflitos internos do continente. Além das longas, pequenos canhões que pudessem ser adaptados às canoas também foram utilizados. Um dos primeiros relatos do uso de armamentos de fogo se dá por Norris (1798) em referência a um conflito entre Daomé e Whydah.

De acordo com Smith (1970), no ataque de Kosocko a Badagry, em 1851, um observador missionário diz ter visto mais de 100 canoas grandes armadas com mosquetes e canhões. Esses canhões eram armados na proa e chamados de giratórios provavelmente por sua capacidade de movimentação e agilidade de manobra.

Robert Smith (1970) faz uma referência importante em relação a utilização das canoas nos conflitos da costa ocidental. Em determinado momento, no delta oriental do Níger os grupos passaram e se organizar no que ficou denominado como “casas de canoa”. Como se os laços tradicionais baseados nas relações de sangue fossem substituídos pelos laços das canoas. Um tipo de corporação comercial e de combate bem organizada baseada no abastecimento e manutenção das canoas. É possível que as paliçadas utilizadas para pesca fossem também utilizadas para repelir os ataques de canoas, servindo a mais de um propósito.

Dizer que na África Ocidental antiga haviam marinhas de guerra é uma afirmação exagerada a nosso ver. Contudo, no Império Songai havia um indivíduo responsável pela manutenção e controle das canoas, de acordo com Smith (1970). Acreditamos que a cultura marítima da costa ocidental estava realmente influenciada pelos conflitos e que o crescimento e manutenção de elementos que envolvem essa cultura tinham grande base na necessidade de se proteger da belicosidade desses grupos. Um exemplo disso são os bijagós, uma cultura marítima que tinha por base, quase exclusivamente, o apresamento e o saque, como veremos mais a frente nesse trabalho.

De acordo com Jean Pierre Cheveau (1986) havia uma conexão, um sistema protegido de comércio entre as diversas regiões da África Ocidental. Essas sociedades costeiras desenvolveram uma cultura marítima capaz de congregar uma grande rede que respondia não apenas pelo comércio de gêneros, mas também pelo transporte de pessoas e pela inter-relação desses povos. A região que compreendia Senegâmbia, Serra Leoa, Libéria e Loango era protegida e interconectada. Essa relação de conexão e proteção não acontecia apenas na costa. O comércio fluvial de grandes rios conectava-se ao comércio costeiro. Na região central da África, os rios Zaire e Cuanza respondiam pelo escoamento de produtos e pelo trânsito de pessoas até o litoral.

Conforme Law (1989) existia para além dos rios e do mar um imenso sistema de lagoas que serviam de suporte para se chegar aos rios e ao mar. Esse sistema, de alguma forma, alimentava todo o comércio no mar e nos rios. Importante pensar que as canoas utilizadas no mar não são as

mesmas das lagoas. Nas lagoas, por serem ambientes aquáticos muito mais tranquilos, é possível a navegação de canoas mais simples ou mais antigas que já não poderiam adentrar o mar. Além disso, balsas e jangadas simples também serviriam a esse propósito. A pesca nesses locais é feita com uma canoa muito menor, inclusive nos dias de hoje. Conforme o autor, além de produzir sal e peixe as lagoas eram também responsáveis por um importante meio de comunicação lateral. Inclusive, esse comércio lateral para alguns grupos era mais importante que o comércio de escravos com os europeus. De acordo com Bosman (1705), as pessoas em grande Popo, mesmo estando envolvidos com o comércio de escravos no Atlântico, tinham seu maior ganho a partir do peixe que enviavam para o interior. Para se ter uma ideia, Bosman (1705) diz que o rei de Whydah podia receber o valor de cem escravos de pedágio sobre os peixes pescados em seu reino, provavelmente isso seria por ano. Mesmo assim, é um valor considerável e que demonstra o peso da pesca no comércio dessa região.

A maior parte dos trabalhos que encontramos demonstram a importância dos rios africanos como grandes artérias por onde o comércio escoava do interior do continente para o litoral. Demonstram também a importância que o controle do comércio no litoral respondeu às incipientes tentativas dos europeus de controlar a entrada de produtos. Ou, pelo menos conseguir negociar a partir desse ponto. Contudo, uma importante questão que nos perturba é a completa inexistência de trabalhos que possam nos demonstrar a importância que a cultura marítima tinha para essas sociedades. Uma quantidade imensa de sujeitos que sobreviviam a partir de uma cultura marítima responsável por praticamente todo transporte de alimentos e produtos de comércio, além do trânsito de seres humanos. Até hoje, a maior parte das pessoas que chega e sai das Ilhas Bijagós o faz a partir de embarcações, sejam elas grandes, médias ou pequenas. A maior parte dos produtos negociados no arquipélago entra e sai a partir do comércio marítimo. Estamos aqui usando o exemplo minúsculo das Ilhas Bijagós, até para não dispersar demais no espaço geográfico. Mas sabemos que uma grande porcentagem do transporte de tudo que transita pelo continente africano se dá por via fluvial ou marítima. Sendo assim, a nossa pergunta pode ser respondida da seguinte forma, não houve até agora o interesse em estudar a cultura marítima africana.

De acordo com Diegues (2001), antes da década de 1980 o estudo das comunidades costeiras brasileiras era praticamente inexistente. Sendo assim, consideramos nosso trabalho, um trabalho pioneiro, no sentido de buscar dar a luz a esse imenso grupo de africanos que labutou e labuta até hoje nos contornos de continente africano, a viajar pelo interior de suas imensas artérias fluviais.

Um elemento que se torna importante de reflexão neste momento é de que sempre houve uma cultura marítima africana. Vários fatores geográficos e pressões impediram que os africanos

desenvolvessem uma cultura marítima de longa distância como aconteceu com os europeus. É provável que muitas embarcações africanas da Costa Ocidental tenham vindo dar na Costa do continente americano. Contudo, de acordo com as correntes podemos entender que isso não constituiu uma rede de navegação. É provável sim que essas embarcações chegassem ao continente, mas não conseguiriam retornar.

Conforme John Thornton (2004) se os poderosos europeus com seus grandes barcos controlavam o comércio marítimo, na África não conseguiram dominar a costa e a navegação de cabotagem. O que nos leva a crer que essa cultura marítima africana continuou sendo transferida oralmente por gerações e gerações mesmo durante o período da colonização. Não significa que essa cultura tenha ficado engessada ou cristalizada. Mas que ela não sucumbiu diante das transformações que a costa africana sofreu nesse longo período.

3.4. A CULTURA MARÍTIMA DOS BIJAGÓS

A cultura marítima dos bijagós é ímpar, como toda cultura. Foi forjada e moldada pelos mesmos ao longo de centenas de anos. Seus ancestrais a construíram de acordo com a necessidade e com o aprendizado de acordo com seu conhecimento empírico e suas tecnologias de experimentação. A cultura marítima é uma cultura extremamente viva pois as condições que pressupõe seu desenvolvimento são extremamente variáveis. O vento, o mar, as marés, a salinidade, a umidade e o próprio grupo em si. A cada ano que passava, a cada estação que estava para chegar era necessário rever seus conceitos. Muitas vezes aquele peixe que chegava para a desova em março, esse ano veio em maio, muitas vezes devia ser necessário construir uma canoa nova, mas a árvore marcada para a construção ainda não estava no período certo para a derrubada. Pensar que cultura tradicional é uma cultura rígida e fixa é um pensamento muito restrito, mas que infelizmente compõe o imaginário do senso comum, muitas vezes.

Um dos primeiros elementos que o Hugo Bernatzik (1959) descreve acerca da cultura marítima Bijagó é uma forma de pesca muito utilizada no nordeste brasileiro, as cercas de pesca. As cercas de pesca são exatamente o que se pode imaginar, cercas. Colocadas no mar em lugares precisos e nos momentos certos elas capturam os peixes de acordo com a ida e vinda da maré. São cravadas no fundo do mar, normalmente, no caso do Brasil, com marretas grandes, no caso dos bijagós não conseguimos uma informação definitiva sobre isso. Como os bijagós, ao que se sabe, não possuíam marretas naquele período, deviam usar algum tipo de tora com peso suficiente para

que a paliçada ficasse fixa no fundo. As cercas apanham os peixes, normalmente no refluxo⁷⁷, diminuem o esforço físico e auxiliam a pesca em determinados períodos. Nem sempre é possível contar com essa técnica. Bernatzik descreve essa forma de pesca em mais de um momento. Aqui nos referimos em especial a descrição inicial da página 15 quando do sobrevoo de avião perto da ilha de Sogá próximo de Bubaque.

Na página 47 Bernatzik nos descreve novamente as cercas, ou paliçadas, mas dessa vez aprofundando mais a especificação de sua utilização. Inclusive relatando uma característica importante, de que habitantes de várias aldeias se reuniam para montar as cercas, muito comum também no Brasil e conhecidas como currais de pesca. O autor descreve também que as ilhas que sofriam mais com a força do mar e não podiam utilizar dos cercados são as ilhas onde o autor identificou uma maior incidência de fome entre a população local. Sabendo da belicosidade dos bijagós, mesmo com tabancas de outras ilhas é possível que a falta de um lugar para a pesca de cerca para alguma ilha causasse uma menor capacidade de aproveitamento do pescado.

O peixe, a pescaria em si, após o término do exercício da guerra e dos saques tornou-se seguramente, junto com o plantio de arroz, a principal atividade na busca de recursos alimentares por parte dos ilhéus. Aliado a isso também a coleta de mariscos e ostras.

Uma particularidade, que chama a atenção nessa parte do texto diz respeito aos amontoados de conchas encontrados por Bernatzik próximo aos locais de coleta de ostras, que de acordo com o autor em alguns casos alcançam o tamanho de um *montículo*. A tradução exata para montículo do espanhol é “monte”. O que pode significar uma altura indefinida. Entretanto, essa referência aproxima-se de uma outra sociedade marítima que também recolhia ostras e mariscos e os acumulava em montes. São os chamados sambaquieiros da costa brasileira. Sociedades que viviam na costa sudeste e sul do Brasil e que viviam da coleta e da pesca. Seus enterramentos se davam, muitas vezes, dentro destes montes de conchas. Essas montanhas de conchas serviam também como forma de identificação a distância. Quando as canoas estavam ao longe podiam identificar essas montanhas brancas. A região do Cabo de Santa Marta, em Laguna, Santa Catarina, possui até hoje esses sítios para visitação. Sabe-se que na ilha de Florianópolis, haviam marcações nas pedras que podiam ser vistas ao longe e identificavam o caminho e os moradores de determinadas regiões. Essa proximidade entre as características das culturas marítimas de sociedades das franjas do continente americano e africano foi um dos elementos que nos fez buscar esse tema de pesquisa. Acreditamos que esses pequenos elementos demonstram a ligação que pode ter havido entre esses povos. Ou

77 O refluxo é o momento em que a maré retorna ao mar. Quando a maré enche os peixes passar por cima das cercas. Quando a maré diminui e retorna os mesmos ficam presos na cerca. Se for uma maré grande, de sizígia, ou seja, marés maiores que as médias, no refluxo é possível recolher os peixes apenas com cestos, ou mesmo com as mãos.

mesmo, que demonstre, como populações distintas possam buscar as mesmas respostas há problemas similares.⁷⁸

A pesca de cercado é muito comum na costa nordeste do Brasil, principalmente nas regiões onde existe uma grande variação da maré, sendo possível muitas vezes, colocar o cercado na maré seca e buscar o pescado quando a maré subiu. O Ceará, no Brasil, é um dos lugares onde essa prática continua viva.

Em se tratando de estudos da cultura marítima, é quase impossível determinar onde essa prática se iniciou, se foi no continente americano, ou na África. Se refletirmos a partir da corrente funcionalista, como propõe Malinowski, é possível entender que foi de acordo com a necessidade e a observação que esse modelo de pesca surgiu. Sendo assim, poderia ter ocorrido em qualquer uma das margens do Atlântico e com os contatos que se sucederam a partir do século XV ter sido incorporado ou mesmo aprimorado em ambos. Essa primazia da tecnologia, não é um assunto que nos interesse, apesar de que, se pudéssemos determinar qual a sociedade que começou a utilizá-la, poderíamos também tentar buscar a forma como ela foi transferida de um lugar a outro. Contudo, nos resta buscar entender como essa prática tem sido utilizada e transferida de geração há geração.

Bernatzik montou sua tripulação em Bissau. Buscou encontrar, dentro das possibilidades, homens que possuíssem algum conhecimento das ilhas ou que já tivessem navegado até lá. A tripulação em especial estava representada por homens da etnia pepel. De acordo com o autor e capitão da embarcação, a tripulação trabalhava com rapidez e habilidade apesar de todos terem “mareado” na viagem. Esse acontecimento demonstra que provavelmente a maior parte desse marinheiros não eram marinheiros de ofício e sim homens que conseguiram, a partir de suas relações, um trabalho na embarcação de um europeu que queria visitar as Ilhas Bijagós. Entretanto, o intérprete, *Takr*, que ao longo do texto vai tornar-se uma figura importante e essencial na viagem, aparentemente saía para pescar com sua rede e retornava com muitos peixes. Dessa forma, é de se pensar que ao menos alguns desses sujeitos tivessem algum contato, mesmo que mínimo, com algum tipo de cultura marítima na costa. Bernatzik descreve uma imensa abundância de peixes, tartarugas, tubarões e todo tipo de animais marinhos. Sabe-se que mesmo hoje, no século XXI, a região do arquipélago de bijagós ainda é um grande viveiro a céu aberto em se tratando de espécies marinhas. Nos idos da década de 1930, essa profusão deveria ser ainda maior.

78 Para um maior entendimento acerca dos Sambaquieiros, seu modo de vida e as relações com a pesca e o mar ver: PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília, Ed. UnB. 1992, FIGUTI, L. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia 3:67-80, MAE, Universidade de São Paulo. 1993. Os povos dos Sambaquis, como foram chamados viveram por quase toda a costa brasileira. A partir do início da urbanização no século XX, os resquícios desses povos foram quase que completamente dizimados.

A relação entre as culturas marítimas e os animais marinhos é uma relação importante. Praticamente todas as culturas ligadas ao mar tem em seu imaginário uma série de histórias, contos e mitos que estão ligados as criaturas marinhas, ou mesmo nos rios. Como as histórias do Boto Rosa na região Amazônica. Não temos essas histórias escritas em relação aos bijagós, é muito provável que elas existam. Infelizmente, para obter esse tipo de inserção em determinada cultura é necessário um mergulho mais profundo na mesma, o que não nos foi possível. Contudo, quando analisamos as imagens desenhadas nas cabanas bijagós são diversos os animais marinhos que estão representados. Muitas vezes são antropomórficos, ou seja, parte o animal e parte homem. De acordo com Diegues (2001) o mar representa muita coisa para essas sociedades. Seus animais não servem apenas de alimento, mas fazem parte de seu imaginário. Tubarões, raias, peixes de todos os tipos, tartarugas, o peixe-boi, ou manate, e uma grande quantidade desses animais permeiam a vida dos bijagós e provavelmente seu imaginário e suas lendas.

Em Orango Grande onde a população foi quase que exterminada durante a colonização, Bernatzik (1959) relata a descrição do combate no mar a partir da memória de um ancião. Esse homem descreve como os bijagós conseguiram enxotar os grandes barcos dos brancos mas sucumbiram a ferocidade dos fulas e dos mandingos. É claro, esses armados pelos portugueses.

Em minha juventude, eles e nós unidos (Orango Grande, Uno e Uñocomo), livramos, com nossas canoas de guerra não poucos combates contra seus grandes barcos, combates que os tripulantes de seus barcos vão recordar seguramente até o final de suas vidas. Mas os fulas e os mandingo, esses negros aliados aos brancos eram invencíveis. (p.34).

As memórias dos conflitos ainda eram vivas quando o autor esteve entre os bijagós. No descrito dos relatos que temos são quinhentos anos de uma cultura marítima forjada para a guerra. Na sequência, o ancião descreve a ferocidade dos combates e a queima da maior parte das canoas bijagós depois da batalha.

Além dos relatos orais acerca dos embates entre os bijagós, portugueses e outras etnias que auxiliaram na colonização, são encontrados também registros materiais nas ilhas. E, provavelmente, se fosse possível um mergulho no entorno dessa região é provável que exista uma infinidade de naufrágios e resquícios materiais afundados, visto que se trata de uma região de baixios e correntes perigosas. Além, é claro, dos ataques perpetrados pelos próprios bijagós relatados em diversas fontes e que deixaram diversas embarcações semi afundadas ou abandonadas. Há algumas décadas a Arqueologia Subaquática⁷⁹ tem servido de forma extraordinária no que tange aos estudos em

79 A arqueologia subaquática tem sido muito utilizada, principalmente por universidades norte-americanas e em estudos no mediterrâneo. No Brasil e no continente africano, principalmente pela falta de recursos e de profissionais praticamente inexistente. Alguns centros de pesquisa como o da Unicamp a partir do pesquisador Gilson Rambelli ou a partir do pesquisador Rodrigo Torres da Universidade Federal de Pelotas são alguns

locais onde a escrita não atende as necessidades para demonstrar as realidades do passado. Contudo, é uma prática arqueológica extremamente dispendiosa, tanto em termos financeiros quanto relativo ao tempo necessário para obter resultados satisfatórios. Em diversas regiões do Mediterrâneo e da costa Atlântica essa arqueologia desfraldou um mundo submerso de diversas sociedades marítimas e ajudou a responder uma série de questões. No caso da costa ocidental africana, ao que tivemos notícia nunca houve algum tipo de trabalho dessa monta. No caso das Ilhas Bijagós, menos ainda. Quem sabe algum dia esse trabalho possa ser feito e muitas informações acerca dessas sociedades insulares, seus embates internos e externos sejam descobertas.

Acerca do povoado de *Etikoka*, em Orango Grande, Bernatzik encontrou uma série de canhões portugueses que datavam do século XIX. A informação que obteve quando questionou de onde haviam saído os canhões foi de que eram troféus de guerra de um governante do passado e que agora pertenciam ao rei. Os canhões eram provavelmente canhões de alguma embarcação portuguesa - “ainda era possível ver o brasão da corôa portuguesa” - que entrou em combate com os bijagós e acabou ficando encalhada, ou mesmo foi atacada pelos mesmos e abandonada.

Dentro da cultura marítima de cada região existe uma relação importante com aqueles elementos trazidos pelo mar, elementos submersos, ou como no caso dos canhões, elementos que fazem parte da relação de um determinado povo com o mar e com sua história. Em Diegues (2004; 2001), temos o exemplo dos pescadores de lagosta na costa brasileira, que adquirem status quando descobrem cabeços submersos onde é possível pescar lagostas maiores. São eles que dão nome a essas rochas submersas que só podem ser encontradas a partir de marcações de terra e em determinadas marés. De acordo com a quantidade de cabeços que o pescador conhece mais prestígio ele ganha. Outro exemplo dessa relação com o fundo do mar, diz respeito a famosa Corveta Ipiranga que se chocou contra o cabeço submarino conhecido como cabeço da sapata em Fernando de Noronha e afundou. Tornou-se um mergulho mítico e sua história segue sendo contada oralmente pelas gentes do mar do arquipélago, muito diferente da história registrada pela marinha.

Das histórias dos bijagós, infelizmente, o que temos diz respeito ao que os cronistas, em sua maioria europeus nos legaram. Um deles, André Donelha (1625)⁸⁰ nos diz que um rei beafada chamado Famena teria conquistado as ilhas dos bijagós, por volta de 1460. Na tradição da chegada

exemplos de pesquisa que temos. Uma das referências acerca do assunto pode ser a obra de LEZAMA, Antonio. *Escritos bajo el mar, arqueologia subaquatica em el rio de la plata*. Montevideo, 2009.

80 André Donelha nos deixou uma obra de imensa importância no que se refere aos povos da Guiné. O mesmo viajou para a região entre 1574 e 1585. Nos deixou uma rica descrição dos povos e locais visitados. A obra foi publicada em 1625 e a edição que utilizamos tem referências e notas de Avelino Teixeira da Mota, fazendo com que seja uma obra de grande utilidade no que tange aos estudos acerca dos Bijagós. Donelha não faz grandes referências aos bijagós, contudo a história dos povos ao redor nos ajuda a refletir sobre o mundo desses marítimos.

dos bijagós às ilhas, fugidos do continente, diz que teria fugido possivelmente dos beafadas. Entretanto, nosso quebra cabeças continua a nos apresentar apenas uma versão.

As ilhas, como diz Diegues, são lugares onde se misturam ao espaço terrestre certas partes do próprio mar, seja ela submersa, histórica ou mesmo uma enseada ou ilhota que possua alguma referência. Não são poucas as histórias ligadas principalmente as ilhas onde não há moradores permanentes. Lembrando que para os bijagós existe uma ilha, distante, que é para onde vão os mortos. Contudo, para chegar lá é necessário passar pelas outras ilhas e por isso muitas vezes os mortos são avistados em outras ilhas.

Os canhões visitados por Hugo Bernatzik fazem parte, são registros únicos, se é que ainda existem, do passado pirata dos bijagós. De um passado guerreiro, mítico. As ilhas, por si só, são espaços de constituição desses imaginários. Para alguns, as ilhas representam o paraíso, para outros o inferno. Essa dualidade, como diz Diegues (2001) é uma particularidade desses lugares, que congregam, desde o início dos tempos, um espaço privilegiado no imaginário dos seres humanos em geral. De acordo com o autor, as ilhas são mais paraíso para os orientais e mais inferno para os ocidentais. É claro, a partir da década de 70 ou 80 do século passado essa visão vai se transformar em função dos movimentos preservacionistas, dos quais, de alguma forma os bijagós foram privilegiados. No Brasil existem, de acordo com Diegues (2001), três ilhas em especial onde as populações mantiveram um imaginário mítico acerca de seu passado. São elas, a ilha de Santa Catarina, a ilha de Marajó, e a ilha de São Luís, no Maranhão. Espaços insulares que carregam em si uma memória mítica, ancestral, tal como os bijagós da Guiné-Bissau.

Aliado a uma cultura de guerra marítima os bijagós desenvolveram uma estreita relação com o mar e a floresta. Essa cultura marítima necessitava também das estruturas internas das ilhas como forma de prover madeiras e cipós suficientes para as amarrações necessárias, fossem nas canoas, ou mesmo nas paliçadas de pesca. Essa necessidade se constituía como um saber transmitido ao longo do tempo. Não se sabe ao longo de quanto tempo essa transmissão se deu, mas foram séculos. Nesse período, essas sociedades distintas, mas extremamente próximas constituíram sua cultura marítima. Uma cultura rica, singular e bastante diferenciada das culturas marítimas similares da costa.

Um elemento importante em relação a essas sociedades é que em um pequeno espaço geográfico se desenvolveram centenas de grupos sociais distintos. Com línguas e costumes distintos. Relações de poder, orientação religiosa, cada qual de acordo com suas ideias. Esse modelo social é um modelo inexistente nas sociedades ocidentais. Talvez por isso seja tão difícil para os europeus que escreveram sobre as populações africanas da região descrevê-las e diferenciá-las. Foi sempre necessário, nos registros, denominar qual grupo era dominante, quem era vassalo de quem, qual era a tribo ou reino. É importante entender que esses são conceitos coloniais, utilizados pela

biblioteca colonial como diz Mudimbe (2001) da qual já falamos. No caso dos bijagós, esse problema parece tomar contornos maiores, visto que na mesma ilha existem tabancas distintas. Algumas vezes governadas por uma autoridade maior, o que não significa que esse “rei” seja um similar do que se considera um Rei europeu. Nas culturas comunitárias, como a dos bijagós que tem o mar por quintal, é difícil definir o espaço de uma tabanca e o de outra. Contudo, o respeito mútuo, como vimos anteriormente em Scantamburlo (1991) é o elemento que rege as ações dos sujeitos.

Infelizmente a cultura marítima dos bijagós vai sofrer um golpe violento. Um golpe que, de acordo com Christine Henry (1988), vai acabar com a transferência oral dos conhecimentos relativos ao controle da natureza em relação ao mar para sempre, ou quase. De acordo com Henry (1988), existe uma “narrativa base” que foi contada a Bernatzik pelo rei na ilha de Caraxa que define o motivo do afastamento dos bijagós das lides marítimas. A lenda que foi contada diz o seguinte:

Havia muito, muito tempo, os homens do meu país decidiram construir em comum uma gigantesca canoa em um tronco de uma grande ceiba. Trabalharam sem descanso durante muitos dias removendo a casca e esvaziando a árvore. Chegou por fim a hora de botar na água a enorme embarcação e foi grande a alegria geral de todos ao ver como a canoa ficava no mar e como era possível dominar as ondas encrespadas. Com a tripulação completa, formada pelos homens mais especiais da tribo, começou sua primeira viagem; mas quando flutuava já em alto-mar, uma terrível onda tragou a embarcação com todos os ocupantes. Foi uma grande desolação em toda ilha. Dificilmente houve alguém que não chorou a perda de algum parente próximo. Então os sobreviventes decidiram castigar o pérfido elemento. Como poderiam correr para a água sem ser por meio do fogo? Assim, todo mundo, grandes e pequenos arrastaram para a praia um número enorme de madeiras e depois de prenderem fogo jogaram ao mar traidor. Queimando a água nas brasas das pragas se escutavam sons que aqueles que escutavam celebravam com felicidade, pois acreditavam ouvir com seus próprios ouvidos as lamentações do mar se retorcendo de dor (p. 111).

Conforme Henry (1988), Manuel Luiz Silva, em 1946, a serviço do governo português também recolhe um relato em Caraxe similar a esse, descrevendo também um motivo, possivelmente “construído” para inibir qualquer ilhéu a buscar o conhecimento necessário para a existência de uma cultura marítima. A Manuel Luiz Silva foi dito que;

Em tempos muito recuados as ilhas estavam ligadas ao continente. A primeira região ocupada foi a atual ilha de Caravela; mais tarde os descendentes estabeleceram-se em Caraxe, e depois em Ponta e em Maio. Eram tão numerosos que estavam sempre a fazer guerra uns aos outros. Cansados de combater, pediram a deus que separasse as suas terras pelas águas. Assim fez Deus e nasceram as ilhas. Mas continuaram a ser muito numerosos, e então as famílias do clã *Oraga*, que se dedicavam a navegação, decidiram emigrar para as ilhas de *Uno* e *Orango*. Como eram os únicos a saber navegar e as ilhas estavam separados pelo mar, ficaram centenas de anos sem ter nenhum contato com os estrangeiros e chegaram mesmo a perder a noção da existência de embarcações.

Um dia, em Caraxe, acostou uma piroga conduzida por estrangeiros que deixou os habitantes maravilhados. Após a sua partida, resolveram construir uma piroga semelhante e

escavaram-na em madeira de embondeiro, que é mole e fácil de trabalhar. Depressa ficou pronta e foi posta na água. Todas as pessoas que puderam embarcaram nela e começaram a atravessar o canal que a separa de Caravela. A piroga, por ser muito frágil, partiu-se e afundou-se e com elas todos os seus passageiros. A população que ficava na praia assistiu ao desastre e atribuiu-o ao mar, que foi castigado lançando-lhe lenha a arder e fazer chorar. Todos os anos passou a ter lugar a mesma cerimônia punitiva e comemorativa. Depois deixou de se fazer, mas a recordação foi transmitida de geração em geração sem que desaparecesse o desejo de possuir uma canoa.

Decidiu-se fazer uma nova tentativa, e toda a população veio ajudar a cortar o poilão. Infelizmente, este ao cair matou várias pessoas e feriu muitas outras com os ramos. Esta nova desgraça pôs fim a suas ambições de construção naval e atribuíram estes sinais a uma ordem de Deus, que não queria que eles navegassem. Depois disso, tanto os habitantes de Caraxe como os de Caravela deixaram de procurar uma embarcação e de tentar aprender a navegar. (p. 36).

Para nós, essas duas narrativas demonstram de forma importante diversos elementos ligados a muitos assuntos que buscamos resgatar nesse trabalho. Estão entre eles, e tradição oral e a importância de sua transferência, a ocupação das ilhas, que se deu a partir de certas pressões populacionais no passado, a navegação e a construção de embarcações, sendo uma atividade ou mesmo uma cultura produzida por apenas alguns clãs ou tabancas.

Outro elemento importante que destacamos diz respeito a construção comunal das embarcações e sua utilização apenas por um grupo determinado de homens. Quanto a construção de canoas apenas por alguns grupos, o que demonstra que a habilidade e a tradição da construção de canoas não é algo natural a todos os grupos que vivem nas ilhas como muitos imaginam, Correia e Lança (1890)⁸¹ nos dizem o seguinte:

Na ilha de Caravela ninguém possuía canoas nem aprendia a remar, pois vigorava a crença de que em caso contrário o régulo morreria: de orango e Uno iam lá cortar poilões para canoas mediante o pagamento de uma vaca (TEIXEIRA DA MOTA, 1974, p.252).

Pelo relato descrito é possível identificar o quanto a construção e a utilização das canoas é algo desenvolvido por um grupo determinado, que muitas vezes precisava buscar o material, a madeira ou os cipós, para suas embarcações em lugares determinados. Isso nos leva a refletir que muitos grupos, mesmo que possuíssem as melhores madeiras em suas ilhas, não produziam as canoas. Composto assim uma ideia de que as tecnologias e as inquietações de um determinado grupo não podem ser naturalizadas. A tecnologia da construção das canoas e o conhecimento necessário para tal se desenvolveu alhures as disponibilidades do mundo natural ao seu redor. Houve por um bom tempo a ideia na antropologia de que os povos ditos ancestrais desenvolviam suas tecnologias apenas pela necessidade material, de que não havia um pensamento abstrato desses

81 Joaquim da Graça Correia e Lança, *Relatório da Província da Guiné portuguesa referido ao anno econômico de 1888-1889*, Liboa, 1890. O texto referido é uma das fontes que tivemos acesso a partir dos trabalhos de Avelino Teixeira da Mota.

povos. Hoje esse é um conceito ultrapassado, contudo, nos relatos dos cronistas do século XIX ainda era amplamente considerado.

Quanto a construção das canoas de forma comunitária, o Francês Max Astrié (1886) nos dá um relato de onde podemos inferir uma representação do trabalho dos bijagós.

A construção de uma canoa exige não apenas meses inteiros, mas também uma quantidade considerável de trabalhadores... A canoa, como tudo o mais que entra na água, é considerada por todos os bijagós como o verdadeiro sinal de poder e riqueza... O homem que parecia ser o chefe dos trabalhadores testemunhou para mim, por sinais, que ele tinha alguma coisa em particular para me mostrar. Eu o segui atrás de um tufo de bambu onde ele me mostrou uma cabeça de touro de madeira, provida de imensos chifres, que seriam colocados na frente da canoa como os emblemas que vemos nos navios europeus. (TEIXEIRA DA MOTA, 1974, p.252., tradução nossa)

Max Astrié (1886) nos relata aquilo que identificamos em muitas das sociedades marítimas, seja na África, na Europa ou na costa brasileira. Em sociedades comunitárias a construção de uma embarcação é um trabalho conjunto de longo tempo. Além disso, é uma trabalho não é apenas manual e técnico. Engloba diversos elementos do imaginário e compõe também um sentido de religiosidade. Aquela embarcação produzida irá servir a uma determinada comunidade por mais ou menos 40 anos ou mais. Uma importante ferramenta de trabalho e um importante vetor de união, visto que são diversos os sujeitos envolvidos na produção da mesma.⁸²

Esses dois relatos poderiam, ou poderão em algum momento, ser utilizados como fonte para produção de um artigo ou publicação que demonstre elementos da cultura marítima bijagó e o elemento mítico que foi utilizado para sua desconstrução. Como já citamos de Diegues (2001), as lendas e os elementos míticos das culturas marítimas são fundamentais em seu mundo, em sua construção. O quanto dessas narrativas contêm de elementos verossímeis ou não é um fator menor em relação a importância da mitologia e seus significados.

Conforme Henry (1988), as narrativas descritas por Luiz Silva (1946) e Bernatzik (1931) dão conta de demonstrar como a cultura marítima, ou melhor, uma cultura marítima voltada para a pirataria foi desconstruída. Pouco tempo antes desses relatos e um pouco antes da guerra de colonização a autora recolheu uma narrativa da *Revue Coloniale*⁸³ que nos dá informações muito diferentes em relação aos bijagós dessas ilhas. O texto é de um autor anônimo de 1852, se refere ao

82 Quanto a construção de uma canoa e sua importância nas comunidades caiçaras no Brasil o trabalho que nos serviu de base foi o documento enviado ao IPHAN para a catalogação da produção de canoas monóxilas, no Brasil, como um bem imaterial. Um rico trabalho, com detalhes e que nos faz entender a importância dessas embarcações em sociedades comunitárias marítimas. NEMÉTH, Peter Santos. *O feitio da canoa caiçara de um só tronco: A cultura imaterial de uma nação, em 25 linhas*. Dôssie para instrução do processo de registro de bem cultural de natureza imaterial junto ao IPHAN, 2011.

83 “*Naufrage et pillage*”, *Revue Coloniale*, 2eme série, aout 1852. Paris 154-5. In Henry, Christine. *Marinheiros Bijagós: passado e presente*. Bissau; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), 1989.

encalhe da goleta *Le Lancier* nos recifes de Warang no canal que separa as ilhas de Caraxe e Caravela. O relato nos diz o seguinte:

... ao fazer alongar as âncoras para procurar sair da sua posição crítica, uma das suas embarcações, contrariada pelo vento e maré, não conseguiu regressar ao navio e foi forçada a ir para a costa. Imediatamente os habitantes do litoral apanharam os três homens que estavam na embarcação e após levaram-nos para as casas. Conduziram a canoa para uma pequena baía em frente a goleta encalhada. (...) vendo que não regressavam, o capitão mandou lançar a chalupa ao mar para os ir reclamar; mas a sua chegada à praia, ele próprio foi preso, assim como os homens que o acompanhavam, por cerca de sessenta negros armados de espingardas e lanças (...). O Sr. Blanc pediu aos africanos que o deixassem voltar a bordo, prometendo dar-lhes o que exigissem. (...) eles conduziram-no lá (...). Durante o trajecto para a goleta duas pirogas faziam a escolta, levando cada uma delas cerca de trinta indígenas armados. Começaram a revistar tudo. O capitão quis opor-se, mas tinha deixado de mandar; não pode mexer em nada, nem sequer mudar de roupa, nem tocar na comida e no tabaco. Numa palavra, tudo lhes pertencia. Empurraram-no para fora do quarto e arrastaram-no para a ponte, onde se apoderaram de um relógio de prata, outro de ouro que o Sr. Blanc conseguira esconder e algum dinheiro; tomaram também na sua presença alguns objetos de bordo. A pilhagem do navio e da sua carga efetuou-se nos dias seguintes. (p. 37).

Depois do episódio foram levados a presença do rei de Caravela e posteriormente liberados a deriva com pouca comida e água. Chegaram a Bissau após imaginarem que iriam ser vendidos ou degolados. Temos aqui mais uma importante narrativa que nós demonstra a capacidade marítima dessas populações de ilhéus. A utilização da maré e dos baixios como forma de apresar as embarcações. A navegação em canoas capazes de transpor os recifes. Os bijagós armados de espingardas e lanças armando escaramuças para saquear as embarcações europeias. De acordo com Henry (1989) esse era o segundo incidente dessa monta em poucos meses. Fato, que talvez tenha sido a estopim para o início da guerra de colonização com os bijagós, não sabemos ao certo.

Contudo, o que sabemos, de relatos de longa data, registros, dos mais variados, que possuímos, é que os bijagós possuíam uma rica cultura marítima. Para além de marinheiros e pescadores, eram piratas. Navegaram pela costa africana e constituíram-se como donos da região que engloba o litoral e as ilhas das quais levam seu nome. Foram atores ativos e ditaram suas regras e seu modo de vida até quase a entrada do século XX, ou mais um pouco. Depois disso, foram subjugados pelos europeus de forma extremamente violenta. Não sucumbiram completamente. Grande parte de seu modo de vida sobreviveu. Suas crenças, seus lugares sagrados, suas tabancas. Entretanto, sua cultura marítima se esfacelou. Provavelmente por medo de que os jovens todos fossem mortos pelos europeus e seus aliados, as histórias narrados como mitologias com o objetivo de afastar os homens do mar, foram eficientes. De acordo com Henry (1989), em menos de duas gerações, já não se viam canoas bijagós singrando pelas ilhas. Bernatzik teve a oportunidade de ver

uma canoa ser montada e preparada para uma corrida, como já dissemos aqui. Mas é provável que aquela tenha sido uma das últimas.

A história da cultura marítima dos bijagós é uma entre muitas. Certamente foram diversas as culturas marítimas da costa ocidental que não sobreviveram a violência do processo escravista e do processo colonialista, impostos pelos europeus entre os séculos XIV e XIX. O caso dos bijagós nos chamou e atenção pela riqueza do arquipélago, pelos relatos dos cronistas como Alvares de Almada, Lemos Coelho, Francisco de Andrade, Sebastião Fernandes Cação, Baltazar Barreira e Hugo Bernatzik, além de outros é claro. Os traços culturais de uma cultura marítima estão vivos, são notórios nessas narrativas. Outros textos e trabalhos nos serviram de arcabouço técnico e teórico para buscar entender e encontrar no passado essa capacidade quase inigualável dos bijagós em seu território. Um trabalho acerca das culturas marítimas da África pode ser feito, e deve. Para isso, são necessários muito mais recursos, como já dissemos. Contudo, se buscarmos utilizar as mesmas ferramentas que usamos nesse trabalho, acredito que poderíamos encontrar muitos outros grupos similares aos bijagós. Infelizmente, talvez outros que tenham sucumbido, alguns possivelmente não.

A riqueza geográfica da costa africana, com seus poderosos rios, como o Níger e o Nilo, como suas milhares de enseadas, suas ilhas e arquipélagos foi um enorme arcabouço produtor de culturas marítimas. O modelo social predominante no continente até o século XV era de pequenos estados, pequenas comunidades. Um modelo comunitarista, quase que de resistência em relação ao modelo de grandes Estados produzido na Europa. Um modelo onde o poder era, muitas vezes horizontal e não vertical. Modelo, bastante parecido ao modelo que vigorava na costa do continente americano antes da chegada dos europeus. Para esses modelos, o mar e os rios eram fonte de sobrevivência, eram sua morada. A mescla desses povos com os europeus criou outros tipos de comunidades, como também na costa oriental da África foram gestadas outras culturas marítimas a partir do encontro dos africanos com as populações do oriente médio e mesmo do sub-contidente indiano. O sistema de monções que opera naquela região em muito difere das correntes atlânticas, permitindo que muitos séculos antes houvesse ocorrido contatos entre esses povos. Infelizmente, nosso foco nesse trabalho se resume a costa ocidental.⁸⁴

84 Existem diversos trabalhos acerca dos contatos da oriente com o continente africano a partir da costa oriental do continente. Os mais conhecidos são em relação as viagens dos juncos chineses nas primeiras décadas do século XV. Tivemos acesso também a muitos trabalhos que relacionam as sociedades Swahili como sociedades com um caráter e características marítimas. MALHÃO PEREIRA, José. *As técnicas náuticas pregâmicas no Índico*. Lisboa, Academia da Marinha, 2004. MALHÃO PEREIRA, Cmde. José. *Aspectos náuticos das viagens de Zheng He*. Trabalhos apresentados no VII colóquio internacional sobre a China. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 16 de Janeiro de 2005. MALHÃO PEREIRA, José. *Algumas das consequências geográficas e náuticas das navegações chinesas só século XV*. Lisboa, Academia da Marinha, 2006. MALHÃO PEREIRA, José, GUO PING, Jim. *Navegações chinesas no século XV: realidade ou ficção*. Lisboa, António Coelho, 2006.

A reflexão acerca desse tópico, cultura marítima, serve para buscarmos também, outras formas de enxergarmos as populações africanas do passado. Como produtores de sua cultura. Como sujeitos ativos de seu tempo e responsáveis por suas ações. Esse é o modelo de estudos africanos que propomos para o século XXI. Que nos faz ver o poder e a longevidade da cultura dos bijagós. Demonstrando assim uma infinidade de outros estudos possíveis partindo do micro para o macro, e encontrando formas de entender as sociedades africanas a partir de um olhar interno, ou o mais próximo que possamos disso, partindo das representações produzidas acerca destes.

3.5. A GUERRA NA CULTURA MARÍTIMA BIJAGÓ.

São muitas as características de uma cultura marítima que podemos elencar. As técnicas de construção das embarcações, o comunitarismo, a religiosidade, as técnicas de pesca, a forma de falar, agir e se relacionar com o meio e muitas outras. No caso dos bijagós, em especial, a característica mais marcante, que é destacada nas representações feitas pelos cronistas, que nos trouxeram a história desses marítimos é a capacidade de guerra. O uso de suas canoas, de seu grupo como forma de fazer a guerra. Uma sociedade belicosa e temida aos quatro ventos na costa ocidental africana, principalmente no entorno de seu arquipélago, desde o relato de Alvise de Cadamosto, em 1456, até a colonização efetiva da Guiné em 1936. Nesses quase quinhentos anos em que os bijagós figuraram no imaginário dos europeus os relatos nos demonstram um povo voltado para o combate, para a pirataria, para o saque, para o apresamento de outros povos e para a escravização.

Sem fazer qualquer juízo em relação a essa belicosidade, visto que, quase todas as populações do entorno eram similares, e os europeus, mais do que todos eles, relacionamos relatos e elementos que nos fazem refletir sobre a importância que esse elemento tinha na cultura bijagó, que a colonização, implementada na década de 1930, fez com que desaparecesse por completo.

Os bijagós, de acordo com suas histórias, tomaram as ilhas por pressão dos povos beafadas, que os empurraram em direção ao litoral. Os beafadas, por conseguinte, estavam sendo empurrados pelos mandingas em sua grande expansão. Estes, acabaram por expandir-se de tal forma que desordenaram grande parte das populações da costa ocidental. De acordo com Avelino Teixeira da Mota (1974), uma série de grupos, entre eles conhagues, tandas, bajarancas, beafadas e bijagós se estendiam desde o norte da atual Guiné-Bissau até o Rio Grande em descontinuidade, e foram todos

empurrados para o litoral. Esse movimento se deu, principalmente, em função do processo de islamização dessas populações.⁸⁵

Essa região, densamente povoada por uma grande quantidade de grupos distintos, com o poder distribuído de forma horizontal, ou seja, um grande número de líderes, sendo empurrados e acossados, era um barril de pólvora pronto para ser acessado. Somado a isso, temos a chegada dos portugueses buscando alianças e comércio.

Cinquenta anos depois do avistamento, por Alvise de Cadamosto, das enormes canoas cheias de homens armados de azagaias, o missionário, Padre Baltazar Barreira (1606) no dá um testemunho acerca da violência dos bijagós:

Há nessas partes uma nação de negros, a que chamam bijagós, os quais vivem em umas ilhas que estão perto da terra firme, cada uma das quais tem seu senhor, sem reconhecer outra cabeça; estes vivem de assaltos contínuos que fazem nos reinos fronteiros, e por serem grandes marinheiros, muito valentes e destros nas armas, tem assolado e destruído toda aquela costa, por ser retalhada de rios e esteiros que entram de noite, e chegando a qualquer aldeia pela manhã, põe fogo nas casas que são de palha, e para que não fujam os que estão dentro, põe um em cada porta com algumas azagaias ervadas na mão esquerda e uma na mão direita, e se aquele que sai não sai com os braços cruzados e lhe deita aos pés, é logo atravessado, ainda que não faça resistência alguma; os que se rendem eles levam a suas ilhas, aonde acham navios de portugueses que estão esperando para comprar, o qual trato é um dos principais dessas partes.⁸⁶

Barreira não deixa dúvidas da ferocidade, das intenções e da fama com que os bijagós eram representados naquele momento. Provavelmente escutou os detalhes a partir de pessoas que conseguiam fugir ou de moradores de comunidades vizinhas. As azagaias ervadas ou venenosas e a mão em que estavam, a forma como deveriam sair de dentro das casas para não serem mortos. Todos esses, detalhes que provavelmente eram repassados de boca a boca. Quanto a violência e os incêndios, era uma prática comum quando do ataque a uma tabanca. A grande maioria das casas era feita de palha e madeira e sendo assim queimavam com grande facilidade. O autor nos dá também notícia do sequestro para a venda dos apresados como escravos para os portugueses. Alguns grupos da costa eram responsáveis pelo apresamento dos futuros escravizados. Possivelmente os grupos mais beligerantes não mantinham escravizados em cativeiro, nos barracões, aguardando para serem negociados. Os bijagós provavelmente matavam aqueles que não pudessem ser negociados ou

85 É importante entender o movimento desses povos na região a partir do século X. Para entender melhor essas relações ver; LOPES e MACEDO, 2017, *Dicionário de história da África: séculos VII ao XVI*. Em especial os verbetes referentes a essas populações. Biafadas (Beafadas) p.60, Bijagós p.61 e Mandingas p.196.

86 Trecho extraído da carta anônima supostamente de BARREIRA, Baltazar. *Dos escravos que saem das partes da Guiné a que chamam Cabo Verde*, (1606). Editado por BRÁSIO, Antonio. Monumenta missionária africana, Lisboa. 2, ser IV, 1968, p. 197.

mantidos nas ilhas. A fama de grandes marinheiros já os havia tornados temidos mesmo pelos europeus.

A guerra fazia parte do mundo e das tradições dos bijagós. Não era um conflito isolado ou mesmo uma manifestação de conflito com algumas populações. É claro, que em muito momentos os conflitos deviam existir por diversos motivos. Mas a guerra, os saques, os sequestros faziam parte da vivência desse grupo. Foram muitos os grupos ao longo da história que poderíamos classificar com sociedades guerreiras. Desses grupos guerreiros e marítimos, talvez os mais famosos sejam os vikings, do norte europeu. Sociedades forjadas a partir de relações muito distintas das outras. Na sociedade bijagó os homens eram treinados e preparados para esse tipo de incursão. Além disso, o passado dos bijagós e das sociedades no entorno foi marcado pela guerra, guerra essa religiosa mas que modificou todas as relações de poder na região.

Um ano depois da carta do padre Baltazar Barreira, 1606, foi a vez do Capitão Sebastião Fernandez Cação, cavaleiro da ordem de Cristo, escrever ao rei Dom Felipe II solicitando proteção para alguns régulos da região, que queriam tornar-se cristãos, em função dos ataques perpetrados pelos bijagós. Fernandez Cação se diz a serviço de vossa Majestade há mais de quarenta anos assistindo na região dos rios de Cabo Verde e com muita experiência. Na primeira carta Cação diz o seguinte:

O rei de Bigubá, a que vossa majestade respondeu a uma sua⁸⁷, tem quatro reinos debaixo de seu poder. O rei de Guinalá tem sete reis de barrete debaixo de seu domínio. O rei de Biseje tem cinco reinos de seu domínio; estes reis confinão suas terras umas com as outras, e o que as divide são três rios que das ilhas dos Bijagós entram por estes três rios acima. E destes reinos saem muitos braços e esteiros por onde ficam os ditos reinos tão sujeitos a estes Bijagós, que com suas embarcações por serem ligeiras, entram por onde querem, e de noite fazem seus assaltos, e é esta nação tão cruel que para segurarem sua presa escolhem para isso tempo mais acomodado, que é alta noite, quando estão mais repousados, para o que tem suas espias (espiões), e sendo por elas avisados, então pondo fogo nas aldeias, matando os que saem das casas, se resistem, finalmente, ou mortos, ou vivos, não escapam.⁸⁸

De acordo com o capitão vários régulos da região buscavam a proteção de Portugal. Esse foi, até o século XX uma grande ferramenta de negociação entre os nativos da região e os portugueses. Quando lhes convinha pediam a ajuda da corôa, quando não, eles afastavam-se. Tornar-se cristão, sabiam os régulos da região, era uma forma de conseguir ajuda dos portugueses. Foi, por muito tempo uma estratégia bem sucedida. Contudo, pelo que se pode notar, nesse início do

87 Carta enviada pelo rei de Bisege ao rei Felipe solicitando ajuda com os bijagós. A carta pelo que se pode notar foi intermediada pelo Capitão Fernandez Cação. Contudo, é um dos poucos documentos que temos e que supostamente foi escrito, ou ditado, por um africano. O documento está anexado às cartas de Fernandez Cação e assinada como Mangalí, rei de Bisege.

88 CAÇÃO, Sebastião Fernandez. *Carta para el-rei de Portugal, a 20 de abril de 1607*. Editada por Antonio Brásio, Monumenta Missionária Africana, Liboa, 2. ser IV, 1968, p.246.

século XVII os bijagós aterrorizavam a região. Chama a atenção a vários cronistas, muitos, homens do mar, a velocidade e a capacidade marítima dos ilhéus. Aliado a isso, claro, uma violência, aparentemente extrema.

Em outro documento o capitão Fernandez Cação solicita ao rei a construção de uma fortaleza em Cacheu, para proteger os régulos que se querem fazer cristãos e para conquistar as Ilhas Bijagós, que de acordo com o autor são muito ricas e férteis a ponto de os moradores sobreviverem alhures o continente.

Diz o capitão Sebastião Fernandez Cação, cavaleiro do hábito de Cristo, residente nessa corte, que lhe serve há mais de quarenta anos, assistindo entre os rios de Cabo Verde, e pela muita experiência pelas ditas partes, diz que conuem muita a fazenda de vossa majestade, fazer-se uma fortaleza entre os rios de S. Domingos, porto de Cacheu, onde está a feitoria e se despacham os navios de Portugal, e de todas as mais partes, por ser o dito porto mais acomodado para se consertarem e tirarem a monte os ditos navios, além do que será de muito proveito para os moradores da terra e se poderão defender dos inimigos franceses, flamengos e assim não lhes farão danos os Bijagós, os quais tem destruído doze reinos, que ora estão despovoados ... e ficará evitando os assaltos que os Bijagós de continuo fazem queimando as casas e novidades.⁸⁹

O período referido no documento e o período conhecido por União Ibérica, onde o Rei Felipe II da Espanha assumiu o tropo no Portugal. Como já é referência de longa data, nesse período as possessões de Portugal ficaram muito desguarnecidas em função da falta de contingente e também da falta de um poder centralizado. Os Franceses e os Flamengos, ou Holandeses, atacavam e invadiram muitas possessões lusitanas. Acreditamos, que aos olhos dos bijagós esse movimento passou despercebido. Para os ilhéus não interessava quem estivesse em busca da soberania na região continental. Seus ataques se davam contra o continente, inclusive em regiões mais distantes como Serra Leoa.

Em um dos trechos de suas cartas solicitando a construção da fortaleza e a ajuda aos régulos que buscavam se cristianizar, Fernandez Cação faz referência a um ataque contra as Ilhas Bijagós, chamadas anteriormente de ilha de Buam, ou Boão, ou *Ilhas do Infante* por terem sido doadas por Dom João III ao seu irmão o infante D. Luis em 1532. De acordo com o capitão foi feita uma investida, com uma grossa armada, contra as ilhas a partir da ilha de São Thiago, ou Santiago, em Cabo Verde. Conforme a autor por falta de experiência e cobiça a armada foi metendo-se pelos matos e acabaram todos mortos. Sendo assim as ilhas não foram conquistadas. O documento que dá conta dessa ordem está intitulado, *Povoamento das ilhas de Buão (05/09/1534)*. O sumário refere o seguinte: “Desejando o Infante D. Luis mandar povoar duas das ilhas de Buão, na Guiné, el rei

89 CAÇÃO, Sebastião Fernandez. *Carta para el-rei de Portugal, a 20 de abril de 1607*. Editada por Antonio Brásio, Monumenta Missionária Africana, Lisboa, 2. ser IV, 1968, p.248.

outorga aos povoadores e moradores, os privilégios, franquezas e liberdades já concedidas aos povoadores das ilhas de Cabo Verde”.⁹⁰ Não fica dúvida da vontade dos europeus de tomarem as ilhas. Demonstra-se assim que os bijagós, guerreiros como eram, empreenderam uma resistência, ora pacífica, ora violenta de mais ou menos quinhentos anos contra os invasores. Em relação a essa investida André Alvares de Almada (1594) também faz uma referência.

Sobre a qual foram já conquistadores por mando do Infante (D. Luís), da ilha de Santiago, Gomes Balieiro, com muita gente, e Capitão-mor dela e das ilhas de Baixo; também vieram muitos debaixo da obediência de Gomes Pacheco, e por desordem dos nossos foram desbaratados dos negros e mortos os Capitães-mores e salvaram-se mui pocos; ficaram esses negros tão bravos que passaram muitos anos sem querer ter nenhum comercio com os nossos. E se alguns navios davam a Costa naquelas ilhas, matavam os nossos que tomavam; até que o tempo tornou a fazer que tivessem comércio com os nossos (p. 91).

Praticamente todos os documentos que utilizamos como fontes são crônicas, ou cartas, ou livros escritos por europeus. Um dos poucos documentos que tivemos acesso e que nos permite imaginar a imagem que os africanos faziam do poderio de guerra dos bijagós é a carta do rei de Bisege, já citada nesse trabalho, ao rei Felipe solicitando sua ajuda. Sendo assim, consideramos importante transcrever aqui nesse trabalho um documento único e ímpar. O sumário do documento diz o seguinte. “Pede socorro militar contra os bijagós, prometendo fazer-se cristão e vassalo do rei de Portugal”. Essa carta consta, na íntegra, como anexo nesse trabalho.

Consideramos essa carta um documento único e importante.⁹¹ Apesar de ficar visível a influência de Sebastião Cação junto ao rei e aos outros régulos da região, fica claro que as populações continentais nesse momento estavam transtornadas com as investidas dos bijagós. É claro que essas populações também possuíam suas defesas.⁹² Esses reis, como são descritos na outra passagem, dominavam vários reinos menores, ou como preferimos nomear, chefaturas. Contudo, não conseguiam rechaçar os bijagós. Vários elementos dessa carta tornam-se importantes por ela ser escrita, ou ditada, por um régulo africano. A forma com que se refere ao rei, colocando-se abaixo do mesmo. As referências à busca pela cristianização e o afastamento da bigamia como formas de buscar a ajuda necessária. Estratégias importantes e necessárias que garantiram a sobrevivência de muitas comunidades africanas diante da violência dos europeus. Os bijagós, talvez pela capacidade

90 O referido documento consta na Monumenta Missionária Africana, ser. II vol. II p.263-265. Editada por Antonio Brásio, Monumenta Missionária Africana, Lisboa, 1963.

91 O documento citado está anexado junto com as cartas de Sebastião Fernandez Cação. CAÇÃO, Sebastião Fernandez. *Carta para el-rei de Portugal, a 20 de abril de 1607*. Editada por Antonio Brásio, Monumenta Missionária Africana, Liboa, 2. ser IV, 1968, p.241-242.

92 Consta que algumas populações construíram casas que mais pareciam labirintos. O objetivo disso era que quando os bijagós chegassem pelo rio as pessoas dentro da casa teriam tempo para poder fugir e sair por alguma outra porta sem ser capturado.

guerreira utilizaram formas de resistências passivas diferente. E enquanto puderam enfrentaram e saquearam tudo e todos que estavam em seu entorno.

Diversas são as fontes que fazem alusão a ferocidade dos bijagós. Não faltam elogios a suas capacidades náuticas e sua violência. Contudo, como já nos referimos aqui, a guerra não era uma particularidade dos bijagós, muito menos os atos de barbárie. Francisco Lemos Coelho em um de seus manuscritos faz referência a um castigo dado por um português de nome Antônio Jacome na ilha da Ponta.

... amarrou a bordo do seu navio, o dono da aldeia e hum filho seu, do qual, cortando-lhe a cabeça com um machado, fez beber o seu próprio pai o sangue do filho, castigo que lhe faz por lhe haver morto hum irmão seu e dizer que o sangue do branco, que sabia, o que o negro dizia pello vinho, e mais fazendas do navio que na ocasião que o matou lhe tomou; e em vingança lhe fez beber o de seu filho e lhe perguntou se sabia; e depois pediu por seu resgate couzas que parecem incríveis: o que tudo deo, e o que trouxe de seu navio dous anos prezo por não dar satisfação, por não poder ao que lhe pedia sendo que era senhor de três ilhas e muito rico, e entre as couzas que lhe pediu foi hum cestão de palha que leva quinze alqueires, cheio de ovos de galinhas.⁹³

A violência descrita por Lemos Coelho (1990) nos dá um panorama das relações entre portugueses a africanos na região. O caso descrito se dá pelo menos cinquenta ou sessenta anos depois do pedido de socorro do rei de Bisege aos portugueses. Provavelmente já haviam outras praças portuguesas estabelecidas e os bijagós ainda figuravam como piratas e saqueadores. Conforme o autor "... e em toda parte eram temidos... eram traidores e tomavão a falsa fé muitos navios em seus portos, e algun tomarão no mar, donde elles diziam não tinham pazes com ninguém..." (p.176).

Outro registro de castigo para com os bijagós que nos dá Lemos Coelho foi empreendido por um primo do autor de nome, Capitão Christovão de Melo na ilha do Esteiro, por terem os bijagós roubado e queimado sua casa e a igreja no Rio Grande.

... em vingança do que amarrou a bordo do navio o dono e senhor da ilha, em cuja amarração morrerão dezasete negros que vinhão com elle, sem escapar nenhum; e ainda que não deu cufo ou cestão de ovos, deo muito bom resgate de negros e pagou bem a perda que lhe tinha dado. E foi couza prodigiosa que todos quantos foram na guerra do roubo da casa e incendio da igreja, todos morrerão dentro de uma anno sem ficar nenhum vivo, do que rezultou ficarem tam mansos, que estão oje os mais domésticos negros e mais amigos dos portuguezes que há em todo o Guiné. (COELHO, 1990, p.177).

Ao que parece ao final do século XVI, entrada do XVII, os bijagós vão perder um pouco de sua ferocidade frente a violência dos portugueses auxiliados por outros grupos. Lemos Coelho nos

93 COELHO, Francisco Lemos. Manuscrito de 1684 editado por Damião Peres e publicado em 1990. p.177.

conta também de que o capitão mor Santos Vidigal Castanho fez guerra com duas ilhas, Orango e Oração, que deve ser Orangosinho. Com auxílio dos pepéis queimou casas e mantimentos, isso nos anos de 1700.

Outro cronista que não mede palavras para falar da habilidade guerreira dos bijagós é o Capitão André Alvarés de Almada (1594). O capitão Almada em seu tempo foi grande conhecedor da região da Guiné. Nascido em Cabo verde, na ilha de Santiago, era negociante e cavaleiro da ordem de Cristo. Escreveu sua carta endereçada ao rei para descrever os povos da região.

Estes negros são mui guerreiros. Contiuamente andam em guerras, dando assaltos na terra dos Buramos e Beafares, e têm tal costume que no mar encontrando-se de uma ilha com os da outra pelejam, bem pode ser pai com filho; não há rei entre eles, senão fidalgos, a que obedecem, senhores das ilhas povoadas ... E desses lugares saem a dar assaltos e fazem guerra aos outros, em suas almadias por mar, que são grandes e levam muita gente... usam frechas, mas não são ervadas, e em lugar de ferro lhes põe umas espinhas de um pescado chamado bagre, que eles têm por peçonhentas, e o são. (p.88-89).

Ao que parece, a fama dos bijagós corria léguas pela boca dos portugueses que transitavam na Guiné. Na mesma altura da latitude do outro lado do Atlântico em Cartagena das Índias, outro padre faz referência a vida guerreira dos bijagós. De acordo com o Padre Alonso de Sandoval.

Essa gente é muito guerreira, grandes corsários, e que em grande veneração aos valentes, e os invocam como santos na morte. E por isso todo seu trato é em guerras, o que se sucedeu é o valor que mostraram. Afirnam que isso não é falso sem ser ingrato ou arrogante. Tudo o que fazem com você parece que é o que ganham. (TEIXEIRA DA MOTA, 1974, p. 247).⁹⁴

Nos séculos XV e XVI portugueses, franceses ou mesmo espanhóis eram em, grande maioria, os europeus que transitavam pela Guiné. Destes já demonstramos vários relatos que nos reproduzem a representação que os europeus, em geral, tinham acerca dos bijagós e da guerra em sua sociedade. Passado mais de um século, no início do século XIX, é publicado em Londres, em 1805, o relato de Philip Beaver (1766-1813), oficial da Marinha Real Inglesa que tem por título; *African Memoranda relative to an attempt to establish A British Settlement on the Island of Buluma off the West coast of Africa in the year 1792*, (Memorandos africanos relativos a uma tentativa de estabelecer um assentamento britânico na ilha de Buluma, na costa oeste da África, no ano de 1792). O texto, com mais de quinhentas páginas, tem o capítulo IX, *Of the Bijuga Islands and inhabitants*, (Das Ilhas Bijagós e habitantes). No texto, o Capitão Beaver descreve os bijagós a

94 SANDOVAL. Alonso. *Naturaleza, policia sag profana, costumbre i ritos, disciplina i catechismo evangelico de todos Etiopes*. Sevilha, 1627. Fonte utilizada a partir de Avelino Teixeira da Mota e que não tivemos acesso.

partir de uma série de títulos. Entre eles estão: *aparência, extremamente não civilizados, descrição física, uma nação de guerreiros, modelo de ataque, saques gerais*, entre outros títulos. Novamente aqui nos deparamos com um olhar determinista dos europeus e novamente caracterizando os bijagós como guerreiros, nesse caso em especial, extremamente não civilizados.

Nesse momento histórico, a Inglaterra assume uma posição de distância em termos tecnológicos em relação a todas as outras nações europeias. Não é de estranhar que estejam buscando estabelecer-se em Bolama, que até o momento e de longa data é considerado território lusitano. Do que nos interessa aqui, Beaver nos deixa uma descrição impressionante acerca do guerreiro bijagó.

Esses bijagós, dentre todos os africanos, nesta parte da costa, são os mais não civilizados, sem fé e belicosos; e se distinguem entre as nações vizinhas pela apelação de homens selvagens ... Todo bijagó é um guerreiro; sua diversão a perseguição, seu deleite guerra ... exceto alguns dias do ano, quando ele prepara o terreno e semeia arroz, a guerra e a perseguição são sua única ocupação; e ele nunca está sem as armas; manter essas na ordem mais perfeita é esse maior orgulho. Ninguém entende seu uso melhor que ele ... Desassociados de quaisquer laços com as nações vizinhas, a quem geralmente desprezam, consideram o mundo como seu; e o que ele contém eles têm o direito de saquear. Se eles podem ser comparados a qualquer estado conhecido na Europa, deve ser o Argelino; a guerra com todo corpo, e sempre saqueiam os fracos. (BEAVER, 1805, p. 332-340, tradução nossa).

Os piratas argelinos eram famosos na Europa, principalmente no mediterrâneo. A costa atlântica também era seu espaço de atuação principalmente até na região de Sabat ou Salé, onde hoje é o território do Marrocos.⁹⁵

O trabalho de Beaver é rico em detalhes e descreve a ferocidade e organização dos bijagós para a guerra. Além disso, descreve de forma detalhada um régulo, chefe de uma tabanca da ilha Roxa. Esses relatos detalhados nos ajudam a perceber o peso que a guerra tinha na cultura marítima desses ilhéus. Apesar de ser uma representação de um capitão da Marinha Inglesa, o texto de Beaver demonstra respeito pelo chefe bijagó, seja pela capacidade guerreira ou por seu poder sobre seus comandados. Traço, esse, que seria muito importante na hierarquia naval da Marinha Inglesa.

Belchior é o pavor do povo vizinho e é considerado o maior guerreiro que a nação Bijagó já produziu. Ele ainda se orgulha de ter incendiado a cidade de Bissao, apesar de ter enfrentado a numerosa guarnição; e outros, ele provavelmente se orgulhará desse triunfo sobre nós no ponto ocidental de bolama. Ele é velho, mas ativo, e tem um metro e oitenta de altura; seus grandes olhos negros, cujas chamas não se extinguiram por setenta chuvas, são as mais penetrantes que eu já vi; o nariz é longo, grande e saliente, os dentes regulares e brancos; seus membros bem proporcionais; seu entendimento claro e agudo; e no corpo e na mente ele se destaca entre seus compatriotas. Mas sua coragem, sua política, sua

95 Um trabalho, não acadêmico mas bastante interessante, de história que conta grande parte das desventuras desses piratas da região pode ser encontrado no livro; WILSON, Peter Lamborn. *Utopias piratas: mouros, hereges e renegados*. São Paulo, Conrad Editora, 2001.

atividade inquieta, seus ousados empreendedores e seu amor pela guerra, que o fizeram admirado em seu país, produziram, ao mesmo tempo, o ódio e o desprezo por aquela nação em que se encontram e o alcance de suas expedições sem lei. (BEAVER, 1805, p.339).

É interessante a visão de um marinheiro inglês sobre um chefe marinheiro local bijagó. Mais interessante seria se pudéssemos ler um relato de como os bijagós viam os marinheiros ingleses, principalmente os oficiais, que muitas vezes nem saíam de suas cabines. Hugo Bernatzik viu uma estatueta talhada em madeira nas ilhas que lembrava um marinheiro inglês. É muito provável que vários navios ingleses tenham aportado na costa e mantido relações com os bijagós.⁹⁶

Conquanto, não são poucos, nem escassos, os relatos acerca da capacidade dos bijagós para a guerra. Ao longo desses cinco séculos de resistência, os bijagós demonstraram uma capacidade incrível de utilizar de suas estratégias de resistência tanto ativa quanto passiva. O cotidiano desses homens que se dedicavam à construção de embarcações, à guerra e aos saques devia ser construído a partir de uma rígida tradição e de uma ajuda mútua. Os jovens, aos poucos iam sendo incorporados aos ataques e tinham de aprender a defender-se em caso de ocorrerem revezes, o que muitas vezes deve ter acontecido. As populações continentais não ficariam de braços cruzados esperando os ataques e saques. Temos poucas referências a incursões mal logradas. O Padre Manuel Álvares (1616), dá conta de que em um determinado ocorrido de retorno de guerra, onde retornavam muitos mortos na canoa, um português que se encontrava na praia rezando foi morto pelo grupo. O motivo do ataque foi de que ele fora o responsável pelo seu insucesso por causa de sua oração.

Dentre as armas utilizadas pelos bijagós são relatadas em especial as azagáias, as adagas, as espadas, as flechas, entre as armas brancas. Uma das mais conhecidas era a lança denominada de canhocô, de quase 1,8 m de altura, como grandes ferrões, grandes espetos. É descrito também o uso do espinho de bagre como ponta envenenada. Alguns desses peixes possuem um veneno similar ao de alguns tipos de arraias. Posteriormente, foram adicionados ao arsenal dos bijagós armas de fogo. Beaver (1805), faz uma vasta relação das armas utilizadas pelos bijagós no final do século XVIII. Entre elas chama a atenção uma longa bucaneira. Provavelmente carregada pela frente e que poderia atirar todos os tipos de projéteis. Essas armas poderiam ser produzidas de forma quase artesanal e, utilizando as técnicas de emboscada, eram armas extremamente letais nas mãos dos bijagós.

Dentre as características que definem a capacidade marítima dos bijagós, estão suas técnicas de assalto. Os bijagós atacam a noite, no momento onde as tabancas estavam mais tranquilas.

96 A referência a esse detalhe em uma estatueta encontra-se na página 68 deste trabalho e a ilha em questão é a ilha de Caraxa.

Chegavam rapidamente, adentrando os rios e utilizando a maré como forma de entrada e saída do saque. Sabiam a hora de entrar e sair. Atacavam, muitas vezes, com mais de trinta canoas. Cada canoa levando até 30 homens. Enchabote (1607), rei de Bigubá (provavelmente atual Buba, nas margens do Rio Grande), da conta de que antes os bijagós faziam seus ataques individualmente, mas que no período do relato uniam várias ilhas em ataque.

Novamente temos aqui um documento particular, uma carta de um rei africano ao rei de Portugal. A visão interna, mesmo que deturpada pela mão de Fernandez Cação, expressa um conflito interno do continente.⁹⁷ A carta citada é muito similar a outra carta já documentada na íntegra nesse trabalho. Possivelmente, Fernandez Cação auxiliou na escrita dessas cartas, pois é quase certo que os reis locais não sabiam escrever.

Quanto às populações que sofriam os ataques dos bijagós, sem dúvida as fontes nos atestam que os mais prejudicados ao longo dos séculos foram os beafadas. A proximidade de seu território com as ilhas e com os rios que permitiam a entrada dos bijagós pelos baixios não deixa dúvida que esses eram as presas prediletas dos bijagós. Além, é claro, do fato de que, de acordo com as histórias contadas ao longo do tempo, foram os beafadas os responsáveis pela fuga dos bijagós para o arquipélago. As cartas apresentadas nesse trabalho, também dão conta de demonstrar que esses, os beafadas, eram atacados constantemente pelos ilhéus. A terceira e última carta que possuímos da conta do rei Bamalá de Guinalá, de 01 de maio de 1607, solicitando a ajuda do rei Felipe II, nos termos similares aos dos outros reis.⁹⁸

Além dos beafadas, os outros povos que sofriam com os ataques dos bijagós eram; manjacos, brames, pepéis, buramos, bissaos, balantas, felupes, baiotas e outros. O padre Manuel Álvares (1616), vai dizer que vai dizer que era necessário vigiar continuamente de cima das árvores, noite e dia, para prevenir-se contra os ataques bijagós. Inclusive, punindo aqueles que fogem ao combate ou abandonam a luta.

Dentro da atividade guerreira dos bijagós está embutida uma ideia, o apresamento de cativos para a venda aos portugueses. Inicialmente não tínhamos certeza se os bijagós apresavam pessoas para venda aos portugueses. Depois da leitura de diversas fontes ficou claro para nós que os bijagós faziam parte desses grupos que tinham como uma de suas principais prerrogativas o trabalho de apresamento de cativos. Alguns grupos beligerantes, similares aos bijagós, que transitavam pela

97 O documento citado está anexado junto com as cartas de Sebastião Fernandez Cação. CAÇÃO, Sebastião Fernandez. *Carta de Enchabole, rei de Bigubá, pera sua Magestade a 24 de abril de 1607 anos*. Editada por Antonio Brásio, Monumenta Missionária Africana, Liboa, 2. ser IV, 1968, p. 251-252. Com o nome do rei deturpado para (Emehabele).

98 O documento citado está anexado junto com as cartas de Sebastião Fernandez Cação. CAÇÃO, Sebastião Fernandez. *Carta do rei Bamalá de Guinala, a El-rei D. Felipe II 01 de maio de 1607*. Editada por Antonio Brásio, Monumenta Missionária Africana, Liboa, 2. ser IV, 1968, p. 255-256.

costa ocidental, em geral marítimos, que dominavam o mar e faziam negócios com os europeus se negaram a negociar cativos com os europeus. Grupos que faziam a manutenção das embarcações, ou provinham essas naves de víveres, não vendiam escravizados.

Conforme nos atestam os Padres Baltazar Barreira (1606) e Manuel Álvares (1616), os bijagós mantinham os escravizados em suas ilhas com diversos objetivos, entre eles, até mesmo sacrifícios. Entretanto, depois que os portugueses iniciaram o processo de compra de escravos das populações costeiras, o apresamento para venda vai tornar-se uma importante atividade dos ilhéus. De acordo com Almada (1594), os principais grupos de cativos comprados dos bijagós eram beafadas e papéis ou pepéis.

O Sargento Mor de Cabo Verde, Francisco de Andrade (1582)⁹⁹ nos diz que somente se resgatavam escravos na ilha “a troco de roupa vermelha e vacas que os navios levam de outros rios”. O padre Baltazar Barreira (1606) também nos confirma que os portugueses iam com frequência até as ilhas para negociar escravos. E de acordo com Manuel Álvares (1616), outros produtos também eram negociados em troca dos escravos: “caldeirões de cobre, ferro, coral, alguns ferragoilos e caixas, brincos e rabos de cavalo”.

Entretanto, vai ser Lemos Coelho (1669-1684), em sua descrição que vai nos dar informações mais precisas acerca dos negócios dos escravos nas Ilhas Bijagós. Na primeira versão de 1669 diz o seguinte; “... tem hum porto formozissimo, muy abastecida, e o negocio he de negros como nas mais, também se compra algum marfim de elefantes que passam a nado da terra firme”. Nesse trecho o autor relata que o comércio é de negros, como nas demais, o que sugere que as outras ilhas também negociavam escravos. Além disso, sugere que também vendiam marfim dos elefantes que passam a nado. Os elefantes em questão são hipopótamos que existiam em abundância na região. Os dentes de hipopótamos também eram negociados. Em outra ocasião já em sua segunda descrição (1684), o autor descreve a compra de escravos na ilha da Ponta e Jaba ou Jeba possivelmente;

... e hé porto dessas duas ilhas, da ponta e do Ago, as quais são piquenas mas muito povoadas e muito fartas; e hindo eu huma viagem aos Bijagós, só nesse porto, sem correr mais ilhas, me despachei e comprei nelle cincoenta e quatro negros ... outra vez na ilha de Uno e Uração em as quais só me despachei e comprei secenta e nove negros. (p. 180/181).

Lemos Coelho nos dá conta da compra de quantidades consideráveis de escravos, o que sugere que os bijagós nessa altura já estavam fazendo guerra com o intuito de apresamento e não

99 ANDRADE, Francisco de. *Relação das ilhas de Cabo Verde e dos tratos da Guiné, 26 de janeiro de 1582*. Editada por Antônio Brásio, Monumenta Missionária Africana, Lisboa, 2 ser., III, 1964, p.106.

apenas de saque. Como já referenciamos aqui, a autor fala da compra de escravos pépeis na ilha Camona onde se compravam ótimos grumetes. O nome das ilhas varia muito de autor para autor ao longo do tempo. Muitas vezes conseguimos identificar a ilha referida com o nome utilizado nos dias de hoje, às vezes não. Consideramos que não é estritamente necessário saber exatamente qual ilha se refere, a não ser em situações onde a posição geográfica da ilha seja pertinente na reflexão. Em outro momento o autor relata que da ilha de Unhocômo recebeu bons negros e baratos. Quanto aos preços, a referência que temos é de que um negro valia duas vacas. Muitas vezes, se conseguia negociar um negro por uma vaca, metade do preço. Os bijagós utilizavam muito as vacas não só na alimentação mas também nos sacrifícios. Em relação a ilha Roxa, Lemos Coelho nos relata também da compra de Âmbar em grande quantidade e muito barato, tão barato, que diziam aos compradores que os haviam achado. Da ilha Roxa que o autor nos diz também ter feito mais de vinte e cinco viagens, refere a compra de escravos;

Della também se tirão muito bons negros, assim Biafares como da mesma terra, que já hoje são como Biafares, gente que se dá bellissimamente no cativo, para resgate dos quais se levavão os navios do Rio Grande carregados de vacas, e davão duas por hum negro e talvez huma, e assim era nas mais ilhas ... (p. 44)

Lemos coelho nos relata algo que era comum no período escravista. Algumas etnias eram consideradas melhores para serem escravizadas, por diversos motivos, ou porque resistiam menos ao processo, ou porque tinham alguma habilidade e especial, ou porque não tentavam fugir. Em relação aos bijagós, a referência é de que não eram bons para a escravização pois não queriam morrer longe das ilhas, visto que, tinham medo de não encontrar o caminho para a ilha final, aquela onde deviam ir depois da morte.

Uma questão peculiar diz respeito a morte entre os bijagós. Tanto Almada (1594), quanto Lemos Coelho (1684), fazem referência ao suicídio entre os ilhéus. Que estes quando querem simplesmente tomam um fôlego e morrem. Essa questão diz muito sobre a psique dos ilhéus e sua autonomia. Lembrando das questões já trabalhadas em relação, principalmente, ao entendimento de mundo. Para os bijagós, o mundo dos vivos e dos mortos era um só. Tanto lá, mortos, quanto aqui, vivos, todos mantêm contato, e sendo assim muitas vezes era melhor estar morto, do outro lado, do que vivo, passando por situações diversas.

Para finalizar esse sub item acerca da importância da guerra no mundo dos bijagós, vamos utilizar uma fonte muito especial, principalmente por ser uma fonte única, da qual dispomos e que não foi por nós encontrada referência sobre ela em nenhum outro trabalho. O texto em questão foi publicado em 1749, em Lisboa, na oficina de impressão de Pedro Ferreira. O autor, Antonio Coelho

descreve dois casos ocorridos em 1742 e 1743 na Guiné. Desses casos, o que nos interessa é o primeiro, de 22 de fevereiro de 1742. O ocorrido é narrado com todas os devidos detalhes, que provavelmente foram contados pelos sobreviventes do evento e que relataram, ao que parece, em primeira mão ao autor. Do autor, pouco sabemos ou quase nada. Contudo, nesse relato, único, que temos, vamos buscar fazer um exercício diferente. A partir do relato, vamos tentar inferir como seria o texto, caso fosse contado a partir da visão dos bijagós.

Na noite que antecedeu o dia 22 de fevereiro de 1742 numa tabanca bijagó, acerca da ilha da Ponta, duas canoas foram preparadas para no dia seguinte saírem para saquear. Sua principal atividade marítima. É provável que não fosse uma incursão das mais preparadas pois foram apenas duas as canoas que seguiram. No dia 22, depois de algum tempo de navegação, depararam-se com uma canoa vindo provavelmente da ilha de Bissao, com escravos e um padre a bordo. Aos poucos, aproximaram-se da canoa em velocidade, suas canoas eram feitas para isso e seus remadores treinados para a aproximação. Ao aproximar-se viram que os escravos e o padre entraram em desespero e tentaram fugir, sem sucesso. Quando chegaram perto pediram água, sabendo que essa era uma forma de fazer com que diminuíssem a velocidade. Várias eram as estratégias de aproximação, evitando o confronto a distância para diminuir as baixas. Quando estavam em seus portos, aguardando a chegada dos portugueses, que vinham comprar escravos, e pretendiam apresar os barcos, esperavam as embarcações aproximarem-se até não mais poderem fugir, aí agarravam pelo cabo da proa e diziam, agora essa embarcação é nossa.

Ao aproximar-se do barco com o padre e os escravos, um dos ativos, que não estivesse remando, atirou com a azagáia, ou canhocô, certa no homem que manjava o leme, fazendo assim com que a embarcação perdesse o rumo. Essa era, sem dúvida, uma estratégia bem-sucedida que não desperdiçava tempo de combates. Depois disso, uma das canoas cortou a proa da embarcação e outra fixou-se na popa, tomando de assalto o barco. O padre, que começou a vociferar contra os atacantes acerca da lei de deus, do seu deus, e das leis de sua majestade, o rei de Portugal, que não significava nada para os embarcados correu em socorro do homem do leme. Um escravo que tentava alguma reação foi baleado, de nome Mabià. Em poucos minutos a embarcação foi tomada, o padre que não se aquetava foi varado por uma azagáia e morreu. A azagáia do padre foi retirada e o corpo jogado ao mar. Na invasão da canoa mais dois escravos foram mortos, o que não interessava aos invasores, visto que, pare de seu butim de combate eram os homens para serem depois vendidos aos portugueses. Dos escravos, dois foram deixados livres para remar e o escravo chamado Mabià ficou a encargo do leme. Alguns dos bijagós adentraram a embarcação e as três

juntas se foram em direção a ilha da Ponta. Ao chegarem foram recebidos com louvor e cerimônias, tiros e sons de tambores. Os tambores, como sempre rufavam em alegria.¹⁰⁰

Depois da chegada, um dos prisioneiros foi preso pelo pescoço e foi arrastado pela tabanca, sendo agredido, provavelmente pelos mais novos e provando a valentia daqueles que não haviam estado na emboscada. Durante a noite, o preso conseguiu se libertar e pela manhã fugiu em direção ao mar. O homem foi recapturado e levado novamente aos suplícios, onde um bijagó o ferrou com uma lança ou canhocô. Depois disso, foi entregue as mulheres, que também se serviram do homem até que ele morreu. Os sobreviventes ficaram presos, e foram resgatados pelo síndico do hospício de Bissau, de onde haviam saído, comprados, provavelmente a um preço menor, pois o resgate custava menos que a compra de um escravo.

Depois do ocorrido e vendo que tinham matado um padre, o que iria gerar um contra ataque por parte do hospício em Bissau, o chefe da tabanca, de nome Jago, foi até o hospício e disse que queria se fazer cristão, a ele e a todos os seus. O gesto de arrependimento e a busca pela conversão, iria acalmar os ânimos dos portugueses, provavelmente evitando uma vingança.

O exercício que fizemos, foi todo baseado nos dados descritos pelo cronista, aliado, é claro, às informações que temos acerca da conduta dos bijagós e de suas capacidades marítimas. O segundo caso relatado na fonte é similar, contudo, não envolve os bijagós e sim os brames, ou bramanes. Outra fonte rica e particular, aguardando uma futura pesquisa acerca desse outro povo e de suas particularidades.

O objetivo do que nos propomos fazer em relação a essa fonte foi buscar a visão que teriam os bijagós acerca de um incidente, do qual não possuímos sua versão, como todos os outros. Buscamos retirar da narrativa todos os elementos que davam uma noção de juízo em relação as ações dos africanos ou santificavam os portugueses, o que eram muitos. Não buscamos aqui, de forma alguma, desonerar os atos dos bijagós. Contudo, pretendemos demonstrar que a visão do colonizado foi sempre desconsiderada e que uma sociedade marítima guerreira como a dos bijagós tinha também suas estratégias de sobrevivência bem organizadas.¹⁰¹

100 Como já foi descrito aqui os tambores são parte essencial da sociedade Bijagó. São utilizados como meio de comunicação e também em todos os tipos de cerimônias. São usados também para comunicar-se com as embarcações que aproximam-se dos portos, como diz Lemos Coelho (1684).

101 A fonte que utilizamos pra essa visão invertida foi; COELHO, Antonio. *Memorias verdadeyras de dous lastimosos cazos succedidos em Guiné em 22 de fevereiro de 1742 e em 26 de abril de 1743 em dous religiosos millionarios da Santa Provincia de Soledade da mais estreita, e regular observancia do Serafico Patriarca S. Francisco, assistentes no hospicio de N.S. da Conceição da ilha de Bissau, e em três escravos que os acompanhavão, chamados Agostinho, Antonio e Bento, e outros que não eram do Hospicio, também cristõas.* Lisboa, Officina de Pedro Ferreira, 1749. Documento registrado na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob o registro, HG 149798. 1-4 Miscelânea. Ela encontra-se na íntegra nos anexos ao final do trabalho.

Concluindo, a atividade guerreira dos bijagós, fazia parte de sua cultura marítima. Era, na verdade, seu principal pilar. A limitação de sua maritimidade no século XX, está ligado diretamente as guerras de colonização dessas populações. Por muitas gerações, os bijagós mantiveram uma cultura marítima poderosa, mas diretamente ligada a guerra, e posteriormente ao apresamento de escravos. Com o fim dos conflitos e do processo escravista, infelizmente essa cultura marítima migrou parcialmente para um modelo pacífico, mantendo alguns de seus centenários conhecimentos do mar, mas muito poucos da construção das canoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi concebido ao longo de uma década de reflexões acerca das comunidades marítimas, seus sujeitos e sua cultura e a proximidade entre as sociedades do continente africano e as sociedades brasileiras suas herdeiras. As formas de reflexão acerca dessas temáticas foram ancoradas em duas formas de saber distintas, a ciência acadêmica, aquela da qual somos fruto e representantes e os ditos conhecimentos endógenos ou saberes tradicionais, dos quais somos pesquisadores assíduos e, por vezes, aprendizes.

As questões que pautavam as reflexões e as futuras pesquisas, normalmente, surgiram das experiências vividas com os embarcações próximos, do ouvido atento a conversa dos velhos pescadores ou muitas vezes da própria experiência embarcado. Aliando essa dupla experiência foi necessário buscar autores, tanto africanistas como de outras esferas que nos proporcionassem a reflexão necessária para poder dar suporte a tese de que no meio da cultura marítima, os conhecimentos tradicionais e os saberes endógenos são uma referência tão, ou mais, importante, que os conhecimentos acadêmicos.

Foram várias as sociedades da costa ocidental africana que pensamos poderem servir de exemplo para demonstrar o quanto a cultura marítima da costa ocidental africana era viva e serviu de arcabouço de sustentação às nascentes sociedades da costa americana. Acabamos optando pelos bijagós por alguns motivos óbvios. Primeiro, por ser a sociedade que dispúnhamos de um número maior de referências escritas e que, mesmo tendo perdido sua cultura marítima, sobreviveu à violência do processo escravista e do colonialismo mantendo sua cultura e seus costumes. Outro motivo importante foi a descoberta do livro de Hugo Adolf Bernatzik que nos permitiu, a partir dos olhos de um ocidental, mergulhar na sociedade dos bijagós, antes de completo o processo de colonização imposto pelos portugueses.

As reflexões que nos propomos nesse trabalho vão além, em muito, de um estudo histórico. Foram necessárias pesquisas em outras áreas das ciências humanas, como: antropologia, sociologia, filosofia, geografia, psicologia e mesmo biologia para podermos entender muitos dos trabalhos a que nos propomos utilizar. Acreditamos que o que encontramos se aproxima muito mais de pistas do que é a cultura marítima africana, do que realmente as devidas respostas que nos propomos. Contudo, acreditamos que esse trabalho pode ser o início de uma pesquisa maior acerca desse objeto, como também, pode servir de incentivo para que outros pesquisadores busquem encontrar essas outras etnias que também cultivaram sua cultura marítima, mas que aparecem como coadjuvantes nesse trabalho, sejam eles os kru, os fanti, ou outros povos da costa que acabaram por

desaparecer dos livros de história. Quanto aos bijagós, várias outras questões poderiam ser lançadas e analisadas a partir do texto que nos dispomos a utilizar. Acreditamos que nossas reflexões serviriam de base para futuros trabalhos sobre esses marítimos e soma-se aos trabalhos de Chistine Henry e Avelino Teixeira da Mota em relação a cultura marítima africana e dos bijagós. Infelizmente não conseguimos visitar a Guiné-Bissau, o arquipélago dos bijagós, e os arquivos do INEP, o que era proposto em um primeiro plano. A partir de 2016, quando essa tese foi oficialmente iniciada no PPGHIST da UFRGS, o Brasil passou por uma convulsão política e econômica, que não cessou até o momento, e que desidratou imensamente os recursos da pesquisa e da educação. Deixo aqui registrada essa incontornável falha nesse trabalho.

Outro importante motivo que referenciamos na existência de nossa pesquisa é o simples trabalho de trazer a tona um pouco mais das sociedades da costa ocidental africana que acabaram sucumbindo frente a homogenização dessas sociedades dentro da história da África contada no Brasil. Buscamos demonstrar aqui a possibilidade de novas formas de sociabilidade, outras possíveis visões da modernidade, conectadas com o aprendizado a partir da ancestralidade e das experiências múltiplas. Buscamos também demonstrar o poder da resistência e da sobrevivência das sociedades africanas que muitas vezes passa despercebido nos livros de história. Acreditamos que conseguimos demonstrar que existem, sim, outras formas de conhecimento para além do conhecimento formal/científico, tão importante quanto.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Mar Morto**. Rio de Janeiro; Record, 2001.

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo; Cia das Letras, 2009.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino AATT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

ALMADA, André Alvares de. **Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna**. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.

ALMADA, A. A. de. **Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde** [ed. do Ms. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, datado de 1594], ed. António Brásio, Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964.

ÁLVARES, P. M. **Etiópia Menor e Descrição Geographica da Província da Serra Leoa**: Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. 3, E-7. In. HAIR, P. E. H.(Ed.) An interim translation of Manuel Álvares S. J., Etiópia Menor e Descrição Geografica da Província da Serra Leoa [c. 1615] (‘Ethiopia Minor and a geographical account of the Province of Sierra Leone’). Liverpool: Department of History, University of Liverpool, 30 Sept. 1990.

ALAGOA, Ebiegberi.J. **Do delta do Níger aos Camarões**: os Fon e os Ioruba. História Geral da África – UNESCO. Vol. V. Brasília, 2010.

_____. **O delta do Níger e Camarões**. História Geral da África – UNESCO. Vol. VI. Brasília. 2010.

ANDERSON, Perry. **Estrutura e sujeito**, in. A crise da crise do Marxismo. São Paulo, Brasiliense, 1994.

APPIAH, Anthony. **Na casa de meu pai**: A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro; Contraponto, 1997.

BAQUAQUA, Mahommad Gardo. **Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro** / Mahommad Gardo Baquaqua; tradução Robert Krueger – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BARBOT, Jean. Barbot on Guinea: **The Writings of Jean Barbot on West Africa, 1678 -1712**. ed. Paul Hair, Adam Jones & Robin Law. London: Hakluyt Society, 1992.

BARROS, Amândio Jorge Morais. **Barcos e Gentes do Mar do Porto** (séculos XIV-XVI). Revista da Faculdade de Letras: História, Séri II, vol. 14, 1997. pp. 167-230.

_____. **São Pedro de Miragaia: uma confraria de gentes do mar do porto no século XV**. Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. vol. 4, 1989, p. 301-310.

BARRY, B. **La Sénégalie du XVe au XIXe siècle**: Traite négrière, Islam et conquête coloniale. Paris: Éditions l’Harmattan, 1988.

_____. **A Senegâmbia do século XV ao século XX: em defesa de uma história sub- regional da Senegâmbia.** Soronda, n. 9, 1990, p. 15-27.

BAUMAN, Zygmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

BAUTISTA, Rafael S. **La descolonizacion de la política: Introduccion a uma política comunitária.** Bolivia, Plural Ediciones, 2014.

BARBOT, J. **A Description of the Coasts of North and South Guinea** (London, 1732).

BERNATZIK, Hugo Adolf. **En el reyno de los Bidyogo.** Traducción de Francisco Payarols. Revisión por Augusto Panyella. Barcelona: Ed. Labor, 1959.

_____. **Gari-Gari – vida y costumbres de los negros del alto Nilo.** Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1948.

_____. **Mares del Sur.** Barcelona, Ediciones Destino, S.D.

BEAVER, Philip. **African Memoranda** relative to an attempt to establish A British Settlement on the Island of Buluma off the West coast of Africa in the year 1792, Londres, 1905.

BOSMAN, W. **A New and Accurate Description of the Coast of Guinea,** Divided into the Gold, the Slave, and the Ivory Coasts (London: F. Cass), 1967.

BRÁSIO, Antonio. **Monumenta missionária africana,** Lisboa, série 2, vol. IV, 1968.

_____. **Monumenta missionária africana,** Lisboa, série 2, vol. II, 1963.

_____. **Monumenta missionária africana,** Lisboa, série 2, vol. III, 1964.

_____. **Monumenta missionária africana,** Lisboa, série 2, vol. VIII, 1960.

BREGMAN, Rutger. **Utopia para realistas.** Rio de Janeiro, Sextante, 2018.

BROOKS, G. E. **Eurafricans in Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century.** Athens: Ohio University Press; Oxford: James Currey, 2003.

_____. **Landlords and Strangers: Ecology, Society and Trade in Western Africa, 1000-1630.** Boulder: Westview Press, 1993.

_____. **The Kru Mariner in the Nineteenth Century: A Historical Compendium.** Newark, Del. ,Liberian Studies Monograph Series no.1, 1972.

CARDOSO, Leonardo. **Os bijagós: Estrutura e funcionamento do poder.** Dakar; CODESRIA, 2008.

CARVALHO, Jose Jorge de. **Encontro de saberes na Universidade: Bases para um diálogo interepistêmico**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de inclusão no ensino superior e na pesquisa – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq), Universidade de Brasília – UNB. Coord. Geral José Jorge de Carvalho, 2014.

CARVALHO, M. **Os caminhos do rio: negros canoieiros no Recife na primeira metade do século XIX**. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 19-20, p. 75-93, 1997.

CASTIANO, José P. **Referências da filosofia africana**. Em busca da intersubjetivação. UDEBA, 2010.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Porto Alegre, L&PM, 2011.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO, Antonio. **Memorias verdadeyras** de dous lastimosos cazos succedidos em Guiné em 22 de fevereiro de 1742 e em 26 de abril de 1743 em dous religiosos millionarios da santa provincia de Soledade da mais estreita e regular observancia do Serafico Patriarca S. Francisco assistentes no hospicio de N.S. da conceição da ilha de Bissao e em tres escravos que os acompanhavam chamados Agostinho, Antonio e Bento e outros que não eram do hospicio, também Chistãos. Lisboa, Officina de Pedro Ferreira, 1749. Biblioteca Nacional de Lisboa Endereço: HG 14979p. 1-4 Miscelânea.

COELHO, Francisco de Lemos. **Discripção da Costa de Guiné** e situação de todos os portos, e rios della; e roteyro para se poderem navegar todos seus rios, 1684: BNL, Cód. 454. Pub. por Damião PERES, *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho*, 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, pp. 89-25 (doravante cit. como *Discripção* (1684).

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África Pré-colonial**. Revista AEDOS. UFRGS. Edição online.

_____. **“A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto”**. Politéia (Vitória da Conquista), v.2 n.1, 2002, pp.99-129.

CLIFFORD, James. **A Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ.

DAPPER, O. **Description de L’Afrique....** Amsterdam, 1676.

DONELHA, A. **Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)**. Edição do texto português, introdução, notas e apêndices por Avelino Teixeira da Mota, notas e tradução inglesa por P. E. H. Hair. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

EQUIANO, Olaudah. **Narracion de la vida de Olaudah Equiano, El Africano**. Madrid; Miraguano ediciones, 1999.

EZE, Emmanuel Chukwudi. **A filosofia moderna e o colonialismo africano**. Tradução feita por Marcos Carvalho Lopes (marcoslopes@unilab.edu.br) para uso didático, 2018.

- FAGE, John. **A History of West África**. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FERNANDES, Raúl – “**O espaço e o tempo no sistema político bidjogó**”, in Soronda, n.º 8, INEP, Bissau, 1989.
- FERNANDES, Raúl Mendes. **O informal e o artesanal: pescadores e revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau: fronteiras pós-coloniais, rigidez, heterogeneidade e mobilidade**. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012.
- FOÉ, Nkolo. **África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica? Africa in dialogue, Africa in self-questioning: universalism or provincialism? “Atlanta Accommodation” or historical initiative?** In. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Tradução de Roberto Jardim da Silva.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo; Editora 34 Ltda, 2012.
- GOMES, Telmo. **Os últimos navios do império: Portugal no mar**. Lisboa; Edições Inapa, S.A., 2001.
- GREEN Toby. **The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300–1589**. Cambridge University Press. New York, 2012.
- GUTKIND, Peter C.W. **The Canoemen of the Gold Coast (Ghana): A Survey and an Exploration in Precolonial African Labour History (Les piroguiers de la Côte de l'Or (Ghana): enquête et recherche d'histoire du travail en Afrique précoloniale)**. Paris; EHESS, 1989. Cahiers d'Études Africaines, Vol. 29, Cahier 115/116, Rivages 2 (1989), pp. 339-376. JSOR.
- GYEKYE, Kwame. **Pessoa e comunidade no pensamento africano**. Person and Community in African thought. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 297-312. Tradução para uso didático por Thiago Augusto de Araújo Faria.
- HAIR, P. E. H. **The abortive Portuguese settlement of Sierra Leone 1570-1625**. In: _____. *Africa Encountered: European Contacts and Evidence*. Aldershot: Variorum, 1997. p. 171208.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2003.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A noção de pessoa na África Negra**. Tradução para uso didático de: HAMPATÉ BÂ, Amadou. *La notion de personne en Afrique Noire*. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). *La notion de personne en Afrique Noire*. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelylin Ferreira Medeiros.
- HENRY, Christine. **Le système de classes d'âge des Añaki (Bijago de Guiné-Bissau)**. *Journal des Africanistes*, 1995.

_____. **Marinheiros bijagós: Passado e presente.** Bissau; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), 1989.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo; Cia das Letras, 2013.

_____ e RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2012.

HORTA, José da Silva. A **“Guiné Do Cabo Verde”**: produção textual e representações (1484-1578). Lisboa, 2010.

_____. **“O Nosso Guiné: representações luso-africanas do espaço guineense (séculos XVI-XVII)”**. 2007. Disponível no Centro Virtual Camões: http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_silva_horta.pd

_____. **Ser ‘Português’ em terras de Africanos:** vicissitudes da construção identitária na ‘Guiné do Cabo Verde’ (sécs. XVI-XVII). In: FERNANDES, H; HENRIQUES, I. C.; _____. (Coords). **Nação e Identidades: Portugal, os Portugueses e os Outros.** Lisboa: Centro de História, Caleidoscópio, 2009. p. 261-273.

_____. **Trânsito de africanos:** circulação de pessoas, de saberes e experiências religiosas entre os rios de Guiné e o arquipélago de Cabo Verde (séculos XV-XVII). Porto Alegre, Revista Anos 90, v.21, n.40, p.23-49, 2014.

HOUNTONDJI, Paulin J. **O antigo e o moderno, a produção do saber na África contemporânea.** Luanda; Edições Pedagogo, 2012.

_____. **Conhecimento da África, conhecimento dos africanos:** duas perspectivas sobre os estudos africanos. Revista crítica de estudos sociais, 80, março 2008.

JABOUILLE, Victor. **Périplo de Hanão.** Lisboa, Editorial Inquérito, 1994.

KAPHAGAWANI, Didier N; MALHERBE, Jeanette G. **African epistemology.** In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader.** New York: Routledge, 2002, p. 219-229. Tradução para uso didático por Marcos Rodrigues.

KEITA, Boubacar Namory. Cheik Anta Diop. **Contribuição endógena para a escrita da história do continente.** Ensaio de reflexão sobre uma obra. Luanda, Editora Nzila, 2008.

KOUVOUAMA, Abel. **Penser la politique en Afrique.** Politique africaine, nº 77, mars-2000, p. 5-15, por Thiago Ferrare Pinto.

KRENAK. Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo, Cia das Letras, 2019.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia.** São Paulo: Companhia Editora nacional, 1968.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico.** Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

LAW, Robin. **Between the Sea and the Lagoons: The Interaction of Maritime and Inland Navigation on the Precolonial Slave Coast** (Entre mer et lagune: les interactions de la navigation maritime et continentale sur la Côte des Esclaves avant la colonisation). Paris, EHESS, 1989. Cahiers d'Études Africaines, Vol. 29, Cahier 114, Rivages 1 (1989), pp. 209-237. JSTOR.

LEITE, Fábio. **A questão ancestral**. África negra. São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2008, introdução.

LEZAMA, Antonio. **Escritos Bajo el mar**. Montevideo: Lybreria Linardi e Risso, 2009.

LIMA, Augusto J. Santos. **Organização econômica e social dos bijagós**. Lisboa, Centro de estudos da Guiné portuguesa; 1947.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

LOPES, Carlos. **Construção de Identidades nos rios de Guiné do Cabo Verde**. Africana Studia nro 6. 2003. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

LOVEJOY, Paul and LAW, Robin. **The Biography of Mahommad Baquaqua: his passage from slavery to freedom in África and América**. Princeton, Marcus Weiner Publishers, 2003.

_____. **A escravidão na África: uma história e suas transformações**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

MACEDO, José Rivair, LOPES, Nei. **Dicionário de História da África**. Séculos VII a XVI. Belo Horizonte, Autêntica editora, 2017.

_____. (Org). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo, Outras Expressões, 2016.

_____. **História da África**. São Paulo, Contexto, 2013.

MAREES (P. de), **Description et r&it historial du riche royau d'or** (le uea..., Amsterdam, 1602. Voir aussiR. MAUNY, "Une description ancienne du Cap-Vert par Pieter de Marees (1601)": Paris, France Chntre-Mer, no 330, mai 1957. (1602).

MBEMBE, Achille. **As formas africanas de auto-inscrição**. Revista de estudos afro-asiáticos. Ano 23, n01, 2001, pp. 171-209.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e civilizações tomo I** (até o séc. XVIII). Salvador; EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

_____. **África Negra: História e civilizações tomo II** (do século XIX aos nossos dias). Lisboa; Edições Colibri, 2011.

MANDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Lisboa, INEP, 1994.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

MERRIEN, Jean. **A vida quotidiana dos marinheiros no tempo do Rei-Sol**. Lisboa; Editora livros do Brasil, S.d.

MOLLAT, Michel. **La vie quotidienne des gens de mer en atlantique IX-XVI siecle**. Paris, Hachette, 1983.

MOTA, Avelino Teixeira da. “**A descoberta da Guiné**”. Separata do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, nº 1, 1946, pp. 1-68.

_____. **Actividade marítima dos bijagós nos séculos XVI e XVII**. Lisboa, 1974. In memoriam Antonio Jorge Dias. Instituto de alta cultura/Junta de investigações científicas do ultramar, nro.III.

MUDIMBE, Valentin. **A invenção da África**. Mangualde; Editora Pedagogo, Ltda, 2013.

MULUNDWE, Banza Mwepu; TSHAHWA, Muhota. Mito, **Mitologia e Filosofia Africana**. Tradução para uso didático de MULUNDWE, Banza Mwepu; TSHAHWA, Muhota. Mythe, mythologie et philosophie africaine. Mitunda. Revue des Cultures Africaines. Volume 4, Numéro spécial, octobre 2007, p. 17-24 por Kathyia Barbosa Fernandes e Aurélio Oliveira Marques.

NÉMETH, Peter Santos. **O feitio da canoa caiçara de um só tronco: A cultura imaterial de uma nação, em 25 linhas**. Dossie para instrução do processo de registro de bem cultural de natureza imaterial junto ao IPHAN. São Paulo, 2011.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia africana – das independências às liberdades**. Luanda, Paulinas, 2014.

NORRIS, R. **Memoirs of the Reign of Bossa Ahadee, King of Dahomy** (London: F. Cass). (Fist ed. 1789). 1968.

OMOREGBE, Joseph I. **Filosofia Africana: ontem e hoje**. Traduzido por Renato Nogueira Jr. De African Philosophy : Yesterday and Today in African Philosophy: an Anthology by Emmanuel Chukwudi Eze, Massachusetts/Oxford, Blacwell Publishers,1998.

ORUKA, H. Odera. **Quatro tendências da atual Filosofia Africana**. Tradução para uso didático de ORUKA, H. Odera. Four trends in current African philosophy. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 120-124, por Sally Barcelos Melo.

PEREIRA, D. **Pacheco. Esmeraldo de Situ Orbis**, Editora A. E. da Silva DIAS (Lisboa: Typ. Universal), 1905.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Introdução ao estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre; Edição do Autor, 2013.

PINEDO, Christina Quintana & PINEDO, Karyn Siebert. **Introdução a epistemologia da ciência**. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas, 2008.

POLÓNIA, Amélia. **Traços identitários de um grupo sócio-profissional. Os náuticos de Vila do Conde no século XVI**. Repositório Aberto Universidade do Porto, trabalho acadêmico, 2004.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: Relatos de Viagem e Transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PUSSETTI, Chiara Gemma. **Le Pirogue d'anime**. L'iniziazione dei defunti presso i bijagó della Guiné-Bissau. JSTOR, Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto italiano per l'Africa e l'Oriente, Anno 54, No. 2 (Giugno 1999), p. 159-181.

RAMOSE, M. B. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. Ensaios Filosóficos, Volume IV - outubro/2011. Tradução de Dirce Eleonora Nigro Solis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano.

READER, John. **África: biografia de um continente**. Lisboa, Publicações Europa-América, 2002.
REIS, João Jose. O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822-c.1853). São Paulo: Cia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Adélia Miglievich. **Por uma razão decolonial**. Desafios ético-político-epistemológico à cosmovisão moderna. Porto Alegre, Civitas, V.14, n.01, p.66-80, 2014.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **Estudos africanos: múltiplas abordagens** / Alexandre Vieira Ribeiro, Alexsander Lemos de Almeida Gebara. – Niterói: Editora da UFF, 2013. – 5518kb ; e-book. – (Coleção História).

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa, Seara Nova, 1975.

_____. **A history of the upper Guiné Coast – 1545-1800**. Oxford, Oxford University Press, 1970.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo, Cia das Letras, 2005.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo, Cia da Letras, 2011.

_____. **Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente**. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org). **Deslocalizar a Europa: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade**. Lisboa: Edições cotovia, 2005.

SANTOS, Beatriz Carvalho dos. **Entre mouros e cristãos: os mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)**. Rio de Janeiro UFF – Dissertação de Mestrado, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. “Um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência.** São Paulo, Cortez, 2002.

_____. **As tensões da modernidade.** Fórum social mundial, Biblioteca das alternativas.

_____. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** Montevideo, Ediciones Trilce, 2010.

_____. **Para além do pensamento abissal.** Revista crítica de ciências sociais, 78 (p.3-46), 2007.

SANTOS, E. R. S. dos S. **Nas engrenagens do tráfico: grupos canoieiros e sua atuação nos portos do Golfo do Benin.** In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 19., 2008. Anais... São Paulo: Anpuh, 2008. p. 11-12.1CD-ROM.

SARAIVA, Clara. **Sítios sagrados no arquipélago dos bijagós.** IMVF, 2015.

SCANTANTAMBURLO, Luigi. **Etnologia dos bijagós da ilha de Bubaque.** Lisboa; Instituto de investigação científica tropical, 1991.

SCHOLL, Camille Johann. **O “Enigma Bijagó”.** Saberes coloniais em disputa no centro de estudos da Guiné Portuguesa (1946-1967). Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. PUC/RS, 2017.

_____. **Matriarcado e África: A produção de um discurso por intelectuais africanos – CHEIKH ANTA DIOP E IFI AMADIUME.** Porto Alegre, RS. Monografia. UFRGS, 2016.

_____. **A agência das mulheres na Guiné do Cabo Verde entre o fim do século XVI e o início do XVII no contexto do hibridismo cultural.** Porto Alegre, RS. Trabalho de conclusão de curso (TCC), 2013.

SEMEDO, Odete Costa. **Guiné-Bissau: história, cultura, sociedade e literatura.** Belo Horizonte, Nadyala, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos Portugueses.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. **A manilha e o libambo.** A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002.

_____. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2003.

_____. **Imagens da África: da antiguidade ao século XIX.** São Paulo, Penguin, 2012.

SILVA, Dilma de Melo. **Por entre as Dórcades Encantadas: os bijagós da Guiné-Bissau.** São Paulo, Terceira margem, 2000.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa, e o rito: Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX).** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SIMÕES Landerset. **Babel Negra: etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné.** Porto, Oficinas Gráficas de O Comércio do Porto, 1935.

SMITH, Robert. **The canoe in west África History.** The Journal of African History / Volume 11 / Issue 04 / October 1970, pp 515 - 533 DOI: 10.1017/S0021853700010434, Published online: 22 January 2009, via JSTOR.

SOARES, Maria João. “**Para uma Compreensão dos Lançados no Rio da Guiné. Século XVI - Meados do Século XVII**”. Studia n.º 56/57. 2000. P. 147-222.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico:** 1400 – 1800. Rio de Janeiro; Elsevier, 2004.

VALDÉZ, Eduardo Devéz. **O Pensamento Africano Subsaariano:** conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o Asiático. São Paulo: Clacso, 2008.

WILSON, Peter Lamborn. **Utopias piratas:** mouros, hereges e renegados. São Paulo. Conrad editora do Brasil, 2001.

WIREDU, Kwasi. **Como não se deve comparar o pensamento africano com o ocidental.** UNILAB. Tradução para uso didático (na disciplina filosofia africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), feita por Marcos Carvalho Lopes, a partir de: WIREDU, Kwasi. How not to compare African thought with Western thought. Philosophy and an African culture, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A África e a economia mundo.** In. História Geral da África – UNESCO. Vol. VI. Cap.2, Brasília, 2010.

WONDJI. **Os estados e as culturas da Costa da Alta Guiné.** In: OGOT, Bethwell Allan (Ed). História Geral da África. Vol. V. Cap.13, Brasília, UNESCO. 2010.

DICIONÁRIOS ESPECÍFICOS:

Dicionário de Marinha que aos oficiais da Armada Nacional Portuguesa. Organizado por João Pedro d’Amorim. Publicado em Lisboa pela Imprensa Nacional, 1841.

Dicionário marítimo brasileiro. Organizado por uma comissão nomeada pelo Governo Imperial sob direção do Barão de Angra. Publicado no Rio de Janeiro pela Typographia e Lithografia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

Novo dicionário da marinha guerra e mercante. Organizado por Antônio Gregório de Freitas. Publicado em Lisboa pela Imprensa Silviana, 1855.

Vocabulo Marujo. Organizado por Mauricio da Costa Campos. Publicado no Rio de Janeiro pela Officina de Silva Porto e Companhia, 1823.

ANEXO A - Bernhard Struck, Hugo Bernatzik e sua esposa sendo servidos na embarcação



Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO B - Mulher Bijagó com filho nas costas.

Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO C - Produção de artesanato

Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO D - Vista aérea das paliçadas de pesca.

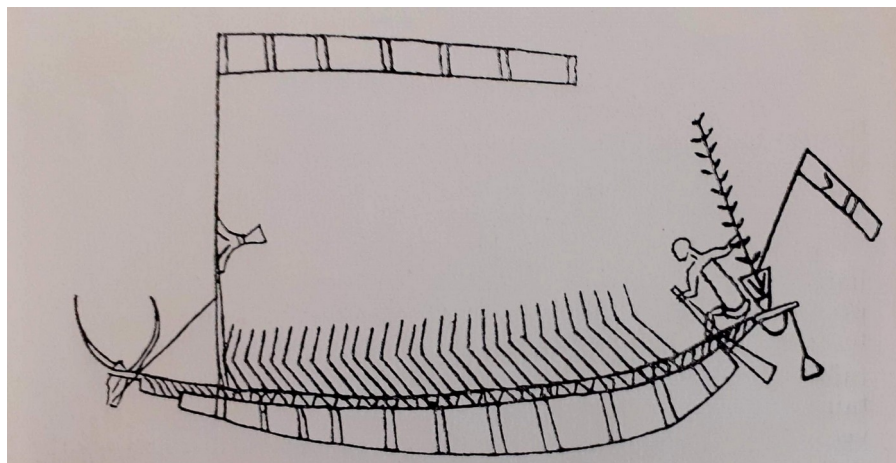


Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO E - Vista aérea de uma típica tabanca.



Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO F - Imagens de embarcações desenhadas pelos bijagós.

Fonte: Bernatzik, 1959.

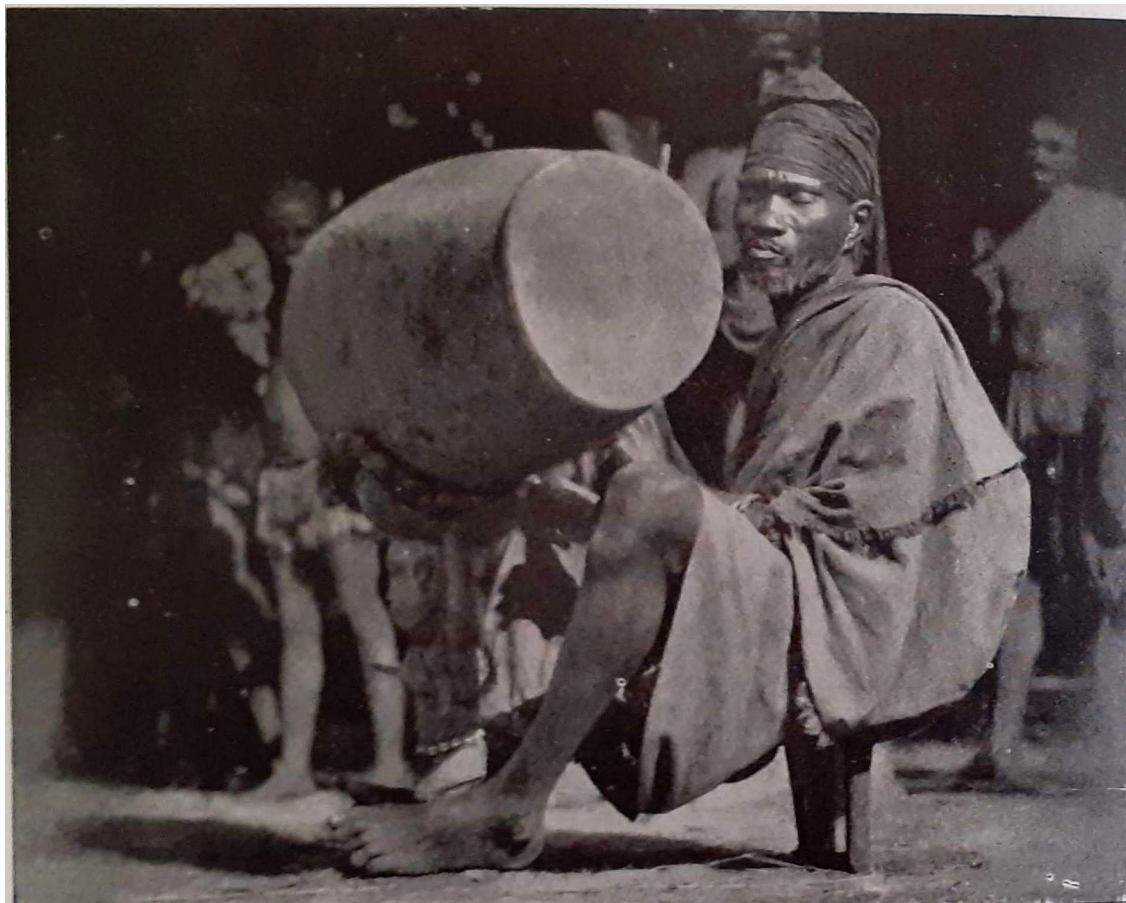
ANEXO G - Imagem da canoa Real.

Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO H - Imagem frontal da canoa real.



Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO I - Rei utilizando o tambor.

Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO J - Orquestra de tambores.

Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO K - Desenhos nas paredes de um templo com motivos marinhos e embarcações e outros animais.



Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO L - Dançarinos bijagós com suas mascarás representando touros.



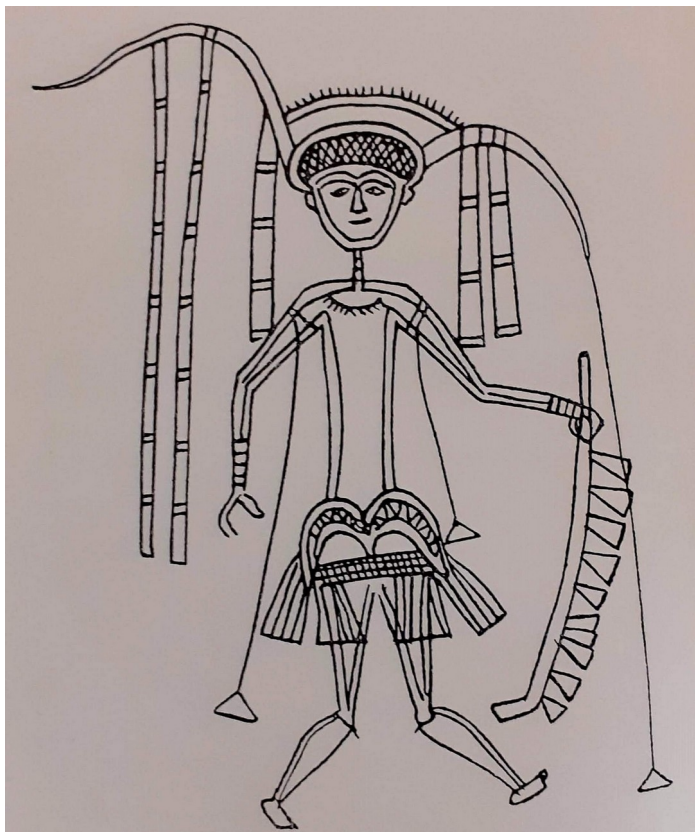
Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO M - Imagem de uma festa.

Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO N - Figuras que representam a alma.

Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO O - Detalhe de pinturas murais.

Fonte: Bernatzik, 1959.

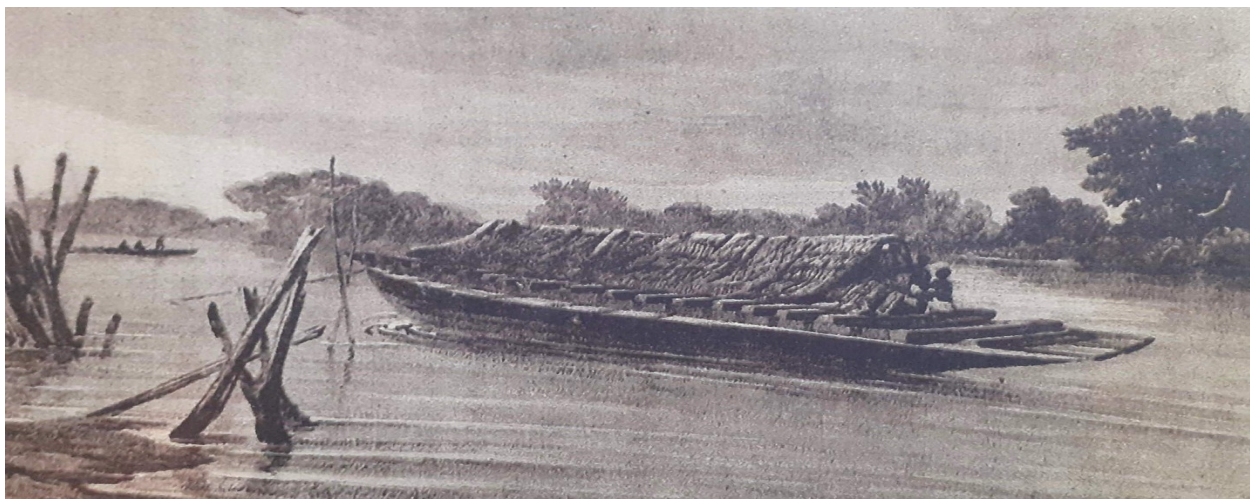
ANEXO P - Parte exterior de uma casa com desenhos murais.



Fonte: Bernatzik, 1959.

ANEXO Q - Marinheiros kru.

Fonte: Marinheiros Kru. História Geral da África vol. VI pg. 761. Fonte. L.G. Binger *Du Niger au Golfe de Guinée*, 1892, Achette, Paris.

ANEXO R – Canoa de Guerra, Senegal, 1890.

Fonte: Canoa de Guerra, Senegal, 1890. Bibliothèque Nationale de France.

ANEXO S – Canoa longa no rio Níger, Mali.

Fonte: Canoa Longa, Rio Níger 1970. Eliot Elisofon.

ANEXO T – Embarcação na costa da República de Camarões, 1890.

Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

ANEXO U - Localização do arquipélago dos bijagós, República da Guiné-Bissau.

Fonte: Revista da Semana da África, vol. 4, 2017.

ANEXO V – Carta do rei de Bisege.

CARTA DE MANGALÍ REI DE BISEGE A EL REI DE PORTUGAL

(20/04/1607)

A ti poderoso rei de Portugal. Eu o rei de Bisege e por nome da terra Mangali, saude te envio. D

o conhecimento que tenho dos teus brancos, em especial de Sebastião Fernandez Cação, que é o que sempre em minha terra favoreceo cõ me por brancos nela que me sustentarão e agora a muitos poucos dias me tirou a maior parte deles com medo que os Bijagós lhes cativassem ou matassem, por andarem hoje mais alevantados do que nunca, e me tem destruído a maior parte dela e me tem posto em tamanho aperto que larguei minha vivenda e me meti no mato, onde ando atemorizado de me levarem a mim e a meus filhos, e se não foram três ou quatro capitães meus que tenho repartidos em portos de minhas terras, já não tivera nada, sendo tão poderosos como os meus vizinhos reis.

Sebastião Fernandez Cação me mandou dizer que não tivesse chinas nas minhas terras, e me fizesse cristão, pois o rei de Bigobá e de Guinéla se faziam também pois era tão bom como eles e que em Guinala estavam dois padres da Companhia de Jesus, que não vinham buscar dinheiro, senão a ensinar a fé de um só deus e morrer por ela. E eu como a minha gente que la vai a cada dia me contar e dizer que aqueles homens são filhos de deus, ajuntei minha gente e falei com eles que era o que diziam acerca dos seres cristãos.

E todos disseram que não tinham o que falar, senão que parecia que deus queria assim. E os maiores fidalgos da minha terra tomaram logo as chinas e me entregaram e se pós lei que não houvesse mais a dita erronia nem nenhuma outra e que todos fossemos cristãos.

E logo mandei dizer a Sebastião Fernandez Cação me mandasse um navio que eu mesmo em pessoa queria ir a Guinéla, o que nunca fez nenhum meu antecessor, só a fim de me fazer cristão.; respondeu-me Sebastião Fernandez Cação que um daqueles padres ia a Portugal com cartas dos reis de Bigóba e Guínála. E eu lhe roguei que mandasse essa com elas pera também de minha parte te pedir ajas por bem de nos socorrer contra esses Bijagós, porque quietos nos podemos melhor ser cristãos e os padres com mais securidade sua e nossa ensinarnos a doutrina cristã. E sendo assim teras em mim um muito pequeno vassalo, pero o que já desejo servirte. E porque tenho dito tudo o mais que podia dizerte, cesso, esperando pelo socorro de um tão grande rei como tu és.

Neste meu reino de Bisege, a 20 D'abril de 1607.

O rei de Bisege, Mangali

Fonte: BRASIO, Antonio, 1968.

ANEXO X – Memórias Verdadeiras de Antonio Coelho.

+ MEMORIAS 6/1
VERDADEYRAS 2/1

DE DOUS LASTIMOSOS CAZOS

Sucedidos em Guiné em 22. de Fevereiro de 1742 e em
26. de Abril de 1743. em dous Religiosos Missionarios
da Santa Provincia da Soledade da mais estreita,
e regular Observancia do Serafico Patriarca

S. FRANCISCO, 3

*Assistentes no Hospicio de N. S. da Conceição da Ilha de
Bissão, e em tres escravos que os acompanhavaõ,
chamados Agostinho, Antonio, e Bento, e ou-
tros que não eraõ do Hospicio, tambem
Christãos.*

Escritas por

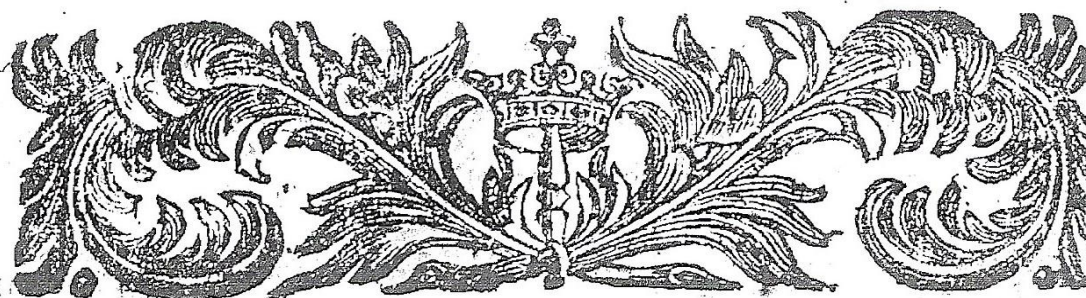
ANTONIO COELHO.



L I S B O A:

Na Oficina de PEDRO FERREIRA Impressor da
Augustissima Rainha N. S. Anno de 1749.

Com todas as licenças necessarias.



P R E F A C C, A M.

DEzéganados os Apostolos da partida de seu Divino Mestre deste mundo, por parte da obediencia do Eterno Padre forçoza, e por parte de seus interesses conveniente, depois da grande batalha de amor em que contendeu naquellas ultimas horas, e em que pedia o mesmo amor por despojos da vitoria os coraçoes aos homens: se resolverão noyamente a imitalo, e a corresponder a taõ excessivo amor. Q que tambem se viõ agora; porque lembrados os dous Apostolicos Missionarios, de hum tal excessõ, e nunca bem encarecido amor de Christo, e de que este Senhor ensinara por verdadeiro caminho da salvação o da Cruz, que elle abraçou: tanto o seguirão, e por obediencia buscaraõ para o hir gozar por meyo da Prêgação Evangelica; que conseguirão o desejado fim nos successos seguintes.

P R I M E Y R O C A Z O.

Embarcando-se o P. Fr. Joaõ de Fonte-Arcada, Presidente do Hospicio da Ilha de Bissão, em a Canoa d'elle, por obediencia de seu superior, para o fim do bem das almas, em quarta feira 21. de Fevereiro de 1742. sah o desta Ilha com vento tão prospero, e favoravel, que parecia evidente sinal da sua felice viagem; mas como os juizos de Deos são incomprehenfíveis, e investigaveis os caminhos de seus segredos: em o dia 22. vendo-se os moços da Canoa defronte de Caahop, entre este, e a Ilha Abyssis, viraõ que pelo rio sahiaõ duas Canoas de Gentios Bijagos, chamados da Ponta, em direitura a busca-los pelo odio, que tem aos Christãos, e pelo lucro que de seus despojos tiraõ. Esta repentina vista causou em todos os navegantes sustos, e temores, no meyo de grande conformidade com

(4)

raçoens dos Escravos taõ repetidas tristezas, e magoas, que para
 as fazerem publicas, eraõ os olhos testemunhas do pezar, e as
 lagrimas do sentimento. Tiraraõlhe do corpo a azagaya, ou canha-
 quõ, e para que a sua vista naõ multiplicasse mayores penas, o lan-
 çaraõ ao mar, onde em cristalino tumulto, urna transparente espe-
 ra a resurreiçaõ universal. O corpo naõ foy logo ao fundo, sendo
 contra o natural, o que vendo hum dos gentios cuidando que esta-
 va ainda vivo, apressadamente pegou em hum traçado, e com elle
 intentava finalizarlhe a vida; mas sendo persuadido de que era
 morto, deixou o desígnio, e desestio da empreza. A esta conver-
 saçaõ em que se duvidava se estava, ou naõ o Padre vivo, veyo
 huma bala, e logo matou a hum Escravo, chamado Bento, por-
 que lhe deu na cabeça; e entrando todos os gentios na Canoa às
 azagayadas mataraõ outro chamado Antonio Vieira, fazendo os
 ditos Christãos os possiveis actos de verdadeira dor, e arrependi-
 mento de suas culpas. E atando aos mais de pés, e de mãos, só
 deixaraõ a dous para remarem, e ao Mabiã para governar o leme.
 E passando-se muitos barbaros à dita Canoa, que por todos os que
 vinhaõ seriaõ sessenta, metendo nella trinta armas azagayas, frechas,
 e muitos canhaquõs foraõ caminhando todos com aquelles inno-
 centes para a Ponta Ilha em que assistem os Bijagos, vezinha de Bis-
 sao, e fazendo os Gentios as suas costumadas ceremonias, com taõ
 desentoadas vozes, desmarcados alaridos, e medonhas acçoens ao
 som de varios tambores, e muitos tiros, infundindo tal horror,
 que fariaõ afugentar ao mais curioso de ver, com a que elles em
 tal cazo chamaõ festa pela supposta vitoria da dita preza de que es-
 tavaõ senhores. Logo com discurso barbaro prenderaõ novamen-
 te ao moço Agostinho, pelo pescoço, a huma corrente de ferro, e
 atado com cordaõ nos pés, e mãos o arrastaraõ pelo espaço de
 muito tempo, pelas ruas, dandolhe multiplicadas pancadas, atiran-
 dolhe bastantes pedras, e ferindolhe o corpo com sentidos golpes;
 e outros infinitos tormentos, que para acabar a vida bastava qual-
 quer. A mayor parte do dia o occuparaõ os Gentios nesta deshu-
 mana empreza; e como por ser tarde, se poz o Sol, parece que por
 naõ alumiar a taõ cega, e barbara gente, ainda deixaraõ a mayor
 execuçaõ de sua ira para o outro dia. Amanheceu este, se alegre
 para os gentios, infaulto para o corpo de Agostinho, que vendo, q
 as muitas dores, que padecia lho penalizavaõ, na certeza porém
 de lhe aproveitarem a sua alma, querendo ao que parece pedir à
 morte tregõas, para pedir perdaõ de suas culpas, se soltou da li-
 gadura com que estava prezo, e do medo que pode começou a
 caminhar

(5)

caminhar para as margens do mar, pedindo a Deos misericordia por intercessão de Maria Santissima, e Santos a quem se encomendava; porèm como a debilidade que padecia o não ajudava para o intento, teve tempo a ligeireza dos barbaros para o apañarem, e começando estes a darem principio a tão diabolica tragedia dandolhe os mesmos, ou mayores tormentos, soffrendo todos com a mayor paciencia, e edificaçã dos mais Christãos, o puzeraõ em tão miseravel estado, q se lhe viaõ patentes as entranhas, depois de hum gentio lhe ter separado do corpo com hum alfançe, ou traçado hum dos braços. Querer explicar as dores, que padeceria este afflicto, he impossivel, basta para fazer penetrante esta lembrança, a consideraçã dos castigos. Ainda chegou a mais a malignidade daquelles barbaros; porque depois de o terem reduzido ao mais inconçolavel estado, o entregãrãõ às mulheres daquella Ilha, as quaes continuãrãõ novas invençoens de tiranias, e com ellas entregou este moço a sua alma ao Creator, o que se deve crer piamente, à vista de semelhantes trabalhos, e da constancia com que os tolerou, além dos heroicos actos, que fez para a sua salvação. E aos mais Christãos, que ainda deixãrãõ com vida, cuidãrãõ logo de os resgatar, pelo Syadico, os Religiosos do dito Hospicio de Missão. *Respecte dos que sobreviverem.*

Depois do dito caso, conhecendo os gentios o mal que tinhaõ feito, ou por adversos ao que governava as ditas Canoas, e tambem a mesma Ilha, chamado Jãgo, ou por consideraçã principalmente do defunto Padre, se divulgou entre elles, que o tal gentio teria hum grande castigo de Deos Omnipotente, a quem não negãõ, por matar, ou mandar matar ao dito Padre, e sua gente tão injustamente? O que dentro em poucos dias se verificou, por cegar em breve tempo o dito Jãgo, com admiraçã de todos que o fouberrãõ Christãos, e Gentios, assentando ser pelo que havia feito, ou consentido que se fizesse. *Arrependimento e te*